

VALDECI REIS

**CENAS JUVENIS NA ESCOLA, NA CIDADE E NAS REDES: NOTAS
ETNOGRÁFICAS ‘NA ILHA DE FLORIANO’ E DE TANTOS OUTROS ILHÉUS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de investigação Educação Comunicação e Tecnologia, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ademilde Silveira Sartori

**Florianópolis – SC
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Reis, Valdeci

Cenas juvenis na escola, na cidade e nas redes : notas
etnográficas 'na ilha de Florianópolis' e de tantos outros ilhéus / Valdeci
Reis. -- 2020.

234 p.

Orientador: Ademilde Silveira Sartori

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

1. Juventude. 2. Etnografia. 3. Participação social. 4. Hip Hop.
5. Cultura digital. I. Silveira Sartori, Ademilde. II. Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

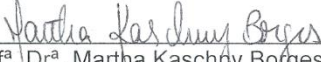
Valdeci Reis

CENAS JUVENIS NA ESCOLA, NA CIDADE E NAS REDES:
NOTAS ETNOGRÁFICAS 'NA ILHA DE FLORIANO' E DE
TANTOS OUTROS ILHÉUS

Tese julgada adequada para obtenção do Título de doutor em Educação junto ao Curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2020.


Banca Examinadora:

Presidente/a: 
Prof^a. Dr^a. Martha Kaschky Borges (presidente)
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: 
Prof^a. Dr^a. Julice Dias
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____
Prof^a. Dr^a. Geovana Mendonça Lunardi Mendes (videoconferência)
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: 
Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro: 
Prof^a. Dr^a. Gilka Elvira Ponzi Girardello
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina

Esta pesquisa é dedicada a todos os jovens da ‘Comunidade Das Areias’ que abriram as portas de suas casas e suas vidas, respondendo minhas dúvidas, me levando a diversos territórios desta Ilha, sempre pacientes com as minhas dúvidas. São coautores desta investigação.

AGRADECIMENTOS

As produções acadêmicas são resultado de uma reflexão colaborativa sob a responsabilidade única do autor. Esta não é diferente; ela vem sendo gestada há muito tempo, chegando ao atual estágio graças aos debates tecidos em grupos de pesquisa, seminários e atividades obrigatórias e eletivas no âmbito da universidade. Portanto, mencionar as pessoas que são coprodutoras deste trabalho não é uma questão de cortesia, e, sim, uma questão de precisão ao concluir esta investigação.

Início agradecendo minha orientadora, Professora Ademilde Silveira Sartori, por ter acreditado no projeto de pesquisa que resultou nesta tese. Trata-se de um trabalho que destoa da tradição acadêmica, no que se refere à perspectiva teórica e metodológica que vem sendo produzida no Grupo de Pesquisa EducomFloripa. Para além de uma discussão sobre juventude na contemporaneidade, este trabalho também é um convite para que os pesquisadores saiam dos seus laboratórios de pesquisa e ocupem ruas, ‘guetos’ e praças. No momento que as instituições científicas e tecnológicas do país se encontram sob intenso ataque do Governo Federal, é preciso construir diálogos claros e objetivos com quem financia nossas pesquisas: a população.

Agradeço também aos trabalhadores catarinenses; esta pesquisa encerra uma trajetória de uma década de estudos nesta universidade estadual: graduação (2010-2014), mestrado (2014-2016), doutorado (2016-2020). A UDESC recebe mensalmente 2,49% da receita líquida do Estado, imposto pago por toda a população sendo que, infelizmente, somente uma minoria consegue acessar o banco universitário. Temos desafios árduos pela frente, para democratizar o acesso a graduação e pós-graduação.

Registro, ainda, meu agradecimento aos colegas de departamento no Instituto Federal de Santa Catarina, por todo trabalho desenvolvido a mais no campus para que eu pudesse me afastar por 18 meses, período em que foi realizada a etnografia que sustenta esta tese. São eles: André Eitti Ogawa, Caroline Daufemback Henrique, Eliete Santin Staub, Elisa Freitas Schemes, Emilaura Alves, Emilio Haruo Asanuma, Elizabeth Costa França, Laura Rodrigues Lima. Não poderia deixar de mencionar o trabalho incansável de Jane Parisente – Diretora de Ensino – e Caio Alexandre Monti – Diretor Geral – que avalizaram meu afastamento para pós-graduação. Em tempos tão conturbados, no que se refere à escassez orçamentária das instituições federais, o IFSC tem persistido em oportunizar a qualificação de seus servidores.

Quando eu afirmo que a finalização de um trabalho acadêmico é resultado de uma reflexão coletiva, estou sendo muito sincero. Esta pesquisa recebeu uma contribuição intelectual generosa de vários colegas que se debruçaram a ler meus rascunhos, manuscritos, trechos de meu diário etnográfico, fazendo apontamentos importantes. A partir dessas reflexões, aprimorei os protocolos de pesquisa, refiz o referencial teórico, modifiquei alguns argumentos. Ressalto que equívocos e mal entendidos nesse árduo processo de revisão são de minha exclusiva responsabilidade. Por isso expressei publicamente a minha mais profunda gratidão ao meu leitor mais assíduo e crítico: Leandro Ribeiro Molina. Temos divergências significativas no campo epistemológico, mas essas diferentes formas de pensar a produção do conhecimento é o que torna a ciência um desafio intelectual. Agradeço também ao antropólogo Wagner Xavier

Camargo, pelos longos papos que tivemos sobre o fazer etnográfico, e à Gerusa Bondan, uma grande profissional do universo das letras que acompanha a minha escrita há muito tempo.

O projeto de pesquisa que resultou nesse texto se beneficiou enormemente das contribuições dos pesquisadores que integraram o exame de qualificação: os antropólogos Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ) e Amurabi Pereira de Oliveira (UFSC), que conheci pessoalmente no dia da qualificação. Há muito tempo vinha lendo e acompanhando as teorizações que esses dois pesquisadores vêm formulando no campo dos estudos etnográficos em educação; também integraram a banca Ana Maria Hoerpers Preve (UDESC), que foi minha professora no Mestrado e Doutorado, responsável por avanços significativos na minha escrita, e Martha Kaschny Borges, professora no Doutorado, com a qual travava inúmeros debates sobre os desafios da educação na cultura digital.

Por fim, agradeço à Professora Maria Conceição Coppete, que me orientou durante o estágio de docência. Aos meus pais, por todo apoio e motivação que recebi durante o meu processo formativo. E aos professores que aceitaram participar da banca de avaliação final deste trabalho.

Aos professores e servidores da Escola do Bairro Ribeirão da Ilha, que abriram suas salas de aula para mim, e a todos os jovens que aceitaram participar desta pesquisa, minha mais profunda gratidão.

Muito obrigado por tudo!

Fazer etnografia é dar voz a uma minoria silenciosa; é caminhar em um mundo desconhecido; é abrir caminhos passando das contingências para a autodeterminação, para inclusão na escola, na vida social, no mundo da existência solidária e cidadã. Fazer etnografia é um pouco de doação de ciência, de dedicação e de alegria, de vigor e de mania, de estudo e de atenção. Fazer etnografia é perceber o mundo estando presente no mundo do outro, que parece não existir mais.

Carmem Lúcia Guimarães de Mattos (2011a, p. 45).

RESUMO

Esta tese elege a juventude como campo de reflexão acadêmica e toma as tecnologias da informação e comunicação como tema de pesquisa. O objetivo geral foi compreender de que forma o jovem internauta utiliza as tecnologias ubíquas, bem como as transformações, oportunidades e tensões que essa conexão gera nas sociabilidades juvenis. O percurso etnográfico iniciou em uma escola municipal da cidade de Florianópolis/SC, e, em determinado momento, passa a acompanhar também as Batalhas de *Rap*, uma reunião de jovens que acontece semanalmente em praça pública para produção cultural, bem como discutir o movimento Hip Hop da cidade, sendo as tecnologias ubíquas o principal meio que os jovens utilizam para divulgar o que foi discutido e impulsionar outros internautas na adesão ao movimento. É na juventude que as sociabilidades se ampliam para além da família e da escola. Ao vivenciarem novas interações praticando *Skate* na praça do bairro, duelando *freestyles* nas Batalhas de *Rap*, discutindo suas poesias com outros internautas, via aplicativos digitais, os sujeitos observados nesta pesquisa constroem processos de resistência, denunciando a ausência de uma política pública efetiva para a juventude – que vá além das prescrições legislativas – ou seja, que de fato se materialize em ações concretas nas suas vidas. Os dados etnográficos trazem à tona cenas de jovens oriundos das ‘quebradas’ da Ilha de Santa Catarina em processos criativos de afirmação que, através do ritmo e poesia, refletem sobre a sua condição juvenil na sociedade, os preconceitos que parte da população expressa aos territórios periféricos da cidade, bem como a violência policial protagonizada pelo Estado. Os resultados da pesquisa evidenciam as transformações profundas que as tecnologias ubíquas vêm provocando nos modos de comunicação, produção e obtenção de informações. Diante de tal panorama, a educação é um elemento essencial para que o jovem infonauta possa desenvolver habilidades de interrogar e desafiar as representações preconceituosas, extremistas, bem como as violências simbólicas tecidas nas redes sociais digitais.

Palavras-chave: Juventude. Etnografia. Participação social. Hip Hop. Cultura digital.

ABSTRACT

This thesis elects youth as a field of academic reflection and takes information and communication technologies as a research theme. The overall goal was to understand how young people use the internet and ubiquitous technologies, as well as to comprehend the transformations, opportunities and tensions that this connection generates in youth sociability. The ethnographic path began in a municipal school in the city of Florianópolis – state of Santa Catarina, Brazil. At one point, we started to follow the Rap Battles, a weekly youth gathering held in the public square for cultural production. We also approach the Hip Hop movement in the city, noting that ubiquitous technologies are the primary means by which young people spread the group's events and discussions, and thus encourage other netizens to join the movement. It is in youth that sociability expands beyond family and school. By skating in the neighborhood square, dueling freestyles in the Rap Battles, talking about their poetry with other Internet users through digital apps, the subjects observed in this research experience new interactions and resistance processes. In this way, they denounce the absence of an effective public policy for youth – which goes beyond legislative prescriptions – in other words, that actually materializes in concrete actions in their lives. The ethnographic data bring up scenes of young people coming from the ghettos of the island of Santa Catarina in creative processes of affirmation that, through rhythm and poetry, reflect on their juvenile status in society and on the prejudices against the peripheral areas of the city, as well as police violence carried out by the State. The research results show the profound transformations that ubiquitous technologies have been causing in the modes of communication, production and obtaining information. Faced with such a scenario, education is an essential element for the young infonaut to develop skills to interrogate and challenge prejudiced and extremist representations, as well as symbolic violence woven into digital social networks.

Keywords: Youth. Ethnography. Social participation. Hip hop. Digital culture.

RESUMEN

Esta tesis elige a los jóvenes como un campo de reflexión académica y toma las tecnologías de la información y la comunicación como tema de investigación. El objetivo general era comprender cómo los jóvenes usuarios de Internet usan tecnologías ubicuas, así como investigar las transformaciones, oportunidades y tensiones que esta conexión genera en la sociabilidad juvenil. El curso etnográfico comenzó en una escuela municipal en la ciudad de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. En un momento, comenzamos a seguir las *Rap Battles*, una reunión semanal de jóvenes que se realiza en la plaza pública para la producción cultural. También nos acercamos al movimiento *Hip Hop* en la ciudad, notando que las tecnologías ubicuas son los medios principales por los cuales los jóvenes difunden los eventos y discusiones del grupo, y así animan a otros a unirse al movimiento. Es en la juventud que la sociabilidad se expande más allá de la familia y la escuela. Al experimentar nuevas interacciones practicando monopatínaje en la plaza del barrio, luchando *freestyles* en las *Rap Battles*, discutiendo su poesía con otros usuarios de Internet, a través de aplicaciones digitales, los sujetos observados en esta investigación construyen procesos de resistencia, denunciando la ausencia de una política pública efectiva para los jóvenes – eso va más allá de las prescripciones legislativas – es decir, que realmente se materializa en acciones concretas en sus vidas. Los datos etnográficos muestran escenas de jóvenes provenientes de los guetos de la isla de Santa Catarina en procesos creativos de afirmación que, a través del ritmo y la poesía, reflejan su estatus juvenil en la sociedad y los prejuicios contra las áreas periféricas de la ciudad, así como la violencia policial llevada a cabo por el Estado. Los resultados de la investigación muestran las profundas transformaciones que las tecnologías ubicuas han causado en los modos de comunicación, producción y obtención de información. Frente a tal escenario, la educación es un elemento esencial para que el joven infonauta desarrolle habilidades para interrogar y desafiar las representaciones prejuiciosas y extremistas, así como la violencia simbólica tejida en las redes sociales digitales.

Palabras clave: Juventud. Etnografía. Participación social. Hip hop. Cultura digital.

SUMÁRIO

1 PALAVRAS INICIAIS: “UMA ILHA DA MENTIRA... UMA ABERRAÇÃO HISTÓRICA!”	17
1.1 AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA	20
1.2 A QUALIFICAÇÃO... UMA PAUSA... E A VIRADA EPISTEMOLÓGICA NO PERCURSO ETNOGRÁFICO	27
1.3 DE VOLTA AO BRASIL: O PERCURSO ETNOGRÁFICO SEGUE NA ESCOLA E NAS ‘QUEBRADAS’	31
2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO JUVENTUDE: ‘LUZES SOCIOLÓGICAS’ PARA COMPREENDER O JOVEM NA CONTEMPORANEIDADE	41
2.1 JUVENTUDE E OS COMPLEXOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS	51
2.2 APÓS A COPA, UMA ELEIÇÃO E UMA NAÇÃO DIVIDIDA	61
2.3 DA DIREITA À ESQUERDA: A RADICALIDADE NAS MOBILIZAÇÕES ..	66
2.3.1 O que defende o MBL?	67
2.3.2 O que reivindicam os ‘Ocupas’?	70
3 REDES, CONEXÕES E UBIQUIDADE: DELINEANDO ALGUNS CONCEITOS DA CULTURA DIGITAL	75
3.1 AS ENFERMIDADES DO NEOLIBERALISMO PÓS-INDUSTRIAL	81
3.2 UM ENXAME DIGITAL EFÊMERO	82
3.3 NEOLIBERALISMO DIGITAL E SUAS NOVAS TÉCNICAS DE PODER	84
3.4 AS CONTRADIÇÕES EM TORNO DA TRANSPARÊNCIA	87
3.5 A AGONIA DE EROS	88
3.6 MÚLTIPLAS NARRATIVAS EM DISPUTA DA VERDADE	89
4 “PRIVACIDADE NA ERA ZUCKERBERGIANA? PROFESSOR, ACHO VOCÊ TEM ESSAS PREOCUPAÇÕES POR QUE VOCÊ NASCEU NO MILÊNIO PASSADO!” – NOTAS DE UMA ETNOGRAFIA ESCOLAR	99
4.1 CHEGANDO AO CAMPO...	100
4.2 O RIGOR NAS ANÁLISES DOS COMITÊS DE ÉTICA E AS ESPECIFICIDADES DOS PROJETOS DE PESQUISA ORIUNDOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	102
4.3 DIÁLOGOS VIRTUAIS TECIDOS NO DIA DO PROFESSOR	108
4.4 UM PAÍS ‘EM TRANSE’ E A CONVULSÃO SOCIAL DIANTE DA POSSIBILIDADE DE UM ‘HACKER COMUNISTA’ ALTERAR O RESULTADO DA ELEIÇÃO	110
4.5 MAIS ISSO SÃO DETALHES QUE ACONTECEM LÁ NO MUNDO CIBERNÉTICO... O QUE IMPORTA MESMO É A VIDA AQUI FORA, NO MUNDO REAL!	115
4.6 PRIVACIDADE, QUE ENTIDADE ESTRANHA É ESSA?	120
4.7 AS AMBIVALÊNCIAS DA REDE	132
4.8 UM SÁBADO DE MUITAS DESCOBERTAS...	135
4.9 O QUE É REALIDADE NA ERA ‘ZUCKERBERGIANA’?	140
4.10 O CONFRONTO GERACIONAL	144

5 “LINHAS DE FUGA, BATALHAS E INDIGNAÇÃO POLÍTICA. UMA REVOLUÇÃO EM CURSO” – NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE AS SOCIABILIDADES JUVENIS NAS ‘QUEBRADAS’ DA ILHA DE SANTA CATARINA	149
5.1 UM ‘SER ESTRANHO’ NA ÁREA. QUAL É A SUA, MANO?	150
5.2 AS BATALHAS DE RAP	153
5.3 “O HIP HOP É ISSO, É EMPODERAMENTO, É ATITUDE!”	155
5.4 TRÊS MESES ATÍPICOS DE INTENSAS MOBILIZAÇÕES, NARRATIVAS EM DISPUTA SOBRE OS DIREITOS, GREVES E O PERCURSO ETNOGRÁFICO SEGUE NAS RUAS... ..	160
5.5 CRISE GENERALIZADA NAS REDES SOCIAIS: A TENSÃO CHEGA AOS GRUPOS QUE ORGANIZAM O MOVIMENTO HIP HOP NA ILHA	172
6 O QUE OS DADOS ETNOGRÁFICOS EVIDENCIAM SOBRE A JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE?	185
6.1 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A JUVENTUDE	191
6.2 A BATALHA DE RAP EM IMAGENS	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	209

1 PALAVRAS INICIAIS: “UMA ILHA DA MENTIRA... UMA ABERRAÇÃO HISTÓRICA!”

Um dos capítulos emblemáticos na história da Ilha de Santa Catarina trata-se do conflito que resultou no seu atual nome: Florianópolis. Uma homenagem ao primeiro golpista da república, Floriano Peixoto¹, que após derrubar o então Presidente Deodoro da Fonseca², veio a liderar a Revolução Federalista (1893-1894) deixando seu autoritarismo encravado nestas terras ao mandar fuzilar mais de 300 pessoas na Fortaleza de Anhatomirim³, dentre as quais juízes, desembargadores, jornalistas, escritores, músicos e outras personalidades da cultura local. O então Governador Hercílio Luz⁴, extremamente impopular na capital, muda o nome da cidade em homenagem ao Presidente (Floriano + polis = Cidade de Floriano), uma afronta aos ilhéus que eram massivamente contrários ao Governo de Floriano Peixoto.

Esse fato inusitado e traumático na história da capital catarinense teve como consequência certa hostilidade ao novo nome da cidade por parte da população Ilhéu. Pesquisas realizadas no interior da Ilha por Franklin Cascaes (1908-1983) 60 anos após o conflito armado ainda identificavam repulsa por parte dos nativos⁵ em relação ao nome imposto de forma autoritária. Em seu livro mais famoso, *O fantástico na Ilha de Santa Catarina*⁶, nas doze vezes em que o autor precisa fazer referência ao nome da cidade, ele recorre aos topônimos: Ilha de Santa Catarina ou Nossa Senhora do Desterro⁷.

Além de atuar por 29 anos como professor de desenho no Instituto Federal de Santa Catarina, o pesquisador – que também é considerado folclorista, ceramista, gravurista e antropólogo – atuou no Museu de Antropologia da UFSC⁸, catalogando registros da cultura açoriana que estavam sendo extintos pelo ‘progresso’ que chegava ao Estado. Pessoas que aturam nesses espaços com Cascaes, e que ainda estão vivas, afirmam que o próprio autor morreu se recusando a mencionar o nome Florianópolis⁹.

¹ Presidiu o país entre 1891 a 1894.

² Governou entre 1889 a 1891.

³ Ilhota localizada na Barra Norte da Ilha de Santa Catarina. Atualmente a área pertence ao Município de Governador Celso Ramos.

⁴ Governou Santa Catarina entre 1894-1898

⁵ Pessoas que nasceram na ilha.

⁶ Obra que traz 24 narrativas populares, frutos de pesquisas empíricas realizadas entre 1946 e 1975 (CASCAES, 2012).

⁷ Antigo nome da Capital de Santa Catarina.

⁸ Nome em que a instituição era denominada no período de atuação de Cascaes. Atualmente se chama MARQUE – Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral.

⁹ Ver Dissertação de Mestrado defendida no PPGE da UDESC que investigou o ‘Franklin Professor’ (MEIRA, 2009).

Franklin sentiu o peso do autoritarismo da intervenção militar na instituição de ensino em que lecionava¹⁰. Os relatórios da Comissão Estadual da Verdade que vieram a público em 2014 e revelaram detalhes da perseguição aos docentes da então Escola Técnica Federal de Santa Catarina, que em 2008 foi transformada em Instituto Federal¹¹.

Um dos casos mais emblemáticos foi o julgamento de Marcos Cardoso Filho, professor de física, preso e torturado pelo regime por conta do seu envolvimento com o PCB¹². Seu julgamento ocorreu no auditório da instituição em 22 de setembro de 1976, sendo que todos os estudantes, bem como os profissionais da escola, foram obrigados a assistir (IFSC, 2014)¹³. Tratava-se de uma forma de mostrar à sociedade o que acontecia com quem fosse considerado subversivo ao regime militar instaurado no país com o Golpe de 1964¹⁴.

No momento em que a Operação Barriga Verde foi colocada em curso, período mais complexo da ditadura no Estado, resultando na prisão de 24 intelectuais catarinenses, Franklin Cascaes já estava aposentado, acompanhava a repressão contra seus colegas a distância, do Museu de Antropologia da UFSC. Local em que, após a sua aposentadoria na Escola Técnica, atuou intensamente até a sua morte, na tentativa de montar a coleção museológica ‘cultura açoriana na Ilha de Santa Catarina’.

A frase utilizada no subtítulo deste artigo introdutório foi proferida por um *rapper* durante uma reunião de jovens, que acontece toda terça-feira em uma praça no bairro Campeche, para discutir o movimento Hip Hop [ver página 166]. Esta etnografia realizada na Ilha de Santa Catarina, que é por força do autoritarismo político ‘de Floriano’, mas igualmente “de tantos outros ilhéus”, se propõem a analisar as sociabilidades juvenis na era da ubiquidade, em um sociedade mediada por redes digitais e artefatos tecnológicos. O percurso etnográfico iniciou em 2018, em uma escola municipal no extremo sul da Ilha de Santa Catarina.

¹⁰ Com a reforma educacional implantada pelo regime militar, as disciplinas relacionadas a artes foram extintas dos currículos, Franklin Cascaes foi então “convidado” a se aposentar. Além do controle rigoroso sobre o que era ensinado nas salas de aulas, o regime instaurou um novo mecanismo de controle sobre os estudantes: “os cadernos do professor”. Os docentes deveriam registrar eventuais alunos com potencial a ‘subversão’, gostos e aptidões do educando, o que este fazia nos intervalos. Curiosamente, quando as autoridades informaram que Cascaes estava aposentado, este reuniu seus cadernos, e deixou arquivado no Museu de Antropologia da UFSC. Nos arquivos do Instituto Federal de Santa Catarina constam apenas os diários de classe, bem como as resoluções de Comissões que o profissional integrou durante seus 29 anos de docência.

¹¹ Lei nº 11.892/2008, que transformou todas as Escolas Técnicas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

¹² Partido Comunista Brasileiro.

¹³ Interessados na temática, conferir o relatório institucional elaborado por solicitação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright para elucidar fatos relacionados ao professor Marcos Cardoso Filho. Disponível em: <http://bit.ly/relatórioMarcosCardosoIFSC>.

¹⁴ A partir do relatório da Comissão Estadual da Verdade, o Instituto Federal de Santa Catarina produziu o documentário ‘História Recontada: Professor Marcos Cardoso Filho e a Ditadura na Escola Técnica’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd_NHjI>.

As notas etnográficas construídas a partir das observações realizadas no ambiente escolar [ver seção 4] foram feitas com o objetivo de analisar os usos que os estudantes fazem das plataformas digitais, bem como as narrativas que esses jovens tecem sobre suas apropriações para interagir em rede no âmbito escolar e social. Também era interesse do pesquisador verificar se esses adolescentes tinham alguma percepção quanto aos temas sensíveis no âmbito da cultura digital, como vigilância e comercialização de dados dos usuários da rede.

No início de 2019, o projeto de tese, bem como os dados etnográficos produzidos até aquele momento, foi analisado pela banca de qualificação, que considerou a escrita muito professoral. Uma das frases emblemáticas proferida por um dos avaliadores foi: *“Eu consegui identificar a sua aflição como professor, mas você precisa se despir da condição de educador!”*.

Além das especificidades de como sistematizar os dados etnográficos, a banca considerou a necessidade de privilegiar as sociabilidades juvenis que acontecem não apenas em espaços institucionais como escola, igreja ou associação de bairro. Analisando a interação daqueles estudantes na praça próxima à escola, na rua, ou na pista de *skate*, talvez fosse possível encontrar outros elementos que evidenciassem como esses jovens se relacionam com a cultura digital.

Dois dias após a qualificação, viajei à Argentina com o propósito de ‘dar um descanso à mente’. Eu tinha a ilusão de que seria possível esquecer a tese e ‘curtir um pouco’ a cidade de Buenos Aires. No avião, uma espécie de narrador interno me questionava insistentemente: “é possível se despir da condição de professor, se tratando de uma pesquisa em educação?”.

Nos dias que passei na capital portenha me deparei com uma população em convulsão diante das medidas de austeridade na área econômica anunciadas pelo Governo de Mauricio Macri; também havia grande insatisfação popular diante da proposta do mandatário, que tentava desregulamentar a lei nacional de educação. Durante a minha estadia em Buenos Aires escrevi a seção teórica sobre juventude [ver seção 2] e inúmeros diários, descrevendo as manifestações que aconteciam em diversos bairros diariamente; parte desses registros foi publicada em capítulo de livro e artigo¹⁵.

A partir das recomendações da banca de qualificação, bem como da experiência vivenciada na Argentina, tive a convicção de que era preciso interagir com os jovens que

¹⁵ Leitores interessados nas notas etnográficas, conferir capítulo de livro “Da batida contestatória do Rap à indignação política: a potência da etnografia para compreender as sociabilidades juvenis” (REIS, 2019a) e artigo “Narrativas sobre o direito à educação em disputa: luzes antropológicas para compreender as mobilizações juvenis” (REIS, 2019b).

vinha observando na Ilha de Santa Catarina fora do espaço educacional, pois, na escola, por estar sempre acompanhando a professora de língua portuguesa, eu fui rapidamente associado ao corpo docente. Se em 2018, desenvolvi um percurso etnográfico no sentido estrito educacional (OLIVEIRA, 2013; ROSISTOLATO, 2018), a partir de 2019, ao me lançar nas ‘quebradas’¹⁶ da Ilha, as bases epistemológicas da pesquisa passaram a considerar também os elementos dos estudos antropológicos urbanos contemporâneos (KALIL, 2019; PINHEIRO-MACHADO, 2016; KLEINMAN *et al.*, 2011; VELHO, 2011; BISPO, 2010).

Partindo da questão: em que medida as tecnologias ubíquas têm proporcionado aos jovens novas sociabilidades, que permitam a este usuário refletir sobre sua condição social, reconhecer as diferenças, bem como agir coletivamente para a transformação social?

A tese elege a juventude como campo de reflexão acadêmica e toma as tecnologias da informação e comunicação como tema de pesquisa. O objetivo geral é analisar de que forma o jovem internauta utiliza as tecnologias ubíquas, bem como as transformações, oportunidades e tensões que essa conexão gera nas sociabilidades juvenis.

A pesquisa também almeja contribuir na compreensão teórica sobre a dimensão ética das redes sociais digitais e as assimetrias de poder que estão embutidas nas tecnologias ubíquas. Os dados etnográficos construídos problematizam as sociabilidades juvenis que ocorrem em espaços institucionais, não institucionais e dispositivos digitais.

A pesquisa empírica discute as representações dos jovens observados sobre as tecnologias ubíquas, bem como as apropriações para interagir em rede no âmbito social. Por fim, problematiza a necessidade de a escola oportunizar mais espaços dialógicos para que os estudantes possam refletir as ambivalências a que a ubiquidade tecnológica tem exposto o internauta: transparência X vigilância; público X privado; analógico X digital.

1.1 AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa se filia ao campo dos estudos etnográficos em educação (GUEDES; CIPINIUK, 2014; GUSMÃO, 2015; DAUSTER, 2015; ROSISTOLATO; PRADO, 2015). Enquanto perspectiva metodológica, a etnografia nasceu na antropologia, na tentativa de compreender as especificidades de um determinado grupo social em relação a um acontecimento, comportamento ou fenômeno social e cultural.

¹⁶ Expressão popular para se referir às comunidades que formam as periferias urbanas da Grande Florianópolis. Ao longo do trabalho, o leitor observará que o termo será tratado como uma construção social (NOVAES, 2006).

Como muito bem observa Oliveira (2013), atualmente há um intenso debate nas áreas de educação e antropologia quanto ao equívoco que alguns pesquisadores cometem ao reduzir a etnografia há uma simples técnica de coleta de dados. Para o autor, os estudos etnográficos em educação evoluíram para um processo de produção de conhecimento com questões epistemológicas profundamente discutidas e, inclusive, com polêmicas e dissensos entre diferentes grupos de pesquisa que se filiam a essa vertente metodológica. Diante de tal perspectiva, a prática etnográfica “pressupõe não uma coleta, mas sim uma construção dos dados, que se dá em meio ao processo intersubjetivo que se estabelece entre pesquisador e pesquisado” (p. 71). Assim, observador e observados são sujeitos ativos, assumindo uma postura interativa no processo de investigação.

Rosistolato (2018) identifica na produção acadêmica da área de educação a existência de uma bifurcação entre os pesquisadores que seguem uma linha metodológica liderada pela pesquisadora Marli André – de acordo com essa vertente não seria possível produzir pesquisas etnográficas em educação, mas, sim, reflexões adotando fontes de ‘*inspirações etnográficas*’. Em outra ponta, existe uma vasta produção argumentando a possibilidade/necessidade de se fazer etnografias *intensivas* nos espaços educativos¹⁷.

Os estudos etnográficos em educação foram introduzidos no país no final da década de 70 do século XX. Até esse período, dois grandes temas impulsionaram a produção científica da área de educação no Brasil: avaliação curricular e estudo da sala de aula (ANDRÉ, 2012). Antes do surgimento da etnografia educacional, as pesquisas da área que tinham como objeto a escola ou a sala de aula eram pautadas em “esquemas de observação que visavam registrar comportamentos de professores e alunos numa situação de interação” (p. 36). Tal sistematização ficou conhecida como ‘análise de interação’, perspectiva metodológica que teve forte influência da psicologia comportamental. Uma descrição detalhada dos instrumentos utilizados nesta metodologia pode ser conferida na hercúlea obra organizada pelos pesquisadores estadunidenses Simon e Boyer (1968; 1970).

Ao inaugurar a etnografia nos espaços educativos, André (1995) discorre sobre a impossibilidade de se fazer uma etnografia tradicional na sala de aula. Um dos seus principais argumentos é que os pesquisadores da educação não teriam como cumprir todos os protocolos etnográficos, especialmente os longos períodos de observação. Diante de tal panorama, a autora desenvolve o termo ‘*pesquisas do tipo etnográfico*’ se contrapondo à etnografia clássica iniciada por Malinowski (1975).

¹⁷ Leitores interessados nesse debate conferir Oliveira; Boin; Búrigo (2018); Cipiniuk (2014).

É fato que a publicação da obra *Os argonautas do Pacífico Ocidental* é considerada um clássico nos estudos etnográficos. Todavia, etnógrafos contemporâneos como Clifford (2014), Geertz (2009) e Lévi-Strauss (1996) promoveram verdadeiras viradas epistemológicas no debate da prática etnográfica. Em nível de Brasil, é possível fazer referência a Peirano (2014): ao analisar a trajetória evolutiva do campo antropológico, ressalta que as concepções de etnografias sempre variaram, todavia, um consenso que ganha força nas etnografias contemporâneas é que as sistematizações produzidas a partir do que o pesquisador vivenciou no campo de pesquisa são *formulações teórico-etnográficas*. Nesta perspectiva, a autora advoga que a etnografia vai além de uma perspectiva metodológica; trata-se de um campo epistemológico em evolução:

Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria. Aos alunos sempre alerta para que desconfiem da afirmação de que um trabalho usou (ou usará) o “método etnográfico”, porque essa afirmação só é válida para os não iniciados. Se é boa etnografia, será também contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico. (PEIRANO, 2014, p. 386).

Em um livro clássico publicado no final do século XX, ao discorrer sobre as especificidades do trabalho do pesquisador em campo, Mariza Peirano ressalta sobre a impossibilidade de fornecer receitas de como o orientando deve conduzir o percurso etnográfico.

Hoje sabemos que a pesquisa de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas presentes na disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram entre pesquisador e pesquisados no dia-a-dia da pesquisa. (PEIRANO, 1995, p. 125).

Para a autora, o fazer etnográfico é o meio pelo qual as teorias se desenvolvem e evoluem quando desafiam as verdades estabelecidas pelo senso comum no confronto entre a teoria que o etnógrafo leva para o campo de pesquisa e a observação entre os sujeitos que estuda. Reconhece que uma etnografia nos espaços urbanos (ou educativos) é muito diferente das etnografias clássicas desenvolvidas com os indígenas nas primeiras décadas do século XX.

No campo da sociologia brasileira contemporânea, também é possível mencionar o conjunto de pesquisas lideradas pelo sociólogo Jessé Souza (2018), que analisou os brasileiros desprovidos de qualquer capital cultural e econômico, uma classe abandonada pelos governantes, com o consentimento da elite brasileira. Empregadas domésticas, prostitutas,

dependentes químicos, pessoas em situação de rua. A escola e o posto de saúde da favela, a igreja e o baile funk passando pela ‘boca de fumo’. Esses são os cenários de observação que o sociólogo privilegia para tentar compreender quem é e como vive a ‘*ralé brasileira*’. Um protocolo que se destaca na etnografia de Souza é a entrevista em profundidade. Nas nove pesquisas orientadas pelo pesquisador, o etnógrafo acompanha os sujeitos da pesquisa por meses, em alguns casos, anos.

Tanto tempo de convívio permitiu aos pesquisadores compreenderem como o sujeito constrói sua visão de mundo, a influência da mídia na incorporação do discurso da meritocracia, além de autculpabilização por não ter conseguido ‘ser alguém na vida’ e estar à margem da sociedade.

O aspecto mais central e mais importante, por isso mesmo o mais reprimido e obscurecido pela visão superficial e enganosa dominante, é a “invisibilidade” social, analítica e política do que chamamos provocativamente de “ralé” estrutural brasileira. Essa é a classe que compõe cerca de 1/3 da população brasileira, que está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas “corpo” mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem a nossa sociedade. Essa é também a razão da dificuldade de seus membros construírem qualquer fonte efetiva de autoconfiança e de estima social, que é, por sua vez, o fundamento de qualquer ação política autônoma. (SOUZA, 2018, p. 137).

A pesquisa empírica de quatro anos que sustenta o livro faz um imenso esforço para acompanhar as estratégias de sobrevivência do traficante de drogas, do trabalhador braçal sem qualificação, do catador de lixo. As entrevistas em profundidade aplicadas e analisadas à luz de Bourdieu (1984) nos mostram o drama existencial dos fracassados da periferia do Capitalismo Pós-Industrial, vítimas do esquecimento do Estado brasileiro e da indiferença da população abastada.

Ainda no campo da sociologia urbana, faço referência ao conjunto de etnografias lideradas por Manuel Castells (2019a). As observações realizadas em Paris, Barcelona, Nova York, Atenas, Parma, Boston, Melbourne e Los Angeles tiveram como foco analisar comunidades que foram devastadas pela crise financeira de 2008, bem como as práticas econômicas que surgiram nessas localidades à margem do sistema capitalista. Moedas comunitárias, *bitcoin*, *blockchain*, banco do tempo, instituições financeiras comunitárias são algumas das iniciativas populares coladas em cursos por cidadãos que perderam seus empregos, foram muito mal assistidos pelo sistema de seguridade dos seus países e buscaram na organização comunitária saídas para enfrentar a austeridade imposta pelos organismos multilaterais.

A partir da difusão dessas vertentes contemporâneas do fazer etnográfico em diversos grupos de pesquisas nas áreas de educação, antropologia e sociologia, consolida-se, no Brasil, um grupo de pesquisadores que tem privilegiado a escola como espaço para investigações etnográficas (GALENO, 2011; MAGGIE; PRADO, 2014; MAIA, 2014; ROSISTOLATO, 2013). Tal vertente refuta a ideia de pesquisas com inspirações etnográficas, assumindo no sentido estrito a ‘etnografia em educação’.

Julgo essencial a demarcação do conceito estudos etnográficos em educação, pois Tosta; Moreira e Bueniconto (2008) lideraram pesquisas voltadas à análise de 59 dissertações e 26 teses apresentadas em três programas de pós-graduação em educação – UFMG, UFRJ e USP – no período de 1990 a 2005 como sendo supostamente pesquisas etnográficas. Constataram as pesquisadoras que, dos 85 trabalhos analisados, apenas três puderam ser considerados metodologicamente como pesquisas teórico-etnográficas. Muitas das dissertações e teses na área de educação que se definiam metodologicamente como ‘*do tipo etnográfico*’, ‘*de cunho*’, ‘*de caráter*’ ou ainda ‘*de inspirações etnográficas*’ recorriam a essas denominações para ocultar as fragilidades epistemológicas. Na maioria das pesquisas analisadas pelos autores não foi possível compreender os protocolos utilizados no percurso metodológico.

Outra constatação foi a falta de compreensão dos elementos básicos – anotações no diário de campo, observação, conversas informais, entrevistas estruturadas ou semiestruturada, grupo focal – que compõem uma etnografia. Fazer cinco observações de 40 minutos na escola, ou fazer uma entrevista semiestruturada com os docentes não significa que o pesquisador tenha realizado uma etnografia em educação.

Além de exigir clareza no objetivo central do projeto de pesquisa, o ofício do etnógrafo demanda a compreensão de como essa problemática se dá no contexto cultural a ser observado/documentado. A chegada de um pesquisador da universidade em uma escola de educação básica sempre é acompanhada de estranhamentos por parte do corpo docente e, às vezes, dos alunos.

Reis e Lunardi-Mendes (2018), ao tecerem uma reflexão sobre seus diários etnográficos, fruto de uma pesquisa empírica realizada no interior do Estado de Santa Catarina – município de Agrolândia – durante o ano letivo de 2012, relatam o estereótipo criado por uma professora do quinto ano quando eles adentraram a sala de aula a ser

observada: “turma, esses são os pesquisadores do MEC, vieram analisar nosso trabalho com o uquinha”¹⁸ (p. 167).

Relatam os etnógrafos que foram necessários alguns meses para que a comunidade escolar superasse o período de estranhamento e desconstruísse a caricatura de inspetores do Governo Federal. Para superar tal barreira, foi preciso almoçar/lanchar com os profissionais da escola, participar das reuniões pedagógicas, ‘colocar a mão na massa’ ajudando os técnicos de informática na instalação do programa *ubuntu* nos laptops.

As observações etnográficas que trouxeram os dados mais significativos da pesquisa ocorreram apenas no segundo semestre. É preciso ressaltar que cada etnografia tem as suas especificidades. No caso documentado no interior do Estado catarinense, relatam os autores a existência de uma tensão entre a escola observada e o Ministério da Educação. Os professores foram informados que a escola receberia o PROUCA¹⁹ e não consultados, isso gerou muita tensão entre direção, coordenação e corpo docente. Caso os etnógrafos tivessem se limitado a observar as situações de aula apenas no primeiro semestre de 2012, a qualidade dos dados etnográficos seriam inferiores à cartografia social que eles conseguiram produzir tendo permanecido um ano na escola.

Como muito bem sintetiza Malinowski (1975), a finalidade da etnografia é oferecer uma descrição detalhada e objetiva da situação observada. Espera-se que o etnógrafo seja capaz, a partir da situação vivenciada, de relacionar a problemática central de sua pesquisa, os referenciais que sustentam as bases epistemológicas do seu projeto com as percepções do grupo observado em relação ao fenômeno estudado/problematizado.

Um dos protocolos etnográficos mais significativos na etnografia malinowskiana é o diário de campo. O autor prezava pelos detalhes. Sua escrita tinha como propósito fazer o leitor se sentir no lócus etnografado. Nos esclarecimentos apresentados no capítulo que abre o livro *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, o autor esclarece que, em algumas situações, a prática etnográfica exige deixar de lado gravador, máquina fotográfica, lápis e caderno, para, junto com os sujeitos pesquisados, participar de uma situação que esteja acontecendo no campo.

Na narrativa do autor é possível identificar vários momentos em que ele deixa em segundo plano os protocolos de registro. Em algumas situações ele sentiu necessidade de participar do ritual indígena, sendo uma forma de criar uma situação de confiança com o grupo que vinha acompanhando. Em outras situações a câmera ou o gravador poderia

¹⁸ Laptop do Programa “Um Computador por Aluno”, distribuído pelo Ministério da Educação.

¹⁹ Programa “Um Computador por Aluno”.

intimidar o sujeito com que ele estava interagindo. Transcorrida a situação, então, o etnógrafo passava a escrever em seu bloco de notas todas as suas percepções da situação vivenciada.

O relato de Malinowski (1976) é importante para refletirmos sobre a complexidade que envolve uma etnografia no contexto da educação básica. Situação problematizada por Oliveira *et al.* (2018) ao descreverem o percurso etnográfico realizado em duas escolas de educação básica na cidade de Florianópolis-SC. Destacam os autores que o cotidiano escolar é atravessado por diversas frentes: avaliação institucional, demanda comunitária, atendimento aos familiares. Ao chegar no campo, o etnógrafo pode ser bem acolhido pela coordenação pedagógica; a escola pode ter uma tradição em receber projetos da universidade. Mas o inverso também pode ocorrer: professores que não aceitam um observador externo na sala de aula, processos burocráticos nas secretarias de educação, desconfiança por parte dos alunos, entraves no comitê de ética.

A partir das questões sucintamente elencadas aqui, queremos destacar que o antropólogo é, a princípio, um “corpo estranho” no espaço escolar, ainda que seja comum a utilização de redes para se ter acesso a determinados espaços, muitas vezes optando-se por estabelecimentos com os quais há um contato prévio. Essa condição o coloca em meio a uma ampla teia de relações, com a qual ele necessita lidar para garantir o êxito do estudo, algo que nem de longe é exclusivo da pesquisa em estabelecimentos escolares. (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 17).

Vencidas as etapas burocráticas do projeto de pesquisa, o etnógrafo inicia a sua ‘expedição’ empírica. Etnografias consistentes requerem ao menos três elementos: I) elucidação contextualizando o lócus observado e seu entorno (comunidade); II) transformação de maneira clara, objetiva e fluída da situação vivida em texto escrito; 3) análise das percepções do grupo observado, articulando a problemática de pesquisa e o referencial teórico do fenômeno pesquisado (PEIRANO, 2014).

Nessa perspectiva, o diário se torna um protocolo constitutivo do fazer etnográfico, uma das partes mais expressivas no processo de construção dos dados.

É o diário que permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa. É também o diário que mostra, a cada etapa da reflexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas. É o diário por fim que permitirá efetuar, na medida do possível, uma autoanálise. (WEBER, 2009, p. 168).

O diário não se trata do relatório de pesquisa a ser publicado em periódico científico, mas sim um conjunto de narrativas descritivas, muitas vezes contendo situações autobiográficas vivenciadas no campo de pesquisa. Informações preciosas que ajudarão o

etnógrafo na análise das percepções do grupo observado, bem como na avaliação do percurso etnográfico realizado.

1.2 A QUALIFICAÇÃO... UMA PAUSA... E A VIRADA EPISTEMOLÓGICA NO PERCURSO ETNOGRÁFICO

Dois dias após a qualificação do projeto de tese, viajei para a capital da Argentina. Muito mais do que um período para refletir sobre as indagações dos avaliadores da banca, a viagem se transformou em uma oportunidade de análise da produção bibliográfica portenha sobre a construção social do conceito juventude. Cafés, livrarias e museus consumiram parte do tempo em que passei na cidade autônoma de Buenos Aires, mas houve também espaço para produção etnográfica. Afinal, poucos municípios da América Latina oferecem cenários tão convidativos à reflexão e à escrita como a capital portenha.

Logo no primeiro dia, ao sair de uma livraria na Rua de Maio, fui abordado por um argentino que me oferecia ingressos para um show de Tango. Ao perceber que eu não estava muito interessado no espetáculo, disparou: *você é brasileiro, né? É de São Paulo? Olha, se precisar de faso*²⁰, *posso te arrumar*. Eu não compreendia parte do que o jovem falava, pois este não falava o espanhol tradicional da Argentina e sim um dialeto próximo ao que os portenhos chamam de “*lunfardo*”, um conjunto de gírias típicas do interior do país.

Enquanto eu tentava raciocinar para que lado estaria localizada uma loja especializada em livros universitários, o indivíduo continuava a oferecer seus produtos: *mas você não precisa de “mina”?* Ao constatar que eu não havia compreendido a gíria, disparou: *mulher! Sexo!* Ao perceber a minha cara de perplexidade, continuou: *veja, é que os brasileiros, quando aparecem por aqui, ou estão procurando maconha ou precisam de mulher*.

Ouvir o relato daquele jovem, uma semana após o então Ministro da Educação ter afirmado em entrevista à revista *Veja* que brasileiros, quando viajam para o exterior, agem como verdadeiros “canibais”²¹, foi um verdadeiro ‘soco no estômago’. Resolvi me livrar daquele indivíduo indo em direção ao *Puerto Madero*, adentrei o primeiro bar que encontrei.

As horas passaram. Já era noite quando resolvi voltar à *Plaza de Mayo*, em Buenos Aires, onde anoitece mais tarde em relação ao Brasil, depois das 20:30. Andando por aquelas

²⁰ Baseado de maconha.

²¹ Afirmação do então Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez: “[...] o brasileiro viajando é um canibal. Um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião. Traz tudo de lembrança. Ele sai da porta de casa e pode carregar tudo. Então, isso é um pacote de educação para a cidadania do fundamental”. Leitores interessados em conferir a entrevista completa, acessar: <<https://veja.abril.com.br/politica/ouca-o-brasileiro-viajando-e-um-canibal-disse-velez-rodriguez/>>.

vias com seus imponentes prédios históricos de arquitetura europeia, constatee algo estranho: várias avenidas que davam acesso à Casa Rosada estavam bloqueadas, um aparato policial – daqueles que aparecem em filme de ficção científica – das mais diversas instâncias – municipal, estadual e federal – percorria a área central. Tentando chegar à sede do governo argentino²² pelas poucas ruas que estavam livres, fui arrastado por uma multidão. Tratava-se de um protesto contra o governo de Mauricio Macri.

Durante o período em que estive em Buenos Aires, as manifestações foram quase que diárias e protagonizadas principalmente por jovens. O ano letivo, que deveria iniciar após o carnaval, não iniciou. Professores se juntaram às mais diversas categorias – juventude, motoristas, agricultores, industriais, ferroviários, pilotos – contra as medidas de austeridade que o mandatário na nação tentava impor tutelado pelo Fundo Monetário Internacional.

O painelço seguiu de forma enérgica embalado pela batida do *rap* portenho contestatório. Enquanto tentava entender o jogo de gírias em torno das estrofes, fiquei a refletir que, em 2015, período em que acontecia a eleição presidencial na Argentina, a mídia comercial brasileira apresentava o então candidato de direita como o único que tinha propostas objetivas para tirar o ‘país do buraco’. Desde que assumiu a presidência, em dezembro de 2015, a nação mergulhou na mais profunda crise econômica da história recente.

Explicavam-me alguns jovens manifestantes, moradores da periferia de Buenos Aires, que a inflação em 2018 fechou em 55%, o ‘tarifaço’ em serviços administrados pelo Estado – água, luz, transporte e gás – superara a cifra de 40%. Um jovem manifestante que carregava uma caricatura do Prefeito de Buenos com os dizeres “*Adoquin careta vos transastes com Larreta*”²³ me explicava a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Mais da metade da população argentina está há mais de um ano sobrevivendo a massas; não é possível comprar verduras, frutas ou carnes. Embora a inflação tenha disparado nos últimos anos, o salário de quem ainda está empregado diminuiu: *Macri nos ofreció el paraíso y nos dejó en el infierno. Si Evita lo supiera!* [sic]. A princípio não entendi o significado da expressão “E Se Evita soubesse!”, mas ao longo da minha estadia na capital portenha, tal frase era repetida quase que sistematicamente.

No dia seguinte, logo após o café da manhã, resolvi caminhar em um dos inúmeros parques que existe na cidade. Em Palermo, enquanto refletia se entrava no Museu de Evita (Eva Duarte de Perón), um jovem me abordou. Perguntou se estava precisando de táxi, disse

²² Estava hospedado próximo ao local.

²³ Uma tradução literal não é possível. Pelo contexto geral, compreendi que a expressão está próxima de “máscaras de Adoquin (Ministro do Governo Macri) transando com Larreta (Prefeito de Buenos Aires)”. Trata-se de uma expressão de cunho pejorativo para se referir à subserviência do Prefeito ao Ministro.

que não. Ele continuou: *el faso? Tengo unos especiales aquí*. Afirmei não ter interesse e adentrei o museu. Fiquei a refletir sobre as insistentes ofertas de ‘maconha’ na capital portenha: teria eu cara de maconheiro? Seria a camiseta de Havana que eu vestia? Talvez considerassem que eu fosse um brasileiro ‘maluco beleza’ percorrendo a América Latina com interesse em experimentar coisas exóticas locais. Ou seria a crise? Se a primeira pergunta que sempre me faziam era: *brasileño?* A segunda era referente à localidade: *San Pablo?* Brasileiros são logo associados a paulistas endinheirados que estão na cidade para exorcizar suas ‘fantasias canibalistas’ e gastar muito dinheiro.

No bairro San Telmo mais protestos, desta vez sob a organização da classe artística. Uma grande faixa azul com a frase *Si Evita lo supiera!* (E Se Evita soubesse!) aglutinava a multidão. O peronismo ainda é uma força política consistente, permanece efervescente na consciência de parte significativa da sociedade argentina. Os doze anos dos governos *kirchneristas* de alguma forma contribuíram para reativar esse mito²⁴. Ao analisar como os aparelhos hegemônicos do Estado Argentino contam a história de Evita, percebe-se que as narrativas historiográficas se esforçam para caracterizar a ex-primeira dama como a única voz retumbante que realmente sensibilizou o coração dos pobres e dos trabalhadores argentinos. A história, todavia, relativiza, talvez de forma intencional, que o governo do General Juan Domingo Perón foi extremamente autoritário, cercado de contradições.

Para um estrangeiro, a frase “E se Evita soubesse!” pode soar nostálgica, porém, diante da instabilidade política e econômica que se encontra a Argentina, o bordão encontra adeptos, é um combustível para arrastar multidões às ruas de Buenos Aires. “*Tudo que Perón e Eva fizeram por essa nação, para acabarmos assim, de joelhos para o FMP*”, foi o desabafo que consegui captar de uma senhora de aproximadamente 50 anos, no Mercado Público de San Telmo, enquanto observávamos a multidão atravessar o centro histórico rumo a *Plaza de Mayo*.

A população que diariamente ocupava ruas, praças e as mediações do parlamento era impulsionada por dois fatores centrais: 1) a tentativa do Presidente Maurício Marcri em alterar a *Lei Nacional de Educación* sancionada pelo então Presidente Néstor Kirchner no ano de 2006, considerada um grande avanço no que se refere aos direitos dos jovens argentinos

²⁴ Tal afirmação tem por base vasta pesquisa bibliográfica analisada nas livrarias e acervos de Buenos Aires. Leitores interessados na temática, observar o livro de memórias escrito por Cristina Fernández de Kirchner (2019). Nesta obra, a ex-presidente e atual senadora traz à tona detalhes de como as políticas públicas na área de cultura foram planejadas e executadas no período de 2003-2015. Na narrativa fica evidente a admiração pela capacidade de articulação política de Eva Duarte Perón, bem como a necessidade de preservar o ‘legado de Evita’. Sobre a história do Peronismo, conferir livro de Di Marco e Palomino (2004). Com relação à atuação do peronismo junto aos movimentos sociais, conferir análise de Giarraca (2003).

acessar a educação pública²⁵; 2) o empobrecimento da população argentina diante das medidas de austeridade que o governo vem colocando em curso nos últimos quatro anos.

A chamada *Lei Nacional de Educación* Argentina trata-se de um conjunto de leis sancionadas na década passada, após um amplo debate com educadores, jovens, sociedade civil organizada, bem como o parlamento argentino. O arcabouço jurídico compreende quatro grandes leis, que no início de 2019 o Governo Macri tentava extinguir ou alterar radicalmente:

✓ ***Ley Nacional de Educación 26206***, que define a educação como um direito que o Estado deve garantir. Estabelece a obrigatoriedade da escola de Ensino Médio e a universalização da educação infantil;

✓ ***Ley para la protección Integral de los Derechos de la Niñez y Adolescencia 26061***, que reconhece o direito à educação pública e gratuita, atendimento ao desenvolvimento integral das crianças, sua preparação para o exercício da cidadania, a educação para a vida democrática e ao trabalho, respeitando sua identidade cultural e seu idioma nativo (indígena);

✓ ***Ley de Financiamiento Educativo 26075***, que aumentou o gasto da educação básica para 6% do Produto Interno Bruto do país, regulamentou como o orçamento deve ser formulado e executado;

✓ ***Ley de Educación Técnico Profesional 26058***, que permitiu a expansão das escolas técnicas secundaristas e terciárias, bem como implementou nessas instituições a pesquisa aplicada e a extensão tecnológica.

Nos dias que se seguiram à minha estadia na capital, o ritual etnográfico foi o mesmo: caminhada em um dos inúmeros parques da cidade, livraria, café, museu, observações nas manifestações contra o Governo Macri, na tentativa de compreender o que impulsionava aquela fúria às ruas, e escrita. Ainda não consegui me despir da condição de professor – como sugeria o avaliador da banca de qualificação –, mas deixei a Argentina com várias notas etnográficas – problematizando os movimentos juvenis contemporâneos – e muitos livros. Na alfândega, um profissional me questionou a razão de tantos volumes. Informo que é para uma pesquisa acadêmica. Ele brincou: *es sobre la historia de Argentina?* Digo que não, mas que talvez um dia voltasse para pesquisar alguns fatos históricos que considero inusitados como, por exemplo, o peronismo e a capacidade de articulação política de Eva Perón.

É digno de registro que, como brasileiro, me impressionou muito encontrar a obra de Paulo Freire em estandes de destaque em todas as livrarias de Buenos Aires. Mesmo nos

²⁵ Interessados na discussão sobre a lei nacional de educação argentina ver os trabalhos de Pini, Amaré, Cerdeiro e Terzian (2017).

shoppings e galerias, onde não se prioriza livros acadêmicos, a obra de Paulo Freire estava lá. Talvez a capital latino-americana com os melhores índices de educação, segundo os organismos multilaterais, tenha algo a nos ensinar.

1.3 DE VOLTA AO BRASIL: O PERCURSO ETNOGRÁFICO SEGUE NA ESCOLA E NAS ‘QUEBRADAS’

Ao reler meus diários etnográficos, resgatei uma cena registrada em 30 de outubro de 2018, a partir de uma observação realizada no pátio da escola, durante o intervalo. Dois estudantes da sala a qual vinha observando ensaiavam uma sequência de *beatbox*²⁶ e *freestyle*²⁷, enquanto um terceiro, de uma outra turma, filmava com um celular. O registro foi publicado em grupo da rede social *Facebook* criado para divulgar informações relacionadas à Batalha da Central, um movimento de *rap* que ocorre todas as terças-feiras à noite em uma praça do bairro Campeche (comunidade próxima da escola). A produção audiovisual foi utilizada como um chamado para lembrar os jovens internautas que interagem no grupo que à noite estava confirmado o encontro cultural.

A partir dessa cena observada durante o recreio do Ensino Fundamental II, fiquei a refletir que alguns estudantes – entre os vinte e cinco que vinha observando – participavam das Batalhas de *Rap* existentes na cidade e que esses espaços de difusão e produção cultural também poderiam ser objeto de análise, tendo em vista que normalmente eles vão até esses locais para cantar, dançar, declamar poesias e refletir sobre sua condição na sociedade, sendo as redes sociais digitais o principal meio que esses adolescentes utilizam para divulgar suas criações e mobilizar outros jovens para adesão ao movimento.

Ao refletir sobre as experiências – espaços – que esses jovens vivenciam para construir seus modos de vida, foi possível identificar a escola, as tecnologias ubíquas e as Batalhas de *Rap* como espaços de sociabilidade operando uma dinâmica que ora aproxima – faz juntar os amigos do peito –, mas em determinado momento pode funcionar como barreira, separando os colegas mais distantes. Nesta perspectiva, as Batalhas de *Rap* são muito elucidativas: se alguns estudantes logo associam o compositor de *rap* como descolado, autêntico e criativo, um adolescente evangélico, por exemplo, muitas vezes pensa o contrário, reproduzindo alguns estereótipos enraizados na sociedade: *Rap está relacionado a drogas e*

²⁶ Termo da cultura do *Rap* e do *Hip Hop*, trata-se de uma performance artística de reproduzir sons de bateria com a voz, boca e nariz (CARMO, 2003).

²⁷ Subgênero do *Rap*, trata-se de versos de improviso, onde o jovem expõe a sua visão sob determinado assunto.

delinquências; logo, é preciso se afastar. Ainda sobre essa expressão cultural na Ilha de Santa Catarina, foi possível identificá-la como um catalisador que aglutina e impulsiona a população juvenil pobre das ‘quebradas’ a refletir sobre sua condição na sociedade, bem como as contradições políticas que nosso país vivencia.

Rap é abreviatura de ritmo e poesia (rhythm and poetry), uma adaptação do canto falado da África ocidental. Para localizar sua origem é necessário retroceder até os tempos das discotecas de rua, na Jamaica, América Central, nos anos 60. Ali brotou a semente de um movimento espontâneo de reapropriação das raízes musicais mais tradicionais, das quais o reggae é uma das fontes. (CARMO, 2003, p. 178).

Esta perspectiva rítmica, aliada ao *break* (dança de rua) e ao grafite, foi introduzida nos bairros periféricos de alguns municípios brasileiros no final da década de 80 do século XX. Na década seguinte, o gênero teve uma pequena visibilidade na mídia tradicional (rádio e TV) e passou a ocupar outros espaços da cidade: praças, pistas de *skate* e casas de dança.

Mesmo sendo estilo de música, o *RAP* não se reduz a um mecanismo habitual da sociedade de consumo ou mercado jovem. A fala cadenciada, a partir de uma base musical semelhante, faz da palavra associada a um ritmo a sua grande força. É preciso falar sobre o que se passa, contar a vida das ruas, seus dilemas, denunciar ou ridicularizar o que ocorre na sociedade, fazer a crítica dos costumes. Esta é uma tônica predominante na produção musical dos *rappers*, podendo ser traduzida em expressões variadas, pois cada grupo que se forma desenvolve o seu estilo peculiar acentuando o humor ou a sátira, a denúncia política ou o romantismo. (SPOSITO, 1993, p. 167-168).

Na cidade de Florianópolis, as Batalhas de *Rap* vêm se constituindo como importante espaço de interação juvenil. Todos os dias da semana acontece pelo menos uma reunião cultural na cidade: segunda-feira – Batalha da Praia do Santinho; terça-feira – Batalha da Central, no Campeche; quarta-feira – Batalha da Costeira (bairro Carianos) e Batalha da Trindade; quinta-feira – Batalha da Alfândega (centro da cidade); sexta-feira – Batalha da Praia da Armação e Batalha da Beira (Beira-Mar do Continente); sábado – Batalha das Minas²⁸, realizada no Terminal Cidade de Florianópolis (área central da cidade) e Batalha das Casinhas, no Mont Serrat; domingo – Batalha do Norte, em Canasvieiras e Batalha do Pedregal, no bairro Tapera.

A agremiação de jovens nos espaços públicos da cidade improvisando *Flow* – estrutura rítmica que o *rapper* utiliza para encaixar seus versos poéticos na batida sincronizada pelo DJ –, problematizando o drama diário de uma população esquecida pelos

²⁸ A partir da última semana de maio de 2019, o evento mudou para as sextas-feiras.

governantes, fez com que esse gênero, até então uma manifestação cultural contestatória restrita da periferia, se difundisse entre outros extratos da população florianopolitana.

Nas pesquisas etnográficas realizadas pela antropóloga Angela Maria de Souza (1998; 2009a; 2009b) sobre o movimento Hip Hop²⁹ na cidade de Florianópolis, essa expressão cultural foi localizada como restrita aos bairros periféricos da área continental – Monte Cristo, Vila Ipiranga, Favela Chico Mendes e Jardim Atlântico. Os participantes apresentavam letras e poesias que problematizavam o drama diário de quem vivia do lado de lá ‘da Ilha’. O subtítulo da sua dissertação de Mestrado, reproduzindo um verso composto por um dos grupos de *rap* analisados pela pesquisadora, demonstra muito bem essa divisão territorial, “*a Ilha da Magia é só da ponte pra lá*”. Ou seja, naquela delimitação geográfica só existem ‘boys’ de classe média, não há espaço para esse gênero, não combina com a estética ilhéu aburguesada.

Sobre o movimento Hip Hop na Ilha, o único trabalho encontrado foi uma dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC (PETRY, 2017) em que são problematizadas as tensões de gênero, bem como a iniciativa de jovens mulheres MCs, que, ao romperem com os *Rappers* da Batalha da Alfândega – Movimento de *rap* que surge em 2012, o primeiro da Ilha –, fundam a Batalha das Minas, movimento cultural que qualquer pessoa pode acompanhar, todavia, os *freestyles* cantados neste evento são declamados exclusivamente por *Rappers* mulheres e transexuais.

O Hip Hop iniciou tímido na Ilha, em meados de 2012, quando jovens moradores do Maciço do Morro da Cruz desciam até o Largo da Alfândega para se juntar aos *Bites* (escritores/desenhistas de grafite); *Breakers* (dançarinos do break); DJs; MCs (Mestres de Cerimônia) e simpatizantes do *Rap*. Ao ocuparem o espaço público para manifestar sua arte, o movimento desperta interesse e engajamento de outros jovens, inclusive alguns de famílias mais abastadas, que habitam o metro quadrado mais caro da cidade [ver seção 5], evidenciando o *rap* como uma linguagem universal da juventude na sociedade contemporânea³⁰.

No início de 2019 foi possível constatar que essa efervescência cultural estava difundida por todas as regiões da Ilha de Santa Catarina. Os temas que predominam nas

²⁹ O Movimento Hip Hop é a junção de três expressões culturais: *Rap*, *break* e grafite.

³⁰ Esta perspectiva também é corroborada pela Antropóloga Regina Novaes (2019) a partir de etnografias realizadas na Baixada Fluminense; José Machado Pais (2006), a partir de pesquisas com os jovens das grandes metrópoles da Europa e Juarez Dayrell (2005), a partir de pesquisas empíricas realizadas na região metropolitana de Belo Horizonte. Embora existam várias vertentes dentro do *Rap*, um debate contemporâneo que emerge na academia é que essa expressão cultural vem se transformando em uma linguagem universal dos jovens oriundos dos centros urbanos. Outra etnografia que aponta nesta perspectiva foi a pesquisa realizada pela antropóloga Angela Maria de Souza (2014), que analisou o *Rap* cantando em guarani por índios paraguaios.

Batalhas de *Rap* observadas são: combate à homofobia, machismo, preconceitos étnicos, de classe, bem como o patriarcado. As letras de autoria dos jovens que frequentam as batalhas em Florianópolis são geralmente acompanhadas por uma melodia – *jazz* – mais lenta em relação ao *rap* latino (observado nas quebradas de Buenos Aires)³¹ e priorizam explicitar as dificuldades travadas na cena diária vivida na cidade. A composição abaixo demonstra o drama vivenciado por um jovem durante o seu percurso escolar:

Eles sabem/ Que a sua mãe limpava o banheiro da escola/ Em que eles estudavam / Sabem que ela era empregada, mãe solteira / E morava na quebrada / Longe pra caralho, num barraco apertado de madeira / Eles sabem/ que você não tinha pai, não tinha carro / E na volta sujava a roupa debaixo da roleta / Eles sabem / Do tênis colado com *silver tape*/ Do abrigo rasgado no joelho / E que você era o preto que ficava sozinho no recreio. / Eles sabem / Que pras reuniões dançantes você não era convidado / E se ia ficava a noite toda num canto sentado / Não dava nem selinho e voltava pra casa zerado / De você só sabiam que ia virar bandido / Igual aos teus tios e primos / Como quase todo preto *fudido*/ Oitão na cintura, os olhos vidrados de pedra e cocaína / Mas quando você colou na universidade / Eles não sabiam, nem esperavam / Sentado ali na mesa ao lado / Ocupando a mesma sala / Lá na *porra* da faculdade que era proibida / *Preto cotista apareceu escrito na parede um dia* / Então fica de olho nas armadilhas, o caminho é estreito / Não esquece da onde tu veio, Ponta de lança do exército negro/ Eles é que não sabem, cegos / Mas aqui ninguém é bengala / Pra pegar na mão de quem não tem respeito/ Pra conduzir herdeiro de senhor de engenho / Abre o peito, Mostra teus versos/ Aqui é a rua e nós somos poetas/ Eles é que não sabem/ E o que eles não sabem, a gente já nasceu sabendo (DIÁRIO DE CAMPO – Nós **sabemos**, composição de Marcelo Silva – Batalha da Alfândega, 06/12/2018)³².

Nesse contexto, o processo etnográfico desta pesquisa teve quatro fases: I) observações na escola durante o ano de 2018, tendo como foco uma turma de nono ano do Ensino Fundamental; II) observações na Batalha de *Rap* da Central (cinco alunos da turma que vinha acompanhando em 2018 participavam do movimento com regularidade; três compareciam esporadicamente); III) Batalha da Alfândega (nenhum jovem da escola participava desse movimento que acontece no centro da cidade, possivelmente pela distância geográfica. Este local de observação, todavia, foi escolhido por se tratar do movimento de *rap* mais consolidado da ilha; IV) No primeiro semestre de 2019 retorno à escola municipal do bairro Ribeirão da Ilha, conforme acordo estabelecido com a professora que já acompanhava

³¹ Em Buenos Aires o *Rap* usa alguns elementos do Tango, tornando a canção em alguns momentos frenética, aliada às batidas intensas sincronizadas pelo DJ. Em Florianópolis as melodias são suaves, todavia, o gênero torna-se uma linguagem universal dos jovens ao expor o drama diário, com letras desconcertantes, que procuram desnaturalizar a violência protagonizada pelo Estado contra as populações em situação de vulnerabilidade social e risco.

³² Todas as citações longas oriundas do meu Diário de campo estão em tamanho 11 por minha opção.

em 2018. Nesta nova etapa, não priorizei uma turma específica, mas vários espaços da instituição. O percurso seguiu até a deflagração da Greve dos Servidores Municipais, como será detalhado mais adiante.

No extremo sul da Ilha de Santa Catarina – região da escola observada – não há instituição de ensino particular, fator que contribui para que haja certa pluralidade socioeconômica entre os estudantes que frequentam a escola pública. Há jovens oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social e risco, mas há também adolescentes inseridos em famílias mais abastadas. A grande maioria, todavia, pode ser considerada de classe média³³.

Os jovens observados demonstram ansiedade com as incertezas do futuro: irão conseguir emprego? Ingressar na universidade? Seu *rap* irá ‘bombar’ no *YouTube*? A violência na comunidade dará uma trégua? Este país entrará no rumo? O que será o Governo Bolsonaro? Seus pais irão reclamar menos? Eles (jovens) terão mais tempo para interagir nas redes sociais digitais?

A pluralidade também se mostra evidente nos aspectos religiosos. Entre os sujeitos observados foi identificada – adeptos ao candomblé, evangélicos, católicos, sem religião, espíritas kardecistas, bem como nos gostos culturais – forte influência do *rap* produzido no eixo Rio-São Paulo, difundido via plataforma *YouTube*. Foi identificado também que, na *playlist* deles, não há espaço para músicas de tradição cultural gaúcha, expressões pop³⁴ e músicas eletrônicas produzidas por DJs paulistas consagrados pela indústria cultural. Embora o Ribeirão da Ilha seja um dos bairros de Florianópolis de forte tradição cultural açoriana, o choro (subgênero do samba), bem como o reggae *soul* clássico produzido especialmente no sul da Ilha, não está entre as preferências musicais desses jovens.

Além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 112).

³³ Essa classificação tem provocado muitos embates na sociologia contemporânea. Ao afirmar que a maioria dos jovens é oriunda de classe média, levo em consideração o cadastro preenchido pela família no ato da matrícula. Não tive acesso a esses formulários, mas tive uma longa conversa sobre o assunto com a Supervisora Escolar da instituição de ensino.

³⁴ Como exemplo dessa categoria musical, é possível citar Pablllo Vittar, Iza e Anitta.

Os pesquisadores Juarez Dayrell e Paulo Carrano preferem trabalhar com a concepção de ‘juventudes’ no plural, indo além de uma categoria hegemônica construída socialmente. Nesta perspectiva de análise, existem diversos modos de ser jovem na sociedade contemporânea atual.

As configurações sociais em torno de identidades culturais não se constituem abstratamente, mas se orientam conforme os objetivos que as coletividades juvenis são capazes de processar num contexto de múltiplas influências externas e de interesses produzidos no interior de cada agrupamento específico. Em torno do mesmo estilo cultural podem ocorrer práticas de delinquência, intolerância e agressividade, assim como outras orientadas para a fruição saudável do tempo livre ou, ainda, para a mobilização cidadã em torno da realização de ações solidárias. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 117).

Outra categoria trabalhada pelos autores que será essencial nesta pesquisa trata-se das ‘sociabilidades’ juvenis. Uma dimensão que eles consideram central para compreender a condição juvenil que pode ser vivenciada nos espaços institucionais como igreja, escola, trabalho. Ou ainda em espaços de lazer como as Batalhas de *Rap* protagonizadas em praças e avenidas, na prática desportiva entre amigos, bem como nas interações construídas e vivenciadas nos aplicativos digitais.

No Brasil, as sociabilidades juvenis também foram objeto de análise nos trabalhos desenvolvidos por Caiafa (1985), Sposito (1993), Abramo (1994), Carrano, Dayrell (2002), Dayrell (2005). Essa categoria também emerge no trabalho de Pais (1993; 2003), nas pesquisas desenvolvidas com jovens europeus. São análises empíricas sistematizadas a partir de observações realizadas em diferentes grupos juvenis, tentando compreender as especificidades, afinidades e diferenças de cada coletivo de jovens.

Se no início da década de 90 do século XX Marília Pontes Sposito (1993) identificou a rua como um elemento central operando nas novas formas de sociabilidade juvenil, decorridas três décadas, os aplicativos e redes sociais digitais emergem como um espaço onde as interações sociais iniciam ou se complementam com outras instituições socializadoras. Elas revelam modos peculiares de como esses jovens nascidos na era digital se engajam em causas sociais, bem como vivenciam a cidade urbana neoliberal.

De algum modo, a rua se inscreve na sociabilidade urbana, em vários momentos da vida das cidades, mas ela se reveste de especificidades históricas que precisam ser consideradas e examinadas na interação com outras instituições socializadoras. (SPOSITO, 1993, p. 166).

Nesta pesquisa, para analisar os dados etnográficos construídos, recorro ao conceito de ‘sociabilidade juvenil’ formulado pela pesquisadora Cecília Braslawsky (1985). A pedagoga argentina, bebendo no conceito de sociabilidade desenvolvido por Georg Simmel (2006 [1917]), desenvolveu uma extensa obra para analisar as formas de interação social, bem como os elementos estruturantes das sociabilidades dos jovens latino-americanos. A morte súbita da pesquisadora argentina durante sua passagem pela Europa interrompeu o ciclo de pesquisa que mais recentemente foi retomada pela *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (BALARDINI, 2000; 2002; 2003; 2004).

Simmel, tendo por base a perspectiva sociológica, define a sociabilidade como “forma lúdica de sociação” (p. 65). Sobre essa relação de convívio que pode se estabelecer nos encontros em praça pública, via aplicativos digitais, ou mesmo na escola, esclarece o sociólogo:

Defino assim, simultaneamente, como conteúdo e matéria da sociação, tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos – tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou receber esses efeitos dos outros (p. 60).

Tal perspectiva encara a sociabilidade como um jogo de sociação, um ‘ir-e-vir’ constante, e para que o jogo possa continuar é necessário o companheirismo, a interação do outro, mediações que irão confrontar diversos valores culturais, ideológicos e religiosos, diferentes formas de ver a sociedade.

A conversação é um exemplo. Nas formas de interação, os indivíduos conversam em razão de algum conteúdo que queiram comunicar. Na sociabilidade, o falar torna-se o próprio fim, o assunto é simplesmente o meio para a viva troca de palavras revelar seu encanto. É a arte de conversar, com suas leis artísticas, fazendo dos salões [casas de *funk*, um dos espaços que a etnografia do pesquisador privilegia] um espaço do exercício da razão comunicativa. É um jogo, e um “jogo com”. Apesar de ser outro contexto, a conversação assume para os jovens um papel muito importante; o “trocar ideias” é de fato um exercício da razão comunicativa, ainda mais significativo quando encontram poucos espaços de diálogo além do grupo de pares (DAYRELL. 2005b, p. 185).

É na juventude que as sociabilidades se ampliam para além da família e da escola. Ao vivenciarem novas interações praticando *skate* na praça do bairro, duelando *freestyles* nas Batalhas de *Rap*, discutindo suas poesias com outros internautas, via aplicativos digitais, os sujeitos observados nesta pesquisa constroem processos de resistência, denunciando a

ausência de uma política pública efetiva – que vá além do papel³⁵ – ou seja, que de fato se materialize em ações concretas nas suas vidas.

Além deste texto introdutório, esta tese se estrutura com mais seis artigos, cuja leitura pode ser feita na ordem estabelecida pelo autor, ou de acordo com o interesse dos leitores. Na seção “A construção social do conceito juventude: ‘luzes sociológicas’ para compreender o jovem na contemporaneidade”, apresento uma revisão de literatura evidenciando como a sociologia abordou a temática nas últimas três décadas. Além do debate sobre as diferentes concepções epistemológicas formuladas nos diversos grupos de pesquisas latino-americanos, o texto seleciona, para o debate, quatro ondas de mobilizações onde a juventude brasileira se apresentou como protagonista: Revolta da Catraca (2004-2005), Jornadas de Junho (2013), Movimento Brasil Livre (2015-2016) e Ocupações de Escolas (2015-2016).

Na segunda seção teórica, “Redes, conexões e ubiquidade: delineando alguns conceitos na cultura digital”, trago para o debate alguns ensaios filosóficos e sociológicos que se debruçaram a analisar os paradoxos da cultura digital. No texto, a aposta é em uma prática pedagógica que leve em consideração a dimensão ética, estética e política para superar as ambivalências da era digital.

A seção seguinte privilegia as notas de uma etnografia realizada durante dois semestres em uma escola de educação básica no bairro Ribeirão da Ilha – Florianópolis/SC. O percurso acompanha a execução de um projeto interdisciplinar que tem como foco a discussão do tema cidadania digital. Além dos embates travados na sala de aula sobre as ambivalências da cultura digital, na narrativa se discute as representações dos jovens observados sobre as tecnologias ubíquas, bem como suas apropriações para interagir em rede no âmbito social.

A segunda seção, com dados etnográficos, acompanha os jovens fora da escola. Trata-se de um convite para que os leitores possam conhecer territórios invisibilizados na Ilha de Santa Catarina. O percurso etnográfico de oito meses privilegia cenas juvenis protagonizadas nas Batalhas de *Rap*, mas à medida que os sujeitos observados se envolvem com outras mobilizações, o pesquisador segue documentando as estratégias de articulação desses jovens em outros espaços urbanos da cidade de Florianópolis. As observações realizadas acompanhando o percurso de jovens estudantes, MCs, dançarinos do *break* e produtores de *rap* evidenciam que o movimento Hip Hop da Ilha de Santa Catarina atua próximo de “uma rede de proteção social” que, além de contribuir para a autoestima dos participantes, bem

³⁵ O Estatuto da Juventude é considerado um marco jurídico importante na garantia dos direitos dos jovens brasileiros. Todavia, um debate que surge na sociologia contemporânea é o hiato existente entre a legislação e a efetivação da política pública. Este assunto será retomado no próximo capítulo, especialmente na análise do protagonismo juvenil nas Jornadas de Junho de 2013.

como para o aprendizado sobre técnicas de produção musical, é responsável por um profícuo debate sobre o cenário político atual, explicitando as contradições da sociedade brasileira.

A última seção, que antecede as considerações finais, se propõe a responder a ousada pergunta que dá título ao texto: “O que os dados etnográficos evidenciam sobre a juventude na contemporaneidade?”. O artigo problematiza os desafios e as perspectivas dos jovens com relação ao mundo do trabalho, políticas públicas, as complexas relações com o universo religioso, além da participação desses jovens junto aos movimentos sociais. No último tópico, o leitor pode conferir alguns registros fotográficos das Batalhas de *Rap* efetuados ao longo do percurso etnográfico.

Nas considerações finais é apresentada a ‘tese’ deste trabalho acadêmico, alguns dados atualizados sobre a internet no Brasil e no mundo, além dos desafios da educação para formulação de uma proposta de educação para cidadania fundada no paradigma ético, estético e político. Para além de uma reflexão acadêmica sobre juventude e tecnologias digitais, este trabalho também é uma contribuição teórica sobre os estudos etnográficos em educação.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO JUVENTUDE: ‘LUZES SOCIOLÓGICAS’ PARA COMPREENDER O JOVEM NA CONTEMPORANEIDADE

No âmbito da sociologia contemporânea, os estudos sobre juventude têm se destacado, especialmente nas últimas três décadas, contribuindo para que a produção acadêmica sobre o tema evoluísse significativamente a partir da década de 90 do século XX. Todavia, como bem adverte a socióloga mexicana Rossana Reguillo (2013), a juventude, como conhecemos hoje, trata-se de uma invenção social, cujo prelúdio nos remete à segunda guerra mundial (1939-1945).

Para a pesquisadora, cessado o conflito armado, novos acordos políticos, econômicos e sociais foram celebrados entre governos, organismos multilaterais e sociedade civil organizada. Se, por uma via, setores da sociedade passaram a reivindicar a necessidade de os jovens serem reconhecidos como sujeitos de direitos no âmbito das políticas públicas, em contraposição, alguns agentes sociais vislumbraram nesse eixo populacional uma nova categoria suscetível para alavancar o consumo mercadológico.

É após o conflito bélico que surge, também, a poderosa indústria cultural (YONNET, 1988). No continente americano, os Estados Unidos tornam-se o principal difusor de produtos – músicas, filmes, programas televisivos, revistas – destinados ao público juvenil. A partir do consumo desses bens culturais, inicialmente pelas famílias mais abastadas, tal indústria atuou, em certa medida, como mediadora dos gostos culturais, traços identitários, além dos costumes específicos que foram aos poucos se difundindo entre esse eixo populacional.

A influência da chamada indústria cultural no público juvenil também foi tema da clássica coletânea britânica organizada pelos pesquisadores do Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, Inglaterra (HALL; JEFFEERSON, 1975). Especialmente no artigo “Subcultures, cultures and class: A theoretical overview”, assinado por John Clarke, Stuart Hall, Tony Jefferson e Brian Roberts (1975), destacam os sociólogos que, para além das mudanças que o processo de escolarização provocou no comportamento dos jovens, é com a disseminação da indústria cultural, fortalecida no pós-guerra, que a categoria juventude passa a ganhar visibilidade nos mais diversos setores da sociedade.

À medida que essa parcela da população passa a ingressar cada vez mais tarde no mundo do trabalho, mecanismos regulatórios para monitorar esses indivíduos foram criados pelos Estados-Nações. A antropóloga mexicana Elena Azaola (1990) destaca que, para além do marco legislativo que estabeleceu a obrigatoriedade de os jovens frequentarem as instituições de ensino, houve, por parte dos países, uma profissionalização institucional para

criar dispositivos que atendessem, vigiassem e controlassem tal público. Além dos espaços de sociabilização nas áreas da educação, cultura e desporto regulados pelo aparato estatal, o poder público também criou tribunais e leis específicas para julgar eventuais condutas que estariam em desacordo com o contrato social estabelecido.

Na América Latina, os primeiros estudos em que se tentou analisar as sociabilidades juvenis indo além do recorte da faixa etária, ou seja, levando em consideração também os aspectos sociais, culturais, históricos e políticos, foram desenvolvidos no México. A obra de José Manuel Valenzuela (1987; 1988) é considerada um marco importante por contextualizar a categoria juvenil por meio de uma abordagem teórica multidisciplinar.

A partir das últimas décadas do século XX, a perspectiva sociológica latino-americana produziu inúmeros debates em torno do público juvenil. Inserção no mundo do trabalho, sociabilidade e interação nos mais variados territórios da cidade, sexualidade, índices alarmantes de homicídios, consumo de álcool e drogas ilícitas, acesso à informação e ao conhecimento, uso e apropriação das tecnologias digitais foram algumas das questões que moveram as investigações acadêmicas.

Na Colômbia, é digna de registro a pesquisa empírica de Alonso Salazar (1990) realizada nas comunidades periféricas da cidade de Medellín, em que foi analisado o complexo mundo do narcotráfico e a estreita relação com os jovens em situação de vulnerabilidade social e risco. O trabalho do pesquisador tornou-se relevante ao evidenciar que a ausência de políticas públicas mínimas para a juventude transformava esse público em potencial ‘mão de obra barata’ para o crime organizado.

As complexas redes de interação e sociabilização juvenil também são retratadas no trabalho realizado pelos pesquisadores Roberto Duque e Boris Muñoz (1995) em pesquisa empírica desenvolvida nos bairros periféricos de Caracas – Venezuela. Além de evidenciar a dramática condição social do público juvenil, os autores analisaram a atuação das igrejas e organizações não governamentais que atuavam para supostamente ‘proteger’ o jovem do tráfico de drogas e do crime organizado.

Proteger o jovem dos perigos que ameaçam a sociedade! Este foi o mote das poucas iniciativas isoladas que os governos latino-americanos tentaram colocar em curso na década de 90 do século XX. No Brasil, esse período é demarcado na literatura sociológica como os primeiros esforços da nação, que tentava implantar algumas poucas iniciativas destinadas ao atendimento dos jovens.

Um estudo sobre as sociabilidades de alguns grupos juvenis – *Darks* e *Punks* – realizado nos anos finais da década de 80 do século XX na cidade de São Paulo pela

pesquisadora Helena Abramo (1994) mostra que já se constatava, naquela ocasião, que boa parte da literatura acadêmica produzida para analisar a juventude dava ênfase às supostas ‘posturas desviantes dos jovens’ em detrimento às sociabilidades construídas e vivenciadas nos grupos urbanos das cidades latino-americanas.

A maior parte dos estudos que se debruçam sobre o problema da *delinqüência juvenil* ressalta o caráter de resultado de um ‘defeito’ no processo de socialização, provocado por disfunções no sistema social, e é marcada por uma perspectiva corretiva, que aponta para a necessidade de ‘saneamento’ das patologias e para a busca da reintegração desses jovens nos padrões de normalidade. (ABRAMO, 1994, p. 16).

No campo das políticas públicas para a juventude existe um consenso de que o início da década de 1990 se configura como um marco das iniciativas do Estado brasileiro destinadas a essa parcela da população. Nesse período foram empreendidas algumas ações, porém mantidas de forma desarticulada entre os ministérios, demonstrando uma grande fragilidade na coordenação dos projetos e programas. Os pesquisadores Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano (2003) enfatizam que uma prova dessa afirmação é a grande dificuldade quando acadêmicos buscam informações públicas e confiáveis sobre a efetividade das ações empreendidas no espaço temporal citado.

No que se refere aos marcos regulatórios, todos os documentos oficiais que orientavam as políticas públicas para a juventude naquele momento classificavam como jovem pessoas entre 15 e 24 anos. Ressalta-as ainda que, na década de 90 do século XX, o Brasil atravessou uma complexa crise econômica, onde 50% dos jovens se encontravam desempregados (POCHMANN, 2000). Junto à implantação de uma série de medidas de cunho neoliberal, entre 1994 e 2000, o país reduziu mais de 3 milhões de postos de trabalho assalariado com carteira assinada. Destes, mais de dois milhões correspondiam aos cargos destinados a pessoas com menos de 25 anos de idade.

Diante deste complexo diagnóstico, em 2003, a posse do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocorre concomitantemente a uma forte pressão exercida pelos mais diversos setores da sociedade civil. Reivindicava-se, naquele momento, para que, de fato, o novo governo implantasse uma política pública ‘efetiva’ para a juventude brasileira (ANDRADE; SILVA, 2009). Uma das primeiras iniciativas do novo mandatário foi a criação do Grupo Interministerial, responsável por mapear o perfil dos jovens brasileiros, bem como os programas ou iniciativas destinadas à juventude que vinham sendo executadas pelo Estado Brasileiro.

A partir deste mapa, o Grupo Interministerial fez diversas recomendações, dentre elas, a criação de uma Secretaria Nacional para articular os programas existentes, e, ainda, de um programa que contemplasse os jovens em situação de vulnerabilidade social e risco, oferecendo educação, formação profissional e encaminhamento para o primeiro emprego (ANDRADE; SILVA, 2009). Diante do exposto, em 2005, através da lei 11.129, a presidência da república instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), criou o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Importante ressaltar que é a partir de tal lei que os documentos oficiais do Brasil passam a caracterizar como ‘jovem’ pessoas de 15 a 29 anos.

No âmbito das ciências sociais muito se tem debatido acerca da forma como o conceito juventude tem sido caracterizado nas diferentes regiões do globo. Pesquisadores que partem de uma análise tendo por base o materialismo histórico e dialético (KUENZER, 2007; FRIGOTTO, 2008; 2009; RUMMERT, 2008; SPOSITO, 2008; CORROCHANO, 2010; SILVA, 2010; ANTUNES, 2018; MARQUES, 2018) enfatizam que, diante da perspectiva capitalista rentista do capital financeiro pós-industrial, vários fatores impõem a necessidade de prolongar a fase juvenil. Redução de postos de trabalhos e a precarização das relações trabalhistas são algumas das novas dinâmicas impostas pelo capitalismo global que contribuem para que os jovens tenham dificuldades de entrar efetivamente na vida adulta.

No âmbito dos esforços governamentais latino-americanos, ainda é possível fazer referência à Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens de 2008. Um dos poucos tratados internacionais que reconhece o jovem como sujeito de direito. Sete países são signatários do documento: Bolívia, Costa Rica, Equador, Espanha, Honduras, República Dominicana e Uruguai. Algumas das diretrizes são:

- Reconocimiento de derechos e igualdad ante la ley.
 - Acceso equitativo a los recursos de la sociedad e igualdad de oportunidades.
 - Acceso a una calidad de vida estimada adecuada.
 - Recursos para el logro de la autonomía y la emancipación.
 - Participación en los procesos democráticos y en el ejercicio de la ciudadanía.
- (RASCOVAN, 2013, p. 48).

Carrano (2011) afirma que, nos países da América Latina, se consolidou o entendimento – por parte dos governantes – de que a categoria juventude deve ser considerada a faixa etária populacional entre 15 a 29 anos. Adverte que, na Europa, diversos fatores econômicos e culturais levaram países como Itália, Espanha e Grécia a estender a juventude até os 34 anos. O autor ressalta, todavia, que a categoria juventude não pode ser definida

apenas pelo corte de idade, tendo em vista que, em cada sociedade, o conceito de juventude “envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades” (p. 10).

Tal perspectiva é corroborada pelos historiadores Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (1996a; 1996b) ao contextualizarem a historicidade da juventude no ocidente. Para os autores, reduzir o conceito de juventude a uma determinada faixa etária trata-se de uma ação política precária que acarreta a incapacidade de compreender as especificidades das diversas ‘culturas juvenis’.

Além das polêmicas e dissensos sobre a construção histórica e social do conceito juventude, problematizada epistemologicamente nos diversos grupos de pesquisa das universidades latino-americanas, na última década do século XX ganha força uma corrente de estudos que irá problematizar a estética juvenil. Os sociólogos argentinos Mário Margulis e Marcelo Urresti (1996) se destacarão por inaugurar duas categorias de análise formidáveis.

A primeira delas trata-se da moratória social, composta especialmente pela ociosidade juvenil – tempo para estudar, para praticar esportes, para visitar os aparelhos culturais. São alguns privilégios que, sobretudo os jovens inseridos nas famílias mais abastadas irão desfrutar, por consequência, terão a entrada na vida adulta cada vez mais postergada.

A moratória vital, segunda categoria de análise desenvolvida pelos autores, diz respeito ao capital energético e corporal comum a todos os jovens, independente da classe social. Os pesquisadores ressaltam, todavia, que as condições sociais e culturais da juventude não se apresentam com as mesmas especificidades a todos os indivíduos que integram uma determinada faixa etária.

En consecuencia, se pode reconocer la existencia de *jóvenes no juveniles* – como es el caso de muchos jóvenes de sectores populares que no gozan de la moratoria social y no portan los signos que caracterizan hegemonicamente a la juventud –, y de *no jóvenes juveniles* – como ciertos integrantes de sectores medios y altos que ven disminuido su crédito vital excedente pero son capaces de incorporar tales signos. (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 22)³⁶.

Se, por um lado, temos indivíduos dentro de uma faixa etária reconhecida socialmente como juvenil, e sua condição social de juventude é interrompida em função da gravidez precoce, casamento ou responsabilidade na chefia da família, o que leva esse jovem a assumir as responsabilidades do universo adulto, em outra ponta, indivíduos com idade mais avançada

³⁶ Tradução livre: Em consequência, pode-se reconhecer a existência de jovens não juvenis – como é, por exemplo, o caso de muitos jovens dos setores populares que não gozam da moratória social e não portam os signos que caracterizam hegemonicamente a juventude –, e não jovens juvenis – como é o caso de certos setores médios e altos que vêm diminuindo seu crédito vital excedente, mas são capazes de incorporar tais signos.

desejam continuar sendo ‘jovem’, acabam incorporando ‘signos’ que demonstram a vitalidade juvenil, estimulados em especial pela indústria cultural e de fármacos.

Um dos debates mais intenso travado no âmbito das ciências sociais tem sido a tentativa de responder a seguinte pergunta: em que momento o indivíduo deixa de ser jovem e atinge a vida adulta? Certamente se trata de uma pergunta extremamente complexa de ser respondida, porque, além de aspectos biológicos, o conceito de juventude é atravessado por aspectos históricos, culturais e políticos de cada sociedade (PAIS, 1993; SPOSITO, 1993; ABRAMO, 1994; PERALVA, 1997; FEIXA, 1998; DAYRELL, 2003; 2005; 2007; STECANELA, 2010).

No Brasil, com a implantação do Conselho Nacional da Juventude, em 2005, uma das primeiras ações deste fórum foi o diálogo com a sociedade civil para a formulação do Estatuto Brasileiro da Juventude. A Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto e dispõe sobre os direitos dos jovens, bem como os princípios e diretrizes das políticas públicas para a juventude, tramitou quase oito anos no Congresso Nacional. O Projeto de Lei foi alvo de uma intensa disputa entre as diversas correntes ideológicas que estruturam as duas casas legislativas que formam o Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O Estatuto da Juventude foi aprovado pelo parlamento somente em julho de 2013, um momento de grande turbulência no Brasil, período que ficou popularmente conhecido como as Jornadas de Junho. Existem bons estudos empíricos que tentam compreender a rebeldia juvenil de 2013 (MARICATO, 2013; RICCI, ARLEY, 2014; BUCCI, 2016; MATTOS, 2016). Protestos tímidos, convocados inicialmente por estudantes paulistas de classe média contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, desembocaram em volumosas manifestações em mais de 380 cidades brasileiras.

A indignação que a princípio era contra o valor da tarifa, bem como a má qualidade de ônibus, trens e metrô, inesperadamente se voltou contra tudo e todos – governantes. Uma difusão de reivindicações passou a ser pautada nas manifestações. O Congresso Nacional, por sua vez, tentou apresentar uma rápida resposta à sociedade e, principalmente, ao público juvenil que, inicialmente, estava protagonizando tais manifestações.

Estudo sistematizado pelo sociólogo Ruy Braga (2013) aponta que, se na década dos governos petistas (2003-2013), os jovens tiveram maior acesso aos bancos de escolas técnicas e universidades, agora, com o diploma na mão, permanecem na condição de “precarizado”. Encontram dificuldades de acessar o primeiro emprego e, quando conseguem, são subremunerados. Uma das percepções constatadas pelos pesquisadores que estavam em campo

naquele ‘inverno atípico de 2013’ foi que: *se é para continuar atuando no mundo do subemprego, não precisávamos ter ‘perdido’ quatro anos estudando na universidade.*

Pesquisa realizada na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, **34,3% recebiam até um salário mínimo** e 30,3% ganhavam entre dois e três salários mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção. (BRAGA, 2013, p. 82).

Além dos aspectos relacionados ao emprego e renda, outros problemas citados pelos manifestantes que tomavam praças e avenidas eram: saúde (mencionado por 78% dos entrevistados), transporte público (77%), segurança pública (55%) e educação (52%). Os jovens também explicitavam descontentamento com os gastos exorbitantes do orçamento público com a organização de megaeventos – Copa do Mundo da FIFA e Jogos Olímpicos – que aconteceriam no país em 2014 e 2016, respectivamente. Havia uma incompreensão no imaginário daqueles indivíduos: como era possível os governantes destinarem tantos recursos para a construção de estádios de futebol se, no posto de saúde do bairro, não havia remédios e a escola de educação básica ameaçava desabar por falta de manutenção?

A classe política – executivo e legislativo – demonstrou grande dificuldade em decodificar os recados gestados nas redes e nas praças públicas. Tal afirmação pode ser comprovada ao analisar as matérias legislativas apreciadas após as manifestações de junho. Na Câmara Federal, os deputados desengavetaram o Estatuto da Juventude, que há oito anos morava, estava literalmente esquecido nas comissões legislativas. Aprovado de forma relâmpago pelos parlamentares, o texto foi sancionado pela Presidenta da República sem vetos, no dia 05 de agosto de 2013.

Também foi do parlamento que partiu a iniciativa de arquivar rapidamente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 37) que limitava os poderes de investigação do Ministério Público. O assunto tinha tomado as ruas e viralizado nas redes sociais digitais. Do executivo, além do pronunciamento presidencial em cadeia nacional de rádio e TV em 21 de junho de 2013 – um dia após 1,25 milhão de pessoas terem abarrotado os logradouros de 388 cidades brasileiras (BUCCI, 2016) – anunciando cinco pactos nacionais: saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal e reforma política, a única coisa que realmente se concretizou após o anúncio foi a implantação do Programa Mais Médicos³⁷ e a promulgação da lei dos *royalties* do petróleo, sendo que, destes, 75% foram destinados para a educação e 25% para a saúde.

³⁷ Leitores interessados na discussão do Programa Mais Médicos, verificar pesquisa de Matias (2017).

Matéria legislativa que foi completamente deturpada pela Medida Provisória 811/2017 editada pelo então Presidente Michel Temer (2016-2018), que, na sequência, foi convertida na Lei 13.679/2018, sob a ‘benção’ do Congresso Nacional. No meio acadêmico, inúmeras análises ainda tentam compreender o que motivou o levante de 2013. Nesse sentido, importante questionamento é formulado pelo pesquisador Luís Antônio Groppo (2017):

Será que o reconhecimento do jovem como sujeito pelos poderes públicos não foi apenas retórico? Até que ponto, mesmo com mecanismos institucionais como o Conselho da Juventude e as Conferências Nacionais de Juventude, os jovens brasileiros foram realmente ouvidos nas suas queixas, angústias e insatisfações? Até que ponto as Jornadas de junho de 2013 não foram um modo forçado e causticante destes jovens se fazerem, realmente, sujeitos, falando e agindo em canais não institucionais e por formas não tradicionais de participação política? (p. 15).

Os atos convocados pelo Movimento Passe Livre são o preâmbulo das manifestações de 2013. Já as várias correntes ideológicas tomando as ruas com o objetivo de questionar a atuação da classe política brasileira constituem o epílogo. Foi nesta ocasião que surgiram agremiações juvenis como MBL – Movimento Brasil Livre, além dos coletivos #RevoltadosOnline e #VemPraRua³⁸.

Os primórdios do Movimento Passe Livre nos remetem ao início dos anos 2000 na cidade de Florianópolis. Os anais da história caracterizam a denominada ‘Revolta da Catraca’, ocorrida na capital de Santa Catarina, como um movimento popular que uniu estudantes secundaristas, jovens universitários, trabalhadores usuários do transporte coletivo e sociedade civil organizada, todos descontentes com a forma como o transporte vinha sendo gerido no município.

No contexto político da ação tem-se, de um lado, a situação do transporte coletivo na cidade de Florianópolis, então sob a administração de uma prefeita – sócia da maior empresa de transporte urbano e compromissada com um grupo que controla o transporte coletivo na cidade – que decreta o aumento abusivo nas passagens de ônibus. Como consequência desse relacionamento privado, a política pública de transporte coletivo da cidade ficou à mercê dos interesses de mercado. Do outro lado, a JRI – Juventude Revolução Independente que se desvincula da corrente trotskista ‘O Trabalho’ e do próprio PT – organizada, então, na Juventude Revolução de Florianópolis, que desde 2001 está no cenário da organização da CPL – a Campanha do Passe Livre –, criada pelo conjunto de estudantes, a maioria secundarista, e na qual depositou sua energia organizativa desde o seu lançamento. (SOUSA, 2005, p. 5).

A campanha estudantil pelo Passe Livre surge em meados do ano de 2000, quando movimentos juvenis organizados conseguiram reunir 20.000 assinaturas para instaurar no

³⁸ Uma excelente análise sobre essas expressões organizativas juvenis com um espectro ideológico à direita pode ser conferida no trabalho de Guimarães (2018).

parlamento municipal um projeto de lei de iniciativa popular que visava à implantação da gratuidade nas tarifas do transporte coletivo. O trâmite da matéria legislativa na Câmara Municipal de Florianópolis foi curto e esta foi arquivada após a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Os jovens que lideravam a Campanha pelo Passe Livre conseguiram uma importante visibilidade nas mídias hegemônicas e em outros setores da sociedade com a organização do I Encontro Nacional pelo Passe Livre, evento que veio a ocorrer no início de junho de 2004 na capital catarinense. A partir das teses formuladas nesse encontro, a campanha foi aderida por associações de bairros, sindicatos e outras agremiações classistas organizativas (LIBERATO, 2005).

O encontro nacional que reuniu principalmente entidades estudantis para debater o Passe Livre em Florianópolis ocorreu um ano após os acontecimentos que ficaram conhecidos nacionalmente como a “Revolta do Buzu”. Um movimento liderado por jovens secundaristas em resposta ao aumento abusivo das tarifas, praticado pela Prefeitura de Salvador. Durante os meses de agosto e setembro de 2003, cenas como: ônibus incendiados, bondes virados, prédios de estatais ‘pichados’, barricadas e ‘catrações’ faziam parte da rotina diária da capital baiana. Este cenário é retratado no documentário do cineasta argentino Carlos Pronzato³⁹.

Importante ressaltar que, embora liderado por estudantes, o Movimento Passe Livre em Florianópolis não nasceu no interior das universidades e/ou escolas de educação básica. A organização foi gestada nas comunidades do interior da Ilha de Santa Catarina que sofriam com as sucessivas mudanças do transporte coletivo, impostas de maneira autoritária pela Prefeitura Municipal. Nas diversas reuniões que aconteceram em 2004 para debater a questão, a exibição do filme de Pronzato era incorporada à programação. Como consequência, uma parte significativa dos ilhéus teve acesso à produção cinematográfica que havia sido gestada em meio aos conflitos desencadeados na capital baiana.

De acordo com a pesquisa empírica realizada pela socióloga Janice Tirelli Ponte de Sousa (2005), nos dez dias que sucederam o anúncio do aumento da tarifa do transporte coletivo (anúncio realizado pela prefeita em 28 de junho de 2004), a cidade de Florianópolis virou de ‘pernas para o ar’:

³⁹ O documentário “A Revolta do Buzu” explora as múltiplas narrativas – dos estudantes, dos políticos, da polícia, das mídias hegemônicas – em relação aos protestos que ocorreram em Salvador/BA nos meses de agosto e setembro do respectivo ano (PRONZATO, 2003).

A palavra de ordem “catraca livre” era a senha para os estudantes pularem as catracas e abrirem as portas traseiras dos ônibus, para liberar as tarifas para o resto da população, e foi o estopim de uma série de ações diretas: fechamentos de terminais do norte ao sul da Ilha de Santa Catarina e da parte continental; obstrução da ponte que liga a ilha ao Continente; tentativas de invasão da prefeitura municipal; intensas manifestações em frente à Câmara Municipal de Florianópolis; passeatas várias vezes ao dia; assembleias na rua com tomadas de decisões no local das manifestações e realizada por quem estivesse presente e concordasse em participar. (SOUSA, 2005, p. 8).

A truculência da Polícia Militar, as balas (a maioria de borracha) disparadas contra os secundaristas e a prisão de mais de 20 jovens menores de idade fez com que a população, perplexa diante dos acontecimentos, aderisse massivamente aos protestos. A prefeita, emparedada pelas manifestações volumosas, se viu acuada e decidiu recorrer ao parlamento municipal; várias matérias legislativas foram remetidas aos vereadores. Desse processo resultou uma série de mudanças na organização e gerência do transporte coletivo na capital catarinense, revogação do aumento das tarifas, bem como o projeto de lei que previa a gratuidade das passagens aos estudantes e idosos.

A vitória conquistada pelos estudantes em Florianópolis fez com que o tema Passe Livre entrasse definitivamente nas rodas de conversa dos grupos juvenis. Em 2005, durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, ocorre a plenária de fundação do MPL – Brasil (movimento nacional para impulsionar a discussão pelo Passe Livre). No mesmo ano, em junho, ocorre a segunda Revolta da Catraca na capital catarinense. O movimento consegue barrar o aumento anunciado pela Prefeitura e em 26 de outubro do respectivo ano é sancionada a lei do ‘passe livre estudantil’.

No ano seguinte, o segundo Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, ocorrido na cidade de São Paulo, fez com que o movimento ganhasse projeção nacional. Diversas ações concretas foram realizadas nas regiões metropolitanas – ocupações em secretarias municipais de transportes e terminais, protestos, barricadas – forçando a classe política a debater a qualidade do transporte urbano.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença. (MARICATO, 2013, p. 19-20).

Entre 2000 a 2013 o movimento Passe Livre teve altos e baixos. A agremiação nasce na Ilha de Santa Catarina, liderada principalmente por jovens secundaristas, mas com um forte

apoio dos setores populares. Diante da projeção nacional e conforme os anos passam, o movimento fica cada vez mais restrito aos ambientes universitários, perdendo o diálogo com outros setores da sociedade. O coletivo volta a ser destaque nas mídias hegemônicas, com o início das manifestações do ‘inusitado inverno de 2013’.

2.1 JUVENTUDE E OS COMPLEXOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

A literatura marxista (MARX; ENGELS, 2011) consolidou, no ocidente, a noção de que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter revolucionário contra as injustiças colocadas em curso pelo sistema capitalista⁴⁰. Todavia, a partir da década de 80 do século XX, os movimentos sociais buscaram outras formas de organização, como, por exemplo, o associativismo civil, tornando a análise sociológica deste fenômeno extremamente complexa. As ações de resistência deixaram o chão de fábrica para ocupar os centros urbanos com pautas difusas e heterogêneas.

Coletivos que defendem as causas ambientais, LGBTQIA+, feministas, anarquistas, étnicos, indígenas, pacifistas e anticapitalistas se organizaram e ganharam visibilidade. Grupos que reivindicam moradia, saneamento básico, qualidade no transporte coletivo, reforma agrária, legalização da maconha e do aborto passaram a ocupar ruas e praças, disputando a narrativa e a atenção de quem transita pelo espaço urbano.

Na literatura sociológica existem boas análises sobre a complexidade dos movimentos sociais atuais (MELUCCI, 2001; GOHN, 2004; SCHERER-WARREN, 2006; ARRUDA, 2011; SANTAELLA, 2016a; GOHN, 2019). Neste trabalho, a concepção teórica formulada por Alain Touraine (2006) e Manuel Castells⁴¹ (2013a) é a perspectiva que adoto para introduzir o tema. Este último autor, além de uma densa reflexão sobre o assunto, sistematizada no segundo volume que compõe a trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, tece análises sobre a primavera árabe e as jornadas de junho ocorridas no Brasil (CASTELLS, 2013b). E, ainda, discorre sobre a crise das democracias liberais a partir de quatro episódios: ascensão da extrema direita, na França; Eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos; o complexo plebiscito do *Brexit*, no Reino Unido, que levou à renúncia da

⁴⁰ No Brasil existe um intenso debate sociológico sobre o que é o marxismo, bem como suas variadas correntes e formas de analisar os movimentos sociais. O leitor interessado em uma análise sobre as polêmicas e dissensos em torno dos fundamentos da práxis marxista, conferir livro da socióloga Sabrina Fernandes (2019).

⁴¹ A teorização sobre os movimentos sociais é recorrente nos livros publicados pelo autor. Uma teorização mais completa sobre o assunto pode ser conferida no título “*The City and the Grassroots: A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements*” (CASTELLS, 1983). Ressalta-se que, embora no Brasil Alain Touraine e Manuel Castells são autores consolidados para analisar os movimentos sociais contemporâneos, as principais obras publicadas sobre essa temática nunca foram traduzidas para o português.

primeira ministra do Reino Unido, Theresa May; o movimento separatista da Catalunha, Espanha (CASTELLS, 2018) – todas ações coletivas que emergiram nas redes, mediadas por jovens imersos nas tecnologias ubíquas.

Uma de suas teses é de que, ao longo do percurso da humanidade, sempre existiram movimentos progressistas e reacionários. Na concepção do autor, “todos eles são sintomas das nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais” que devem ser refletidos e analisados por meio de pesquisas empíricas acadêmicas (CASTELLS, 2013a, p. 95).

Em sua obra, o autor privilegia três categorias para analisar os denominados ‘novos’ movimentos sociais urbanos: 1) *identidade* da agremiação, ou seja, o que agrega as pessoas em torno de um determinado coletivo; 2) *adversário*, quem e/ou o que se deseja combater; 3) *meta*, visão do movimento. Que perspectivas e horizontes se desejam alcançar a curto, médio e longo prazo?

Castells admite ter construído essas três categorias de análise a partir da teoria formulada pelo sociólogo Alain Touraine (2006), que nos oferece a seguinte definição sobre movimentos sociais:

En primer lugar – y es el esencial – defino los movimientos sociales como unas conductas socialmente conflictivas pero también culturalmente orientadas y no como la manifestación de contradicciones objetivas de un sistema de dominación. No concibo el movimiento obrero solamente como un levantamiento de los proletariados pero si como un contramodelo a la sociedad industrial inclinada por los trabajadores poseedores de la fuerza de trabajo.

En segundo lugar, a acción de los movimientos sociales no está dirigida fundamentalmente frente al Estado y no puede ser identificada con una acción política por la conquista del poder; al contrario, es una acción de clases, dirigida contra un adversario propiamente social. Puede haber convergencia o alianza, jamás unificación entre un movimiento social y una acción de transformación del poder del estado.

Enfin, un movimiento social no puede ser el creador de una sociedad más moderna o avanzada que aquella que combate; él defiende, dentro de un campo cultural e histórico dado, otra sociedad. Es necesario remplazar el tema de la superación por el de la alternativa, dado que contradice las ideas evolucionistas que han liderado el pensamiento clásico social⁴². (p. 258).

⁴² Tradução livre: Em primeiro lugar – e é essencial – eu defino os movimentos sociais como comportamentos socialmente conflitantes, mas também culturalmente orientados, e não como a manifestação de contradições objetivas de um sistema de dominação. Eu não concebo o movimento operário apenas como uma insurreição do proletariado, mas como um contra-modelo à sociedade industrial inclinada pelos trabalhadores que possuem a força de trabalho. Em segundo lugar, a ação dos movimentos sociais não está dirigida fundamentalmente para o Estado e não pode ser identificada com uma ação política para a conquista do poder; pelo contrário, é uma ação de classes, dirigida contra um adversário propriamente social. Pode haver convergência ou aliança, nunca unificação entre um movimento social e uma ação de transformação do poder do estado. Enfim, um movimento social não pode ser o criador de uma sociedade mais moderna ou avançada do que aquela a qual combate; ele defende, dentro de um dado campo cultural e histórico, outra sociedade. É necessário substituir a questão da superação pela alternativa, dado que contradiz as ideias evolucionistas que lideraram o pensamento social clássico.

O alargamento da concepção e do conceito de movimento social formulado pelo autor, indo além da luta de classes, nos oferece algumas pistas para tentarmos desvendar os complexos protestos articulados nas infovias das redes sociais digitais e que desembocaram nos asfaltos dos centros urbanos: *Occupy Wall Street*, *Primavera Árabe*, *Movimento 15-M (Indignados na Espanha)*, *Jornadas de Junho*, *movimento ambiental em várias partes do planeta*, *movimento indígena no Brasil*.

Un movimiento social no interviene solo y no está jamás separado completamente de reivindicaciones y de presiones, de crisis y de rupturas que dan nacimiento a unos tipos diferentes de luchas. Yo llamo luchas a todas las formas de acción conflictivas organizadas y conducidas por un actor colectivo contra un adversario por el control de un campo social. Un movimiento social es el tipo particular de lucha más importante. Una lucha sólo puede ser reconocida como tal si responde a tres condiciones principales. En primera instancia, ésta debe ser conducida en nombre de una población particular. Existen unas luchas obreras o campesinas pero también unas luchas de consumidores o de habitantes de un barrio. Unos movimientos de ideas o de opiniones, un movimiento religioso o unos movimientos de tolerancia, aunque todos importantes, no pueden servir directamente de objeto para nuestra reflexión. En segundo lugar, estas luchas deben estar organizadas y no pueden existir solamente al nivel de la opinión, puesto que es necesario que exista cierta organización para que el conflicto se precise y para que el movimiento alcance cierta integración. En tercer lugar, se debe combatir un adversario que pueda estar representado por un grupo social, aun si – como a menudo sucede –, el adversario es definido en términos más abstractos: el capitalismo o el Estado⁴³. (TOURAINÉ, 2006, p. 262).

Indo na contramão das formulações teóricas marxistas clássicas, tal concepção opta por substituir o conceito de ‘superação’ de uma sociedade opressora pela ‘construção’ de uma sociedade alternativa. Outra constatação ao analisar os coletivos contemporâneos são as ações efetivas colocadas em curso, que vão além das barricadas, pneus queimados, bloqueios de pontes e vias. Embora algumas dessas estratégias possam ser também utilizadas na atualidade, é, sobretudo, na visibilidade das telas, que os coletivos ganham apoio e amplitude.

⁴³ Tradução livre: Um movimento social não intervém sozinho e nunca está completamente separado de reivindicações e pressões, de crises e rupturas que dão origem a diferentes tipos de lutas. Eu denomino como lutas todas as formas organizadas de ação conflituosa e dirigidas por um ator coletivo contra um adversário para o controle de um campo social. Um movimento social é o tipo mais importante de luta. Uma luta só pode ser reconhecida como tal se responder a três condições principais. Em primeira instância, esta deve ser conduzida em nome de uma população particular. Há lutas operárias ou camponesas, mas também lutas de consumidores ou habitantes de um bairro. Movimentos de ideias ou opiniões, movimento religioso ou movimentos de tolerância, embora todos importantes, não podem servir diretamente de objeto para nossa reflexão. Em segundo lugar, essas lutas devem ser organizadas e não podem existir apenas no nível da opinião, uma vez que é necessário que haja certa organização para que o conflito seja preciso e que o movimento atinja um certo grau de integração. Em terceiro lugar, um adversário representado por um grupo social deve ser combatido, mesmo que – como muitas vezes acontece – o adversário seja definido em termos mais abstratos: o capitalismo ou o Estado.

No meio acadêmico existe um consenso de que o *Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional* foi o primeiro movimento de guerrilha informacional (MORENO TOSCANO, 1996; GARRIDO; HALAVAIS, 2003; MENDOZA, 2007; CASTELLS, 2013a). O levante armado, formado por camponeses e indígenas que assumiram o controle das principais cidades no entorno da Floresta *Lacandon*, no Estado de Chiapas, região sul do México, ganhou notoriedade e simpatia do público internacional mediante as transmissões realizadas via internet. Mas qual a relação desse movimento de guerrilha com a juventude? Algo pouco problematizado pelas análises acadêmicas foi a participação da juventude *hackerativista* na produção de conteúdos específicos para serem distribuídos na rede mundial de computadores, especialmente em plataformas hospedadas em servidores fora do México.

Importante análise é realizada pelo Sociólogo do Departamento de Relações Sociais da Universidade Autónoma Metropolitana de Xochimilco, José Alberto Sánchez Martínez (2017). Ressalta o pesquisador que, em 1994, os jovens hackers que se envolveram na causa zapatista, transmitindo ao mundo o que ocorria na selva tropical, utilizaram um gerador de energia à base de células solares, uma tecnologia cara e sofisticada, impensável para aquela região geográfica. Ocasão em que poucos órgãos do governo estavam informatizados, a internet não estava difundida nas escolas de educação básica ou universidades, e poucos mexicanos tinham acesso à rede mundial de computadores em seus domicílios.

Toda a engenharia colocada em curso tinha a intenção prioritária de chamar a atenção da comunidade internacional para as injustiças históricas que os povos originários daquela região vinham sofrendo do governo, dos latifundiários e das empresas transnacionais. Outro fato curioso, pouco esclarecido pelas pesquisas cujos autores se debruçaram a analisar o Movimento Zapatista, se refere ao financiamento. Como esses jovens chegaram ao interior da selva tropical e conseguiram a confiança dos indígenas? E mais: como foi possível construir toda aquela estrutura sofisticada de comunicação em uma época que em que o Vale do Silício ainda ensaiava o design das primeiras páginas em *html*? (MARTÍNEZ, 2017).

Os motivos que levaram camponeses e índios – a maior parte de etnia *Tzeltales*, *Tzotziles* e *Choles* – a formarem o Exército Zapatista possuem relação com as duas décadas de intensas mobilizações – 70 e 80 do século XX – pela disputa da terra nas regiões de Chiapas e Oaxaca. É digno de registro a influência que o bispo católico Samuel Ruiz, adepto à Teologia da Libertação, exerceu catequizando os índios daquela região (GARCIA DE LEON, 1985; ROJAS, 1995; TELLO DIAZ, 1995).

A intensificação da crise na região é datada de 1972, quando o então Presidente do México, Luis Echeverría Álvarez (1970-1976), cria a Biorreserva de Montes Azul – na

Floresta Tropical de *Lacandon* –, devolvendo parte das terras cobertas pela selva a 66 tribos originárias daquela floresta. O decreto presidencial desamparou, todavia, 4.000 famílias que haviam ocupado a região após serem expulsas por fazendeiros latifundiários de suas comunidades originais na região de Oaxaca.

Vários pesquisadores que analisaram o conflito (ARQUILLA; RONDFELDT, 1993; HERNANDEZ-NAVARRO, 1995) relatam que, para além do suposto ‘encantamento’ com a natureza, bem como as causas dos índios de *Lacandon*, estavam interesses obscuros de uma empresa estatal e grupos econômicos que desejavam explorar recursos minerais existentes na reserva ambiental. As etnias *Tzeltales*, *Tzotziles* e *Choles*, bem como os camponeses, agora despossuídos novamente de suas terras, há séculos vinham sofrendo com a exploração exercida pelos latifundiários da região sul do México.

Decorridas duas décadas sem que essa população fosse ouvida pelo governo federal, além dos conflitos envolvendo a disputa pela titularidade da terra, a tensão instaurada na região aumentou a graus elevadíssimos com a decisão do novo Governo Mexicano – Presidente Carlos Salinas de Gortari – em aderir ao NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio celebrado entre os países Canadá, México e Estados Unidos), estratégia política que impactou significativamente a economia regional de Chiapas. Sem a proteção econômica do governo em relação aos produtos manufaturados em solo mexicano, os pequenos produtores de milho, café e carne bovina não conseguiam competir com as grandes agroindústrias multinacionais.

Diante do exposto, no ano de 1993, as crianças da região deixaram de frequentar as escolas, os agricultores não cultivaram a lavoura, já os gados da pequena propriedade foram trocados por armas de fogo. Em primeiro de janeiro de 1994, dia em que parte do ocidente celebrava a chegada do ano novo e o Governo Mexicano comemorava o ingresso ao NAFTA, o *Ejercito Zapatista de Liberación Nacional* anunciava o controle das principais cidades do Estado de Chiapas: San Cristobal de las Casas, Altamirano, Ocosingo e Las Margaritas.

Enquanto os meios de comunicação tradicional do país se esforçavam para mostrar a violência instaurada na região, dando ênfase para a narrativa do Governo, o mundo conhecia a versão dos ‘rebeldes’, assim denominados pelas mídias hegemônicas mexicanas, bem como as razões que levaram indígenas e camponeses a instaurar um conflito armado na selva tropical do México, tudo transmitido em tempo real por meio da rede mundial de computadores.

Assim o *Ejercito Zapatista de Liberación Nacional*, inserindo-se na equação da comunicação digital, situou-se como um grupo de luta internacional, colocando molduras de referência negativas, provenientes do sistema, em uma arena

deslocalizada, ação que impactou o governo, com formas de observação internacional constrangedoras da repressão. Novos temas, para além do indígena ou entre o tema indígena e o global, começaram a revestir o movimento, imantando outros grupos, provenientes de diversas camadas sociais: intelectuais, trabalhadores, estudantis. (MARTÍNEZ, 2017, p. 258).

Para o sociólogo mexicano, as táticas colocadas em curso no Movimento Zapatista foram ações embrionárias de uma estética de comunicação que iria se consolidar em movimentos sociais posteriores, como, por exemplo: 13M, 15M, *Occupy Wall Street*. “Trata-se de uma nova forma de abordar a negatividade no marco do poder e das instituições: o uso da internet como ferramenta de comunicação translocal” (MARTÍNEZ, 2017, p. 259).

De fato, após os Zapatistas, o mundo assistiu às marchas antiglobalização em Seattle e Praga⁴⁴. Na esteira destas mobilizações vieram as revoltas no Egito (2010), os conflitos de Londres⁴⁵ (2011), os protestos que atravessaram parte do Oriente Médio – Tunísia, Iêmen, Líbia, Bahrein, Síria, Marrocos – (2010-2012), a revolução rizomática dos Indignados na Espanha (2011-2012), o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos (2011-2012), as Jornadas de Junho (2013) e as manifestações que solicitavam a saída da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil (2015-2016).

Há significativa quantidade de artigos e coletâneas em que estudiosos se dedicaram a analisar cada um desses movimentos sociais que emergiram nas redes e arrastaram multidões a praças e avenidas – **Movimentos Juvenis Antiglobalização** – Calvo (2007); Fernández (2008); López (2007); Verdú (2007); **Primavera Árabe** – Kallel (2017); Malini, Antoun (2013); Castells (2013b); **15M e Occupy** – Alvarez, Gallego e Gandara (2011); Sousa (2011); Harvey (2012); Alves (2012); Zizek (2012); **Jornadas de Junho** – Zizek (2013); Gohn (2014); Bucci (2016); Fernandes (2019); **Ciberativismo** – Santaella (2017); Di-Felice, Pereira e Roza (2017); **Impeachment de Dilma** – Ortellado, Solano (2016); Pinheiro-Machado, Scalco (2018); Soares, Recuero (2018); Leal (2018); Solano, Rocha (2019) –, o que me libera de uma descrição analítica aprofundada, para avançar sobre as práticas de vigilância exercidas por governos e corporações.

Desde os protestos de Londres, ocorridos em 2011, quando jovens de classe média e de famílias mais abastadas utilizaram as redes sociais *Twitter* e *Facebook* para convocar atos (que evoluíram para saques de lojas e depredações de agências bancárias) contra o

⁴⁴ Movimento antiglobalização organizado sob o lema “Outro mundo é possível”. Milhares de centenas de pessoas, a maioria estudantes, tomaram as ruas nos dias em que ocorria a Reunião da Organização Mundial do Comércio (SANCHO, 2018).

⁴⁵ Onda de violência e saques protagonizada por jovens de classe média em protesto à Polícia britânica por ter assassinado um morador de rua. As redes sociais *Twitter* e *Facebook* foram utilizadas intensamente para mobilizar a juventude britânica para os atos.

autoritarismo exercido pela polícia local, o tema da vigilância se consolidou na agenda dos governos e agências especializadas em inteligência estratégica de Estado.

Sempre que um levante popular, insuflado pelas redes, foge do controle, os governos mais desavisados apelam pelo bloqueio da internet. O caso de maior repercussão ocorreu no Egito em 28 de janeiro de 2011, em meio à convulsão que se desenrolava na Praça *Tahrir*. Por dias seguidos, internautas se articulavam via *Twitter* e saíam às ruas para protestar contra o regime ditatorial de Hosni Mubarak, que estava no comando daquele país há mais de três décadas. Desativar a rede mundial de computadores de uma nação é algo extremamente complexo, implica a interrupção da comunicação dos grandes provedores que sustentam a comunicação entre as diversas redes conectadas em uma determinada região geográfica.

Na noite de quinta feira (27/01/2011), 3,5 mil rotas BGP (*Border Gateway Protocol*), que ligavam os dez grandes provedores do Egito ao resto do mundo, foram totalmente desativadas. O BGP é o protocolo de Internet responsável por encontrar caminhos na rede, possibilitando a troca de informações entre *backbones*, os principais provedores da Web. Cada país tem uma série de provedores, a sua comunicação deve ser constante, para que a internet funcione. Com uma velocidade impressionante, todo o processo, no Egito, ocorreu entre as 22h12 e 22h35 no horário local. Com isso, 79 milhões de pessoas ficaram sem internet. (SANTAELLA, 2013, p. 108).

Executada a ordem do Ditador Mubarak, não apenas os manifestantes se encontravam *off-line*, mas todo o país – escolas, universidades, bancos, empresas, todos os sites hospedados no domínio da rede egípcia. Em síntese, uma das principais economias do Oriente Médio encontrava-se totalmente desconectada. Castells, em estudo realizado em 2013b, constatou que nos sete dias que o país ficou incomunicável com o restante do mundo, o mercado financeiro egípcio registrou uma perda de mais de US\$ 9 bilhões de dólares, aproximadamente 4% do PIB do país. Ressalta o sociólogo que tal estimativa não inclui os impostos que o Egito deixou de arrecadar com os serviços de turismo, comércio eletrônico (realizado internet), telemarketing e indústria de TI.

A experiência traumática para o setor financeiro forçou os governos a traçarem outras estratégias para lidar com as convulsões gestadas nas redes e nos espaços urbanos das cidades neoliberais: a vigilância e o monitoramento em massa dos internautas constituem uma realidade em todos os países. No meio acadêmico não faltam discussões analíticas sobre os excessos cometidos por governantes que se autoproclamam democráticos. Em maio de 2013, o Centro de Estudos do Século XXI da Universidade de Wisconsin, Milwaukee (EUA), sediou o simpósio *The Dark Side of the Digital* (O lado escuro do digital). A chamada dos trabalhos acadêmicos já apontava, naquela ocasião, para a necessidade de uma reflexão

epistemológica sobre as promessas não concretizadas pelos eufóricos que projetaram a rede mundial de computadores. Em que medida a colaboração e a transparência de fato foram concretizadas nas sociedades que se autoproclamam como democráticas?

Outro evento que ocorreu em setembro do respectivo ano, organizado pelo Departamento de Comunicação e História da Universidade de Uta, Salt Lake City (EUA), sob o título *The Beginning and End(s) of the Internet: Surveillance, Censorship, and the Future of Cyber-Utopia* (O começo e o(s) fim(ns) da internet: Vigilância, censura e o futuro da ciber-utopia), teve como foco a problematização das ações da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos e seu poderoso Centro de Dados da Cibersegurança Nacional, que reúne dados de todas as transações digitais realizadas no mundo.

O tema da vigilância também vem ganhando espaço, desde 2014, na agenda de discussões do *Transmediale*. Um dos mais importantes eventos acadêmicos sobre comunicação, arte e tecnologias digitais, que ocorre todos os anos, em janeiro, na cidade de Berlim (Alemanha). Especialmente na edição de 2015, o evento se propôs a refletir a dimensão ética do uso e abuso militar dos atributos geográficos, o controle geopolítico crescente, bem como os dados informacionais dos internautas, que são transformados em mercadorias em meio a transações mercadológicas obscuras na era do capitalismo da vigilância.

Ainda sobre a surpreendente onda de protestos que levaram centenas de milhares de brasileiros às ruas em junho de 2013, convém referenciar o relato em tom sarcástico do Professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, Eugênio Bucci (2016), ao discorrer sobre o volume de telefonemas que recebera da classe política – executivo e legislativo das mais diversas instâncias (municipal, estadual e federal) – na expectativa de que algum especialista em comunicação pudesse fornecer uma análise que explicasse a convulsão instaurada no país:

As multidões convulsionadas não portavam crachás de sindicatos, de partidos, de ONGs, de nada. De onde tinham surgido? A mando de quem? As centrais de inteligência não sabiam dizer. Apenas se perguntavam, sem cessar. E perguntavam a qualquer um que, por acaso, estivesse do outro lado do telefone: Como aquilo era possível? Como é que cidadãos ordinários tinham se transformado, assim, sem mais nem menos, em furibundos ativistas urbanos? Seriam os *gremlins* do filme de Spielberg? Quem tinha urdido a revolta? Quem havia tido a astúcia de comandar um levante tão surpreendente? Tudo parecia fora de controle e fora de ordem. Nos gabinetes blindados, os homens e as mulheres do poder buscavam um vilão para prender ou para cooptar e não encontravam. Não era possível. Aquilo tinha que ter um culpado. Na cabeça dos governantes, não havia isso, de pessoas comuns irem as ruas, assim, sem obedecer as ordens de um conspirador secreto. Mandavam vasculhar a *Deep Web* em busca dos inimigos insidiosos, e nada. Não achavam e não conseguiam entender. (p. 69).

Sobre a complexa arquitetura das redes digitais, instigante análise é realizada pela filósofa estadunidense Shoshana Zuboff (2018), Professora Emérita da Universidade de Harvard, ao discorrer as estratégias de mercado das gigantes do Vale do Silício. De acordo com os documentos analisados pela pesquisadora, em 2009, o Presidente da Google, Eric Schmidt, já havia admitido em entrevista que a empresa catalogava o histórico de pesquisa que seus usuários realizam nos buscadores da plataforma. Afirmou também que estes dados eram compartilhados com as agências de inteligência de governo, bem como instituições responsáveis pela segurança pública.

Para a especialista, a privacidade dos internautas filiados a alguma rede social digital ficou ainda mais vulnerável com a implantação do Big Data. Existem, no meio acadêmico, boas análises sobre as contradições em torno desta nova engenharia (BOYD; CRAWFORD, 2011; MAYER-SCHONBERGER; CUKIER, 2013; ASSANGE, 2014). Já a filósofa estadunidense analisa o Big Data como a principal atividade de mercado da denominada indústria 4.0:

O big data é constituído pela captura de small data, das ações e discursos, mediados por computador, de indivíduos no desenrolar da vida prática. Nada é trivial ou efêmero em excesso para essa colheita: as “curtidas” do Facebook, as buscas no Google, e-mails, textos, fotos, músicas e vídeos, localizações, padrões de comunicação, redes, compras, movimentos, todos os cliques, palavras com erros ortográficos, visualizações de páginas e muito mais. Esses dados são adquiridos, tornados abstratos, agregados, analisados, embalados, vendidos, analisados mais e mais e vendidos novamente. (ZUBOFF, 2018, p. 31-32).

Diante das novas disputas de poder instauradas nas redes e dispositivos, não é possível escrever sobre o tema ativismo nas redes sem levar em consideração a filosofia zapatista, em especial, as estratégias inovadoras de comunicação colocadas em curso na década de 90 do século passado: provedores de internet próprios, desenvolvimento de plataformas digitais específicas para armazenar e distribuir informativos em várias línguas, instalação de gerador de energia dentro da selva para transmitir ao mundo o que lá acontecia, bem como o anúncio dos próximos passos do movimento indígena. Na atual estrutura de conexão das redes, o ativista que se limita a criar um evento público no *Facebook* pode até ganhar alguma visibilidade entre os usuários desta plataforma. Na mesma medida, facilita o trabalho dos órgãos de inteligência estatais, que estarão a postos para recepcionar com toda a truculência do aparato policial os manifestantes e quem mais tiver interesse pela causa gestada na rede social.

Quando as manifestações do ‘longo’ inverno de junho de 2013 começaram a arrefecer, as centrais de inteligência que assessoravam os homens e as mulheres do poder em Brasília concentravam suas energias com a organização da Copa do Mundo que aconteceria no ano seguinte. A palavra de ordem #NãoVaiTerCopa movimentava as redes e existia, de fato, por parte dos governantes, um grande temor que durante o Mundial as manifestações voltassem com ainda mais fervor.

As doze cidades que receberam os jogos do Mundial se transformaram em “territórios securitizados” para garantir a ordem e o espetáculo que seria televisionado ao mundo (FIRMINO, 2018). Como nas redes sociais, coletivos juvenis traziam à tona os gastos exorbitantes com a organização da Copa e, conseqüentemente, conquistavam mais e mais seguidores. Desta vez, o aparato estatal se preparou para o confronto; os jornalistas das principais emissoras de televisão do mundo foram escalados para cobrir aquilo que era dado como certo que aconteceria: segunda edição das ‘jornadas’ brasileiras. Mas, desta vez, os jovens internautas confirmaram a presença no evento público criado no *Facebook* e não compareceram, preferiram ficar com seus familiares assistindo à partida de abertura, que aconteceu no Estádio de Itaquera. Na cidade de São Paulo, no dia da abertura do Mundial, a manifestação #NãoVaiTerCopa reuniu 400 pessoas. Já em Florianópolis, 12 estudantes universitários. O país que literalmente parou para assistir à partida de abertura (Brasil X Croácia) teve que acompanhar pela televisão a ‘lavação de roupa suja’ entre a burguesia de São Paulo e a Presidenta da República. Adjetivos obscenos foram proferidos contra a autoridade máxima da nação, chocando jornalistas estrangeiros e demais convidados que acompanhavam a mandatária na tribuna de honra.

Em diversas pesquisas⁴⁶ estudiosos têm-se debruçado a analisar toda estrutura tecnológica de vigilância instaurada nas cidades brasileiras que foram sede da Copa de 2014. Em artigo que traz uma aprofundada análise sobre os contratos celebrados entre o Governo brasileiro e as empresas de tecnologia especializada em vigilância, Bruno Cardoso (2018) problematiza os custos, bem como o ‘legado’ dos investimentos do Ministério da Justiça nos aparatos tecnológicos instaurados.

Fernanda Bruno (2018) analisa as assimetrias de poder instauradas na cidade neoliberal que capturam informações, correlacionam dados dos cidadãos e servem de base

⁴⁶ Ver as coletâneas organizadas pela pesquisadora Fernanda Bruno, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010; 2013; 2018).

para as decisões estratégicas colocadas em curso por governos. Relata a pesquisadora que, em visita realizada ao COR⁴⁷, em julho de 2015,

um técnico responsável pela apresentação do painel georreferenciado mostrou como é possível selecionar uma determinada área da cidade nesse painel, visualizar e “minerar” nela uma série de dados, entre os quais o que as pessoas estão, por exemplo, postando no Twitter naquela área. O técnico seleciona um tema qualquer, de sua escolha – no caso, “acidente” – e na barra esquerda da tela, ao lado da imagem-satélite da região selecionada, visualizamos todas as postagens que tinham partido dos dispositivos com geolocalização ativa no local, contendo a palavra “acidente”. (BRUNO, 2018, p. 243-244).

Ocorrem situações que ganham outro patamar de preocupação em âmbito nacional quando dirigentes do Estado – Wilson Witzel e Flávio Bolsonaro (Governador e Senador eleitos pelo Rio de Janeiro nas eleições de 2018) – tomam a iniciativa de viajar para Israel com o objetivo de negociar a aquisição de drones equipados com arma de fogo. Tal aparato seria utilizado, segundo os políticos, para monitorar as favelas do Estado, oferecendo menos risco às autoridades policiais, o que tem levado especialistas a indagarem sobre os limites entre o público e o privado. O tema privacidade nas redes será aprofundado à luz de referencial teórico específico na próxima seção. Sobre os movimentos sociais contemporâneos, é preciso ressaltar ainda que junho de 2013 fez emergir nas redes, bem como nas cenas metropolitanas, outro tipo de agremiação juvenil, o que a pesquisadora Maria da Glória Gohn classifica como “organizações movimentalistas” (2019, p. 138), que se contrapõem aos movimentos sociais autonomistas⁴⁸. Esses coletivos – MBL (Movimento Brasil Livre), Vem Pra Rua, Revoltados On-Line, Nas Ruas – já vinham tentando se organizar há pelo menos uma década, mas é durante os protestos de junho e, principalmente, com a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2015, que as denominadas ‘organizações movimentalistas’ ganham visibilidade e adeptos.

2.2 APÓS A COPA, UMA ELEIÇÃO E UMA NAÇÃO DIVIDIDA

Em 2014, à medida que a Copa do Mundo da FIFA seguia, o movimento #NãoVaiTerCopa perdia fôlego. Parte da população permaneceu empolgada com o megaevento até 08 de julho, quando a seleção brasileira foi derrotada por 7 x 1 pela equipe de futebol alemã, no Estádio do Mineirão, na cidade de Belo Horizonte.

⁴⁷ Centro de Operações do Rio, inaugurado em 2010 pela Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a IBM para monitorar os megaeventos que a cidade receberia entre 2013 e 2016.

⁴⁸ Um exemplo de movimento social autonomista são as Batalhas de *Rap* de Florianópolis analisadas na seção cinco.

Passado o Mundial, o país se preparava para as eleições gerais, que aconteceriam em outubro de 2014. No período de pré-campanha, quatro nomes despontavam nas pesquisas de intenções de votos: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), Marina Silva (que tentava registrar no TSE o estatuto da agremiação Rede Sustentabilidade), Eduardo Campos (PSB).

O Tribunal Superior Eleitoral indeferiu o pedido de registro estatutário da agremiação Rede Sustentabilidade, pois, de acordo com a Lei nº 9.096/1995, para criação de um novo partido político no país, era necessário que pelo menos 0,5% dos eleitores que votaram na última eleição para Deputado Federal apoiassem a iniciativa. A sigla liderada por Marina Silva tinha obtido o apoio de apenas 442.524 eleitores, não atingindo, portanto, o número mínimo de 491.949 assinaturas exigidas pela legislação eleitoral.

Para participar do pleito de 2014, Marina Silva se filia ao PSB, aceitando o convite de Eduardo Campos e registrando, respectivamente, sua candidatura como vice na chapa pessebista. Em plena campanha eleitoral, no dia 14 de agosto de 2014, o avião que transportava o então candidato à presidência se envolve em um acidente aéreo. Com a morte do presidenciável, Marina toma a liderança da candidatura do partido.

Passada a comoção nacional pelo trágico acidente, Marina desponta nas pesquisas eleitorais, atingindo na segunda semana de setembro 34% da preferência dos entrevistados. Todos os institutos de pesquisas apontavam, na ocasião, empate técnico junto com Dilma na primeira colocação das intenções de votos. Com a ascensão meteórica nas pesquisas, vieram à tona as ‘trapalhadas eleitorais’ da candidata pessebista: recuo em pautas LGBTs, comentários difusos sobre autonomia do Banco Central, além de uma declaração infeliz, não muito clara, sobre a necessidade de efetuar uma reforma na previdência social. Além do despreparo e falta de estrutura mínima para uma campanha presidencial por parte do PSB, somava-se o fato de que Dilma dispunha de 11 minutos e 24 segundos diários no horário eleitoral, contra dois minutos e três segundos de Marina.

A equipe de campanha da candidata petista⁴⁹ soube explorar as contradições de Marina. Os dias que seguiram até o pleito do primeiro turno foram de intensos ataques no rádio e na TV. É época em que a militância petista colocou o bloco na rua à luz do mote #NemQueAVacaTussa. A expressão se referia a um comentário que a então candidata à reeleição Dilma Rousseff, ao analisar a proposta de Marina Silva sobre a necessidade de

⁴⁹ Leitores interessados em uma análise na estratégia de campanha desenvolvida pelo marqueteiro João Santana, ver pesquisa desenvolvida pelo jornalista Luiz Marklounf Carvalho (2015). Neste livro, o pesquisador traz à tona várias entrevistas realizadas com o publicitário responsável pelas campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores nos anos de 2006, 2010 e 2014. Santana acabou preso pela Operação Lava Jato em 23 de fevereiro de 2016.

reforma da previdência, disse a um jornalista: “mexer nos direitos dos trabalhadores? Nem que a vaca tussa!”⁵⁰.

Centrais sindicais e agremiações estudantis ligadas ao Partido dos Trabalhadores convocaram atos em frente a fábricas e universidades para alertar o que aconteceria se Marina vencesse a eleição. Peças publicitárias muito bem produzidas, com forte apelo emocional, onde o prato de comida de uma família de classe média sumia da mesa por conta de uma suposta ação inconsequente, protagonizada por banqueiros no Banco Central do país, abriam a propaganda eleitoral petista e viralizavam nas redes sociais digitais. Ao final da apuração do primeiro turno, o TSE proclamou o seguinte resultado: Dilma 41,5%, Aécio 33,5% e Marina 21,3% dos votos válidos.

O segundo turno entre Aécio e Dilma foi de muitos ataques e poucas propostas. O candidato do PSDB iniciou a campanha à frente nas pesquisas de intenções de votos. Dilma, sob o comando da magia publicitária arquitetada por João Santana, faz uma campanha voltada para as esquerdas do país. Este fato impulsionou, por exemplo, Deputados do PSol, como Marcelo Freixo e Jean Wyllys – com um viés ideológico de extrema esquerda –, a se engajarem na campanha da candidata petista.

De um lado, a nação assistia à candidata do povo, que deixava a desejar na oratória e nos debates. No entanto, se apresentava como a grande mãe, que iria proteger os direitos trabalhistas conquistados a duras penas nas últimas décadas, bem como garantir a manutenção dos empregos e a assistência aos pobres. De outro, havia o ‘mocinho aventureiro’, baladeiro e amigo dos banqueiros, que despertava uma certa dúvida sobre sua capacidade de gerir o país. Ao final do processo, Dilma obteve 51,64% (54.501.118) e Aécio 48,36% (51.041.155) dos votos válidos.

Passado o pleito, Dilma chama para o Ministério da Fazenda o banqueiro Joaquim Levy – Executivo do Bradesco –, formado pela famosa escola neoliberal de Chicago. O mesmo que, quatro anos depois, voltaria ao país para assumir o BNDS⁵¹ a convite do Presidente eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro (PSL)⁵².

Em 2014, Levy foi convocado à esplanada dos ministérios em Brasília para executar um complexo e árduo ajuste fiscal para supostamente equilibrar as contas públicas, contrariando tudo que a então candidata petista tinha anunciado e prometido durante a campanha. O estelionato eleitoral ficou evidente na semana do Natal do respectivo ano, uma

⁵⁰ Afirmação da Presidenta Dilma, candidata à reeleição em coletiva de imprensa.

⁵¹ Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

⁵² Levy atuou um ano como Ministro da Fazenda do segundo Governo Dilma, deixou o cargo em dezembro de 2016 para assumir uma Diretoria do Banco Mundial em Washington.

semana antes da posse para o segundo mandato. Por meio de medida provisória a chefe da nação mudou as regras para que os trabalhadores demitidos pudessem acessar o seguro desemprego e tornou mais rígidas as regras para que os trabalhadores pudessem dar início ao processo de aposentadoria junto ao INSS⁵³.

Em meio a essas contradições, o segundo mandato da então Presidenta Dilma inicia concomitante ao avanço da Operação Lava Jato, que levou para a cadeia o marqueteiro da campanha eleitoral do PT, bem como vários nomes históricos do partido⁵⁴. É quando a juventude volta ao protagonismo nas redes e ruas, mas, desta vez, sob o comando das ‘organizações movimentalistas’ com um espectro ideológico à direita.

Essa pequena síntese entre julho de 2014 – derrota da seleção brasileira no mundial da FIFA – a março de 2015 – quando as redes e as ruas entram em convulsão novamente –, teve o objetivo de apresentar ao leitor um panorama de como estavam os ânimos da sociedade brasileira no respectivo período. Antes de adentrar a pauta desses coletivos juvenis conservadores, duas situações vivenciadas por este pesquisador, em duas manifestações que ocorreram na cidade de Florianópolis em março de 2015, me forçam a avançar mais algumas linhas, trazendo um relato etnográfico.

Era sexta-feira (13/03/2015), por volta das 13:00, quando um caminhão de som tentava organizar o ato no Largo da Alfândega. Aproximadamente 5.000 pessoas (segundo os organizadores), 2.000 (segundo a Polícia Militar), a grande maioria vestindo camisas vermelhas e portando bandeiras da CUT, se encontraram no centro da cidade para um ato em defesa da Petrobrás e do Brasil, além de pedir a saída do Ministro da Fazenda (empossado por Dilma) Joaquim Levy. Isso mesmo, era quase um ato esquizofrênico da esquerda. A palavra de ordem que dominava nos discursos proferidos por sindicalistas e lideranças políticas locais, que este pesquisador acompanhou documentando até as 20:00 daquela cinzenta sexta-feira treze e chuvosa, era #ForaLevy.

Uma senhora que passava no largo parou para ouvir o falatório protagonizado em cima do trio elétrico. Ao perceber uma pessoa diferente, que não estava de camisa vermelha (eu pesquisador), questionou-me: “quem é Levy?”. Informei que era o Ministro da Fazenda. A senhora, quase não acreditando no que acabara de ouvir, continuou: “Ministro do Governo? Colocado no cargo pela Presidente? [pensou um pouco, olhou para o trio elétrico, observou os

⁵³ Leitores interessados ver Medida Provisória nº 644/2014.

⁵⁴ No dia 09 de junho de 2019 o site *The Intercept* Brasil, fundado pelo jornalista Glenn Greenwald, tornou públicas mensagens trocadas pelo aplicativo Telegram entre o então Juiz Sérgio Moro e procuradores do Ministério Público, evidenciando falta de imparcialidade por parte do Magistrado na atuação de alguns processos no âmbito da Lava Jato. Reportagem disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

manifestantes na praça e se aproximou do meu ouvido]. Eles deviam solicitar é a saída do Governo inteiro!” [e continuou seu percurso rumo à Catedral Metropolitana]. O comentário da aposentada é muito elucidativo sobre o que estava acontecendo no país, no momento em que setores da esquerda iam às ruas pedir a saída do banqueiro ministro, nomeado pela própria Presidenta Dilma. Dessa forma, eles corroboravam ainda mais o enfraquecimento do Governo. Naquela estranha sexta-feira, atos como o ocorrido na capital catarinense foram registrados nas principais cidades do país. Na Avenida Paulista, de acordo com a Polícia Militar daquele estado, 12 mil pessoas participaram do protesto “Fora Levy”.

Como muito bem sintetiza a pesquisadora Rosana Pinheiro-Machado (2016, p. 21), a antropologia “é a ciência que vive da prática insistente da escuta”. E diante da sucessão de fatos inusitados que ocorriam naqueles dias tão estranhos, restavam-me a escuta, o registro em diário e a literatura acadêmica para sustentar a análise. No domingo, dia 15 de março, as massas voltaram às ruas. Desta vez o uniforme predominante dos manifestantes era camisas e bermudas da CBF⁵⁵. Em Florianópolis, o ponto de encontro foi o Terminal de Integração do Centro e a passeata percorreu a Avenida Beira-Mar Norte, sendo finalizada em frente à superintendência da Polícia Federal. Organizadores estimaram 100 mil pessoas participando do ato; a Polícia Militar, 80 mil. O protesto tinha a mensagem objetiva e clara: #ForaDilma.

Como observador, constatei que a mobilização estava sob a liderança do MBL-SC – Movimento Brasil Livre Santa Catarina. Além das camisas da CBF e das bandeiras do Brasil, chamava atenção a quantidade de jovens, que era visivelmente a maioria. As falas discursadas em cima do trio elétrico eram unânimes em expor as contradições da Presidenta, o que ela prometeu na campanha e o que estava sendo executado de fato – no segundo mandato.

Entre as várias pessoas com que este pesquisador conversou naquela tarde, um jovem de 17 anos deixava evidente o quanto o governo tinha perdido a sua capacidade de comunicação com a população. Informou-me o estudante de Ensino Médio que, em outubro do ano anterior, havia votado na então candidata Dilma. O relato do jovem tem fundamento, pois em pesquisa na rede social *Facebook* foi possível visualizar uma foto do estudante com outras lideranças da UBES-SC⁵⁶ segurando uma faixa “*Estudantes com Dilma*”. O registro foi realizado duas semanas antes do segundo turno, durante um comício da Chapa ‘Dilma-Temer’ realizado na cidade de Florianópolis. Tal registro, inclusive, instigava comentários jocosos na rede social citada por parte dos colegas internautas.

⁵⁵ Confederação Brasileira de Futebol.

⁵⁶ União Brasileira de Estudantes Secundaristas – Santa Catarina.

O jovem argumentava ter votado na candidata petista pelas políticas na área de educação. Segundo sua concepção, nos últimos anos, os jovens tiveram maior acesso às escolas técnicas e universidades, o intercâmbio no exterior era uma realidade e o estudante em situação de vulnerabilidade social era assistido, sobretudo nas instituições de ensino federal, da qual ele era aluno. Todavia, a candidata havia prometido ampliar esses programas, o que, na opinião do estudante, não estava acontecendo. O sentimento daquele manifestante era o de que a Presidenta tinha mentido durante o processo eleitoral.

É preciso contextualizar ao leitor que o orçamento de 2015, que deveria ser apreciado pelo Congresso Nacional até 20 de dezembro de 2014, veio a ser de fato aprovado somente em meados de maio de 2015. Diante do fato inédito no país, houve uma paralisia administrativa por parte do Governo Federal, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Enquanto o Congresso não aprovava o orçamento, o poder executivo ficou limitado a gastar 1/12 avos do orçamento anual. Diante do impasse legislativo, todas as instituições federais entraram em situação de calamidade financeira, bolsas dos estudantes (pesquisa, extensão, assistência, CAPES, CNPq) foram pagas com mais de quatro meses de atraso. Fornecedores não foram pagos, distribuidoras ameaçavam cortar a energia elétrica de universidades e escolas técnicas federais. Uma sensação de caos era instaurada no país.

O jovem que havia sido assistido por alguns programas implantados no primeiro governo Dilma, sentia-se agora traído pelo governo. O Palácio do Planalto, por sua vez, apresentava grandes dificuldades de apresentar respostas concretas à fúria que estava sendo gestada nas redes e ruas. Várias cidades do país registraram protestos contra o governo neste dia. Na Avenida Paulista, o Instituto Data Folha contabilizou 210 mil manifestantes.

2.3 DA DIREITA À ESQUERDA: A RADICALIDADE NAS MOBILIZAÇÕES

Entre 2015 e 2016, diante da instabilidade política instaurada no país, duas cenas juvenis – uma com espectro ideológico à direita e outra à esquerda – irão mobilizar a juventude brasileira. A primeira – sob a liderança do Movimento Brasil Livre –, que já tinha ganhado certa visibilidade durante as jornadas de junho de 2013, irá apresentar como pauta: o Impeachment de Dilma Rousseff; o Estado Mínimo, bem como o Projeto de Lei Escola Sem Partido. A segunda – Movimento de Ocupações de Escolas – inicia em São Paulo – setembro de 2015 – em protesto à tentativa do Governo Estadual de fechar 94 escolas de educação básica.

Em 2016, as ocupações de escolas e universidades ganham projeção nacional diante da Reforma do Ensino Médio, anunciada de forma autoritária pelo Governo Temer. A MP nº 746/16 apresentou alterações significativas na Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Tornava não obrigatória as disciplinas de filosofia, sociologia, artes e educação física. A medida anunciava, ainda, o ensino integral, porém não deixava claro como tal ação seria implantada, uma vez que o Congresso Nacional estava discutindo a proposta 241 de emenda à constituição. Se aprovada, congelaria os investimentos na saúde, educação e assistência social por vinte anos⁵⁷. Desde a redemocratização do país, era a primeira vez que um Presidente da República efetuava uma reforma curricular através de uma medida provisória. O movimento, protagonizado por secundaristas e universitários, também se colocou radicalmente contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido⁵⁸, além de incorporar pautas específicas de suas instituições de ensino: assistência estudantil, merenda escolar, gestão participativa.

2.3.1 O que defende o MBL?

Como muito bem observa Guimarães (2018, p. 622), os movimentos sociais não são “exclusivamente organizados na perspectiva das classes subalternas, mas também das classes dominantes”. O Movimento Brasil Livre – MBL –, uma das agremiações juvenis que liderou as manifestações pró-impeachment entre 2015 e 2016, começa a se destacar na cena política do país especialmente pelas teses neoliberais, no que se refere à concepção e gestão do Estado, discutidas e aprovadas em seus congressos, bem como difundidas em suas plataformas de comunicação hospedadas na internet. Outra característica do movimento está na *expertise* em utilizar as tecnologias ubíquas, bem como mobilizar outros jovens a se engajar nas suas propostas, utilizando uma linguagem pop, juvenil, que ironiza e ridiculariza o oponente.

O economista Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2018) localiza o nascimento do MBL como uma das frentes de ação estratégica do coletivo Estudantes Pela Liberdade – EPL. Trata-se de uma agremiação juvenil lançada em 2012, no Fórum da Liberdade – evento anual que acontece em Porto Alegre para se contrapor ao Fórum Social Mundial –, debatendo as teses econômicas desenvolvidas por aparelhos de hegemonia como: *Institute Of Economic Affairs* (IEA); Instituto de Estudos Empresariais (IEE); Instituto Liberal (IL).

⁵⁷ No Senado Federal, a proposta virou PEC 55, sendo aprovada em 13 de dezembro de 2016.

⁵⁸ Projeto de Lei 193/2016, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o programa Escola sem Partido.

O EPL [Estudantes Pela Liberdade] organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente a partir de seu braço de atuação política e ideológica, o Movimento Brasil Livre (MBL). Divulgando vídeos de seus membros com narrativas revisionistas e ataque aos movimentos sociais [populares de esquerda], proferindo discursos de ódio de classe e sobre minorias, criando e reproduzindo *fake news*, promovendo manifestações reacionárias e viabilizando candidatura política de seus integrantes alinhados a tradicionais partidos de direita. O MBL configura-se como uma marca dessa nova direita. [É preciso ressaltar que] a nova direita brasileira não possui uma homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo austríaco ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo. Apesar de expressar contradições e conflitos interburgueses, a nova direita assegura o essencial para garantia dos seus interesses de acumulação de capital. (CASIMIRO, 2018, p. 45).

Já a pesquisadora Maria Clariça Ribeiro Guimarães (2018) situa o movimento no campo da ‘ortodoxia neoliberal’. Tendo por base uma análise documental sobre as publicações desenvolvidas por seus líderes, bem como as narrativas tecidas no congresso da agremiação, a autora aponta para o esfacelamento dos direitos trabalhistas, bem como as políticas públicas garantidas na Constituição Federal. Na sua concepção, o movimento defende:

Redução dos custos do trabalho ao mesmo tempo de aumento de sua produtividade média; retrocessos culturais e ideológicos, intensificando a ofensiva especialmente ao campo dos direitos humanos; e reconfiguração das políticas sociais com base na ortodoxia neoliberal, tornando-as ainda mais focalizadas, sobretudo no caso da seguridade social, posto que em tempos de crise, são as políticas que a conformam (saúde, previdência e assistência) que se constituem como alvos prioritários dos processos contrarreformistas. (GUIMARÃES, 2018, p. 636).

No quadro abaixo, o leitor poderá ter um panorama da perspectiva de gestão defendida pela agremiação. Na economia, por exemplo, fica evidente o interesse da classe empresarial quando o movimento propõe modificar a legislação trabalhista para que o acordo entre patrão e empregado celebrado no chão de fábrica substitua os direitos atuais previstos na CLT⁵⁹. Questiona-se qual o real poder de negociação de um operário quando o empresário reúne seus empregados e afirma: *colaboradores, a crise está dramática, não tenho como honrar os pagamentos. Caso vocês queiram continuar trabalhando sem direito a férias e décimo terceiro, ok! Do contrário, terei que encerrar as operações da empresa e demitir todos os empregados.*

⁵⁹ Consolidação das Leis do Trabalho.

Quadro 1 – Propostas do MBL para aprimorar a eficiência do Estado

Área	Proposta
Educação	Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais.
	Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
	Redução de impostos das escolas privadas.
	Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.
	Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.
	Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
	Facilitação do financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.
Saúde	Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um plano privado.
	Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras.
Sustentabilidade	Privatização ou transformação, em PPPs, dos serviços de saneamento básico dos municípios.
Economia	Privatização, no longo prazo, de todos os bancos, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal.
	Revisão do capítulo econômico da Constituição (adotar a economia de mercado. Qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados posteriormente avaliados).
	Substituição do FGTS atual por um sistema facultativo de seguro privado para a demissão. Nesse caso, o trabalhador poderia escolher entre várias alternativas oferecidas pelo sistema bancário privado.
	Modificação da lei trabalhista para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais. Ou seja, o trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitados.
Justiça	Fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada.
	Privatização de presídios.
Transporte e Urbanismo	Privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPPs.

Fonte: Guimarães (2018).

Ao observar o conjunto de propostas em áreas como saúde, educação e segurança pública, constata-se forte ataque ao serviço público: destruição do SUS, privatização de escolas e universidades públicas implantando as Organizações Sociais⁶⁰, incentivos fiscais para as escolas privadas, bem como privatização de presídios e penitenciárias.

As principais propostas do movimento para supostamente tornar mais eficiente o Estado brasileiro demonstram explicitamente uma tentativa de apropriação do fundo público, colocando em dúvida o argumento liberal da suposta não interferência do Estado nas relações comerciais. Quando empresários criam uma Organização Social para administrar um serviço

⁶⁰ A gestão da educação e da saúde, por meio das OSs, já é uma realidade em muitos municípios brasileiros. Interessados no assunto ver artigo “Avanço da agenda neoliberal: confrontos e resistência na implantação das Organizações Sociais em Florianópolis-SC” (REIS; MOLINA; GELSLEICHTER, 2018).

público essencial para a população – saúde e educação – e investem parte do excedente orçamentário (dinheiro público) em operações da Bolsa de Valores, constata-se a fragilidade da tese econômica liberal. Tal evidência pode ser constatada em estudo exploratório dos contratos celebrados entre as Secretarias Estaduais de Saúde do Rio de Janeiro e São Paulo com empresas privadas no período entre 2009 e 2014 para gestão de hospitais públicos, UPAs e Postos de Saúde dos respectivos estados.

Os resultados da pesquisa põem em xeque a natureza não lucrativa das OSs como entidades do “terceiro setor”, cabendo indagar por que em uma sociedade de mercado essas entidades estariam motivadas tão-somente pelos valores da filantropia, da solidariedade social ou do interesse público. Afinal, a autorização em lei para o pagamento de salários aos dirigentes das OSs, a figuração dessas entidades em ranking das maiores empresas do país e a possibilidade de aplicação dos excedentes monetários na dinâmica da financeirização dos capitais somente poderiam ser explicadas entendendo-se as organizações como forma política ancorada na dinâmica de expansão do mercado da saúde e na acumulação decorrente deste processo. (MORAIS *et al.*, 2018, p. 10).

Para o pesquisador Marcos Francisco Martins (2018), o MBL age como um movimento de educação política de base juvenil, orientado sob a perspectiva da ‘cidadania regressiva’. Ou seja, atua ideologicamente por uma antipraxis: “a participação efetiva nos processos sociais para reduzir direitos e, assim, o acesso universal aos bens materiais, simbólicos e sociais”, difundindo sistematicamente o discurso da “privatização generalizada de serviços e bens públicos oferecidos pelo Estado” (p. 61).

Maria da Glória Gohn (2019) avalia que as agremiações juvenis como – MBL, Vem Pra Rua, Revoltados On-Line – são ações coletivas que não apresentam todos os elementos construtivos que Alain Touraine (1994) elenca como necessários para constituir um movimento social. Diante de tal perspectiva, a pesquisadora cria a categoria “Organizações Movimentalistas” para classificar esses coletivos.

Tais organizações de inspiração liberal têm demonstrado capilaridade nos centros urbanos estratégicos do país. Desde 2016, participam formalmente dos processos eleitorais, elegendo parlamentares. Dispõem de grande apoio financeiro de empresários, promovem intenso processo de formação política de espectro ideológico à direita e outras atividades que visam supostamente ao empoderamento da juventude “quer seja por meio de cursos de gestão pública e relações públicas, centros acadêmicos universitários ou atividades no campo de Terceiro Setor” (GOHN, 2019, p. 120).

2.3.2 O que reivindicam os ‘Ocupas’?

O processo de ocupação de escolas colocado em curso por secundaristas no Estado de São Paulo em setembro de 2015 nos remete aos intensos embates que vinham sendo travados na Assembleia Legislativa paulista entre parlamentares e Governo do Estado nas matérias relacionadas à educação. Desde o início do segundo semestre, a oposição atuava na tentativa de instaurar uma CPI⁶¹ para apurar as denúncias de fraudes envolvendo os processos de licitação e distribuição da merenda escolar. Em setembro do respectivo ano, o executivo apresenta uma proposta legislativa de reorganização de ensino. Na prática, se colocado em curso, 94 escolas estaduais de educação básica seriam fechadas.

Com o anúncio do Governo estadual, estudantes e pais contrários ao fechamento das instituições de ensino recorreram a táticas convencionais de mobilização: passeatas em ruas, atos em praças, intensas mobilizações em frente ao parlamento e na sede do governo – ocasião em que os manifestantes foram duramente reprimidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Decorrido quase um mês sem que o governo estadual mostrasse qualquer intenção de ouvir os manifestantes, os estudantes resolveram colocar em curso novas táticas de ação, tendo como inspiração a ‘revolta dos Pinguins’, protagonizada em 2006 por estudantes chilenos que lutavam contra a mercantilização/privatização da Educação Básica⁶². No dia 09 de novembro de 2016, uma escola estadual em Diadema amanhece ocupada. Estudantes resolveram ocupar um aparelho hegemônico do Estado, na tentativa de impedir que o mesmo fosse extinto por parte do governo, bem como discutir as melhorias possíveis na área de educação (REIS, 2017).

A ação em Diadema foi a primeira de uma sucessão de ocupações que ocorreram em todo Estado de São Paulo. Na literatura sociológica existem inúmeras análises tentando compreender os atos protagonizados pelos ‘Ocupas’ que ocorreram no país entre 2015 e 2016 intercalados por duas ondas. A primeira restrita a estudantes paulistas contrários ao projeto de reorganização; a segunda, espalhada por vários estados da federação, contra as medidas autoritárias anunciadas pelo Governo Temer. A produção científica sobre o assunto compõe:

⁶¹ Comissão Parlamentar de Inquérito.

⁶² As mobilizações estudantis chilenas que ficaram internacionalmente conhecidas como ‘Revolta dos Pinguins’ tiveram várias etapas e até hoje são objeto de intensas reflexões em diferentes Grupos de Pesquisas Latino-Americanos. Uma excelente pesquisa empírica realizada pela pesquisadora Dagmar Zibas (2008) no município de Santiago traz à tona as narrativas de diferentes atores – estudantes, líderes estudantis, professores, sindicalistas, autoridades governamentais, diretores de escolas. O estudo se debruça sobre a primeira onda de mobilização (2006 a 2008). Já a etnografia realizada por Silva, Carlos, Souza (2018) está voltada a uma ocupação de um Liceu (Escola de Ensino Médio) em 2011 – terceira onda de mobilização estudantil no Chile.

I) Dossiês temáticos em revistas: “(Des)ocupar é resistir?” (**ETD – Educação Temática Digital**, v. 19, n. 1 e n. esp., 2017) e “Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil” (**Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016);

II) Dissertações de Mestrado: Borges (2018); Ferreira (2017);

III) Coletânea de livros: *Baderna: Escolas de Luta* (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016), *O movimento das ocupações estudantis no Brasil* (COSTA; GROppo, 2018), *Os sintomas na educação de hoje* (PEREIRA, 2017) e *Escolas Ocupadas* (CATTANI, 2017);

IV) Demais artigos publicados isoladamente em outros periódicos: Carneiro (2017); Hayashi, Ferreira-Júnior, Innocentini-Hayashi, (2017); Leite, Araújo (2018); Rabin, Bacich (2018); Reis (2017); Rodrigues, Ribeiro (2017); Rojas, Mocarzel, Rangel (2017); Silva, Silva (2017); Martins *et al.* (2016); Piolli, Pereira, Mesko (2016); Girardello, Lapa (2018); Reis, Lino, Sartori (2018); Hur, Couto (2019); Ribeiro, Paulino (2019).

Ao analisar dados etnográficos construídos a partir de observações realizadas em três ocupações na cidade de Florianópolis⁶³, Reis (2017) identifica que as ações dos estudantes herdaram alguns aspectos das Jornadas de Junho de 2013, na medida em que os jovens recorreram a intervenções protagonizadas em espaços públicos, bem como construíram canais de comunicação independentes – redes sociais digitais, mídia alternativa – para alertar a população acerca dos retrocessos em curso no parlamento brasileiro.

Ao analisar todo o material coletado, é possível afirmar que os jovens estão descontentes com os desdobramentos políticos no país e querem mais diálogo com as esferas institucionais. Tal movimento rompe com a concepção de uma juventude individualista e despolitizada, visão que se tornou marca da chamada geração Y e Z. Nos dias em que passamos nas ocupações, chamou-nos atenção a forma horizontal de organização: tudo era decidido em assembleia. O espírito de coletividade também estava na divisão das tarefas: limpeza da escola, manipulação e produção de alimentos, organização de debates, atividades culturais e acadêmicas. (REIS, 2017, p. 254-255).

Para o pesquisador, as ações colocadas em curso por secundaristas e universitários fragilizaram o discurso do governo de que era preciso modernizar e tornar mais dinâmico o currículo do Ensino Médio, pois o jovem não estava interessado e, conseqüentemente, estava evadindo da escola. Os dados empíricos sistematizados pelo pesquisador demonstram o contrário: nas mais de 1.400 escolas ocupadas em todo o país no segundo semestre de 2016, jovens apontaram estarem, sim, interessados na escola pública, todavia, reivindicam um

⁶³ No município, cinco instituições de ensino foram ocupadas. Já o Estado de Santa Catarina registrou 34 ocupações.

currículo que respeite as diferenças, chamam o governo à responsabilidade para a manutenção das políticas de permanência e êxito, além de estarem dispostos a discutir e participar da gestão escolar.

3 REDES, CONEXÕES E UBIQUIDADE: DELINEANDO ALGUNS CONCEITOS DA CULTURA DIGITAL

Estamos a caminho da época da psicopolítica digital. Avançamos na via que leva de uma vigilância passiva a um controle ativo. O que nos precipita numa crise da liberdade de alcance máximo, pois que afeta agora a própria vontade livre. O *Big Data* é um instrumento psicopolítico extremamente eficaz que permite adquirir um conhecimento integral da dinâmica inerente à sociedade da comunicação. Trata-se de um *conhecimento de dominação*, que permite intervir na psique e condicioná-la a um nível pré-reflexivo.

Byung-Chul Han (2015, p. 21).

Um dos eventos mais importantes da área de educação nos Estados Unidos é a Reunião Anual da AERA – *American Educational Research Association*, que reúne pesquisadores, estudantes da pós-graduação e profissionais da educação básica. Trata-se de um evento similar às reuniões científicas da ANPEd⁶⁴ que ocorrem no Brasil. Em 2018, a cidade de Nova Iorque foi sede do evento, que teve como tema central: *The dreams, possibilities, and necessity of public education* (Os sonhos, possibilidades e necessidades da educação pública).

Três grandes temas conduziram as discussões da AERA 2018: a intensificação da privatização no âmbito da educação básica nos EUA; o papel da educação diante do que a imprensa americana rotula como “era da pós-verdade” e/ou disseminação de *fake news*; e a inusitada proposta do Presidente Donald Trump de armar os professores, uma estratégia de defesa contra os tiroteios cada vez mais comuns nas escolas americanas.

Início esta segunda seção teórica recuperando os pontos centrais das discussões tecidas na reunião anual dos programas de pós-graduação em educação estadunidense para enfatizar que a necessidade de reflexão sobre a dimensão ética e estética das redes não é uma especificidade do Brasil, mas também dos países que estão no centro do Capitalismo Mundial Integrado.

Uma sociedade estruturada em rede (CASTELLS, 2010), ubíqua (SANTAELLA, 2013), de avanços significativos no campo da inteligência artificial⁶⁵ são as características que marcam o final da segunda década do século XXI. A perspectiva sociológica tem nos

⁶⁴ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

⁶⁵ A Pesquisadora Dora Kaufman define a Inteligência Artificial como: “um campo de conhecimento associado à linguagem e à inteligência, ao raciocínio, à aprendizagem e à resolução de problemas. A IA propicia a simbiose entre humano e a máquina ao acoplar sistemas inteligentes artificiais ao corpo humano (prótese cerebral, braço biônico, células artificiais, joelhos inteligentes e similares), e a interação entre o homem e a máquina como duas “espécies” distintas conectadas (homem-aplicativos, homem-algoritmos de IA). Os estágios de desenvolvimento, bem como as expectativas, variam entre os campos e suas aplicações, que incluem os veículos autônomos, reconhecimento de voz, games, robótica, tradução de linguagem natural, diagnósticos médicos, assim por diante” (KAUFMAN, 2019, p. 19-20).

proporcionado importantes reflexões, teorias que se debruçaram a analisar o conceito de rede. Neste trabalho, o espanhol Manuel Castells foi a companhia que escolhi para dialogar com o tema⁶⁶.

Em sua hercúlea trilogia (1996; 1997; 1998), o autor define rede como um conjunto de pontos, uma espécie de rizoma; trata-se de nós conectados por elementos que têm alguma relação entre si. A base para a constituição de uma rede é o seu objetivo e a adesão de usuários; flexibilização das relações e interação instantânea são outras duas características importantes das redes, sobretudo quando nos referimos às redes sociais digitais. De acordo com o autor, “nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que seria um nó depende do tipo de redes concretas de que estamos falando” (CASTELLS, 2002, p. 566).

De acordo com esta perspectiva sociológica, uma rede pode ser formada a partir de uma agremiação política, onde os nós – pessoas que comungam de uma determinada ideologia, simpatizantes, empresários e especialistas em marketing político – se articulam e traçam estratégias para vencer uma eleição em um município ou Estado da federação. Na mesma medida, a rede pode surgir a partir da afinidade de alguns jovens, ou entidades estudantis que, formando uma rede, se organizam e mobilizam outras pessoas para protestar contra o genocídio da juventude negra nas ‘quebradas’ de um município. Pode, igualmente, nascer a partir de indivíduos de uma facção criminosa, que, com o apoio de alguns moradores de um determinado bairro, centros de apoio, distribuição, logística e monitoramento, acabam por obter o controle do tráfico de drogas ilícitas de uma determinada região geográfica de um país. Nas palavras do autor:

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 2002, p. 566).

É preciso ressaltar que, para o autor, a rede pode ser formada por humanos e não humanos. O avanço do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o uso de técnicas para o aprimoramento de atividades específicas, resultou nas tecnologias digitais. A rápida evolução da engenharia computacional que, por meio de arquiteturas de softwares e hardwares, permitiu a interligação e comunicação de diferentes engenharias tecnológicas –

⁶⁶ A bibliografia sobre a temática é múltipla e vasta. Leitores interessados em um panorama geral do assunto, conferir os trabalhos de Maciel; Parente (2003); Parente (2004); Duarte *et al.* (2008).

como, por exemplo: rádiodifusão, redes telemáticas, redes de fibra óptica – consolidou a era digital.

O desenvolvimento da microeletrônica e o avanço no processo de convergência com a engenharia de telecomunicações resultaram no surgimento das tecnologias ubíquas. São artefatos tecnológicos móveis que, conectados à rede mundial de computadores, proporcionam interação – comunicação em rede – a qualquer momento, em qualquer espaço.

No Brasil, Lúcia Santaella é a pesquisadora que mais tem se dedicado a pesquisar e escrever sobre essa temática. Uma das teses defendida pela a autora é que o intenso desenvolvimento científico e tecnológico contribuiu para que a condição contemporânea da existência humana se tornasse ubíqua.

Em função da hipermobilidade, tornamo-nos seres ubíquos. Estamos, ao mesmo tempo, em algum lugar e fora dele. Tornamos intermitentemente pessoas presentes-ausentes. Aparelhos móveis nos oferecem a possibilidade de presença perpétua, de perto ou de longe, sempre presença. Somos abordados por qualquer propósito a qualquer hora e podemos estar em contato com outras pessoas quaisquer que sejam suas condições de localização e afazeres no momento, o que nos transmite um sentimento de onipresença. Corpo, mente e vida ubíquas. Sem dúvidas isso traz efeitos colaterais, certo estado de frenesi causado pelo paradoxo da presença e ao mesmo tempo da reviravolta constante nas várias condições físicas, psicológicas e computacionais. (SANTAELLA, 2013, p. 16).

No campo da ciência da comunicação, o conceito ubiquidade tem sido problematizado à luz de uma metáfora. Os primórdios sobre esta discussão nos remetem à Grécia antiga, que acabou por influenciar várias culturas. Para algumas religiões, Deus, por exemplo, é ubíquo, é onipresente, está em todos os lugares. Ainda do ponto de vista da tecnologia, Souza e Silva (2006) traz uma importante síntese:

O conceito de ubiquidade sozinho não inclui mobilidade, mas os aparelhos móveis podem ser considerados ubíquos a partir do momento em que podem ser encontrados e usados em qualquer lugar. Tecnicamente, a ubiquidade pode ser definida como a habilidade de se comunicar a qualquer hora e em qualquer lugar via aparelhos eletrônicos espalhados pelo meio ambiente. Idealmente, essa conectividade é mantida independentemente do movimento ou da localização da entidade. Essa independência da necessidade de localização deve estar disponível em áreas muito grandes para um único meio com fio, como, por exemplo, um cabo *ethernet*. Evidentemente, a tecnologia sem fio proporciona maior ubiquidade do que é possível com os meios com fio, especialmente quando se dá em movimento. Além do mais, muitos servidores sem fios espalhados pelo ambiente permitem que o usuário se mova livremente pelo espaço físico sempre conectado. (p. 179).

Desde que a *World Wide Web* foi implantada, e isso ocorreu há apenas duas décadas, as tecnologias digitais foram penetrando nas nossas residências, estações de trabalho, salas de aula das escolas e universidades, fornecendo informações, serviços e mobilidades de acordo

com a necessidade de cada usuário. Desde 2010, se intensificou o uso do Big Data, ou seja, uma engenharia robótica capaz de analisar grandes volumes de transações na rede em questões de segundos, para monitorar tendências e comportamentos populacionais. Estudos têm sido movidos por um desconforto, alertando para a necessidade de uma profunda reflexão ética e estética das redes (SANTAELLA, 2016b; 2019; KERCKHOVE, 2009; HAN, 2014; 2019).

O modo como as redes digitais estão tecnologicamente estruturadas faz com que toda ação tecida no ciberespaço deixe rastros. Esta versão renovada de sociedade do controle transforma cada movimento executado pelos internautas em dados valiosos para o capitalismo digital. Mais do que espaços de colaboração e criação, a infosfera está se transformando em uma versão digital do projeto ‘*panóptico*’, criado em 1785 pelo Jurista britânico Juremy Bentham⁶⁷.

O ‘panóptico’ de Benthan, imaginado para depositar um poder inquestionável nas mãos das autoridades, baseava-se nessa reversão: Sua essência, escreveu o filósofo, repousa “na centralidade da situação do inspetor” combinada com “as mais eficazes ferramentas para ver sem ser visto”. Em uma democracia saudável acontece o contrário. Democracia exige prestação de contas e consentimento dos governados, o que só é possível quando os cidadãos sabem o que está sendo feito em seu nome. A pressuposição, com raras exceções, é de que eles saberão tudo o que suas autoridades políticas estiverem fazendo; é por isso que essas autoridades são chamadas de funcionários públicos e trabalham no setor público, no serviço público e em órgãos públicos. De forma inversa, também com raras exceções, a pressuposição é que o governo não saberá nada que os cidadãos respeitadores da lei estiverem fazendo. É por isso que somos chamados de indivíduos privados, que operam na esfera privada. A transparência é para quem cumpre funções públicas e exerce um poder público. A privacidade é para todos os demais. (GREENWALD, 2014, p. 220-221).

Glenn Greenwald formulou esta análise ao escrever sobre os documentos oficiais do governo norte-americano, trazidos a público por Edward Snowden comprovando a vigilância ilimitada colocada em curso pela Agência de Segurança Nacional (NSA)⁶⁸. Os arquivos do ex-funcionário da CIA revelaram ao mundo que o monitoramento em massa atingiu não apenas os americanos, mas também várias autoridades de países, alguns inclusive aliados dos Estados Unidos. Tais revelações desencadearam um amplo debate sobre o direito à privacidade – mencionada anteriormente ao falar sobre a aquisição de drones para o monitoramento de favelas, bem como os limites da vigilância governamental.

⁶⁷ Leitores interessados na temática, conferir “O panóptico” (BENTHAN, 2000) e “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 1977).

⁶⁸ Conferir livro “Eterna Vigilância” (SNOWDEN, 2019).

No atual estágio da cultura digital, o grande Leviatã⁶⁹ que tudo captura é o algoritmo⁷⁰; nada mais escapa ao seu monitoramento ubíquo. Empresas, governos, servidores públicos, a cultura, nossos hábitos, nossos pensamentos, nossas decisões são movidas pela governança algorítmica.

Portanto, a vigilância ubíqua e invisível, agora sustentada pelos algoritmos, não é outra coisa senão um incremento, uma sofisticação e refinamento da economia política no capitalismo digital. Assim, a biopolítica, que encontra hoje nos algoritmos, nos big data, seus maiores coadjuvantes, tem a ver com o poder que, regulado pela política científica, medicinal e jurídica, é exercido sobre a biologia, sobre a vida das populações que crescem cada vez mais, ocupando todos os espaços disponíveis sobre o globo. (SANTAELLA, 2016b, p. 100).

O que vem acontecendo com a vida em meio à avalanche de algoritmos? Quais são os impactos da lógica da padronização e da engenharia sobre os sistemas vivos? Com essas indagações, Lúcia Santaella inicia a conferência de encerramento do XIV Congresso Iberoamericano de Comunicação – IBERCOM⁷¹. Um dos temas aprofundados em sua fala é as novas dinâmicas do capitalismo no mundo do trabalho. A intercomunicação e a mobilidade visam a tornar cada usuário da rede mais produtivo, mas será que desejamos nos engajar em uma sociedade do esgotamento que tudo traduz em mercadoria para o consumo? Em que medida é possível recuar sem sofrer com a marginalização do *modus operandi* das novas configurações do mundo do trabalho?

Convido o leitor acadêmico que me acompanha por essas linhas a refletir na lógica produtivista de avaliação adotada pela CAPES⁷² para mensurar o desempenho dos Programas de Pós-Graduação no Brasil – o quanto a pressão por publicar tem levado estudantes e professores ao adoecimento psíquico.

Mesmo nos trabalhos mais simples, temos assistido à tecnologia operando na intensificação e expropriação de direitos sociais básicos. Recentemente coordenei uma

⁶⁹ Temido monstro bíblico que aterrorizou várias sociedades. O filósofo Thomas Hobbes (2004) resgata essa metáfora para analisar a constituição do poder na sociedade absolutista: “o grande Leviatã, que nada mais é senão um homem artificial, de maior estrutura e força que um homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. No Estado, a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento a todo corpo; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa e o castigo (pelos quais, ligados ao trono da soberania, juntas e membros são levados a cumprir seu dever)” (p. 15).

⁷⁰ De acordo com Dora Kaufman, “Algoritmo é um conjunto de instruções matemáticas, uma sequência de tarefas para alcançar um resultado esperado em um tempo limitado. Os algoritmos antecedem os computadores – o termo remonta ao século IX ligado ao matemático Al-Khwārismi, cujo livro ensinava técnicas matemáticas a serem equacionadas manualmente. “Algorismus” era originalmente o processo de calcular numerais hindu-arábicos” (2019, p. 34-35). Na cultura digital trata-se de uma sequência lógica que permite comandos autônomos de processos informatizados.

⁷¹ Evento ocorrido em março de 2015 na Escola de Comunicação e Artes da USP.

⁷² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

pesquisa que analisou a inserção profissional de jovens egressos de cursos técnicos no município de Florianópolis⁷³. Foram entrevistados egressos de até 29 anos que haviam se formado há mais de três anos nos cursos de Gastronomia, Panificação e Confeitaria.

Uma das categorias que se destacou nas análises das narrativas juvenis foi a ‘uberização’ do trabalho. De acordo com as entrevistas, por meio de um aplicativo tecnológico, um proprietário de um restaurante ou hotel pode contratar produtos especializados como: *petit gâteau*, ostras gratinadas, pães e doces customizados. O trabalhador prestador do serviço paga uma taxa mensal para se cadastrar na plataforma digital. Para os estabelecimentos torna-se algo altamente lucrativo, pois o empresário desfruta de um serviço personalizado, sem a necessidade de pagar os encargos sociais e trabalhistas. A pesquisa constatou ainda que, na capital de Santa Catarina, tais aplicativos tecnológicos não oferecem apenas serviços na área da gastronomia; com apenas um toque no celular, você pode escolher um serviço customizado na área de limpeza, jardinagem, cuidado com idosos, serviços de pet etc.

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Vide a experiência britânica do *zero hour contract* (contrato zero hora), o novo sonho empresariado global. Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a ‘uberização’, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento. (ANTUNES, 2018, p. 23).

O avanço das tecnologias da informação e comunicação tem sido analisado na academia sob diferentes perspectivas. Nos próximos tópicos desta seção trago para o debate os ensaios filosóficos do Professor da Universidade de Kunst (Berlim), Byung-Chul Han. Sua biografia é marcada por algumas curiosidades: nasceu em Seul, em 1959, onde estudou o Curso Técnico Profissionalizante em Metalurgia. Aos 30 anos, movido por uma obsessão incontrolável de estudar literatura, fugiu do seu país e ingressou na Universidade de Teologia, em Munique, mesmo não dominando o idioma alemão. Mais tarde mudou para a Universidade de Friburgo, onde passou a estudar Filosofia.

Declara-se seguidor de Giorgio Agamben e, em 1994, doutorou-se na Universidade de Munique com uma tese sobre Martin Heidegger. Em seus artigos é possível identificar forte influência destes dois filósofos nas análises teóricas que sustentam seus argumentos. Publica uma média de dois a três livros por ano, todos recebidos com fervor pelo meio acadêmico

⁷³ Interessados nos resultados da pesquisa, conferir Reis e Gelsleichter (2019).

européu. Nos tópicos abaixo, apresento uma síntese dos livros em que o filósofo discorre sobre os desafios humanos no contemporâneo, com a disseminação da cultura digital.

3.1 AS ENFERMIDADES DO NEOLIBERALISMO PÓS-INDUSTRIAL

Síndrome do pânico, déficit de atenção, hiperatividade, transtorno de personalidade, síndrome de *Burnout*, são algumas das patologias psíquicas que marcam a *Sociedade do Cansaço* (2017b), título da primeira obra do autor que adentrou a América Latina. Neste livro, Han destaca que a história da humanidade evoluiu superando as enfermidades típicas de cada era. Ele argumenta que, embora o desenvolvimento científico tenha avançado significativamente para conter as enfermidades bacterianas e virais, um dos maiores desafios do nosso tempo é superar as enfermidades neurais. Complicações psíquicas, excesso de *voyeurismo*, competição consigo mesmo, dificuldade de discernimento entre as esferas pública e privada são algumas das dificuldades com que os usuários imersos na rede se confrontam diariamente.

Neste ensaio, o filósofo discorre sobre a transição de uma sociedade disciplinar – fundada nas escolas, cadeias, fábricas e igrejas – para uma sociedade do desempenho, estruturada nos centros de manipulação genética, espaços *fitness* e dopagem biofarmaca. Cada internauta é, agora, empresário de si mesmo, um automutilador. O ápice desta autoexploração seria o soçobramento, ou seja, o esmorecimento neural, resultando nas patologias psíquicas típicas da sociedade enferma neoliberal. Crises em escala global são provocadas por instituições financeiras. O FMI, por sua vez, solta dinheiro para os países juntamente com a cartilha da neoliberalização dura e supostamente eficiente, um pacote que inclui: desregulamentação das leis de trabalho, ausência do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, uma economia reduzida ao rendimento no mercado de ações.

Uma de suas teses é que vivemos em um grande oráculo mercantil, supostamente transparente. Na infosfera, cada usuário vive a ilusão de ser um cibercidadão, todavia, somos supervisionados e governados sob a lógica algorítmica. O autor aponta para uma mudança de valores na sociedade ocidental: aos poucos, estamos abandonando o direito à privacidade e à intimidade, para adentrarmos um estado de *frenesi* e de autoexposição permanente. Han advoga a necessidade de o homem *laborans* voltar a ser o homem *sapiens*, defende o direito ao ócio e à vida contemplativa. Julga essencial refletirmos que valores almejamos construir socialmente para superarmos o estágio de obnubilação a que estamos submetidos.

3.2 UM ENXAME DIGITAL EFÊMERO

Na contramão da era das massas clássicas que se formavam a partir da agremiação de trabalhadores, sindicalistas, camponeses e estudantes, no livro *No enxame: reflexões sobre o digital* (2016a), Han analisa a hipercomunicação rizomática digital a partir do isolamento de cada usuário nas redes.

Seu argumento é que gigantes da comunicação como: *Google, Facebook, Twitter*, operam como um serviço secreto do capitalismo digital. Muito além do que uma aparente instituição de caridade da comunicação, que oferta entretenimento. A lógica de mercado dessas empresas está no interesse em desvendar o inconsciente de cada internauta, seus hábitos e interesses, sua disposição para o consumo. A partir de cada informação disponibilizada de forma voluntária pelos usuários, a tecnologia do Big Data permite a elaboração de prognósticos sofisticados do comportamento da sociedade.

É preciso ressaltar que as análises tecidas pelo filósofo neste livro foram escritas antes que viessem à tona as controvérsias em torno da eleição presidencial americana de 2016, bem como o plebiscito do *Brexit* (Reino Unido). Nesses dois exemplos, a partir das análises dos perfis hospedados na rede social *facebook*, traçou-se uma descrição *psicopolítica* em profundidade de cada usuário, permitindo que empresas de marketing desenvolvessem narrativas personalizadas, estruturadas a partir das percepções e preferências que cada usuário registrava na rede social.

Outra preocupação que aparece na obra são os chamados *movimentos ciberativistas* que se formam a partir das conexões e interações em rede. Para o autor, essas movimentações coletivas instáveis, efêmeras, muitas vezes carnavalescas, sem qualquer reflexão crítica da ditadura da informação instaurada no contexto atual, estão nos levando a uma *sociedade da indignação*.

A sociedade da indignação é uma sociedade do escândalo. É desprovida de firmeza, de contenção. A rebeldia, a histeria e a obstinação peculiares das ondas de indignação não permitem qualquer comunicação discreta e objetiva, qualquer diálogo, qualquer debate. (HAN, 2016a, p. 19).

Para o filósofo, as ondas de indignação que surgem nas redes são dotadas de um debate político precário e reduzido. As bolhas digitais impedem que os internautas possam compreender as novas dinâmicas do capitalismo global: sua coerção na redução do estado democrático de direito, bem como o asfixiamento dos direitos sociais.

Waldo, personagem protagonista do terceiro episódio da segunda temporada da série *Black Mirror* (Netflix), em certa medida é muito elucidativo para representar as preocupações de Han. Diante de uma crise de credibilidade política que assola o parlamento britânico, *Waldo*, mascote de um programa de humor na TV, utiliza um linguajar popular para ironizar e constranger os chamados políticos tradicionais de carreira.

Com o início da campanha eleitoral, o mascote passa a constranger os candidatos. Diz palavrões, não poupa ninguém, fala o linguajar dos eleitores desacreditados do *modus operandi* da política tradicional. Diante da crise ética, falta de confiança nas instituições do país, acordos políticos obscuros, ausência de uma liderança política com capacidade de apontar saídas para a crise ética e moral representada na trama, *Waldo* surge como um representante legítimo dos eleitores britânicos, alguém que está atento e solidário aos problemas que os cidadãos vivenciam.

Waldo torna-se um fenômeno nas redes sociais. Eleitores que até então não estavam interessados no processo eleitoral passam a se engajar para que *Waldo* – mascote – tenha o direito de registrar sua candidatura. Passeatas e atos públicos são convocados por internautas e intensificados com as coberturas ao vivo, realizadas pelos meios de comunicação de massa tradicionais.

Conforme o episódio se desenrola, o telespectador vai compreendendo que o personagem virtual desenvolvido para dialogar com as massas tem alguns traços contraditórios, uma espécie de *memeficação*⁷⁴ do *microfascismo*⁷⁵. Porém, a população representada na trama considera uma virtude os discursos polêmicos protagonizados pelo personagem, grande parte dos seguidores de *Waldo* acredita que todos os políticos gostariam de falar em público o que vem à cabeça, mas falta coragem, por isso consideram a performance de *Waldo* autêntica.

O desempenho fenomenal da tecnologia digital colocada em curso no pleito eleitoral chama atenção da CIA⁷⁶, que passa a financiar essa sofisticação tecnológica, transformando

⁷⁴ Expressão típica da internet para se referir a uma montagem sarcástica que envolve vídeos e GIFs.

⁷⁵ Theodor Adorno (1950), em um clássico ensaio sobre autoritarismo, classificou como ‘síndrome fascista’ o ódio segregativo dirigido a determinados seguimentos da população. Outro elemento que é objeto de teorização pelo o autor é a veneração por parte das massas a um líder de forma acrítica e estereotipada, autorizando o mandatário a disseminar adjetivos segregativos contra opositores. Nas eleições gerais que ocorreram no Brasil em 2018, onde as redes sociais digitais foram utilizadas intensivamente, houve várias situações que poderiam ser analisadas à luz da “*memeficação do microfascismo*”, especialmente as narrativas performáticas misóginas e homofóbicas de alguns candidatos, consideradas, todavia, pelos seus seguidores: uma linguagem pop, juvenil, típica de internet. Nos debates realizados em rede nacional, grande parte dos telespectadores ria de candidatos como “Cabo Daciolo” e “Bolsonaro”, contudo, por trás do comentário tecido, existia um discurso de ódio emergindo contra determinado seguimento da população.

⁷⁶ Agência de inteligência do Governo dos Estados Unidos da América.

Waldo em um produto comercial. Para o representante do governo americano, *essa nova tecnologia poderia ser muito eficaz nos países da África e América do Sul*, palavras literais proferidas na reta final do episódio.

Charlie Brooker escreveu este roteiro em 2012, indo ao ar pela primeira vez no *Channel4* (TV do Reino Unido) em 2013. Certamente os fatos que ficaram conhecidos como a Primavera Árabe foram uma das referências que alimentaram a criação do roteirista. Na ocasião, o meio acadêmico formulava as primeiras indagações sobre o papel das redes na organização dos protestos que varreram o oriente médio.

Para Han, ao invés do Big Brother descrito no romance de George Orwell, a cultura digital instaurou o Big Data (as grandes bases de dados formadas a partir das interações que os internautas tecem na rede). Sobre o obscuro mercado de vendas de informações dos internautas, o autor cita como exemplo o desempenho financeiro da *Acxion*, uma das principais empresas dos Estados Unidos especializada na tecnologia Big Data. Em 2013, a organização obtinha uma *protocolização geral da vida*⁷⁷ de mais de 300 milhões de americanos. A empresa, que possui mais informações dos americanos que o FBI, obteve um dos desempenhos financeiros mais extraordinários de *Wall Street*.

Para o filósofo, o grande dilema que está posto neste *exame* efêmero digital é a falta de clareza de como os algoritmos interferem e modificam a arquitetura das redes. Os estudos que se debruçaram a analisar essa temática até o momento apontam que gigantes da comunicação têm apostado todas as suas fichas no aprimoramento do design tecnológico, na tentativa de compreender a bolha social que cada internauta pertence, bem como traçar com precisão seus hábitos e costumes – informações estratégicas para o avanço do neoliberalismo digital.

3.3 NEOLIBERALISMO DIGITAL E SUAS NOVAS TÉCNICAS DE PODER

Uma análise filosófica sobre as novas técnicas de poder instauradas no neoliberalismo digital é sistematizada no livro *Psicopolítica* (2015). A principal tese defendida na obra é a de que, na cultura digital, os usuários da rede não têm consciência de sua submissão. Para o autor, a eficiência do *psicopoder* baseia-se principalmente no fato de que os internautas imaginam ser livres, quando, na realidade, o sistema explora a sua liberdade.

⁷⁷ Termo desenvolvido pelo autor para se referir à vigilância em massa das coisas instaurada pela internet. Somos vigiados não mais por câmeras, mas também por outros objetos ao nosso redor, por coisas que usamos cotidianamente, ou situações que deixamos de executar.

O termo *psicopoder* é desenvolvido a partir das obras de Foucault (1999) e Deleuze (1992). O filósofo advoga não ser possível analisar a atual sociedade conectada à luz da biopolítica. Diante de tal perspectiva, a *psicopolítica* adentra as engenharias computacionais, bem como as interligações dos *cookies*⁷⁸, que deixaram transparentes todas as nossas movimentações na web. Torna-se urgente discutir a crise de liberdade à qual nos encontramos.

Hoje, cada clicar de tecla e cada palavra que introduzimos no motor de busca fica registrada. A totalidade da nossa vida é objeto de reprodução na rede digital. O nosso hábito digital proporciona uma representação extremamente exata da nossa pessoa, da nossa alma – uma representação talvez mais precisa ou completa do que a imagem que fazemos de nós próprios. (HAN, 2015, p. 71).

Para o autor, não restam dúvidas de que a automação e a robótica deixaram o chão de fábrica menos insalubre. Todavia, os artefatos digitais trouxeram uma nova escravatura. Uma exploração mais intensa e eficaz, tendo em vista que, agora, a ubiquidade transforma qualquer lugar em posto de trabalho.

Se, na era industrial, o não trabalho era definido pela imobilidade das máquinas, hoje tal delimitação – trabalho e não trabalho – foi eliminada. Aplicativos como o *whatsapp*, redes sociais, e-mail pessoal ou institucional, continuam a nos enviar demandas de trabalho, impedindo-nos de desfrutar do ócio.

A técnica de poder inteligente instaurada com o advento do Big Data não utiliza os métodos repressores da sociedade disciplinar. Está em jogo a tentativa de desvendar a psique, o subconsciente do internauta. Para isso, não é imposto aos usuários da rede qualquer restrição, ao contrário, nas redes sociais somos instigados a tecer comentários sobre os mais variados assuntos de forma exaustiva.

Facebook, Instagram, Twitter, Snapchat instigam a nossa participação. Diariamente somos motivados a compartilhar nossa localização, emitir uma opinião sobre determinado assunto, comunicar hábitos e interesses da nossa vida pessoal. Para Han, a *psicopolítica* não nega a liberdade, mas a explora. A partir do que digitamos nas redes sociais digitais, os algoritmos nos separam em categorias: vertente política, orientação sexual, gostos musicais, tendência religiosa, hábitos de lazer, hábitos de comida etc.

⁷⁸ *Cookies* são arquivos de texto que armazenam as preferências dos internautas através das várias páginas acessadas. Os *webbeacons* permitem que os sites colem e transfiram informações dos usuários, quando estes clicam em alguma imagem ou link. Estes dispositivos são instrumentos de rastreamento utilizados pelos sites para traçar o perfil de cada usuário da rede (FUGAZZA; SALDANHA, 2017).

As redes sociais digitais são apenas uma parte da sociedade vigilante à qual estamos expostos. O cadastro que cada consumidor faz na loja de sua preferência para adquirir um cartão de fidelidade alimenta uma base de dados. Quando informamos nosso CPF em uma farmácia para ganhar descontos nos produtos que estamos adquirindo, dados estão sendo gerados, softwares cruzam nossas preferências.

O seguimento de cartão de crédito há muito tempo vem deixando em segundo plano suas atividades clássicas na área financeira. Mais de 60% do faturamento anual de empresas como Mastercard e VISA advêm de atividades relacionadas a Big Data e Inteligência Artificial.

A Mastercard Advisors agrega e analisa aproximadamente 65 bilhões de transações de 1,5 bilhões de titulares de cartão em 210 países, procurando identificar tendências de negócios e consumo para, em seguida, comercializar a informação a terceiros. [...] Segundo a Febraban – Federação Brasileira de Bancos, atualmente 80% dos bancos que atuam no Brasil investem em inteligência artificial. (KAUFMAN, 2019, p. 58).

Um novo processo de ‘hibridização tecnológica’, que permitirá uma “visão 360°” de cada indivíduo, está sendo aprimorado com uma sofisticação que se convencionou chamar de internet das coisas. Uma possibilidade de você conectar artefatos tecnológicos comunicarem-se entre si independentemente de nossa ação, ou seja, ter em nossas residências máquinas conversando com outras máquinas, dentro e fora de nossas casas.

Essa grande rede de *actantes*⁷⁹ se organiza para supostamente atender aos nossos interesses. Nesse sentido, uma geladeira conectada, ao perceber a falta de determinados produtos, providenciará a compra automaticamente, sem a interferência humana. Se, por um lado, trata-se de uma ação que nos deixa livres para fazer outras coisas, uma base de dados está sendo gerada a partir de nossos hábitos alimentares.

Em um futuro não muito distante, todos os eletrodomésticos de nossa residência estarão interligados: torradeiras, geladeiras, máquina de lavar, micro-ondas. A infosfera saberá a hora exata de nossa alimentação, o que comemos, bebemos, fazemos, onde estamos. O neoliberalismo digital avança nos impondo uma vida mercantilizada; somos expostos de forma permanente ao consumo, nas redes sociais digitais; nossos perfis são reduzidos a objeto de publicidade que é avaliado pelo número de visualizações e curtidas.

⁷⁹ Termo desenvolvido por Latour (2004). *Actante* se refere a qualquer elemento conectado. Nesta perspectiva heterogênia, uma rede pode ser formada por *actantes* humanos e não humanos.

3.4 AS CONTRADIÇÕES EM TORNO DA TRANSPARÊNCIA

Como a sociedade da informação se comportará a partir de 2020, quando a internet das coisas estará em pleno funcionamento, conectando carros inteligentes, eletrodomésticos e *smartphones*? Quais as implicações psíquicas desta sofisticada forma de controle? Quais as consequências sociais dos prognósticos precisos que os Big Datas farão a partir de todas as informações que disponibilizamos em plataformas como: *Social Eyes*, *Waze*, *Timeline do Facebook*, *Social Cam*, *Hotlist*, *Open Graph* e *Plancast*?

Uma análise filosófica dessas ambivalências permeia o livro *A sociedade da transparência* (2014). Nesta obra, Han retoma o conhecido estudo sistematizado por Michel Foucault (1977) sobre o sistema penitenciário formulado pelo jurista inglês Jeremy Bentham no século XVIII.

Sua tese principal é que a transparência ganha evidência quando a confiança desaparece do convívio social. Diante de tal situação, se aposta na vigilância em massa e no controle para superar a crise ética típica da sociedade ocidental atual. Nas últimas décadas, com o fim de ditaduras militares em vários países, acordos sociais foram firmados para tornar as ações dos governantes mais transparentes.

O discurso da transparência adentrou os meios de comunicação de massa, escolas e universidades. Com a popularização do acesso à internet, hoje, nos países emergentes, temos uma geração que acredita que a privacidade se tornou obsoleta, se trata de um valor do milênio passado. Para o autor, as mídias sociais e seus motores de busca personalizados

erigem na rede um espaço próximo absoluto, do qual o fora foi eliminado. É um espaço onde nos encontramos somente a nós mesmos e aos que se assemelham a nós. Não há qualquer negatividade que torne uma mudança possível. Esta proximidade digital não apresenta ao participante senão essas secções do mundo ao seu gosto. Desse modo, desintegra a esfera pública, a consciência pública, crítica, privatizando o mundo. A rede transforma-se numa esfera íntima, ou numa zona de bem-estar. A proximidade, da qual toda a distância de longe foi eliminada, é também uma forma de expressão da transparência. (HAN, 2014, p. 54).

Ao contrário das promessas comunitárias anunciadas a duas décadas atrás, na atual *sociedade da transparência*, estamos diante de uma vertigem digital. Vivemos ansiosos, desorientados, fragmentados em bolhas. Para Han, embora grande parte dos internautas tenha consciência das contradições da era digital, todos os usuários em certa medida contribuem alimentando o panóptico digital. Somos ator e vítima ao mesmo tempo.

Em nível de Brasil, causou grande repercussão a reportagem de Aiuri Rebello publicada no Jornal Folha de São Paulo em 16/01/2019⁸⁰, trazendo detalhes da visita que a bancada de parlamentares do PSL – Partido do Presidente Jair Bolsonaro – fez à China para conhecer o sistema digital de reconhecimento de rostos de cidadãos. A viagem foi custeada pelo governo Chinês, pois este tem interesse em comercializar este produto; um dos objetivos dos deputados é a apresentação de um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados para discutir a implantação de tal tecnologia no Brasil. A cidade-piloto para avaliar essa sofisticação tecnológica seria Rio de Janeiro.

O sistema de monitoramento chinês consiste em sofisticado conjunto de câmeras espalhadas por pontos estratégicos (metrô, escolas, aeroporto) e outras móveis embutidas em óculos de profissionais que cuidam da segurança pública. Quando um rosto de um indivíduo é capturado por uma câmera, em apenas sete minutos, o sistema do governo apresenta: nome completo do cidadão, idade, gênero, bens que estão em seu nome, rotas mais frequentes que ele realiza, local trabalho, parentes e as pessoas com o qual o indivíduo monitorado interagiu nas redes sociais digitais.

No meio acadêmico não faltam críticas ao Partido Comunista Chinês⁸¹. Para alguns analistas, o regime ditatorial se utiliza do sistema digital para promover uma vigilância em massa dos cidadãos chineses. Já os parlamentares brasileiros consideram a vigilância da sociedade, bem como a atualização da legislação brasileira, um caminho irreversível. Advogam ainda que a segurança pública no Brasil precisa de um “choque” e acreditam que a sofisticação tecnológica chinesa é o indutor necessário para restabelecer a ordem no país.

3.5 A AGONIA DE EROS

Uma análise antropológica da estética é tecida no livro *A salvação do belo* (2016b). Nesta obra, o autor analisa a atrofiação da beleza na cultura digital. Nas redes sociais não há espaço para a diferença, alteridade ou negatividade. Na atual sociedade conectada, o belo converte-se em *likes* e termina por mensurar o potencial para o consumo e comercialização imediata.

⁸⁰ A versão digital da reportagem pode ser conferida em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/bancada-do-psl-vai-a-china-importar-sistema-que-reconhece-rosto-de-cidadaos.shtml>. Acesso em: 17 jan. 2019.

⁸¹ A literatura sobre o assunto é vasta. Indico, em especial, a produção do filósofo Luciano Floridi, da Universidade de Oxford. No Brasil, a coletânea *Tecnopolíticas da Vigilância*, organizada por Fernanda Bruno (2018), evidencia que especialmente nas cidades que receberam os jogos da Copa do Mundo da FIFA, em 2014, os centros de monitoramento implantados – com exceção do Rio de Janeiro, os demais estão em funcionamento até hoje – não destoam muito do *modus operandi* do sistema de vigilância chinês.

Para Han, Eros vive em agonia permanente, o narcisismo atinge seu clímax, transformando o erótico em pornográfico. Na era do vazio, as redes sociais nos instigam a uma intensa exposição, muitas vezes beirando a obscenidade. A ubiquidade tecnológica eliminou distâncias e fronteiras. A fantasia engendrada no outro, um dos elementos essenciais ao Eros, não é mais estimulada. A experiência erótica é eliminada, o eu narcísico tende a ser projetado no outro.

O *selfie* é, exatamente, esse rosto vazio e inexpressivo. A dependência aditiva do *selfie* remete para o vazio interior do eu. Hoje, o eu é muito pobre em formas de expressão estáveis com as quais se pudesse identificar e que lhe concedessem uma identidade firme. Hoje nada tem consistência. Esta inconsistência repercute-se também no eu, desestabilizando-o e tornando-o inseguro. É precisamente esta insegurança, este temor por si mesmo, que conduz à dependência do *selfie*, uma marcha do vazio do eu, que não encontra nunca sossego. (HAN, 2016b, p. 24).

Segue-se a receita do neoliberalismo selvagem, que transforma cada usuário da rede em microempreendedor, empresário de si mesmo, sob a promessa do sucesso individual e da lucratividade. A mesma lógica é aplicada nas relações de amizades tecidas em plataformas digitais como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*: cada amigo é um cliente que opera no fortalecimento da sensação narcísica do ego, todos interagindo em uma grande esfera mercantil.

3.6 MÚLTIPLAS NARRATIVAS EM DISPUTA DA VERDADE

Em 2016, com o plebiscito que ocorreu no Reino Unido (*Brexit*), onde os eleitores referendaram a saída daquele país da União Europeia, bem como a inesperada vitória de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos⁸², a expressão “pós-verdade” se popularizou nas redes e nos meios de comunicação de massa. O que se convencionou denominar de fenômeno da “pós-verdade” trata-se de histórias inverídicas, todavia bem formuladas, contendo alguns pontos realísticos e outros destorcidos. Essas narrativas de forte apelo emocional muitas vezes viralizam nas redes, tendo mais impacto que uma notícia jornalística bem apurada.

⁸² Leitores interessados nas teorizações sobre as técnicas de classificação de personalidade com base nos rastros que os usuários registram voluntariamente nas redes sociais digitais, conferir as análises de Resnick (2018) e Dallasta Del Grossi (2019). O modelo criado pelo pesquisador da Universidade Stanford, Michal Kosinski, foi aprimorado pela consultoria *Cambridge Analytica* na campanha presidencial de Donald Trump e vem sendo replicado em várias eleições presidenciais na América do Sul, Ásia e Europa. Na América Latina, o pesquisador da Universidade Autônoma de Buenos Aires Ariel Goldstein (2019) analisa o uso desse “modus operandi” tecnológico por grupos de extrema direita no Brasil, Alemanha, Hungria, Polônia, Itália e Eslovênia.

Como muito bem ressalta Mans (2018), o termo “pós-verdade” não é novo. Na academia apareceu pela primeira vez quando Steve Tesich, em 1992, publicou um artigo na revista *The Nation*, denunciando as falhas cometidas durante a cobertura jornalística na Guerra do Golfo.

Em 2004, o termo voltou a ser discutido, diante da publicação do livro *A era da Pós-Verdade*. Nesta obra, o autor destaca que, embora mentiras e os boatos sempre estivessem ao lado do percurso evolutivo da humanidade, na contemporaneidade, com o crepúsculo ético dos meios de comunicação de massa, “vivemos uma era da pós-verdade” (KEYES, 2004, p. 20).

Os objetos de análise do autor são as coberturas que o jornalismo americano realizou em episódios famosos como: Watergate, Guerra do Vietnã, Irã e Iraque. Sua análise é que ausência de uma educação para a promoção da cidadania e da ética tem contribuído para a formação de uma sociedade da encenação, onde a desonestidade é encorajada pelos mais variados setores. Pessoas supostamente livres aceitam passivamente viver em um admirável mundo de ilusões, ou seja, uma sociedade “pós-verídica”.

É fato que, como adverte Amaral (1996), os valores mais caros ao jornalismo são a imparcialidade e a neutralidade. Independentemente do veículo de comunicação, a narrativa estruturada é carregada de conceitos que o profissional desenvolveu ao longo da sua trajetória. Nas análises, estão implícitas características de quem escreveu: classe social, orientação sexual, vertente política. Por muito tempo, as regras deontológicas formuladas nos códigos de ética profissional foram a solução encontrada para amenizar esses dilemas.

Todavia, com a cultura digital, novos problemas emergiram. Se antes da popularização da internet a comunicação de massa se estruturava em um número restrito de produtores (rádio, TV, jornal, revista) atingindo muitos receptores (ouvintes, telespectadores, leitores), o advento da internet embaralhou essa estrutura. Atualmente, com os blogs, aplicativos e redes sociais digitais, temos muitas pessoas produzindo para muitos internautas. Obviamente que a qualidade e o rigor dessas produções têm sido objeto de discussão pelos mais variados setores da sociedade, atingindo seu clímax em 2016, com as denominadas “*fake news*”, expressão cunhada pela imprensa estadunidense para se referir às notícias fraudulentas que permearam o pleito eleitoral daquele país.

As expressões “pós-verdade” e “*fake news*” têm sido fortemente criticadas pela academia, classificadas como insuficientes para compreender os fenômenos sociológicos atuais. O leitor interessado no assunto encontra boas análises no dossiê “Pós-verdade e jornalismo”, publicado pela Revista USP nº 116 (2018). Lúcia Santaella (2018), em excelente

diagnóstico sobre o tema, aposta na educação e no rigor científico para superar as inverdades disseminadas nos ambientes virtuais.

Isso tudo não revela outra coisa senão a crise de valores provocada, entre outros fatores, pela sobredeterminação que a emoção exerce na racionalidade humana, pela ausência do debate público e de formas de consenso que as redes sociais pulverizaram, em suma, problemas que o ajuste de algoritmos, por si só, não consegue resolver e que, ao fim e ao cabo, evidenciam o sintoma maior, para o qual muitos especialistas têm chamado a atenção: o desfalque das democracias representativas. (SANTAELLA, 2018, p. 52-53).

O fato é que, nessa guerra de informações e contrainformações, estudos têm identificado que quanto mais um internauta é exposto a um boato viralizado nas redes sociais digitais, aumenta a chance de este considerar aquela informação verdadeira (CASTRO, 2018). Pelo mundo, diversos debates têm sido protagonizados na tentativa de formular soluções para superar o tsunami das ‘inverdades’.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE – formulou um teste de competências que visa à mensuração da capacidade de pensamento crítico dos jovens internautas na escolha das fontes de informação. O protocolo está sendo testado em várias escolas de educação básica, em diferentes regiões do globo (RAIS, 2018). O Fórum Econômico Mundial de Davos se referiu à desinformação generalizada praticada nos ambientes cibernéticos como uma ameaça ao convívio em sociedade. Em conferência que tratou do assunto, os pesquisadores consideraram que o ‘*incêndio digital*’ representa uma ameaça à estabilidade do planeta (HOWELL, 2013).

Todos os diagnósticos formulados até o momento apontam a educação como caminho para superação desse estado de *frenesi* instaurado pela sociedade hiperconectada. Obviamente que é preciso construir novas metodologias para abordar esse assunto em sala de aula, ir além da abordagem tecnológica instrumental. É preciso instigar nossos jovens a refletirem a dimensão ética, estética e política das redes, um desafio complexo nos países da periferia do capitalismo pós-industrial, onde a maioria dos usuários da rede desconhece as noções básicas de como a internet está estruturada.

Um dos maiores problemas relativo às bolhas consiste em que a grande maioria dos usuários das redes não tem a menor ideia acerca de como as mídias, especialmente as mídias digitais, funcionam. Adquirem os dispositivos, instalam os aplicativos de seu interesse, fazem uso dos benefícios que lhes são oferecidos sem qualquer preocupação com as perdas que sofrem e os riscos que correm. Os recursos são utilizados em horizontes aparentemente abertos, no desconhecimento de que esses horizontes estão se configurando em bolhas cada vez mais impermeáveis. (SANTAELLA, 2018, p. 24).

Para além dos discursos distópicos, que para jovens internautas podem soar como mensagens cívicas de ‘pastores no púlpito’, a educação precisa construir processos cognitivos mais amplos, que conduzam os estudantes ao aprimoramento dos aspectos relacionados à sensibilidade, ao cuidado de si, bem como à responsabilidade social – fatores básicos que nos constituem como humanos.

As turbulências provocadas pelas ondas de ‘inverdades’ não se restringem ao campo da comunicação; tratados científicos também têm sido colocados em questão. Em 2017, por exemplo, a Universidade de Raleigh, localizada na Carolina do Norte, sediou a Conferência Internacional da Terra Plana, que reuniu mais de 400 acadêmicos. Uma das teses defendidas no evento é a de que a Nasa⁸³ está envolvida em uma grande conspiração, sendo que a agência teria interesses obscuros na difusão supostamente inverídica de que nosso planeta é redondo (MANS, 2018).

Outras teorias conspiratórias envolvendo temas como aquecimento global, desmatamento na Amazônia, criacionismo, bem como a origem da humanidade ganham adeptos nas redes e aplicativos de mensagens, ignorando anos de estudos, bem como o rigor científico. Separados em bolhas digitais sob a governança algorítmica, o internauta não é exposto ao contraditório, apenas acessa informações que irão reforçar a sua visão de mundo. Sendo assim, o debate de ideias, algo essencial para a consolidação das sociedades democráticas, fica em segundo plano.

A customização dos ambientes informáticos sob a égide dos algoritmos oferece um mundo encantado, adaptado ao interesse de cada usuário. As redes sociais, criadas inicialmente para instigar debates e colaboração, nos últimos anos se converteram em um espelho estável, repleto de perfis que pensam exatamente como nós. Caso seja do interesse de um determinado usuário nunca mais ler notícias sobre a temática pobreza, este não irá visualizar nada a respeito (PARISIER, 2011). É diante de tais paradoxos que a ética aplicada nos oferece elementos epistemológicos para enfrentarmos os dilemas da cultura digital.

É importante ressaltar que, neste trabalho, a ética é compreendida como uma reflexão filosófica sobre a moral. Assim, também é oportuno esclarecer a diferença entre ética e moral, embora os dois termos sejam comumente utilizados como sinônimos. Nesta perspectiva, a moral pode ser compreendida como um conjunto de normas, crenças e valores que conduz a vida prática em uma determinada sociedade. Já a ética, como um campo de estudo dentro da filosofia, se propõe a analisar e a justificar – com base em critérios e argumentos – quais são

⁸³ Agência do Governo Federal dos Estados Unidos responsável pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e programas de exploração espacial.

ou deveriam ser as ações corretas no âmbito moral. Desde a antiguidade até a contemporaneidade, várias foram as teorias éticas formuladas, a exemplo da ética de virtudes, éticas do dever, éticas utilitaristas, ética do discurso, dentre outras (BORGES; DALL'AGNOL; DUTRA, 2003; CORTINA, 2003; CORTINA; MARTÍNEZ, 2013).

Nesse sentido, a filosofia nos mostra que os valores estabelecidos em cada período histórico sempre foram um campo de disputas. O que se considera moral no ano de 2020 tem pontos distintos do acordo social estabelecido nas primeiras décadas do século XX. As 'normas sociais' foram formuladas a partir dos interesses de setores dominantes: políticos, econômicos e sociais. Ao mesmo tempo, debates foram sendo estabelecidos nos diversos fóruns – sindicais, parlamentares, organizações não governamentais –, no sentido de reforçar ou enfraquecer determinado valor a partir das lutas travadas nos espaços de poder. Conforme a sociedade foi se transformando, acordos estabeleceram regras em como lidar com o meio ambiente, como dirimir os embates travados nas trocas comerciais, bem como os conflitos estabelecidos nas relações trabalhistas. Dessa forma, as diferentes vertentes éticas estão em constante aprimoramento, ou, em outras palavras, é exatamente a reflexão ética que proporciona a revisão do que se considera moral a partir dos embates e críticas que impulsionam mudanças na escala dos valores sociais.

Assim, a filosofia, por meio da ética, busca dar conta dos possíveis fundamentos desse nosso modo de “vivenciar” as coisas, tendo sempre em vista que é necessário ir além das justificativas imediatistas, espontaneístas e particularistas das morais empíricas de cada grupo social. A ética coloca-se numa perspectiva de universalidade, enquanto a moral fica sempre presa à particularidade dos grupos e mesmo dos indivíduos. (SEVERINO, 2005, p. 141-142).

Partindo disso, esclareço ao leitor que não pretendo discutir a dimensão ética das redes no âmbito estritamente filosófico, tampouco adoto por referencial uma determinada corrente ou teoria ética em específico. Interessa-me exatamente a discussão que se pauta no âmbito interdisciplinar, que mais precisamente se situa no campo das éticas aplicadas. Nesse sentido, a ética aplicada nasce diante da necessidade de respostas para os problemas presentes no cotidiano. Comumente, as éticas aplicadas não se detêm a examinar os princípios de uma única teoria ética, mas se pode dizer que bebem de diversas fontes, conjugando elementos e princípios de teorias diversas que ajudam a trazer respostas aos problemas concretos de uma determinada área (BORGES; DALL'AGNOL; DUTRA, 2003). Ainda quanto às éticas aplicadas, Cortina e Martínez (2013, p. 147) nos esclarecem que:

É preciso levar em conta que cada tipo de atividade tem suas próprias exigências morais e proporciona seus próprios valores específicos. Não parece conveniente fazer uma aplicação mecânica dos princípios éticos aos diferentes campos de ação, é mister averiguar quais são os *bens internos* que cada uma dessas atividades deve trazer para a sociedade e quais *valores e hábitos* é preciso incorporar para alcançá-los. Nessa tarefa, os eticistas não podem agir sozinhos, eles precisam desenvolvê-la cooperativamente com os especialistas de cada campo [...].

Assim, minha busca foi por pensadores que têm contribuído com o desenvolvimento teórico da chamada ‘*Infoética*’ ou ética da informação, os quais nos chamam atenção para a necessidade de uma adequada reflexão ética sobre o uso das tecnologias digitais, bem como seus impactos, sobretudo com o avanço exponencial da nanotecnologia, da inteligência artificial e da governança cibernética sobre a égide dos algoritmos. Liberdade de expressão, censura, inclusão digital, vício e dependência dos ambientes informacionais, responsabilidade e proteção dos dados pessoais dos internautas são algumas das preocupações. No geral, são pensadores que assumem como inalienáveis valores tais como: autonomia, liberdade, proteção à vida, condenação a toda forma de tortura e escravidão, respeito à privacidade, bem como defesa da democracia; situando seus debates no contexto destes valores. Na sequência procuro sintetizar os pontos principais das discussões que estes autores têm trazido sobre a dimensão ética do uso das redes e das tecnologias digitais.

Com o avanço da inteligência artificial, os países da periferia do capitalismo pós-industrial passaram a sofrer uma intensificação do colonialismo, bem como uma opressão digital em favor do lucro corporativo. Se na revolução industrial a produção de mercadorias era a principal locomotiva do sistema capitalista, no neoliberalismo digital, o comércio obscuro de dados informacionais se tornou o negócio mais rentável da indústria 4.0.

Diante do avanço da cultura digital, o filósofo Luciano Floridi (2006) considera que a privacidade informacional precisa ser refletida como um valor inalienável semelhante ao direito à vida e à liberdade. Sobre as primeiras tentativas de debater sobre o assunto, aponta que é preciso considerar o ciclo completo da informação, que inclui a sua criação, processamento, distribuição, armazenamento, proteção, uso e possível destruição.

A privacidade está intrinsecamente relacionada com a autonomia informacional (CAPURRO, 2009; FLORIDI, 1999). Na atual estrutura das redes, onde algoritmos e *cookies* selecionam que conteúdo mostrar a determinado usuário, a liberdade dos internautas está

sendo violada, tendo em vista que as bolhas digitais tendem a mostrar apenas conteúdos que reforçam a fidelidade do infonauta⁸⁴.

Se um jovem tem o hábito de passar algumas horas do dia assistindo a vídeos de luta na plataforma *YouTube*, toda vez que o usuário acessa o referido site, os algoritmos desta rede social irão mostrar prioritariamente vídeos relacionados a essa temática. A mesma lógica é utilizada para expor o internauta ao consumo. A partir do que você digita nas redes sociais digitais, anúncios relacionados às conversas tecidas começam a surgir no seu e-mail.

Infelizmente, na cultura digital, temos assistido ao enfraquecimento do valor da privacidade e ao reforço do exibicionismo. Redes sociais como *Facebook* e *Instagram* nos instigam a uma exposição permanentemente. Diante de tal paradoxo,

a agenda do direito à proteção à privacidade na Internet não ganha a visibilidade devida diante dos crescentes problemas envolvendo esta temática na contemporaneidade; diferentemente do que ocorre, por exemplo, com os movimentos em prol da ampliação de acesso à rede. Isto é agravado diante da realidade de ações estratégicas de personalização e filtragem de conteúdo operacionalizada pelas empresas digitais para potencialização do lucro corporativo, facilitando sobremaneira o amplo acesso que elas possuem sobre as informações dos internautas, o que limita as possibilidades de liberdade e autonomia neste ambiente. (FUGAZZA; SALDANHA, 2017, p. 99).

Diante de tais condicionantes, torna-se urgente refletir na filosofia informacional que valores são importantes para interagir de forma ética nas redes. Uma das teses que vem sendo debatida no campo da ética aplicada é que a boa vontade individual pode ter consequências desastrosas para a coletividade. Por isso a necessidade de superar a reflexão dos valores no campo individual. É preciso pensar no bem-estar coletivo levando em consideração os cidadãos, as instituições e as organizações do Estado (LIPOVETSKY, 1992; 1989).

Ao fazer um excelente estado da arte sobre os paradoxos da cultura da transparência, Derrick de Kerckhove (2016) aponta que, na contemporaneidade, nossos jovens já têm contato com as redes sociais digitais desde a infância. Antes mesmo que eles possam compreender com clareza os valores que garantem o bom convívio em sociedade, suas interações na internet são capturadas pelos *cookies*, transformando-se em estatísticas que alimentam alguma base de dados. Diante de tal perspectiva, o autor indaga que valores devem prevalecer na era digital para evitar a tirania que já nos assolou no Renascimento.

⁸⁴ Usuário imerso nas redes. Um internauta pode apenas acessar esporadicamente de forma instrumental o ciberespaço. O infonauta, por sua vez, é um usuário imerso, previdente, conhece em profundidade as infovias da rede (SANTAELLA, 2004).

Tendo por base suas pesquisas desenvolvidas no Canadá, o Professor da Universidade de Toronto identifica quatro paradoxos na relação que os jovens estabelecem com as redes:

Vida privada: embora estejam bem conscientes dos riscos envolvidos, os jovens ainda publicam informação sobre si mesmos sem preocupação, incluindo informação que pode ser considerada “sensível” sob o aspecto da privacidade. **Controle:** os jovens pedem para ter controle sobre seus dados pessoais, mas se preocuparam pouco e não atualizam as ferramentas de proteção de anonimização, criptografia, etc. (tecnologias que aumentam a privacidade, ou *Privacy Enhancing Technologies-PET*). **Responsabilidade:** os jovens consideram que a responsabilidade de proteger os seus dados pessoais deve ser compartilhada entre o Estado, as empresas e si mesmos, mas não acreditam que isso seja feito corretamente. O Estado parece muito distante, os negócios não são confiáveis, e em relação a si próprios, os jovens alegam que não têm tempo nem competência. **Consciência:** as disposições legais para a proteção de dados pessoais não são bem conhecidas nem estão totalmente aceitas e têm menos influência no comportamento dos jovens do que a sua própria experiência diária. (KERCKHOVE, 2016, p. 7).

Diante de tais paradoxos, o pesquisador aponta alguns pilares para consolidação de uma *ética da informação*: 1) no campo jurídico, é preciso leis mais efetivas que regulem e garantam a proteção dos dados dos usuários da rede; 2) na área da ciência da informação, é preciso desenvolver e disponibilizar ferramentas que garantam um nível razoável de privacidade; 3) os currículos educacionais devem ir além da abordagem instrumental; apenas orientar em como utilizar um determinado artefato tecnológico não é suficiente diante dos dilemas da sociedade da informação; 4) a mediação dos professores deve considerar os valores necessários para a ação consciente na sociedade hiperconectada. Os jovens precisam ter clareza dos riscos e benefícios embutidos nas tecnologias digitais.

Aos educadores é preciso singularizar as experiências que os jovens internautas desenvolvem nas redes ao invés de generalizá-las. Nesta perspectiva, a dimensão ética é marcada pela reflexão dos valores, das leis, dos costumes, bem como da acelerada sociedade conectada que estamos vivendo no neoliberalismo pós-industrial. A dimensão estética aposta no desenvolvimento de outras habilidades, capazes de intervir nos fluxos e nos modos de ser e fazer, provocando outros processos subjetivos, estes processuais e singularizantes. Já a dimensão política está focada na luta contra as formas de dominação – neocolonial, tecnológica e subjetiva – que se ocultam atrás dos sistemas informatizados e das telas dos dispositivos tecnológicos⁸⁵.

⁸⁵ Conferir análise de Frank Pasquale (2015) em que se discute a dimensão ética dos novos métodos de análise das empresas de planos de saúde, para aceitar ou recusar a adesão de novos clientes, bem como definir os preços das mensalidades. O processo decisório por parte da seguradora leva em consideração, inclusive, o histórico de compras do ‘futuro segurado’ nas farmácias. No estudo realizado há um caso emblemático de uma mulher que havia consumido por muitos anos antidepressivos que a ajudavam na regulação do sono. Tendo por base esse histórico de compras nas farmácias registradas em seu CPF, a seguradora negou a comercialização do plano de

Diante de tal panorama é preciso refletir sobre uma formação integral cidadã que tenha compromisso com a emancipação humana, onde os estudantes, a partir do convívio escolar, possam desenvolver a autonomia, senso crítico, bem como a cooperação social. Na atual sociedade em rede:

O desafio posto é formar cidadãos críticos, autônomos, responsáveis socialmente, capazes de reconhecer e respeitar as diferenças, bem como de agir ética e moralmente a favor do bem-estar da sociedade. Objetivo fácil de enunciar, mas difícil de realizar num cenário social globalizado, marcado por enormes decalagens sociais, de acúmulo de riqueza e intensificação da pobreza, de incertezas e constantes transformações estimuladas pela explosiva evolução da ciência e tecnologia, do ordenamento aparentemente incontornável do capitalismo produtivista e competitivo, das expectativas de enriquecimento e sucesso individual, num cenário de crescente desigualdade e injustiça social. (CHAVES; GOERGEN, 2017, p. 340).

Na próxima seção, o leitor acompanhará algumas notas do diário etnográfico escrito durante dois semestres de observação em uma escola municipal de Florianópolis-SC. No primeiro semestre de observação, o pesquisador concentrou suas atividades em uma turma de nono ano, acompanhava uma professora de língua portuguesa, que estava coordenando o projeto interdisciplinar cidadania digital. No segundo semestre, o pesquisador passou a interagir em vários espaços, bem como acompanhar vários profissionais: supervisora escolar, diretora, orientador educacional.

A longa descrição de como o projeto foi executado, os embates travados em sala de aula enquanto determinados assuntos eram abordados nos traz algumas pistas de como os professores da educação básica podem incorporar no seu planejamento pedagógico tais assuntos, bem como a necessidade desta discussão atingir todos os estudantes da educação básica, especialmente os jovens.

saúde, alegando seu prolongado uso de “drogas”. Embora o uso desses medicamentos tenha sido devidamente recomendado por um médico especialista para fins sanitários, o plano de saúde tratou a questão como “uso de entorpecentes”.

4 “PRIVACIDADE NA ERA ZUCKERBERGIANA? PROFESSOR, ACHO VOCÊ TEM ESSAS PREOCUPAÇÕES POR QUE VOCÊ NASCEU NO MILÊNIO PASSADO!” – NOTAS DE UMA ETNOGRAFIA ESCOLAR

O percurso etnográfico é um processo de investigação que se desenrola a partir das inquietações do pesquisador. Desse modo, a utilização de protocolos – entrevistas, diários, registros fotográficos, filmagens – não segue padrões rígidos pré-estabelecidos. Mattos (2011b) observa que, muitas vezes, alguns protocolos precisam ser adaptados de acordo com as especificidades do campo de pesquisa.

A etnografia vai muito além de uma técnica de pesquisa que simplesmente seleciona informantes, transcreve textos e registra acontecimentos em diários. Foi o que nos ensinou Clifford Geertz (1989, p. 15). Para o antropólogo estadunidense, uma boa etnografia é a que apresenta uma “descrição densa”, a mais completa possível do grupo observado.

Em livro mais recente (GEERTZ, 2009, p. 110), ao fazer uma análise das mais de 1.500 páginas dos registros que Malinowski produziu nas ilhas Trobriand, o pesquisador afirma que o antropólogo/etnógrafo é *autor, peregrino, mas também cartógrafo*. Um caleidoscópio do lócus observado se forma a partir dos registros no diário do pesquisador, conversas informais com os sujeitos observados, técnicas de entrevistas e grupo focais aplicadas.

As linhas que seguem neste capítulo trazem um resumo das notas do diário do pesquisador, escrito durante as observações realizadas na escola, ao longo do biênio 2018-2019. Quando iniciei os registros, imaginava ser possível anexá-los como apêndice da tese, todavia, ao final do processo em 2019, apenas as notas etnográficas da escola somavam mais de 1.000 páginas. Deste modo, resolvi trazer para este capítulo alguns pontos da observação que permitem avançarmos na discussão de como os jovens adolescentes utilizam as tecnologias ubíquas, bem como alguns elementos que ajudam os pesquisadores interessados nesta perspectiva metodológica, a refletirem os desafios em conduzir uma etnografia nos espaços educacionais.

Conforme o texto avança, o leitor irá constatar que o percurso realizado na escola não se trata de uma simples observação, mas o que pode ser caracterizado em pesquisas etnográficas como observação participante. Em alguns momentos planejei junto com a docente de língua portuguesa; houve situações em que foi preciso assumir como professor em sala de aula – também cheguei a alertar a professora Alexandra⁸⁶ dos riscos envolvidos na

⁸⁶ Todos os nomes que aparecem ao longo da tese são fictícios.

execução de determinada prática pedagógica planejada. Seguindo as pistas de Malinowski (1976), tentei observar tanto as opiniões individuais, que me eram reveladas durante os cafés, ou momentos descontraídos na área de convivência, mas também estava atento às opiniões expostas nos embates que eram travados nas discussões tecidas em sala de aula.

Na constituição da escrita etnográfica, procuro não supervalorizar um determinado protocolo etnográfico. O texto é um mosaico que se forma a partir das observações, conversas informais, entrevistas, análises de documentos da instituição de ensino e das produções realizadas pelos estudantes. Leitor de Howard Becker (1993), meu movimento na escola tentava penetrar o enredamento das relações sociais que eram tecidas naquele grupo, tornando, desta forma, “difícil para as pessoas observadas fabricarem seu comportamento segundo o que acham que o pesquisador poderia querer esperar” (p. 76).

4.1 CHEGANDO AO CAMPO...

Desde o momento em que optei por tecer uma reflexão sobre juventude e cultura digital no âmbito do doutorado, tinha em mente desenvolver a pesquisa em uma escola da educação básica, da rede estadual, localizada no bairro Rio Tavares, em Florianópolis, SC. Todavia, em meados de 2018, quando me programava para ir a campo, recebi um convite para realizar uma palestra em uma escola municipal no bairro Ribeirão da Ilha.

Para minha surpresa, o público seria estudantes – e não professores. Há mais de uma década a escola conta com uma rádio escolar, que toca durante os intervalos, sendo que os programas produzidos pelos discentes também ficam disponíveis na web. A professora da sala informatizada – uma das docentes que ajuda a coordenar a rádio – tinha conhecimento de alguns projetos de extensão que eu tinha desenvolvido junto à mídia alternativa da cidade.

Era interesse da docente que eu abordasse com os estudantes que participam do projeto Rádio Escola⁸⁷ as particularidades existentes entre rádio comunitária, escolar e educativa; estrutura e modulação das emissoras de rádio no país; além dos aspectos regulatórios dos meios de comunicação de massa. Não conhecia a escola, muito menos os profissionais que lá trabalhavam. Por estar localizada a 52 km da minha residência, não sabendo como era o trânsito na região, acabei chegando muito antes do horário combinado.

Era uma segunda-feira típica da primavera catarinense: vento sul e garoa intensa. Diante do exposto, quase todos os estudantes que aguardavam o início da aula se

⁸⁷ Atividade pedagógica oferecida no contraturno.

concentravam na principal área de convivência coberta da escola. Estava no segundo piso, na porta da sala informatizada, esperando a professora que havia me contatado. De onde estava, tinha uma vista privilegiada da movimentação dos alunos.

Estudantes do Ensino Fundamental II eram visivelmente o maior número. O primeiro fato que despertou minha atenção foi que, enquanto meninos circulavam em grupos de três a cinco adolescentes, quase sempre entretidos com brincadeiras/jogos típicos da cultura açoriana, as meninas, quase em sua totalidade, estavam também em grupos, conversando, mas cada uma manuseando seu celular. Havia apenas dois grupos compostos por meninos e meninas que estava terminando um trabalho relacionado à disciplina de geografia. Entre os estudantes envolvidos com a finalização do trabalho, uns consultavam o caderno, outros o livro didático, mas a grande maioria recorria a sites de buscas em seus *smartphones*.

Meu olhar estava voltado para os fundos da área de convivência. Havia cinco meninas sentadas no chão, algumas lendo e checando as mensagens no aplicativo *WhatsApp*, outras digitando e verificando fotos compartilhadas nas redes sociais. Os meninos eram mais agitados: um grupo treinava o jogo de pião e cordel; outros ensaiavam performance com *ioiô*; alguns corriam pelo ambiente imitando personagens folclóricos como a Bernunça⁸⁸. Em outro ponto, quatro garotos ensaiavam performances acrobáticas – de início imaginava que fossem movimentos de uma dança circense, porém, ao longo das minhas observações, constataria que, na verdade, se tratava de movimentos típicos do break (dança de rua). O horário do início da aula se aproximava, a agitação aumentava, a chuva intensificava-se.

A professora da sala informatizada chegou e explicou-me que provavelmente todos os alunos que participavam do projeto no período da tarde iriam participar da atividade. Abri meu laptop, constatei que o *PowerPoint* que havia preparado para auxiliar minha fala não estava salvo; seria preciso improvisar.

Os alunos começaram a chegar – em torno de 12 estudantes. Discentes dos sétimos, oitavos e nonos anos. A atividade iniciou. No decorrer da palestra, que era sobre o sistema de radiodifusão brasileiro, os alunos conduziram a conversa para outro rumo: trouxeram à tona as contradições da cultura digital. Exposições nas redes sociais, notícias infundadas disseminadas via aplicativos e crimes virtuais também entraram no debate.

No intervalo, enquanto caminhávamos para a sala dos professores, a docente explicou que alguns dos alunos, que atuam na rádio, estavam também participando do Projeto

⁸⁸ Personagem típico do folclore catarinense.

Cidadania Digital⁸⁹. A ação pedagógica tinha o objetivo de sensibilizar os estudantes a refletirem sobre as contradições da cultura digital.

Na sala dos professores, fui apresentado à idealizadora do projeto, professora Alexandra. Passamos o intervalo discutindo os desafios da escola diante da popularização do acesso à internet. Expliquei que minha tese de doutorado era sobre essa temática, e que estava procurando um campo para aplicar a pesquisa. A docente demonstrou muito interesse em receber a proposta de investigação, pois vislumbrava nela uma oportunidade para aprender mais sobre o assunto. Acreditava que é essencial abordar essa temática nos anos finais do ensino fundamental, mas não tinha muita orientação de como isso deveria ser introduzido no currículo.

O intervalo chegara ao fim, a docente solicitou meu e-mail, disse que me enviaria as instruções – caso eu desejasse aplicar a pesquisa na escola –, pois há um trâmite burocrático que precisa ser formalizado junto à secretaria municipal de educação. Cheguei em casa e constatei que todas as informações detalhadas estavam no meu e-mail. Fiquei refletindo sobre as potencialidades em desenvolver a pesquisa nesse campo até então desconhecido. Na escola do bairro Rio Tavares já havia desenvolvido extensão por dois anos; em certa medida, meu olhar de etnógrafo continha alguns vícios.

Resolvi escrever para a gerência da Secretaria Municipal de Educação e, no dia seguinte, recebi a resposta detalhando todos os documentos que precisava apresentar para que eles pudessem autorizar minha entrada na escola. Uma semana se passou até eu conseguir reunir todos os arquivos com a respectiva assinatura da minha orientadora.

De posse do projeto, junto com todos os anexos e declarações solicitadas pela gerência, protocolei o pedido de autorização para desenvolver a pesquisa neste novo campo, localizado no extremo sul da Ilha de Santa Catarina. Na mesma semana recebi o parecer favorável. Os documentos seguiram para o Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEPESH/UDESC, que demonstrou preocupação com eventuais riscos aos sujeitos observados.

4.2 O RIGOR NAS ANÁLISES DOS COMITÊS DE ÉTICA E AS ESPECIFICIDADES DOS PROJETOS DE PESQUISA ORIUNDOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Inicialmente o Comitê de Ética da UDESC devolveu o projeto de pesquisa, pois eu não havia previsto os ‘riscos graduados’ a que os sujeitos observados poderiam ser expostos.

⁸⁹ Trata-se de um projeto interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de língua portuguesa, matemática e ciências. A atividade curricular está ocorrendo em todos os nonos anos do Ensino Fundamental.

De acordo com a relatora que analisou a proposta da pesquisa, enquanto pesquisador, era meu dever prever e ‘explicar como esses riscos seriam minimizados’.

Como os leitores poderão constatar mais adiante, a partir de uma cena observada no intervalo do Ensino Fundamental – dois alunos fazendo uma performance de *beatbox* e *freestyle* –, eu passei a considerar outros elementos que não estavam previstos inicialmente no projeto de pesquisa. Em pesquisas etnográficas, o pesquisador desenvolve um percurso próprio, muitas vezes único. O passo seguinte da pesquisa depende do que o etnógrafo conseguiu observar e relacionar com o seu objeto de pesquisa. No campo, não há como prever antecipadamente as situações inusitadas com que o doutorando irá se deparar durante as observações.

Todavia, a Secretaria Municipal de Educação só aceitaria minha entrada na escola após a aprovação do Comitê de Ética. Vencida esta etapa, o projeto seria analisado pela diretora da escola, que avaliaria a relevância da proposta para a instituição. Na sequência, consultaria os professores, a fim de verificar se os mesmos teriam interesse em me receber em suas respectivas salas de aulas. Eu havia começado o percurso etnográfico de forma ‘às avessas’; os docentes da escola já conheciam a pesquisa e demonstravam muito interesse em receber a proposta de investigação. Era preciso, todavia, obter a aprovação do Comitê de Ética.

Em resposta à relatora, expliquei que os supostos ‘riscos’ da pesquisa eram mínimos; talvez houvesse a possibilidade de algum constrangimento e/ou desconforto quanto à participação do observado ao expor vivências referentes ao seu processo de trabalho e atuação em sala de aula, bem como suas percepções sobre como os estudantes usam as redes sociais digitais. O mesmo poderia ocorrer com discentes; talvez ficassem tímidos ao expor as sociabilidades construídas via redes e aplicativos tecnológicos. Com o objetivo de minimizar estes riscos, alguns cuidados seriam seguidos: o sigilo de sua identidade será garantido, sendo que em nenhuma hipótese a mesma será revelada, e cada sujeito seria identificado por um código/nome que ele escolheria.

Superadas todas essas etapas burocráticas, passei a dialogar com a professora, informando meu interesse em desenvolver a pesquisa na escola. Enfatizei ainda que não era meu objetivo julgar condutas profissionais na sala de aula. E que os resultados da pesquisa trariam benefícios indiretos aos sujeitos participantes ao contribuir para o debate sobre as redes sociais digitais, bem como as sociabilidades juvenis na contemporaneidade, possibilitando o aprimoramento da reflexão crítica sobre a cultura digital na sala de aula.

A professora, por sua vez, acreditava que as melhores turmas para que eu pudesse desenvolver o percurso etnográfico seria uma das três turmas de nono ano com as quais ela vinha desenvolvendo o Projeto Cidadania Digital, ação que visa à sensibilização dos estudantes a utilizarem as redes para a transformação social.

A profissional justificou a iniciativa como uma necessidade diante:

da popularização das redes sociais. Diariamente recebemos muitas informações via redes sociais que se propagam rapidamente e nos conectam ao mundo. Essas vêm por meio de vídeos, notícias, imagens e invadem as mídias digitais. No entanto, grande parte dessas informações não possui fontes ou quando possui nem sempre são seguras [sic] (DIÁRIO DE CAMPO, 09/09/2018).

A docente de língua portuguesa enfatizou ainda que

a divulgação de mentiras, discurso de ódio e preconceito virou comum no mundo cibernético passando a impressão de que a internet é “terra sem lei”, o que não é verídico. Cabe ressaltar que notícias falsas sempre existiram na história da humanidade, mas há quatro causas, que se relacionam e explicam esse novo fenômeno: 1) Descentralização da informação trazida pelas novas tecnologias de comunicação; 2) Ambiente de forte polarização política, que contribui para a difusão de notícias falsas para atingir o inimigo ideológico; 3) Crise de confiança nas instituições tradicionais favorecendo a autonomia das pessoas na busca pelas informações; 4) Fortalecimento de uma visão de mundo que relativiza a verdade, resultado de mudanças socioeconômicas trazidas pela globalização que fragmentaram e flexibilizaram o modo de ver o mundo propiciando um pensamento mais individualista e imediatista [sic] (DIÁRIO DE CAMPO, 09/09/2018).

A profissional me informou que, caso fosse do meu interesse, poderia iniciar a observação na semana seguinte. Combinamos a primeira observação para terça-feira, às 08:30. Eu ainda não estava familiarizado com o trânsito local, e fiquei muito tempo parado no acesso ao trevo do bairro Rio Tavares. No primeiro dia de observação, cheguei atrasado, a aula já estava ‘rolando’, fiquei bem desconfortável diante da situação e levei um tempo para me situar na sala de aula.

Minha apreensão aumentou ainda mais quando a professora informou aos alunos, que eu estava na sala para assessorar o Projeto Cidadania Digital. Levando em consideração minha experiência com mídia, poderia fornecer várias dicas no vídeo que a turma iria produzir como produto final do projeto. Eu não tinha experiência com produção e edição de vídeo, toda minha experiência no campo da mídia está restrita à rádio – educativa, comercial, comunitária. Já desenvolvi as mais diversas funções – produtor, repórter especializado em

assuntos educacionais e repórter de rua cobrindo os movimentos sociais –, mas os eventuais vídeos, normalmente veiculados nas redes sociais da emissora, eram produzidos e editados por um jornalista especializado.

Relativizei e disse que iria aprender junto com os estudantes. Acomodei-me no canto da sala, observei a turma 91 (nono ano), com aproximadamente 25 alunos. Eram estudantes calmos, envolvidos com a proposta pedagógica que a professora executava. Pelo que pude constatar, estava ‘rolando’ um debate sobre o episódio ‘Queda Livre’, da série britânica *Black Mirror* (Netflix). Não consegui compreender se eles haviam assistido ao episódio na escola ou se a professora tinha solicitado como tarefa de casa.

Fiquei a refletir sobre a classificação da série. No Reino Unido foi recomendada para maiores de dezesseis anos. A produção é antológica, cada episódio tem uma narrativa e um roteiro próprio, alguns são mais pesados, outros mais leves, trazendo metáforas muito oportunas para instigar os adolescentes a refletirem sobre privacidade, exposição na internet e discurso de ódio amplificado nas redes. O debate sobre a postura de Lacie – personagem central do episódio – ‘rolava’ e minha mente tentava remontar a trama do episódio. Haveria alguma cena e/ou conteúdo inadequado para aqueles adolescentes que tinham aproximadamente entre 14 ou 15 anos? Não consegui identificar nenhuma cena que pudesse ser comprometedora.

As argumentações seguiram e me dei conta de que no quadro havia três perguntas norteadoras sobre o episódio. Pensei em anotar em meu diário de campo. Naquele momento, a professora anunciou que a aula continuaria no laboratório de informática, pois os estudantes apresentariam um trabalho que ela havia solicitado nas aulas anteriores. Todos nos dirigimos ao laboratório de informática e eu não consegui anotar as perguntas. O etnógrafo, meio perdido, tentava se situar no campo.

O laboratório de informática é um espaço amplo e arejado, bem equipado, com artefatos tecnológicos aparentemente novos. Acomodados, alguns se empenhavam em fazer os últimos ajustes da apresentação. A grande maioria prestava atenção na exposição da docente, que falava sobre a sociedade do espetáculo que estamos vivenciando. Duas meninas utilizavam o aplicativo *WhatsApp*, um garoto estava isolado, manuseando seu *smartphone*. Após algum tempo constatei que ele estava jogando em rede, possivelmente com internautas de fora da escola, um jogo de tiros.

Iniciou a apresentação dos trabalhos, sendo que três equipes conseguiram apresentar. Trata-se de um trabalho em equipe, onde deveria ser elaborado um texto dissertativo e uma apresentação, a partir de uma pergunta norteadora. As equipes que apresentaram tiveram

como questão central: 1) O que é cidadania digital? 2) Por que vivemos na sociedade do espetáculo? 3) Qual a diferença entre informação e conhecimento?

A primeira equipe foi a que melhor conseguiu sustentar seus argumentos. As alunas, inicialmente meio tímidas por ter alguém de fora observando, trouxeram alguns tópicos do Estatuto da Criança e do Adolescente que tipificam infrações cometidas nos ambientes virtuais, bem como alguns casos de crimes virtuais veiculados recentemente na mídia comercial. O segundo grupo fugiu um pouco da questão central; talvez eles [os alunos] não tenham compreendido o termo sociedade do espetáculo proposto pela professora ao lançar o trabalho. Os garotos demonstraram muito mais timidez que o grupo anterior. Já a última equipe contribuiu com muitos exemplos e acabou tendo dificuldades em sintetizar os elementos principais da pergunta. Forneceram muitos exemplos de informações sem fundamento que haviam recebido nas últimas semanas nos grupos de *WhatsApp* de que participam. A aula acabou e a docente informou que na próxima semana a aula iniciaria com a equipe que não conseguira apresentar.

As próximas duas aulas da docente de língua portuguesa que acompanhei naquela manhã foram com outra turma, 92 (nono ano). A aula também seria no laboratório de informática. A turma era bem maior e muito mais agitada.

Os alunos chegaram ao laboratório e começaram a editar as entrevistas que realizaram em duplas. Os estudantes tiveram que entrevistar pessoas da comunidade sobre as percepções do indivíduo sobre cultura digital. O roteiro da entrevista foi previamente construído em sala de aula sob a orientação das docentes de língua portuguesa e ciências. Pelo que pude constatar, cada dupla construiu um roteiro próprio. Um dos objetivos das professoras era que essas entrevistas fossem, posteriormente, veiculadas na rádio da escola.

De repente, os alunos perceberam que, além da professora de língua portuguesa e da docente de informática, havia no laboratório um ser estranho: eu, etnógrafo. A professora informou que era um colega dela da UDESC que faz doutorado em educação e está ajudando a escola com alguns ‘lances’ relacionados à mídia. Uma garota teceu o seguinte comentário: “Ele faz doutorado na UDESC??? Nossa!!! Professora, você poderia pelo menos ter nos avisado, né? Assim a gente se preparava”. Silêncio sepulcral no laboratório. Apresentei-me e tentei relativizar; expliquei que venho assessorando os estudantes que atuam na rádio da escola.

A aula seguiu e tive a sensação de que esta turma era composta pelo dobro de alunos, visivelmente mais agitados. Os alunos tinham muitas dúvidas em como proceder na edição do arquivo. A professora da sala informatizada e eu entramos em ação, ajudamos a esclarecer as

dúvidas dos discentes. Tantos acessos ao mesmo tempo na rede fazem com que a velocidade da internet caia drasticamente; alguns softwares, portanto, travam. Por etapas, fomos orientando cada dupla e, aos poucos, a aula avançou.

Seriam duas aulas seguidas, separadas pelo intervalo do lanche. Na sala dos professores todos perceberam que havia uma pessoa diferente na escola, mas imaginavam que fosse um novo professor chegando à unidade. Uma docente me questionou se eu era o novo professor de língua portuguesa. Respondi que era uma espécie de estagiário e estava acompanhando a professora Alexandra. A profissional continuou: “Ah, então você está cursando licenciatura em Letras! O que está achando do curso?”. Respondi que sou doutorando em educação na UDESC. A cara de espanto da profissional foi visível. Com os olhos arregalados, ela se limitou a dizer: “nossa, que chic!”.

O café na sala dos professores continuou, vários assuntos vieram à tona: Grêmio Estudantil, Conselho de Classe, Conselho Deliberativo Escolar. A docente que eu venho acompanhando solicitou um momento de atenção de todos. Informou que, junto com outra profissional, era representante dos docentes dos anos finais do ensino fundamental no Conselho Escolar, composto por representantes dos alunos, pais e professores. Informou que na semana anterior ela chamara uma reunião para avaliar a gestão que a diretora escolar vinha executando.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis tem uma prática de não indicar pessoas para ocupar a direção das unidades escolares. Os diretores são eleitos pela comunidade escolar: estudantes, pais e professores. A portaria que regulamenta o processo eleitoral prevê que periodicamente a gestão seja avaliada pela comunidade.

A docente resgatou alguns pontos da reunião, destacou que nem todos os profissionais puderam participar e, por isso, ela estava disponibilizando a avaliação que fora sistematizada coletivamente com os docentes que participaram da reunião. Se mais alguém tivesse alguma sugestão, ela iria incorporar ao documento.

Na área de convivência principal da escola ocorria o agito típico do recreio: alunos correm, a rádio toca, servidores entregam o lanche. De volta à sala informatizada, os alunos continuaram o processo de edição das entrevistas. A maior parte da sala estava envolvida com a atividade proposta. Apenas uma dupla, ao invés de fazer a atividade, estava acessando um site de uma loja que comercializa armas. Percebi também que um estudante ficou praticamente toda a aula isolado no canto, manuseando seu *smartphone*. Minha atenção se concentrou nesse aluno; comecei a circular pelo laboratório na tentativa de visualizar o que ele estava acessando em seu dispositivo móvel e constatei que ele estava jogando em rede,

possivelmente com internautas fora da escola, um jogo que envolve tiros e armas. Pensei em sentar ao lado do estudante e puxar conversa, entender melhor suas motivações pela escolha do jogo, mas uma dupla me chamara: estava com dúvidas em como manusear o software *audacity*. Esclareci as dúvidas dos alunos e a aula acabou. Despedi-me das professoras e combinei de voltar na terça seguinte, pois na segunda não haveria aula, por conta do dia dos professores.

4.3 DIÁLOGOS VIRTUAIS TECIDOS NO DIA DO PROFESSOR

No dia dos professores não houve aula na escola. Pela manhã, acordei com um grande mal-estar. No fim de semana havia viajado para o interior do Estado e acredito que alguma comida típica da gastronomia catarinense me fizera mal. Escrevi para a professora informando a situação: por conta da indisposição, não conseguiria fazer a observação no dia seguinte.

A docente me respondeu desejando melhoras e aproveitou para tecer algumas reflexões sobre seu planejamento pedagógico para as semanas seguintes. Informou-me que, com a turma 91, pretendia produzir um vídeo em que os alunos discutiriam os perigos que rondam a internet. Solicitou minha opinião sobre o roteiro de vídeo que ela estava estruturando.

Respondi à professora ressaltando que desconhecia o quanto ela já trabalhara com seus alunos aspectos relacionados à privacidade da rede. Expliquei que, na minha humilde opinião, para que a atividade de vídeo tivesse êxito, eles precisariam ter amplo domínio sobre o assunto, para que não ficassem intimidados diante da câmera.

Minha narrativa virtual avançou. Expliquei para a professora que, certamente, um dos objetivos dela ao propor o projeto interdisciplinar era instigar os estudantes a refletirem sobre as contradições da era digital. Diante do exposto, julguei essencial provocar os discentes a refletirem sobre o conceito de privacidade.

Desde a década de 50 do século XX, a ONU – Organização das Nações Unidas – reconhece a privacidade como um direito universal. Além do aspecto jurídico, culturalmente a privacidade pode ser refletida como um valor. Ao longo da história da humanidade, cada civilização estabeleceu acordos – valores – para lidar com essa temática.

Com a disseminação das redes sociais digitais, temos assistido a uma geração que passou a adorar a imagem. Pesquisa recente, como a realizada por Macedo (2018), tem demonstrado que sobretudo os adolescentes não têm conseguido discernir as fronteiras entre o

público e o privado. Destaco ainda que as redes sociais digitais são apenas a ponta do iceberg no que se refere à privacidade.

Atualmente, a forma como a internet está estruturada faz com que toda ação estabelecida em rede deixe rastros, que automaticamente se transformarão em dados. O percurso que cada internauta desenvolve na esfera virtual acaba alimentando alguma base de dados; são informações valiosas que permitem a analistas monitorarem comportamentos sociais, preferências, desejos, vulnerabilidades e preferências políticas.

Junto com a minha longa narrativa, enviei em anexo a última edição da Revista.Br⁹⁰. Informei que, a reportagem de capa estava principalmente muito instigante; tratava-se da suposta “era da pós-verdade”, de como as notícias falsas se propagam na esfera virtual e impactam a vida de comunidades inteiras.

Conforme o leitor poderá conferir na próxima seção, que o percurso etnográfico sai da escola e passa a observar também esses jovens nas ruas, praças e ‘*quebradas*’. Algumas dessas suposições do pesquisador que apareceram com muita força no texto de qualificação – os adolescentes não estão conscientes dos perigos que rondam a internet – caíram por terra. As observações realizadas fora do espaço educacional demonstram que os jovens têm uma maneira muito peculiar de lidar com os dispositivos digitais. A sua história de vida precisa ser contada, publicizada, mostrada na rede em tempo real nas redes sociais digitais. Trata-se de uma forma de mostrar aos seus colegas internautas o drama que eles vivem na ‘*quebrada*’, a incompreensão por parte dos familiares, os conflitos vividos na escola. Todavia, esta forma de interagir com as tecnologias ubíquas não significa que os jovens não tenham consciência, bem como não reflitam sobre os dilemas da cultura digital. As notas etnográficas que acompanharam os jovens pelos espaços urbanos da cidade evidenciaram que os sujeitos observados nesta pesquisa discutem sobre estes temas e, muitas vezes, as narrativas de vida são transformadas em atitude política. O drama vivenciado na ‘*quebrada*’ precisa ser exposto, denunciando o descaso das autoridades com essa parcela da população.

A professora, ao receber meu e-mail, agradeceu pelas sugestões e compartilhou algumas sequências didáticas que pretendia desenvolver com seus alunos, para que estes pudessem refletir sobre o complexo labirinto que se tornou o ciberespaço. Em uma das atividades, representações e colagens sobre as coisas boas e ruins na esfera virtual, a docente pretendia iniciar a discussão apresentando um boato difundido pelos aplicativos nos últimos dias (BECKER, 2018). Questionou minha opinião.

⁹⁰ Edição 14 – Publicação do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Respondi que não conhecia a comunidade, a escola, bem como os alunos. Considerando, no entanto, a polarização política que a sociedade catarinense vive, tive receio de que alguns pais pudessem distorcer a intencionalidade pedagógica da profissional. Selecionei duas cartilhas elaboradas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e anexei ao e-mail uma sobre como combater notícias falsas no período eleitoral, outra sobre como utilizar a internet com responsabilidade.

Encerrei a minha longa narrativa informando a docente que, diante das assimetrias de poder que estão embutidas nas tecnologias digitais, nosso grande desafio enquanto educadores é conscientizar os estudantes, ou seja, fazer eles refletirem o que no senso comum é invisível: algoritmos, bolha digital, Big Data, inteligência artificial.

4.4 UM PAÍS ‘EM TRANSE’ E A CONVULSÃO SOCIAL DIANTE DA POSSIBILIDADE DE UM ‘HACKER COMUNISTA’ ALTERAR O RESULTADO DA ELEIÇÃO

Eram 07:50 quando a Rádio Escolar começou a tocar o mais novo som do DJ brasileiro Alok. A docente da sala informatizada já havia compartilhado comigo sua angústia quanto às preferências musicais de seus estudantes. Informou-me a profissional que há anos vem fazendo um trabalho de conscientização quanto às bandas e músicos existentes no município de Florianópolis, todavia, os adolescentes não demonstram muito apreço pelos músicos locais.

Nos estudantes que vinha observando, constatei que o *YouTube* tinha uma grande influência em suas escolhas musicais, sendo a principal ferramenta a que eles recorriam quando queriam ouvir música. Com relação às rádios tradicionais, os que ouviam era por conta da influência da família: o pai tem o hábito de acompanhar o jornal da manhã, ou a mãe costuma ouvir um programa específico. Logo, os filhos também acabam ouvindo uma determinada emissora, mas se dependesse apenas dos adolescentes, passariam o dia na plataforma de vídeos.

A aula iniciou, a observação era na turma 91 (nono ano). No primeiro período, as últimas quatro equipes apresentaram um trabalho que a docente havia solicitado nas semanas anteriores. Em equipes – dois a três estudantes – deveriam formular um texto dissertativo a partir de uma pergunta norteadora. Nas apresentações que acompanhei, as perguntas disparadoras foram: 1) Qual a origem das tecnologias digitais? 2) Podemos compartilhar tudo que recebemos? 3) As *fake news* influenciaram o resultado das eleições americanas em 2016? 4) Qual a diferença entre calúnia, injúria e difamação?

A turma estava agitada. Pelo que pude compreender a partir da fala de alguns alunos, parte dos estudantes da escola organizara um protesto para reivindicar melhorias da gestão escolar. O corpo diretivo, por sua vez, não recebera muito bem a mobilização, segundo os relatos que ouvira. Aninha, uma das líderes do protesto, passou a me relatar os detalhes da manifestação que ocorreu em várias etapas e durou uma semana.

Inicialmente foram confeccionados cartazes e colocados nos murais da escola, mas estes foram arrancados. Diante do fato, se mobilizaram via *WhatsApp*, e, no dia seguinte, compareceram à escola vestidos de preto; estavam de luto por conta da censura. Como foram ignorados, organizaram outro protesto, mas desta vez colaram os cartazes em seus corpos. Alguém filmou a manifestação e jogou nas redes sociais, distorcendo os fatos. A euforia seguiu e a professora Alexandra tentou acalmar os ânimos.

Com os estudantes mais calmos, as apresentações iniciaram. As equipes apresentaram as linhas gerais dos argumentos desenvolvidos no texto dissertativo. A docente chamou atenção de um argumento dúbio que apareceu na equipe que estava discorrendo sobre o surgimento das tecnologias digitais; a forma como a redação foi estruturada sugeria que as urnas eletrônicas estão vulneráveis a ataques cibernéticos. De uma forma geral, a turma reagiu com espanto à observação da docente: “Professora, mas urnas podem ser fraudadas!”. Todos os estudantes acreditavam que um hacker poderia entrar no sistema do TSE⁹¹ e alterar o resultado da eleição.

A professora seguiu sua exposição e informou que passaria a palavra para mim. Tendo em vista que, em várias eleições, eu fui convocado para trabalhar como mesário, neste sentido eu poderia dar um panorama de como ocorre o registro e contabilidade dos votos. Iniciei descrevendo como era o processo eleitoral antes das urnas eletrônicas, sobretudo a complexidade na apuração. Em eleições presidenciais, o processo não encerrava antes de uma semana. Tinha situações em que não era possível compreender o número do candidato que o eleitor escrevera na cédula de votação para cargos legislativos (Deputado, Senador, Vereador). Com relação aos cargos majoritários, muitas vezes o X não estava no quadrado, então eram travados embates intermináveis entre os fiscais de partido: anula ou não anula o voto.

Sobre as eleições na era digital, informei que todas as disputas presidenciais pós-redemocratização contaram com observadores internacionais, pessoas que representam organismos internacionais como ONU e OCDE⁹². Esses analistas acompanham todo o

⁹¹ Tribunal Superior Eleitoral.

⁹² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico.

processo, inclusive a campanha eleitoral. Destaquei ainda que, em todos os anos de eleição, o TSE disponibiliza publicamente o software da urna eletrônica. Nesse período, especialistas em tecnologia da informação tentam acessar e alterar a configuração do sistema. Até o ano de 2018, nenhum especialista em TI obtivera êxito.

Ressaltei que todas as urnas são auditáveis. O artefato tecnológico conta com 8 (oito) barreiras físicas e 30 barreiras digitais que inviabilizam ataques de hackers, bem como invasão cibernética do voto, mesmo porque em nenhum momento durante a votação a urna eletrônica é conectada à rede mundial de computadores. Vários estudantes (garotos) fizeram perguntas de ordem técnica sobre os softwares da Justiça Eleitoral, algumas em tom sarcástico:

Mais o software da urna eletrônica não é um código aberto? Então é menos seguro que o software fechado! Em nenhum país do mundo uma eleição acontece mediante um programa desenvolvido por hippies e comunistas [risadas intensas ocorrem na sala]; Os softwares abertos podem ser manipulados a todo instante, qual a razão da justiça manter uma insegurança dessas? [sic] (DIÁRIO DE CAMPO, 22/10/2018).

Por ter participado dos treinamentos que o TRE/SC⁹³ promoveu, tentei contrargumentar algumas falas. Com relação à política dos softwares abertos, ressaltai que isso independe de questões ideológicas. Se analisarmos alguns países que estão no centro do capitalismo europeu, como a Alemanha, por exemplo, todos os órgãos estatais utilizam softwares abertos. Há um incentivo para que os cidadãos também optem por esses dispositivos. Um debate acirrado que tem sido travado no parlamento europeu – que produziu as leis mais avançadas no que se refere à privacidade dos internautas – é que uma auditoria nos softwares fechados se torna extremamente complexa, quase impossível; também há muita preocupação sobre o que as corporações, detentoras das licenças dos softwares fechados, fazem com os dados captados dos internautas. Ao final da minha exposição, tive a sensação de que grande parte dos estudantes ficou convencida de que as urnas não estão vulneráveis a ataques cibernéticos.

No segundo período a professora colocou em curso uma sequência didática para que os estudantes pudessem refletir sobre as especificidades da cultura digital. Os estudantes deveriam responder uma sequência de 12 perguntas sobre as percepções e uso da internet.

⁹³ Tribunal Regional Eleitoral.

Questionário
1. Escreva a primeira coisa que vem à mente quando dizemos Internet.
2. Complete a frase: “A escola com WI-FI é...”
3. Complete a frase: “Quando trabalhamos com o celular na escola, eu e os meus amigos...”
4. Escreva a atividade que você mais gosta de fazer na internet.
5. Complete a frase: “Nos blogs e nas redes sociais eu costumo...”
6. Complete a frase: “Desde que o WI-FI foi disponibilizado na escola, os professores...”
7. “Alguns professores proíbem o celular porque...”
8. Complete a frase: “Quando eu uso o <i>smartphone</i> na sala, costumo...”
9. Já passou por alguma situação desconfortável no mundo virtual? Relate.
10. Você já ouviu falar em privacidade na rede? O que você entende por esse termo?
11. Seus pais conversam com vocês sobre internet? O que eles dizem a vocês?
12. Para você, o que é cidadania?

Poucos alunos conseguiram terminar a atividade em sala. A docente solicitou que eles terminassem em casa, informou que no dia seguinte haveria o teatro dos estudantes do curso de Artes Cênicas da UDESC, sendo assim, o assunto cidadania digital seria retomado na próxima semana. Ao final da aula, a profissional me questionou se gostaria de analisar a escrita dos alunos. Disse que tinha muito interesse. A professora também compartilhou as atividades que eles realizaram sobre a série britânica *Black Mirror* (Netflix). Antes de sair da escola, troquei algumas ideias com a professora da sala informatizada sobre produção audiovisual, sendo que estava acompanhando a turma 91 e, dentro de algumas semanas, eles iriam começar a roteirização de um vídeo e esperavam que eu pudesse dar alguma contribuição no processo de produção.

Na área de convivência ao lado da escola o relógio marcava 12:15. Sentado em um banco de cimento, folheando meu diário, fiquei a refletir sobre os comentários proferidos pelos estudantes referentes à suposta possibilidade de um hacker alterar a contagem dos votos da eleição que aconteceria no domingo seguinte. As indagações dos jovens sobre a confiabilidade dos softwares livres nos fornecem um panorama interessante diante da polarização política que vive a sociedade brasileira. É como se estivéssemos vivendo uma versão 2.0 das alegorias roteirizadas por Glauber Rocha em seu clássico de 1967: *Terra em Transe*.

Neste roteiro, o cineasta inaugura uma nova estética na produção do cinema nacional utilizando, para tanto, acontecimentos reais que faziam parte do cotidiano no Brasil e na América Latina. *Terra em Transe* se passa no país fictício de Eldorado. Na trama, a nação vive uma polarização em torno do líder populista, o Governador Felipe Vieira, e o Senador Porfírio Diaz, representante da extrema direita. No meio da convulsão e da desordem política

representadas na trama, temos o jornalista Paulo Martins (protagonista) e Júlio Fuentes, proprietário de um grande grupo de comunicação (Rádio, TV, Jornal) que utiliza esses veículos, que são concessões públicas ao sabor de seus interesses econômicos. Uma das críticas da produção cinematográfica é direcionada à colonização que a mídia promove nas consciências de sua audiência. Explicita também a relação promíscua entre a elite da sociedade representada (conglomerados econômicos) e os meios de comunicação de massa.

“Poesia e política é demais para um homem”. A frase imortalizada pelo protagonista Paulo Martins, que inspirou muitos livros e artigos na literatura brasileira nos últimos cinquenta anos, dá a tônica do trágico enredo que estrutura *Terra em Transe*, uma narrativa desconcertante, típica dos filmes produzidos por Glauber Rocha, evidenciando a covardia da esquerda e as articulações de uma direita feroz, que coloca em curso um ‘alargamento’ dos limites do estado de direito para impor os seus ideais autoritários.

As memórias de um poeta desiludido permeiam todo o filme. Ao perceber a falta de coerência da esquerda, o jornalista Paulo chega a trabalhar na articulação da campanha do candidato de direita. Ao perceber os *modus operandi* de como esse grupo conduziria Eldorado, declama: “Não é mais possível esta festa de medalhas, este feliz aparato de glórias, esta esperança dourada nos planaltos. Não é mais possível esta festa de bandeiras com Guerra e Cristo na mesma posição...”.

Quem conseguiu deixar as paixões políticas em segundo plano e acompanhou as múltiplas narrativas que eram difundidas nos grupos do *WhatsApp* na reta final das eleições de 2018, certamente se questionou: o que faz um candidato que não acredita na confiabilidade das instituições aceitar participar do processo eleitoral? Assim como o personagem Porfírio Diaz, a nova direita que se articulou no Brasil consegue avançar e impor suas ideias em meio às crises e devaneios que são gestados na sociedade. Ao colocar em dúvida o trabalho de instituições como STF, mídia tradicional, instituições educativas e científicas, um líder político extremista encontra terreno fértil para governar de forma autoritária, ignorando a Carta Magna Federal.

“A ingenuidade da fé... este é um tempo terrível... somos infinitamente, eternamente filho das trevas... filhos do medo... nossas lutas e nossos ideais vendidos a Deus e aos senhores... uma passiva fraqueza digna dos indolentes...” A frase declamada pelo protagonista ao som de Villa-Lobos lamenta a traição de Felipe Vieira às teses estruturantes do partido. Uma tragédia não muito diferente da que vivenciamos em 2018, quando o principal partido de centro-esquerda foi incapaz de fazer qualquer autocrítica dos erros cometidos durante a década em que esteve no poder, modificou o registro do Plano de Governo no TSE três vezes:

a primeira versão defendia uma regulação da mídia; no segundo turno, abandonou a ideia e passou a defender algumas posições do mercado financeiro como, por exemplo, a necessidade de reformar a previdência social. Diante de uma esquerda em colapso, diversos grupos se uniram para formar o que alguns pesquisadores denominam de ‘nova direita brasileira’ (CASIMIRO, 2018; GALLEGO, 2018), uma agremiação de políticos que não tem um projeto homogêneo, trata-se de uma junção de pautas difusas e interesses muitas vezes contraditórios que demonstra pouco apreço ao estado democrático de direito, bem como a comunidade científica e universitária.

4.5 MAIS ISSO SÃO DETALHES QUE ACONTECEM LÁ NO MUNDO CIBERNÉTICO... O QUE IMPORTA MESMO É A VIDA AQUI FORA, NO MUNDO REAL!

Em casa passei a analisar as atividades que os estudantes haviam realizado em sala de aula nas semanas anteriores: uma dissertativa sobre um episódio da série *Black Mirror*, outra sobre as percepções e usos da internet. A docente compartilhou os trabalhos de seus alunos comigo, pois acreditou que, na escrita deles, eu poderia identificar elementos importantes de como eles se relacionam com a cultura digital.

Ao ler os textos dissertativos, três elementos se destacaram na forma como os adolescentes interagem nas redes sociais digitais. O primeiro deles foi a questão da autonomia. Na observação do dia 22/10/2018, enquanto ‘rolava’ a discussão referente ao protesto que os estudantes realizaram na escola e a forma maldosa como alguém distorceu os registros e jogou na web tecendo uma narrativa diferente do que realmente aconteceu, Kleber observou o “quanto as redes sociais estão se tornando ‘chatas’ após seus pais adentrarem esse meio”.

O comentário do adolescente ‘*incendiou*’ ainda mais a sala. Todos os alunos acompanharam Kleber contribuindo com exemplos do dia a dia:

Dificuldade das pessoas mais velhas discernirem notícias de boatos; o grupo família no WhatsApp que foi criado para coisas emergenciais, agora é utilizado instantaneamente com coisas fúteis e correntes de orações; publicação de muitas fotos, sem muita preocupação de como os outros seguidores da rede utilizam essas informações [sic] (DIÁRIO DE CAMPO, 22/10/2018).

Dandara ressaltou que “pais e avós que aderiram ao universo das redes sociais digitais ‘confessam’ diariamente suas angústias no ‘Face’ e ‘Insta’”. Os adolescentes consideram uma contradição: “vivem dizendo para nós tomar cuidado na internet, mas eles não tomam!” [sic].

Ao ler os textos dissertativos, ficou evidente um grande dilema: a maioria dos estudantes opta por estabelecer uma dicotomia entre o universo virtual e o mundo fora da internet. É como se as interações que tecemos no ciberespaço não fossem consequência da atual sociedade conectada a que estamos submetidos. Afirmações como “a pessoas se preocupam demais com o universo virtual, esquecendo o mundo real” foram recorrentes. Nesta perspectiva, a infosfera é encarada próxima de um brinquedo onde os usuários fazem algo para descontrair, mas o que importa mesmo é o mundo aqui fora. Mesmo nas narrativas mais estruturadas, essa concepção deslocada entre o mundo digital e ‘*uma outra sociedade aqui fora*’ fica evidente:

Reprodução de trechos da produção textual de alguns estudantes da turma

NO EPISÓDIO (QUEDA LIVRE) MOSTRA UM JEITO DE QUE TECNOLOGIA DEMAIS AFETA NOSSA VIDA, POIS LAICE SE DEDICAVA PARA CONQUISTAR PONTOS E ASSIM SER UMA PESSOA "MELHOR" (NO PONTO DE VISTA DELA), MUITAS VEZES ELA DEIXAVA DE FAZER ALGO PORQUE SE NÃO SUA PONTUAÇÃO CAIA OU SEJA LAICE FAZIA SO COISAS QUE NÃO FOSSE INTERFERIR SUA PONTUAÇÃO VIVENDO ASSIM EM UMA VIDA COM LIMITES QUE NÃO PODIAM SER ULTRAPASSADOS.

As pessoas se preocupam mais com a aparência nas redes sociais podem até estar mal mas no instagram tá tudo certo.

Em nossas vidas atualmente isso não é diferente, o tecnologia hoje em dia nos influencia muito. Vídeos e fotos sendo postados todo hora e é nesse momento que nos desconectamos do nosso vida real, porque queremos mostrar o quanto somos felizes o tempo todo, não que isso seja errado dare, eu não quero postar como foto que eu não me acho bonito eu fazendo alguma obrigação chato do dia a dia, eu não quero e ninguém quer, e ninguém faz isso.

As pessoas ganham privilégios por serem bem avaliadas, o que gera uma certa pressão da sociedade, em que é preciso estar sempre de acordo com os padrões estéticos e de comportamento.

Hoje em dia as pessoas fazem tudo por fama, mostram que tem uma vida perfeita na internet, quando na verdade sofrem em casa ou consigo mesma. No episódio muitas coisas não vem diferente, e nossa diferença em relação a fama é que não perdemos e nem ganhamos algo com isso.

Fonte: Acervo do autor.

Na minha pesquisa de mestrado (REIS, 2016), entrevistei vários docentes, na tentativa de compreender como eles abordavam, com os seus estudantes, os dilemas da cultura digital. Naquela ocasião, constatei que as poucas práticas pedagógicas executadas eram protagonizadas pelos professores de línguas (português ou estrangeira), mas as discussões ficavam reduzidas à *Netiqueta*, ou seja, dicas de como passar uma boa imagem nas redes sociais digitais.

Diante do exposto, considero uma iniciativa louvável o projeto colocado em curso pela docente que acompanhei, que visava à instigação dos estudantes a refletirem o complexo labirinto que envolve o universo virtual. Teremos jovens mais conscientes de suas atitudes na rede quando, de fato, essas discussões forem incorporadas no currículo escolar e refletidas sob diferentes perspectivas: filosóficas, sociológicas, históricas e geográficas.

Um segundo elemento que se destacou na escrita dos estudantes e nas narrativas estabelecidas em sala de aula refere-se à regulação da rede. Os jovens adolescentes demonstraram insatisfação com algumas situações de desconforto na web, em especial os crimes cibernéticos, mas não levaram em consideração que a rede é resultado da interação que cada usuário tece naquele espaço. Para eles, todavia, a culpa era das autoridades, “que não faz nada para combater os crimes virtuais e tornar a internet um lugar menos obscuro”.

Por último, um terceiro elemento que se destacou foi a dificuldade de obter informações confiáveis em uma suposta era, ‘rotulada’ por alguns setores da mídia e da academia como “pós-verdade”; tanto na escrita como nas narrativas, essa inquietação se materializou sob a expressão *fake news*. Como o leitor pode conferir na seção anterior, o termo pós-verdade voltou à tona nos meios acadêmicos após o referendo do *Brexit*, que ocorreu no Reino Unido, e a eleição presidencial americana de 2016. Na literatura apareceu pela primeira vez em 1992, quando acadêmicos se debruçaram na análise das falhas cometidas durante a cobertura jornalística da Guerra do Golfo. Em 2004, causou grande repercussão o livro do escritor norte americano Ralph Keyes: *A era da Pós-Verdade*. Na obra, o autor discorre sobre a ausência da imparcialidade nas narrativas jornalísticas da contemporaneidade.

Os rótulos ‘pós-verdade’ e ‘*fake news*’ têm sido bastante criticados pela academia. Em uma perspectiva antropológica, o termo traz muitas complicações. O debate sobre a ‘pós-verdade’ supõe que, anteriormente, houve um período em que a verdade absoluta existiu. As ciências sociais nos mostram que, ao longo da história da humanidade, as sociedades sempre foram estruturadas em bolhas sociais, que se formavam a partir das religiões, do sindicato, da associação de bairro e das próprias mídias analógicas – televisão, rádio, jornal. Tentando responder se existe fundamento nas teses que advogam o início da suposta ‘era da pós-verdade’, Lúcia Santaella (2018) aposta no rigor ético e estético da ciência para superar as narrativas difundidas nas plataformas digitais sem muita reflexão.

Os estudantes demonstraram grande frustração pelo fato de as instituições brasileiras (Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Executivo) não terem mecanismos para combater as denominadas *fake news*. É preciso ressaltar que essas narrativas juvenis foram tecidas

durante a reta final do segundo turno das eleições de 2018, onde veio à tona a reportagem da jornalista Patrícia Campos de Mello, publicada no Jornal Folha de São Paulo (2018)⁹⁴.

De acordo com a matéria, empresários teriam contratado pacotes de disparo de mensagens instantâneas no aplicativo *WhatsApp*. A ação tinha por objetivo disseminar mensagens falsas contra uma determinada candidatura à presidência da república. Após quatro dias de intensa repercussão nos meios de comunicação de massa, a ministra do Supremo Tribunal Federal, que também ocupava a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, Rosa Weber, rompeu o silêncio sepulcral. Limitou-se a dizer que as eleições estavam seguras e discursou para os jornalistas presentes uma frase que certamente será motivo de muito embate entre analistas e pesquisadores: *se alguém sabe como combater uma fake news, por favor, nos apresente, queremos aprender, estamos abertos ao diálogo!*⁹⁵.

Se a ministra da suprema corte brasileira não sabe o que fazer, o que esperar de jovens estudantes que ainda estão assimilando as regras básicas para o convívio em sociedade? A ausência de um jornalismo comprometido com informação, bem como uma sociedade que não dá a devida importância para a preservação da memória, algo essencial para o desenvolvimento de uma nação, abre espaço para momentos políticos inusitados como este que estamos vivendo. Nas poucas entrevistas que o então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro concedeu no início de campanha às emissoras de televisão, ele não se cansava de questionar se realmente houve ditadura no Brasil, afinal, *alguma coisa foi feita fora da lei? Em desconformidade com a validação do Congresso Nacional?* Eram as indagações proferidas em rede nacional.

Quem tem a resposta na ponta da língua são os juristas Pereira e Gundim (2018) em excelente artigo publicado na Revista dos Tribunais, onde analisam as *fake news* como estratégia militar. Ao se debruçarem sobre a atuação do Serviço Nacional de Informações (SIN), órgão criado em 1964 para desenvolver as atividades de inteligência do Estado, relembram os autores que, no dia 02 de abril do referido ano, o Congresso Nacional declarou vacância ao cargo de Presidente da República, alegando que o então Presidente João Goulart teria viajado para o exterior sem a autorização do parlamento. Vários documentos históricos demonstram que Jango estava em Porto Alegre em busca de apoio político⁹⁶.

⁹⁴ Reportagem disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

⁹⁵ Coletiva de imprensa concedida na sede do TSE em 21 out. 2018, faltando uma semana para o pleito do segundo turno.

⁹⁶ Ver Aquino (2014).

Instaurado o novo regime no país, os Atos Institucionais (AI) passaram a ditar as novas regras da nação. O AI-1, de 09 de abril de 1964, alterou o funcionamento do Congresso Nacional. Já o AI-2:

Editado em 27 de outubro de 1965, entre outras questões, extinguiu os partidos políticos, deslocou a competência para o julgamento dos crimes contra a segurança nacional para justiça militar e aumentou de 11 para 16 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal. Já em 1966, por meio do AI-3, de 5 de fevereiro, as eleições de governadores e vice-governadores de estado passaram a ser indiretas, e os prefeitos dos municípios das capitais seriam nomeados pelos governadores do estado. (PEREIRA; GUNDIN, 2018, p. 146).

O AI-4 apresentou uma nova constituição. Já o AI-5, de 1968, aposentou três Ministros da Suprema corte brasileira e outorgou plenos poderes ao executivo federal, anulando qualquer possibilidade de o judiciário controlar as ações do Chefe de Estado. Diante de tal panorama, retomamos a pergunta: *na ditadura militar brasileira tudo foi feito dentro da lei?* Para os juristas citados, sim, tudo realizado sob as leis impostas de maneira contraditória, modificadas ao sabor dos interesses do governo autoritário e tirano que regia a nação.

De acordo com os autores, o próprio fato para justificar a deposição do Presidente João Goulart foi o que hoje denominaríamos *fake news*, tendo em vista que, no período citado, o então Presidente nunca esteve fora do país. Nesse sentido, o fenômeno das *fake news* não é algo que surgiu na cultura digital. O detalhe novo diz respeito à sofisticação das plataformas digitais, que permitem uma rápida disseminação em grupos populacionais específicos. Como muito bem analisa o escritor catarinense Cristovão Tezza, passados 50 anos do AI-5, vivemos “a sensação angustiante de que não aprendemos nada, um país que patina no seu disco riscado, ainda povoado de fantasmas sem nitidez” (2018, p. 14).

4.6 PRIVACIDADE, QUE ENTIDADE ESTRANHA É ESSA?

Naquele dia, a professora havia me alertado que dois grandes temas iriam dominar a aula: cidadania e privacidade. Ao analisarmos uma sequência didática desenvolvida em aulas anteriores, cujo objetivo era identificar as percepções que os estudantes tinham da internet, constatamos que as respostas para as perguntas que tratavam dos referidos temas demonstravam que os estudantes não tinham clareza do significado desses dois conceitos. Diante do exposto, a docente me questionou, via e-mail, sobre a possibilidade de eu abordar alguns tópicos sobre o Marco Civil da Internet. Respondi que sim, não haveria problemas.

A aula iniciou com alguns encaminhamentos referentes à produção colaborativa – livro – que a turma estava produzindo. Na sequência, a professora retomou o conteúdo relacionado à cidadania digital e informou que o planejamento do dia era avançar sobre a discussão de algumas leis em vigor no país que visam à garantia dos direitos dos internautas.

Com a palavra concedida pela professora, iniciei minha exposição perguntando aos estudantes o que vinha à mente deles quando mencionei o termo cidadania. Quase todos os estudantes estruturaram sua fala relacionando o termo a direitos. Avancei no debate fazendo referência ao Estatuto da Juventude, enfatizei que foi a primeira legislação brasileira a assegurar o direito à comunicação e à expressão para o público juvenil (BRASIL, 2013). Conforme eles puderam conferir na sessão VII, a lei garante que “o jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação”.

Fiz referência também à Terceira Conferência Nacional da Juventude, ocorrida entre 16 e 19 de dezembro de 2015, em Brasília-DF, que destinou um Grupo de Trabalho para discutir as especificidades da comunicação na vida dos jovens brasileiros. De acordo com o relatório geral (BRASIL, 2015), as principais teses discutidas e referendadas pelos os jovens presentes foram: 1) Garantir a universalização do acesso à internet gratuita e de qualidade, inclusive nas áreas rurais, comunidades tradicionais, por meio da expansão da infraestrutura de telecomunicações; 2) Democratizar a mídia por meio da modificação da legislação atual para que as rádios comunitárias tenham alcance de transmissão igualitária a das rádios comerciais; 3) Estabelecer uma política de fomento para as mídias alternativas – rádios, TVs, plataformas virtuais, dentre outros meios – comprometidas com os grupos minorizados (comunidades rurais, mulheres, LGBTs, negros, povos e comunidades tradicionais, deficientes etc).

Antes de adentrar o Marco Civil da Internet, fiz referência ao artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988); e o inciso XII do mesmo artigo afirma que: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial” (BRASIL, 1988).

Com a popularização do acesso à internet no país, foi preciso regulamentar em lei os direitos e deveres dos internautas. Foi diante desse panorama que, em 2014, foi aprovada a lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que ficou conhecida popularmente como o Marco Civil da Internet. O percurso do projeto de lei no Congresso Nacional – que levou quase sete anos para

ser aprovado – foi alvo de uma intensa disputa jurídica entre sociedade civil organizada e empresas de telecomunicações. Um dos pontos polêmicos da lei é o artigo XV, anexado ao projeto quando este ainda estava sendo analisado pelos Deputados Federais. O artigo determina que todos os provedores de internet em território brasileiro são obrigados a guardar por seis meses os acessos, aplicações e transações de seus clientes.

Para que a lei pudesse ser aprovada, na reta final, um tópico essencial sob o aspecto da soberania nacional foi retirado do texto: o artigo que regulamentava a localização de servidores das empresas transnacionais de comunicação como *Google* e *Facebook*. A proposta inicial obrigava essas corporações a manter em território nacional os servidores com os dados dos usuários brasileiros. Com os ajustes de redação na versão final da lei, os servidores ficaram autorizados a permanecer em solo estrangeiro.

Destaquei também que é fato que o Marco Civil da Internet representa um avanço na medida em que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários. Todavia, a redação legislativa está cercada de contradições. Um dos principais dilemas se dá entre transparência *versus* privacidade. De acordo com a lei, autoridade policial e Ministério Público poderão requerer informações de todos os internautas, bem como solicitar que o provedor guarde essas informações por tempo indeterminado. Tal artigo tem sido alvo de um intenso debate na academia, pois alguns pesquisadores consideram-no uma prática de vigilância. Entidades ligadas à sociedade civil têm se organizado para tentar derrubar esse item no Congresso Nacional, porém, até o presente momento, os ativistas não tiveram êxito.

Afirmo aos estudantes que a privacidade pode ser refletida sob o aspecto do direito, dos valores e da cultura. Desde 1948, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU reconhece a privacidade como um direito; trata-se de um aspecto fundamental que habilita outros direitos.

João me questionou a razão de a polícia não fazer nada contra pessoas que expõem na internet fotos íntimas de outros usuários. Pelo que pude compreender, a indagação do estudante se referia ao compartilhamento de nudes⁹⁷. Muitas vezes uma pessoa que recebeu, maldosamente compartilha a imagem em algum ambiente informático público, sendo que o internauta-vítima passa a sofrer assédio virtual.

Informe ao jovem que as instituições brasileiras ainda estão aprendendo a lidar com as especificidades da cultura digital. Na internet tudo acontece de forma intensa e acelerada. Ademais, tudo que um usuário faz nos ambientes virtuais fica registrado e tem consequências.

⁹⁷ Fotos de pessoa nua.

Citei como exemplo os dez internautas que o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina denunciou ao Ministério Público por difundirem nas redes sociais boatos inverídicos de que as urnas eletrônicas estariam fraudadas.

Após a minha exposição sobre o Marco Civil da Internet, a professora passou a problematizar com os estudantes algumas respostas que eles escreveram, referentes às suas percepções sobre a cultura digital. Com a ajuda dos softwares ATLAS.ti e *Wordclouds*, sistematizei as palavras que mais se destacaram nas respostas dos jovens.

1. *Escreva a primeira coisa que vem à mente quando mencionamos Internet.*



2. Complete a frase: “A escola com WI-FI é...”



3. Complete a frase: “Quando trabalhamos com o celular na escola, eu e os meus amigos...”

Fazemos_o_trabalho
não_fazemos_nada
Sempre_vamos_bem
Produzimos_melhor
Aprendemos_mais
trabalhamos_rápido
mandamos_muito_bem
produzimos_mais

4. Escreva a atividade que você mais gosta de fazer na internet.



5. Complete a frase: “Nos blogs e nas redes sociais eu costumo...”



6. Complete a frase: “Desde que o WI-FI foi disponibilizado na escola, os professores ...”

alguns_não_conseguem_usar
 ainda_estão_normais
 fazem_mais_pesquisa
 estão_mais_descontraídos
 tentam_se_conectar
 estão_mais_cuidadosos
 ficaram_menos_chatos
 Passam_menos_atividades

7. “Alguns professores proíbem o celular porque...”

Distração
 Governo_proíbe
 Zoeira
 São_chatos
 redes_sociais_já_ficam
 nas_utilizam
 É_alunos_querem
 É_a_regra
 Autoridade_pesquisa
 Uso_incorreto
 Desrespeito

8. Complete a frase: “Quando eu uso o smartphone na sala, costumo ...”



9. Já passou por alguma situação desconfortável no mundo virtual? Relate.



10. Você já ouviu falar em privacidade na rede? O que você entende por esse termo?



11. Seus pais conversam com vocês sobre internet? O que eles dizem a vocês?



12. Para você, o que é cidadania?



Os dados sistematizados acima, a partir das respostas que os estudantes forneceram ao executar a atividade pedagógica proposta pela Professora Alexandra, evidenciam um jovem infonauta ubíquo. Ou seja, um estudante imerso nas redes digitais, que utiliza os dispositivos digitais intensamente. Importante ressaltar que os 25 alunos da classe observada compõem os mais diversos extratos sociais, na turma foi identificado discentes em situação de extrema vulnerabilidade social, mas também jovens provenientes de famílias com grande poder aquisitivo. Todavia, todos os estudantes usufruíam de um *smartphone* mais sofisticado em relação aos dispositivos móveis que a professora e o pesquisador possuíam. Um terço dos estudantes não dispõem de internet em seus domicílios, sendo que os únicos lugares de acesso à rede são: a escola, o terminal de ônibus e praças e parques que disponibilizam WI-FI gratuitamente.

Na reta final da aula, a professora colocou em curso uma atividade pedagógica envolvendo pesquisa e bricolagem sobre representações da internet. Reunidos em duplas, os estudantes deveriam escolher imagens de revistas e jornais (periódicos previamente selecionados pela docente) que associassem com algo positivo e algo negativo da internet. Caso a equipe não encontrasse uma imagem correspondente ao que desejasse expressar, poderia desenhar.

Além das colagens, eles deveriam escrever o motivo das escolhas das imagens/desenhos, bem como explicar o que elas indicavam. Na sequência, deveriam apresentar a produção ao grande grupo. Um dos objetivos da docente era – a partir do que os estudantes trouxessem – problematizar aspectos relacionados à cidadania digital.

Registro fotográfico – Estudantes realizando a atividade solicitada



Fonte: Acervo do autor. Registro realizado em 30/10/2018.

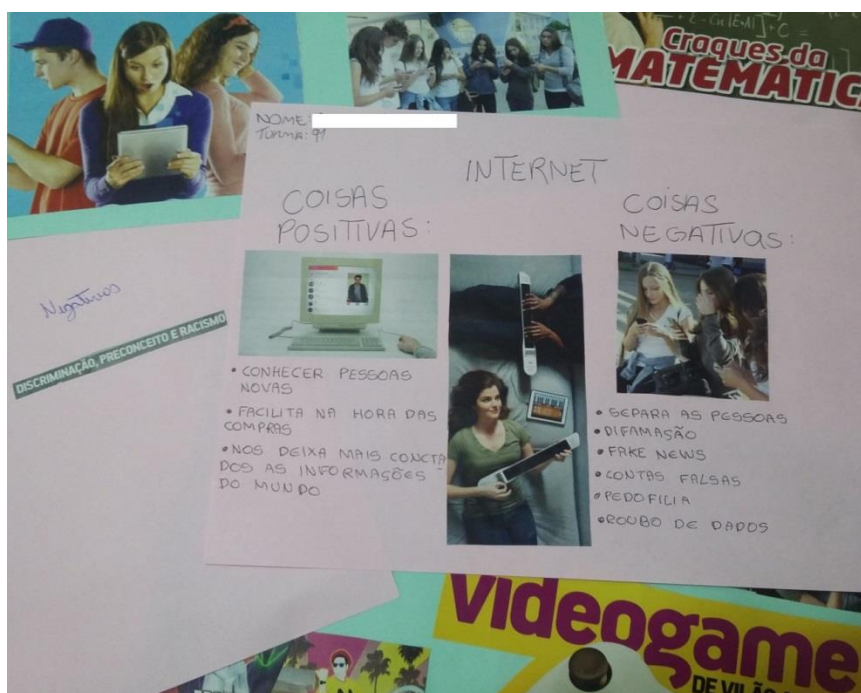
Poucas equipes conseguiram concluir a atividade solicitada. A docente explicou que os estudantes deveriam, na terça-feira seguinte, chegar com a atividade pronta para dar início ao debate sobre as representações. Nesse sentido, eles deveriam estar preparados para argumentar sobre as escolhas realizadas.

Ao final da aula, a docente me questionou sobre o que estava achando da evolução do projeto, qual a minha percepção das associações que os estudantes vinham estruturando sobre o conceito cidadania digital. Informei que o diálogo é a melhor ferramenta que pais e educadores têm para instigar os jovens a refletirem sobre as especificidades das redes.

Ressaltei que a última pesquisa realizada com crianças pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil demonstra que, em 2016, nosso país tinha 30 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 9 e 17 anos (CGI.br, 2016b). Deste universo, 24,3 milhões declararam-se usuários das redes. Do total de crianças e adolescentes entrevistadas, 86% mantinham algum perfil ativo em rede social, sendo que as mais citadas foram: *Facebook* (75%), *WhatsApp* (72%) e *Instagram* (36%).

Esses dados demonstram que, desde muito cedo, nossas crianças já estabelecem contato com as tecnologias digitais, todavia, de acordo com a publicação, a maioria dos adolescentes não tem maturidade para compreender alguns riscos que corremos ao utilizar determinado artefato. Aos jovens, de uma forma geral, falta o entendimento de que qualquer ato *on-line* gera consequências reais. Nesse sentido, acredito que a escola precisa ir muito além da mera instrumentalização para utilizar um determinado aplicativo para pesquisa. Isso normalmente nossos jovens aprendem com muita facilidade com suas redes de contatos. A ação pedagógica precisa estar fundada no paradigma ético-estético-político, e, nesta perspectiva, as ações colocadas em curso até o momento na disciplina em certa medida estavam contribuindo para que os estudantes pudessem refletir sobre os dilemas da web.

Registro fotográfico – percepção dos estudantes sobre a internet



Fonte: Acervo do autor. Registro realizado em 30/10/2018.

As notas etnográficas estruturadas acima evidenciam a narrativa do pesquisador amparada na perspectiva dos estudos da infoética. Perspectiva epistemológica que se propõe a refletir sobre a moral e os códigos de conduta diante da disseminação das tecnologias ubíquas. Novas interrogações surgirão na próxima seção, quando este mesmo pesquisador passa observar as sociabilidades juvenis fora da escola – a conversa com Aninha sobre o compartilhamento de Nudes é um ótimo exemplo. Os jogos construídos pelos adolescentes via redes e artefatos tecnológicos trazem à tona novos elementos para reflexão de como esses sujeitos vivenciam sua sexualidade [ver página 166].

4.7 AS AMBIVALÊNCIAS DA REDE

A aula iniciou com alguns recados. Alexandra informou que a professora de ciências precisava fechar com urgência a próxima edição do Jornal Dodô, publicação da escola estruturada a partir de textos, resenhas e notícias escritas e sistematizadas pelos alunos. A professora questionou se algum estudante poderia ficar responsável pelo editorial e trouxe alguns exemplares de uma revista que a turma realizara no semestre anterior. Destacou que o texto de apresentação a ser escrito precisava seguir aquele estilo do editorial da revista. Uma estudante se comprometeu a escrever o editorial e entregá-lo até o final daquela semana.

A partir das observações realizadas na escola, foi possível constatar uma preocupação institucional em trabalhar as múltiplas linguagens – rádio, jornal, revista, produção audiovisual – nos mais variados ambientes: analógico e digital. Foi perceptível também que os alunos demonstram muita motivação para participar dos projetos, sendo que muitas vezes iam à escola no contraturno ou aos sábados para concluir a tarefa.

Dirimidas todas as dúvidas sobre o jornal escolar, a professora retomou o assunto da aula anterior. Solicitou que as equipes apresentassem suas colagens e/ou desenhos sobre as percepções da internet. Os discentes deveriam argumentar sobre as escolhas das imagens que representavam aspectos positivos e negativos da internet.

No aspecto negativo, os jovens apresentaram representações relacionadas à discriminação étnica e sexual, insegurança, roubo de dados, xingamentos, crimes virtuais, assédio virtual (cyberbullying), *Deep Web*⁹⁸, dependência tecnológica (muito tempo na internet), complicações psicológicas.

Nas representações positivas se destacaram aspectos relacionados ao prazer, novas formas de vivenciar a sexualidade, jogos, mobilidade, relacionamentos a distância, acessibilidade à informação, novas formas de estudar.

Dandara está curiosa para saber o significado da imagem estampada na camiseta que a Professora Alexandra vestia. O desenho era uma rosa vermelha segurada por duas mãos com a frase “ninguém solta a mão de ninguém”, de autoria da artista mineira Thereza Nardelli. A imagem “viralizou” nas redes sociais digitais logo após o resultado do segundo turno das eleições de 2018. A tatuadora afirma ter criado o desenho a partir das histórias que sua mãe contava sobre o período do regime militar no país instaurado com o Golpe de 1964.

⁹⁸ Uma espécie de mercado negro existente na internet. Adentrando a *Deep Web*, com apenas um clique você pode encomendar um assassinato, efetuar compras de drogas ilícitas, órgãos humanos, produções audiovisuais bizarras etc. Uma excelente reflexão sobre a origem e a evolução dessas infovias obscuras pode ser conferida na dissertação de Macedo (2018).

Em resposta ao questionamento da estudante, a docente afirmou que no fim de semana participara de um congresso sobre gênero e sexualidade na Universidade Estadual de Londrina e cada congressista ganhou uma camiseta junto com o material acadêmico. Contou que a imagem fazia referência a um episódio triste da ditadura brasileira, a perseguição a estudantes e professores universitários. Professora Alexandra avançou em sua narrativa:

Na USP, por exemplo, era comum estudantes e professores se reunirem à noite para discutir o que estava acontecendo no país, do nada, a energia elétrica era cortada e todos ficavam no escuro. Quando a luz voltava, constatava-se que alguém tinha desaparecido. Como isso começou a ocorrer de forma sistemática, quando as luzes apagavam, todos seguravam no braço do colega ao lado e diziam “ninguém solta a mão de ninguém” [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO, 06/11/2018).

João Carlos, em tom sarcástico, afirmou que o comentário da professora poderia ser considerado de viés ideológico, tendo em vista que uma Deputada Estadual eleita havia criado um disk denúncia em sua rede social, bem como fornecido instruções de como os estudantes deveriam proceder em situações em que um conteúdo inapropriado fosse ministrado em sala de aula. O estudante foi além. Lembrou que o próprio Presidente eleito afirmou em entrevista ao ‘Datena’⁹⁹ que os estudantes “precisam mesmo filmar os professores”.

Nos dois semestres em que acompanhei a professora Alexandra em observações, este foi o episódio mais tenso que presenciei. A profissional, um pouco alterada emocionalmente [único momento de alteração da voz durante todo o percurso etnográfico], afirmou existir uma lei que proíbe o uso do celular em sala de aula e que ela não autoriza seus alunos a utilizarem o artefato tecnológico durante as aulas.

A docente entrou em contradição, uma vez que este pesquisador já havia acompanhado inúmeras atividades pedagógicas propostas por Alexandra em que, para resolver, os estudantes precisavam recorrer ao uso do dispositivo móvel. Todavia, diante da alteração emocional, ninguém ousou lembrar este fato à professora.

No início do ano letivo de 2019, em conversa com a professora, resgatei essas anotações do meu diário de campo. A profissional me revelou que, ao longo do ano de 2018, foi comum o estudante João Carlos proferir comentários em tom sarcástico, difundidos por uma parcela da população sem muita reflexão. Relatou-me ainda ter ouvido dele que “bandido bom, é bandido morto” e “que vivia ansioso para completar 18 anos, assim poderia comprar uma arma para pôr fim na bandidagem do sul da ilha”.

⁹⁹ Jornalista José Luiz Datena, âncora de um programa na TV Bandeirantes.

Também nas primeiras semanas do ano letivo de 2019, Héliida, docente da sala informatizada, me relatou que a discussão sobre o uso do celular em sala de aula é antiga. Há pelo menos dez anos o tema vem sendo discutido nas reuniões pedagógicas da escola. Relatou que é fato, existe uma lei que proíbe o uso do artefato em sala de aula, mas que em 2017 houve uma emenda liberando-o para uso pedagógico.

Como que nos vamos proibir o celular em pleno século XXI? Onde o estudante fica conectado ao aparelho a todo instante. Não há como proibir... O que a lei fez foi liberar para fins pedagógicos. Nesses dez anos em que o tema vem sendo discutido nas reuniões pedagógicas, nós já tentamos várias alternativas. Houve um período que foi proibido totalmente, em 2012, os estudantes sugeriram que a gente colocasse umas caixinhas próximo ao quadro, o aluno chegava na sala e depositava o celular ali. O tema já foi inclusive discutido na rádio [sic] (DIÁRIO DE CAMPO, 27/03/2019).

Héliida relata que parte dos docentes sempre se posicionou contra proibir o uso do celular em sala de aula. Mais recentemente houve a discussão de liberar o sinal de Wi-Fi na escola para os estudantes. Tal situação provocou um debate intenso entre docentes e a equipe da coordenação pedagógica. Após muita discussão, a maioria concordou pela liberação do sinal, bem como o uso do celular para fins pedagógicos. Junto à decisão foram realizados vários trabalhos interdisciplinares abordando o uso consciente do artefato. De acordo com a profissional, o que mais pesou para liberação do sinal de internet foi o fato de que muitos estudantes estavam inseridos em famílias com poucos recursos econômicos. Nesse sentido, parte do corpo docente escolar acreditava que era também papel da escola pública promover a inclusão digital, todavia, era preciso promover uma reflexão para o bom uso da rede.

Com relação ao momento político do país, a docente de informática considera que a polarização política na sociedade – que acontece lá fora – de certa forma acaba reverberando na escola. Alguns estudantes têm uma formação religiosa muito forte, e diante de algumas deturpações realizadas por influenciadores digitais, alguns pais já questionaram conteúdos trazidos no livro de ciências, por exemplo.

Voltando às notas etnográficas de novembro de 2018, superado o momento de tensão, as duplas finalizaram suas apresentações. Na sequência, a professora colocou em discussão a seguinte reflexão: *Considerando as atividades que vocês vêm desenvolvendo nas últimas semanas, bem como os aspectos positivos e negativos da internet, que valores, na opinião de vocês, são importantes para que possamos interagir em rede de forma amistosa?* Pelo que pude compreender a partir da exposição e argumentação da docente, a mesma compreende valores como a reflexão de um conjunto de hábitos que estariam próximos das virtudes. Nesta

perspectiva, um valor se refere há um hábito ou comportamento que o indivíduo executa refletindo sob a luz da razão e emoção.

No debate realizado em sala de aula, os seguintes valores vieram à tona:

- **Agir de forma consciente:** adquirir informações que ajudem na compreensão das assimetrias de poder que estão embutidas nas infovias do ciberespaço, ter capacidade de comparar os diversos pontos de vista: Estado, Mercado, Sociedade Civil.
- **Solidariedade:** desenvolver a empatia, ter a capacidade de se colocar no lugar de um colega que está sofrendo assédio virtual. Refletir sobre as consequências que um compartilhamento pode causar.
- **Coerência:** desenvolver a capacidade de autorregulação, refletir sobre as leis e acordos estabelecidos socialmente.
- **Autenticidade:** refletir sobre o cuidado de si, ter o hábito de analisar a sua própria história de vida, projetando um futuro que seja bom para todas as pessoas com que interagimos no espaço social.

Antes de a aula terminar, a professora ressaltou que o semestre estava chegando ao fim. Nesse sentido, era preciso iniciar a elaboração do produto final do projeto: vídeo. Solicitou que os alunos começassem a pensar em diferentes estilos de roteiro, para que pudessem discuti-lo na próxima aula, que ocorreria no sábado.

Nas escolas municipais de Florianópolis, quase todos os sábados do segundo semestre de 2018 foram incorporados ao calendário escolar, por conta da reposição do período de greve ocorrido entre os meses de abril e maio. Em 2019 uma nova greve ocorreu no período em que estava finalizando as observações na escola. Por já ter escrito exaustivamente sobre o processo de luta e mobilização dos servidores municipais, não irei retomar este tema na tese, mas leitores interessados no assunto poderão conferir o artigo “Avanço da agenda neoliberal: confrontos e resistência na implantação das Organizações Sociais em Florianópolis-SC” (REIS; MOLINA; GELSLEICHTER, 2018).

4.8 UM SÁBADO DE MUITAS DESCOBERTAS...

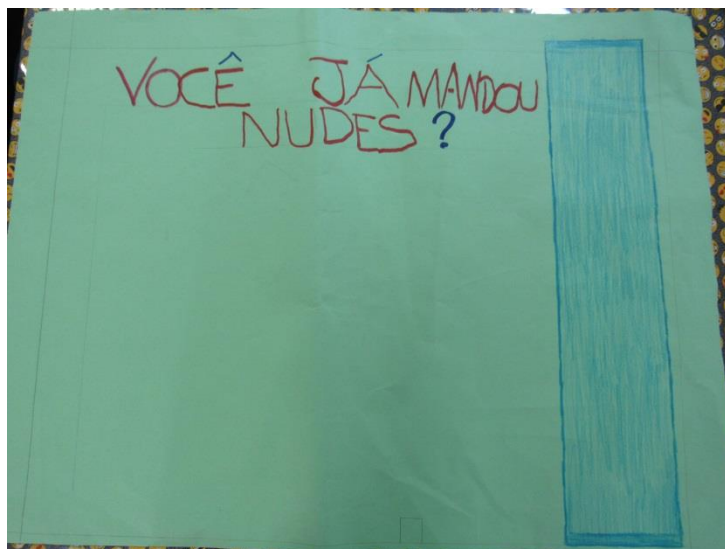
Cheguei na escola com meia hora de atraso. A turma que eu vinha acompanhando já estava no laboratório de informática trabalhando no roteiro do vídeo. Observar os alunos no desenvolvimento dessa atividade foi muito interessante, pois me permitiu refletir o quanto o advento da cultura digital interfere e modifica as configurações da relação professor/aluno nos espaços educativos.

Os estudantes rejeitaram todos os exemplos de roteiro que eu e a professora havíamos apresentado. Argumentaram que esses modelos seriam interessantes para elaboração de documentários, todavia, se o interesse era publicar na plataforma *YouTube*, precisaria ser algo mais direto e objetivo; a produção deveria ter no máximo cinco minutos. Aqui é possível constatar os discentes trazendo para a sala de aula as novas linguagens que descobrem e utilizam em rede.

Enquanto alguns escreviam o roteiro colaborativamente no *Google drive*, outros planejavam a sequência das imagens. Dois alunos acabaram informalmente assumindo a liderança desta atividade e demonstraram muito conhecimento em produção audiovisual. Fiquei a refletir que uma das justificativas utilizadas para a minha entrada em sala para acompanhar a turma 91 era o fato de que iria ajudá-los na elaboração do vídeo. No entanto, esses dois estudantes demonstravam muito mais conhecimento técnico do que eu e a professora. Aqui identificamos os estudantes levando para a escola os conhecimentos e as informações descobertas e construídas em rede.

Alguns alunos resolveram percorrer a instituição para fazer alguns registros, para serem utilizados na produção audiovisual. Resolvi acompanhá-los. No laboratório de matemática fui surpreendido com alguns trabalhos da turma 93 em processo de finalização relacionados ao tema cidadania digital. Sob a orientação dos professores de português e matemática, a turma entrevistou estudantes do sexto, sétimo e oitavo anos, totalizando 210 entrevistados. Tratava-se de enquetes cujo objetivo era compreender como os adolescentes vivenciam a cultura digital. Um cartaz inacabado sobre o compartilhamento nudes fisgou minha atenção; perguntei se a barra pintada em azul seria referente ao não compartilhamento. O professor me explicou que era o inverso: 84% dos entrevistados já compartilharam fotografias ou vídeos íntimos em rede social e ressaltou que o percentual também o surpreendera. Em debate na sala de aula, os alunos informaram que há uma rede social específica para o compartilhamento de nudes.

Reprodução de cartaz não concluído encontrado no laboratório de matemática



Fonte: Acervo do autor. Registro realizado em 10/11/2018.

É fato que, como identifica Sibilía (2016), a prática de compartilhamento da sua própria nudez é um fenômeno da cultura digital, amplificado a partir de 2013, quando se popularizaram os *smartphones*. Em excelente pesquisa sobre o tema, Silva e Sales (2018) constatam que o compartilhamento do self nu é um indicador da cultura contemporânea, onde novas possibilidades de vivenciar a sexualidade são colocadas em curso com a interconexão de artefatos tecnológicos e redes digitais. Perspectiva parecida é corroborada pela pesquisadora Larissa Pelúcio (2015) a partir de uma etnografia realizada com jovens e adolescentes. Constatou a antropóloga que as sociabilidades juvenis, bem como as vivências da sexualidade, vêm sendo profundamente alteradas pela cultura digital.

Abaixo, reproduzo a tabela com os resultados da pesquisa realizada pelos estudantes da turma 93, sob a orientação dos professores de língua portuguesa e matemática.

Dados da enquete realizada pela turma 93				
Amostra: sete turmas do sexto ao oitavo ano, totalizando 210 entrevistados				
Você já se encontrou com alguém que conheceu na internet?				
Sim: 64%		Não: 36%		
Você acessa a internet diariamente?				
Sim: 75,91%		Não: 6,89%		Quase todos os dias: 17,20%
O que você já viu de mais bizarro na internet?				
Conteúdo sexual: 36%	Violência/morte: 11,5%	Terror psicológico: 39%	Outros: 7%	Nunca visualizei nada bizarro: 6,5%

Você já viu algum tipo de crime virtual e não denunciou?		
Sim: 21,4%	Não: 50%	Nunca presenciou: 28,6%

Você já recebeu mensagens de algum perfil <i>fake</i>?		
Sim: 73,9%	Não: 17,5%	Não tem certeza: 8,6%

Você já postou algum conteúdo na rede social e se arrependeu?		
Sim: 60%	Não: 20%	Postou e apagou: 20%

Quantas horas por dia você permanece no celular			
2 horas: 14,20%	3 horas: 7,14%	4 horas: 67,8%	5 horas: 10,86%

Você já compartilhou Nudes?	
Sim: 84%	Não: 16%

O que você faz na internet?		
Jogo: 32,1%	Estudo: 3,5%	Outros: 64,4%

Um indicador curioso captado na enquete realizada pela turma 93 refere-se ao que os adolescentes fazem na internet: 32,1% jogam e 3,5% usam a rede para estudar. Todavia, 64,40% dos 210 entrevistados recorrem aos dispositivos para outras coisas. A próxima seção – notas etnográficas das observações realizadas fora da escola – se debruça sobre as sociabilidades, ou seja, interações que se formam a partir de redes estabelecidas entre coletivos que ocupam o espaço urbano, laços que se aproximam a partir dos aplicativos digitais, grupos juvenis que se consolidam na convivência de rua, bem como nas práticas de lazer em praças ou parques.

Parte destes 64,40% classificados pela turma 93, como outros, está dentro da categoria sociológica classificada como sociabilidade, ou seja, formas de interação social que se formam a partir das tecnologias ubíquas.

O que é autenticamente “social” nesta existência é aquele ser com, para e contra com os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade. (SIMMEL, 2006, p. 64).

Quando jovens interagem por meio de um grupo na rede social, criado para discutir assuntos da escola, da família ou da cultura Hip Hop, tal movimento ocorre a partir de interesses e necessidades específicas de cada adolescente. “Só que, para além desses

conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal” (SIMMEL, 2006, p. 64). Isto é o que Simmel (2006) define como ‘impulso de sociabilidade’.

Na aula em que a professora Alexandra discutia os valores necessários para uma boa interação em rede, vários alunos mencionaram que mantinham um relacionamento virtual (conversas de longa data) com pessoas de outras regiões do país, internautas estes que eles nunca encontraram presencialmente. Já houve casos em que o estudante conheceu uma pessoa nas redes sociais, viraram ‘amigos’ e a relação iniciada na web resultou em um relacionamento amoroso. Neste caso, os dois internautas residiam na região metropolitana de Florianópolis. Lembro que, neste dia, questionei os alunos sobre o que eles faziam na internet e a expressão “*zapear na web*” foi muito citada. Quando estão muito cansados ou entediados, eles ‘zapeiam’ pelas redes sociais.

Ao sair do laboratório de matemática, observei os alunos se dirigindo para o lanche, era o período de intervalo. Encontrei também a professora de português que vinha acompanhando nas observações da turma 91. Esta me convidou para lanchar. Dirigimo-nos para a sala dos professores. No café, o assunto ‘Escola Sem Partido’ veio à tona: todos estavam alarmados com as declarações que o Presidente eleito proferiu em relação às provas do ENEM¹⁰⁰. Uma docente questionou se uma determinada estudante compareceu à aula; um professor respondeu que sim. Pelo que pude compreender, os pais desta aluna estavam analisando minuciosamente os cadernos da filha e já causaram muitos transtornos a determinados professores por causa de alguns conteúdos ministrados em sala de aula que supostamente estariam incompatíveis com a religião da família.

A partir dos comentários tecidos no café, fiquei a refletir que o imperativo da lógica “Escola Sem Partido” já está em curso nas instituições de ensino a partir da autocensura dos profissionais da educação. Muitos professores, para evitarem transtornos com pais e comunidade externa, deixam de abordar determinados assuntos que podem ser considerados polêmicos pela religião e setores conservadores da sociedade. Perspectiva que também é corroborada na análise do pesquisador Fernando Penna.

A defesa de uma “escola sem partido” constitui uma grave ameaça para a educação brasileira, com ou sem a transformação desse projeto em leis municipais, estaduais ou federal. O discurso reacionário de defesa da proposta é superficial, e sua argumentação é extremamente frágil, se pensarmos em um debate com a contraposição de ideias, mas seu caráter fragmentado, fortemente calcado no ódio

¹⁰⁰ Exame Nacional do Ensino Médio.

aos professores e abusando da manipulação política do pânico moral é uma receita de sucesso nas redes sociais. A adesão a esse discurso leva pais e estudantes a assediarem professores que se enquadram na figura do “inimigo” desenhado nessa paranoia persecutória. Ainda mais importante é o fato de que mesmo nos lugares onde a proposta ainda não foi convertida em lei, o impacto desse discurso já pode ser sentido no cotidiano das escolas. Alguns professores deixam de discutir temáticas importantes, por medo de enfrentarem uma campanha de perseguição. (PENNA, 2018, p. 109-110).

Como muito bem analisa o pesquisador Daniel Cara (2018), a problemática do ‘Escola Sem Partido’ não é uma especificidade do Brasil. Em congresso internacional da educação ocorrido em novembro de 2018 no Nepal, foram discutidos também os conflitos que o partido AfD (Extrema Direita) vem provocando na Alemanha. Nas últimas eleições parlamentares, esta agremiação política chegou a obter 20% das cadeiras de alguns estados da federação alemã. Uma das bandeiras desta nova força política é a retirada de todas as discussões de gênero do currículo escolar.

Trata-se de um ataque orquestrado ao ensino público e laico, como analisam Linares e Bezerra (2019, p. 129): “ideologização virou uma palavra mágica para explicar tudo que há de ruim nas escolas”. Em nome de uma suposta ideologia conspiratória, revolucionária de esquerda, que estaria colocando a sociedade brasileira em perigo, estrangula-se o orçamento público e coloca-se em risco programas essenciais que garantem o funcionamento da educação básica pública.

Após o intervalo, voltamos para o laboratório de informática. Um grupo continuou discutindo a sobreposição das imagens no vídeo; outros seguiram na escrita do roteiro. Dois alunos me questionaram detalhes do Marco Civil da Internet e a professora me informou que na aula seguinte precisaria da minha ajuda na captação das narrativas a serem incorporadas na produção audiovisual. Respondi não haver problemas. A aula encerrou às 11:30.

4.9 O QUE É REALIDADE NA ERA ‘ZUCKERBERGIANA’?

A professora iniciou a aula apresentando um panorama do que a turma conseguiu avançar no sábado anterior, informou que era preciso concluir o roteiro do vídeo e definir as pessoas que iriam narrar os parágrafos produzidos colaborativamente. Conforme decisão da turma, nenhum estudante apareceria na produção audiovisual; à medida que as narrativas se desenrolassem, imagens relacionadas ao tema apareceriam na tela.

No segundo período de aula, enquanto uma parte da turma ficou envolvida com o processo de montagem do vídeo, outra parte se dirigiu ao estúdio da rádio da escola para captação das narrativas. A professora informou aos alunos que eu iria auxiliar nesta parte. Na

rádio, para que o processo de gravação avançasse, foi preciso fazer vários ajustes no roteiro: muitas vezes o parágrafo a ser narrado foi escrito por outro colega, sendo que cada pessoa tem um estilo próprio de escrita e narração.

Enquanto o processo de gravação ocorria, observei uma estudante manuseando seu celular: estava lendo um texto sobre a série *Kiss Me First* (Netflix). Questionei o que ela estava achando do enredo representado na produção. Ela me respondeu que é bem atual, em certa medida dialoga com o conteúdo que a professora de português está abordando no Projeto Cidadania Digital.

Questionei quantos episódios ela já assistiu. A adolescente me respondeu que, na noite anterior, assistira ao quarto episódio. Perguntei, então, que fatores representados na série ela conseguiu relacionar com o conteúdo discutido nas últimas semanas em sala de aula. Ela respondeu que a série retrata um lado nebuloso das redes, onde as pessoas são forçadas a fazer coisas não muito boas para o bom convívio social.

Produzida originalmente pelo *Channel4* (TV Reino Unido), a série retrata a vida de adolescentes solitários, sem muita convivência social, alguns com sérios problemas de relacionamento com a família. A esses adolescentes resta o ópio fornecido pelo AZANA, um mundo virtual de tirar o fôlego, com avatares sensuais, metrópoles exuberantes e, é claro, muita violência: um lugar onde os usuários podem exorcizar suas fantasias e estar no controle de suas vidas. Ao longo da trama é possível encontrar algumas referências a *Black Mirror* e *The Matrix*.

A estudante me questionou se não achei a trama parecida com os episódios ocorridos no Brasil em 2017, que ficaram popularmente conhecidos como Baleia Azul, um jogo virtual que incentivava o suicídio de adolescentes. Afirmei que é possível fazer algumas conexões com os distúrbios psicológicos típicos que estamos enfrentando na era digital, todavia, outros dilemas são retratados na obra: vigilância, dependência virtual, uso e apropriação das tecnologias digitais.

Avancei na minha narrativa, explicando para a estudante que não sabemos o que iria acontecer na segunda temporada, já exibida no Reino Unido. Mas algo que fiquei a refletir após assistir ao sexto episódio da primeira temporada foi que Adrian, ao hackear o sistema desenvolvido pela mãe – AZANA –, criando uma comunidade secreta, a *Red Pill*, uma referência literal ao filme *Matrix*, talvez quisesse trazer à tona uma reflexão sobre o que é realidade na cultura digital, ou melhor, como a realidade é produzida.

Por trás da criação do sistema AZANA está um negócio bilionário. A empresa lucra duplamente, vendendo licenças bem como os dados dos usuários. Na trama há um conflito,

não muito detalhado na primeira temporada, entre Adrian e sua mãe. Talvez o verdadeiro interesse do personagem seja encontrar um jogador que possa destruir ou tirar a plataforma do ar. Será preciso acompanhar se os próximos episódios confirmarão minha suspeita.

Dani Black entrou na conversa, observando que normalmente a ficção científica retrata as tecnologias de forma demoníaca e me questionou se isso não seria uma conspiração ideológica para que as pessoas deixem de comprar computadores e celulares. A indagação do discente provocou risadas intensas nos colegas. Observei que todos os alunos deixaram a atividade de lado – gravação das narrativas – e estavam atentos ao papo que se desenrolava.

Indaguei os adolescentes presentes se eles assistiram à Série ‘1983’ (Netflix). Ninguém conhecia. Afirmei que nesta produção é possível observar como a convergência digital é utilizada para manter um regime comunista totalitário que ficticiamente se passa na Polônia. O grande inimigo do partido é a globalização, então é preciso manter os habitantes em bolhas. No enredo, a população não é impedida de falar ou dar a sua opinião sobre determinado assunto, ao contrário, o regime está muito interessado sobre o que os ‘patriotas’ pensam; para isso, oferece artefatos tecnológicos de ponta gratuitamente à população.

Democracia X autocracia, transparência X vigilância, história X narrativas revisionistas por dirigentes autocráticos são alguns dos dilemas que se desenrolam na série. O partido é nobre e benevolente, os cidadãos são supostamente prósperos, livres e felizes. Mas conforme o enredo avança em cada episódio, o telespectador constata que se trata de uma ilusão construída para a manutenção das assimetrias de poder do tirano que comanda a nação.

Outro estudante, sempre muito participativo nas aulas, me disse: “então não temos saída, estamos ‘fodido’ mesmo, somos protagonistas de uma versão renovada do *Admirável mundo novo*?”. Afirmei que tudo é uma questão de ponto de vista. *Mark Zuckerberg* criou o *Facebook* com o propósito de eliminar a solidão. Quando estava na universidade estudando programação, imaginava ser possível criar uma sociedade na qual as pessoas não precisassem ficar só em nenhum momento. Seu pressuposto era que a ubiquidade, ou seja, estar sempre conectado, interagindo em rede, era a chave para tornar as pessoas mais felizes.

O que precisamos refletir é se a felicidade ‘*zuckerbergiana*’ construída na visibilidade das telas não está se transformando em mecanismos de controle. Hoje, é inegável que algumas informações estão muito mais acessíveis, mas isso é suficiente? A cultura digital não apresenta nenhuma contradição? Como podemos superar esses dilemas? “*A realidade não existe mais, vivemos em um mundo ‘pós-real’ fruto da conexão entre tecnologias inteligentes e sociedade do consumo*” – esta é a revelação que *Morpheus* faz ao protagonista *Neo* ao

mostrar uma terra arrasada pelo conflito entre humanos e máquinas no primeiro filme da trilogia *The Matrix*.

Um silêncio sepulcral imperou no estúdio da rádio. Avancei na minha narrativa observando que, em pelo menos três episódios da primeira temporada da série *Kiss Me First*, há referências literais à trilogia *The Matrix*. Se na produção da década de 90 do século passado a ‘pós-realidade’ era construída a partir de uma simulação interneural criada pela Matrix, na produção britânica de 2018, Adrian cria a pílula vermelha dentro do sistema Azana e busca os jogadores que estejam preparados para conhecer a ‘*verdadeira realidade*’. Seria preciso aguardar a próxima temporada e conferir se *Leila* irá desvendar todos os simulacros e simulações para alcançar “*o deserto do real*” (BAUDRILLARD, 2006).

Olhei no relógio e percebi que o horário já avançara sobre a disciplina de ciências. Informei que era preciso encerrar a atividade, retornaríamos na semana seguinte. Ao sair do estúdio da rádio, informei ao estudante que mencionou a obra de Aldous Huxley – *Admirável mundo novo* – que, se ele gosta de literatura, indicava o romance de George Orwell: *1984*. O livro oferece ótimas metáforas para reflexão sobre os dilemas em torno da privacidade. Atualmente muitos engenheiros do Vale do Silício advogam que a transparência total é um fato irreversível. Segundo algumas análises¹⁰¹, tal tendência contribuirá para a formação de uma sociedade mais tolerante, pois se todo mundo sabe que o internauta y é homossexual, por exemplo, isso deixa de ser um tabu. Episódios como greve dos caminhoneiros no Brasil, *Ku Klux Klan* (EUA) e *Brexit* (Reino Unido) têm demonstrando uma tese contrária: a exacerbação do discurso do ódio e da intolerância.

Ao longo do ano letivo de 2019, tanto a professora de informática, como a supervisora pedagógica me relataram que ainda há casos de alunos na escola que se automutilam. Em 2017, os episódios que ficaram popularmente conhecidos como “Baleia Azul”¹⁰² demandaram muito trabalho à coordenação pedagógica. Na ocasião, foram realizadas inúmeras palestras com pais e responsáveis no período da noite, e muitas atividades interdisciplinares com estudantes.

Questionada sobre os fatores que contribuíam para esse sofrimento de alguns adolescentes, a profissional da coordenação pedagógica afirmou que, especificamente nos casos em que tem acompanhado, “há um conjunto de fatores, pais que trabalham muito, os filhos ficam sozinhos no contraturno em casa, pouco diálogo com a família”. Acrescentou

¹⁰¹ Uma excelente discussão sobre o assunto pode ser conferida na obra do historiador britânico Andrew Keen (2012).

¹⁰² Leitores interessados em uma discussão mais aprofundada sobre o fenômeno que ocorreu no Brasil em 2017, conferir artigo de Cunha e Nejm (2019).

ainda que os estudantes estão aparecendo na escola cada vez mais cedo com os dispositivos móveis: “há cinco anos, apenas estudantes do oitavo, nono ano tinham celular. Hoje, estudantes dos anos iniciais aparecem na sala com o artefato”. Observou uma mudança de comportamento na sociedade e, especificamente nos casos identificados como adoecimento psíquico do adolescente, a profissional ressaltou a ausência de pais ou responsáveis na vida diária do jovem. Uma característica em comum nos vários casos acompanhados pela coordenação pedagógica foi “o estudante passava longos períodos sozinho em casa interagindo na internet, os responsáveis trabalhavam exaustivamente e não tinham qualquer noção do que o filho acessa na rede”.

No período que tive essa conversa com a supervisora da escola, já estava acompanhando os adolescentes nos encontros de *Rap* que acontece semanalmente em uma praça próxima à escola. Um comentário de Dani Black ao me explicar as causas que estruturam o movimento Hip Hop na cidade deixou evidente o quanto aqueles encontros na praça da comunidade eram significativos para ele: “o *Rap* garantiu o que nenhuma política da prefeitura fez nas quebradas, permitiu que nós pudéssemos expressar nossas poesias, refletir sobre a realidade e elevar nossa autoestima”.

4.10 O CONFRONTO GERACIONAL

Cheguei à escola e me deparei com uma série de imagens, poemas, letras de músicas e notícias sobre Zumbi dos Palmares povoando os murais da instituição. Na rádio havia uma agitação de professores e alunos; estavam preparando algo. Era dia da consciência negra e os estudantes prepararam uma programação especial em alusão à cultura afro.

Declamações de poesia, contextualização da historicidade do dia da consciência negra, curiosidades sobre o líder Zumbi e músicas temáticas estiveram presentes ao longo da programação da rádio neste dia. Encontrei a professora Alexandra, a que vinha acompanhando na turma 91. Esta colocou sua preocupação na finalização do vídeo, informou que os alunos iriam fazer a tradicional viagem que normalmente todos os nonos anos fazem e iriam ficar mais de uma semana fora. Diante do exposto, informou que só teria mais duas aulas com eles, aquela e na próxima segunda.

Informei à docente que na próxima segunda havia combinado com a professora de informática de acompanhá-la na visita agendada a uma emissora de rádio da região; os alunos do projeto dela vinham se preparando para fazer um programa ao vivo na rádio comunitária, mas estavam um pouco ansiosos na operação da mesa de som. Questionaram-me se eu

poderia estar lá, para eles não ficarem tão nervosos. Como normalmente acompanho a turma 91 às terças, acabei assumindo esse outro compromisso.

Combinamos que iríamos tentar finalizar todas as atividades naquela manhã, avançaríamos sobre a aula de ciências e, se preciso, na de matemática também. Como a rádio estava sendo ocupada pelos estudantes que iriam comandar a programação especial alusiva ao dia da consciência negra, a captação das narrativas ocorreria no laboratório de informática.

Entre uma gravação e outra, uma estudante informou que o ano estava chegando ao fim. No próximo ano teria que mudar de escola. Perguntou se eu estava em alguma rede social, se ela poderia me procurar na internet. Informei que utilizo algumas: *WhatsApp*, *YouTube*, *Google+*. Um outro estudante indagou: “mas você não tem face?”. Informei que não, acabei excluindo a conta. Todos me olharam com perplexidade. Uma estudante provocou: “tá, mas ‘Insta’ você tem, né?”. Afirmei que foi a primeira rede social que abandonei. Um aluno me questionou se eu era casado. Disse que sim. Ele respirou aliviado: “há bom, tá explicado, porque hoje uma pessoa solteira é impossível viver sem Insta”. Todos caíram na risada.

A curiosidade dos alunos continuou: “mas, professor, nem *Twitter* você tem?”. Afirmei que fui filiado a essa rede social por uns dois anos, mas acabei deletando o perfil. O processo inquisitório avançou: “e como você se informa?”. Respondi que normalmente por meio de jornais impressos ou digitais. Enfatizei que todos os veículos da imprensa têm um alinhamento ideológico. Então, quando leio uma notícia no Jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, levo em consideração que essa publicação tem um posicionamento mais à direita. Já o *El País Brasil* costuma tecer uma narrativa mais independente. Nesse sentido, me interessa muito analisar como cada veículo informa um mesmo assunto.

Mas todos estavam curiosos para saber os motivos que me levaram a deixar o *Facebook*. Contei que há muito tempo estava refletindo sobre o assunto. Mas diante de todos os escândalos relacionados à venda de informação dos usuários, resolvi desativar o perfil, tendo em vista que já utilizava muito pouco essa plataforma de comunicação. Não queria continuar alimentando essa base de dados. Uma aluna proferiu a seguinte frase: “professor, você tem essas preocupações porque você nasceu no milênio passado”. Todos caíram no riso novamente.

A constatação da discente é um fato: nasci em 1985, portanto, no milênio passado, em um mundo analógico. Conheci a informática em 1998. Era muito diferente de hoje. A internet era discada. Como o provedor ficava em Florianópolis, usar a rede era muito caro. Enquanto navegava, o usuário estava pagando uma ligação telefônica entre cidade no interior X capital.

Para aqueles estudantes, a narrativa que eles acabavam de ouvir soava como uma história alienígena, distante, totalmente incompatível com a sociedade tecnológica e ubíqua que vivemos nos dias atuais. Situação que demonstra o quanto precisamos avançar nas análises sobre a dimensão ética e estética das redes. A privacidade ainda é um valor compatível com a sociedade digital? Ou devemos aderir à transparência total?

A conversa sobre os mais variados assuntos me fez apertar por engano uma tecla que deletou todas as narrativas gravadas até aquele momento. Já estávamos gravando as últimas contribuições. Um pânico generalizado se instaurou no laboratório de informática. Usar as tecnologias digitais em sala de aula é lidar com a imprevisibilidade. Recomeçamos a gravação do início. Alguns alunos já estavam estressados, mas todos regravaram.

Com o imprevisto, não pude acompanhar o desfecho da atividade. Na semana seguinte, a professora pretendia apresentar o vídeo formatado e encerrar o Projeto Cidadania Digital. Diante de outros compromissos assumidos, não pude acompanhar esse momento importante. Até o dia 12/12/2018 a produção não estava disponível no canal do *YouTube* da escola. No dia 04/12 a professora havia compartilhado a versão final do vídeo via *Google Drive*, agradei a confiança da profissional e informei que voltaria à escola no próximo ano.

Esta seção deu ênfase em algumas notas etnográficas escritas durante o percurso do projeto interdisciplinar, liderado pela professora Alexandra no segundo semestre de 2018. Conforme os temas foram surgindo ao longo da escrita, o pesquisador estabeleceu alguns links com notas registradas ao longo do ano letivo de 2019, fruto de conversas ou atividades executadas conjuntamente com os demais profissionais da escola.

Para além de uma análise descritiva de como os adolescentes utilizam as tecnologias ubíquas e interagem nas redes sociais digitais, estas notas, colocadas à luz da reflexão crítica, pretendem impulsionar um debate que ainda tem pouca reverberação nos meios acadêmicos: a dimensão ética das redes. No momento que assistimos ao governo autoritário chinês estabelecer uma série de acordos com empresas estadunidenses – Google e IBM – para aprimorar os programas tecnológicos de vigilância que monitoram a população daquele país, e perseguem minorias¹⁰³, tais fatos evidenciam o quanto esse debate se torna urgente e necessário na contemporaneidade.

¹⁰³ Conferir análise de Ryan Gallagher. Neste artigo, o pesquisador detalha o acordo firmado e as implicações éticas do software “Aegis”, que permite que as autoridades estatais monitorem a localização do artefato, bem como o que o usuário acessa na rede, ou seja, determinadas notícias que não interessam ao Partido Comunista Chinês são invisibilizadas ao usuário. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/16/vigilancia-em-massa-da-china/>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

Situação não muito distante do Brasil, quando o Metrô de São Paulo anuncia um contrato bilionário para aprimorar o seu sistema de vigilância. As cláusulas do acordo que não está totalmente disponível para análise preveem que as câmeras tenham capacidade de realizar reconhecimento facial. Já o software que o Governo de São Paulo adquiriu terá capacidade de comparar a imagem captada pelas câmeras que vigiam o ambiente com a base de dados do governo, alimentada quando um cidadão renova sua carteira de identidade ou passaporte. Comparação com as fotos que os usuários do metrô publicam em suas redes sociais também estão no radar, tudo em nome de uma suposta segurança ‘dos cidadãos de bem’¹⁰⁴.

A escola, como lócus de formação, pode apenas reproduzir a miséria do mundo à qual a instituição está inserida. Mas pode, também, de forma singular, instigar uma reflexão crítica sobre as contradições que estão postas na atual sociedade que estamos vivendo. Desenvolver habilidades que conduzam o educando a interrogar, bem como desafiar as injustiças, desigualdades e visões extremistas – este, a meu ver, é o grande desafio das instituições de ensino e dos profissionais da educação na contemporaneidade.

Diante das novas formas de produzir, acessar e compartilhar informações em uma sociedade em rede, mediada por tecnologias ubíquas. Defenderei nas considerações finais deste trabalho, a necessidade da educação básica desenvolver processos formativos éticos, capazes de conduzir o educando à reflexão do conjunto de hábitos que forma os valores necessários ao convívio social.

Em maio de 2018, o Brasil se comoveu diante do massacre ocorrido na Escola Raul Brasil, Suzano-SP, que resultou na morte de oito pessoas. Parte das estratégias colocadas em curso pelos atiradores foram discutidas na *Deep Web* (RYDLEWSKY, 2019). Quando essas informações começaram a ser problematizadas pelos meios de comunicação de massa, o Tribunal de Justiça de São Paulo transformou o inquérito investigativo em segredo de justiça.

O projeto interdisciplinar acompanhado durante a etnografia escolar, bem como as interações desenvolvidas com os demais interlocutores desta pesquisa, apontam a necessidade dos educadores desenvolverem processos formativos pautados no paradigma ético-estético-político. Nesta perspectiva, tendo por base as teorizações do campo da infoética, a dimensão ética é marcada pela reflexão dos valores, das leis, dos costumes, bem como da acelerada sociedade conectada que estamos vivendo no neoliberalismo pós-industrial. A dimensão estética aposta no desenvolvimento de outras habilidades, capazes de intervir nos fluxos e nos

¹⁰⁴ Conferir reportagem publicada no Jornal *Folha de São Paulo*. Versão digital disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/metro-de-sp-tera-vigilancia-com-reconhecimento-facial.shtml>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

modos de ser e fazer, provocando outros processos subjetivos, estes processuais e singularizantes. Já a dimensão política está focada na luta contra as formas de dominação – neocolonial, tecnológica e subjetiva – que se ocultam atrás dos sistemas informatizados e das telas dos dispositivos tecnológico (SEVERINO, 2017).

5 “LINHAS DE FUGA, BATALHAS E INDIGNAÇÃO POLÍTICA. UMA REVOLUÇÃO EM CURSO” – NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE AS SOCIABILIDADES JUVENIS NAS ‘QUEBRADAS’ DA ILHA DE SANTA CATARINA



“O Hip hop salvou minha vida e a de tantos! Longe dos holofotes, apenas os reais vivem para que a cultura permaneça viva e passe a diante o legado!”

MC Rever

A presente seção é uma espécie de convite ao leitor para um passeio junto com MC Rever e seus amigos da Batalha de *Rap* da Central, uma reunião de jovens, em sua maioria *rappers* – mas ao longo das observações foram identificados também adeptos ao rock, *reggae* e *punk* –, que acontece toda terça -feira em uma praça pública, ao lado de um parque no bairro Campeche, Sul da Ilha.

Assim, antes de conduzir os leitores às quebradas da Ilha de Santa Catarina é relevante ressaltar que, considerando a etnografia também uma forma de escrita, nestas notas, procuro seguir as pistas dos antropólogos Raphael Bispo (2010) e Rosana Pinheiro-Machado (2016) no esforço de aproximação e distanciamento dos sujeitos observados, considerando que tal movimento pode fornecer alguns indicadores para compreensão dos fenômenos complexos que me proponho a refletir neste trabalho.

Ao acompanhar o percurso de jovens estudantes, MCs, dançarinos do *break* e produtores de *rap*, constatei que o movimento Hip Hop da Ilha de Santa Catarina atua próximo de “uma rede de proteção social” que, além de contribuir na autoestima dos participantes, bem como no aprendizado sobre técnicas de produção musical, é responsável

por um profícuo debate sobre o cenário político atual, explicitando as contradições da sociedade brasileira.

Não se paga para participar do evento cultural, é aberto a todos. Os ônibus – linhas interbairros – vindos de áreas distantes – Caieira da Barra do Sul, Tapera, Armação, Lagoa da Conceição, Rio Vermelho – trazem os jovens ao Parque Pacuca e, com eles, muito movimento e burburinho. Mas a reunião também atrai os jovens moradores das comunidades próximas: Areias, Rio Tavares, Ribeirão da Ilha, Porto da Lagoa. As roupas largas, com seus acessórios, bem como tênis de cano alto, contrastam com os trajes *fitness* vestidos pelos moradores do bairro Campeche, que também circulam pela área para a prática desportiva.

5.1 UM ‘SER ESTRANHO’ NA ÁREA. QUAL É A SUA, MANO?

O relógio marcava 14:30 quando meu *smartphone* tocou, alertando que um novo recado chegara no aplicativo de conversas. Sob meus olhos saltava a imagem, seguida pela frase que abre esta seção. Rever, um dos Mestres de Cerimônia da Batalha da Central, jovem que vinha conversando nas últimas duas semanas via redes sociais, confirmava que o evento de *rap* iria acontecer naquela noite.

Combinamos de nos encontrar no local em que aconteceria a batalha, uma praça no bairro Campeche em frente ao Parque Pacuca, muito utilizado para a prática de esportes e exercício físico. Próximo do local existem alguns bares e lanchonetes, um estacionamento, além do Posto de Saúde do bairro.

Por volta de 19:00, cerca de 120 jovens – a maioria entre 14 e 18 anos – circulavam em pequenos grupos pela praça. Rever está atrasado, sentado em um banco de madeira, viro assunto em algumas rodas, onde integrantes falam alto e se movimentam sem parar de um lado para outro: “o que aquele ‘mano’ estranho está fazendo ali?” indaga um adolescente. “Será que ele vai ‘colar’ na batalha? Mas ele não tem cara de *Rapper*”. Outro moço comenta que o movimento despertou o interesse do ‘asfalto’, tem sido comum os ‘playboys’ aparecerem nas Batalhas de *Rap*, mas estes não têm compromisso algum com o movimento Hip Hop, estão ali apenas pela ‘zoeira’ e ‘pegação’ e isso tem causado muitos problemas para os organizadores MCs.

A situação fica mais tranquila com a chegada de L’Marx, jovem conhecido da cena Hip Hop de Florianópolis, que havia sido um dos meus principais informantes em outro

estudo etnográfico realizado¹⁰⁵. O abraço do MC seguido pelo comentário “vejam só quem resolveu voltar à ‘quebrada’, o misterioso detetive da universidade” representou simbolicamente algo próximo de um carimbo no passaporte do etnógrafo, que ainda buscava alternativas para se movimentar naquele território culturalmente estrangeiro para o pesquisador. A cena protagonizada pelo *Rapper* era acompanhada atentamente por parte dos jovens curiosos em desvendar o ‘ser estranho’ que havia se materializado, inesperadamente, na praça.

Sou apresentado para algumas pessoas próximas. Enquanto aguardo a chegada de Rever, converso com Mano Intruso, jovem que vem participando do movimento há seis meses. A forma como Mano chegou às batalhas é no mínimo curiosa. Relata-me que participa da Igreja Universal do Reino de Deus – um dos elementos decisivos para o ingresso na religião foi os cantos, bem como os louvores muito comuns nos cultos ecumênicos da igreja neopentecostal.

O jovem avança em sua narrativa, me afirmando que a instituição religiosa tem uma forma muito peculiar de expandir sua ramificação de atuação. Por exemplo, existe uma ponte na cidade – Barra da Lagoa – que nos últimos meses vem sendo palco de muitos suicídios. Então os “discípulos de Jesus” se revezam em escala próximo ao local. Caso uma pessoa resolva tentar o ato, o ‘enviado’ entra em ação, conversa com a pessoa, tenta entender o que está acontecendo, acolhe e oferece a igreja como uma alternativa para superar o momento difícil.

Foi desta forma que Intruso chegou à Batalha da Central. O pastor de sua igreja acreditava que era preciso resgatar aqueles jovens que estavam perdidos para o ‘Capeta’. Sendo assim, escalou Intruso para monitorar a área e verificar jovens em potencial para conversão. Todavia, algo inusitado, fora do ‘script ecumênico’ ocorreu. A batida, as rimas e as poesias declamadas atraíram o interesse de Intruso, que passou a gostar do ritmo. É preciso ressaltar que foi a música que atraiu o jovem para a igreja.

Mano Intruso vive um dilema: gosta de *rap*, mas também dos louvores declamados no púlpito de sua igreja. Revelou esta sua situação para sua mãe que, desde então, vive em pânico, insiste de forma enfática em levá-lo na ‘sessão de descarrego’. Ao longo das minhas conversas com o jovem, que se tornou algo rotineiro todas as terças-feiras, este me revelaria

¹⁰⁵ Estudante secundarista quando desencadeou a onda de ocupações de escolas e universidades em 2016, foi um dos líderes das ocupações ocorridas em Florianópolis. Leitores interessados em conferir as notas etnográficas construídas nas escolas e universidades ocupadas, conferir os artigos: “#Ocupar e resistir: estudantes catarinenses em defesa da escola pública” (REIS, 2017) e “Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo” (REIS; LINO; SARTORI, 2018b).

ainda outra situação: é homossexual. Questionado sobre como essa situação era tratada na igreja, afirmou que “a ordem é acolher a todos, Jesus nunca condenou ninguém por sua opção sexual”. Mas é outro trecho da fala do jovem que desperta minha atenção: afirmou que via redes sociais tem conversado com jovens evangélicos de várias regiões do país, simpáticos à causa da diversidade; estão discutindo a possibilidade de fundar o coletivo ‘juventude universal pela diversidade’.

Existem três elementos indispensáveis que constituem o sujeito ‘Mano Intruso’: é evangélico, *rapper* e gay. E não está no horizonte deste jovem abrir mão de uma dessas características. Sobre o lado mais tenso destas sociabilidades – vivenciadas na igreja –, o jovem demonstra disposição para se aliar a outros jovens evangélicos e tentar impulsionar uma nova dinâmica na instituição religiosa.

Tais mudanças já não causam grande estranheza para os jovens desta geração. Vivendo em um momento histórico em que o presencial e o virtual se imbricam constituindo-se uma mesma realidade, convivendo com famílias multirreligiosas, os jovens de hoje se movem com mais familiaridade em um jogo menos previsível de percursos e combinações, bem como ampliam o repertório de trajetórias religiosas possíveis. (NOVAES, 2018, p. 353).

Obviamente que todas essas interações sociais vivenciadas por Mano Intruso são atravessadas de dilemas e tensões. Alguns integrantes do movimento Hip Hop demonstram perplexidade diante de um *Rapper* evangélico na Batalha, tendo em vista que uma das funções do *rap* é exatamente questionar, desestabilizar o que está naturalizado pela sociedade. Esta é a posição de Kaká, ressaltou o jovem em conversa reservada comigo, que, se na década passada, os meios de comunicação de massa eram a grande fonte de alienação da sociedade, atualmente as igrejas evangélicas ocuparam tal posto, especialmente nas ‘quebradas’.

Neste trabalho, recorro às análises da antropóloga Regina Novaes (2006) para afirmar que as categorias morros, quebradas e periferia que irão surgir nas narrativas dos jovens observados não são utilizadas no sentido estrito geográfico, mas como categorias construídas socialmente. Sobretudo no movimento Hip Hop, os jovens se apropriaram destes conceitos surgidos inicialmente nas comunidades em situação de vulnerabilidade social e risco: periferia (São Paulo), Favela (Rio de Janeiro), Morro (Porto Alegre).

Diante do exposto, a partir das análises das narrativas e observações realizadas com os jovens em Florianópolis, é possível afirmar que a categoria ‘quebrada’ trata-se de uma construção social para se referir às áreas aonde os serviços públicos chegam de forma precária. Todavia, estes sujeitos não utilizam essa palavra como um estigma. O movimento

cultural tenta atrelar novos significados políticos ao termo e também tenta exaltar a cultura efervescente que emerge nestes territórios.

O *Rap* (com seus DJs e MCs), o break e o grafite compõem a trilogia de um fenômeno social que é chamado, pelos próprios participantes, de movimento, ou cultura hip hop. O hip hop não é um movimento orgânico que produz grupos homogêneos. Ao contrário, existem várias correntes, linhas e ênfases que diferenciam o *rap* feito em países, cidades, bairros e grupos específicos. A circulação de bens culturais, como se sabe, não se faz nunca em uma direção unilateral. Cada manifestação de *rap* é um resultado singular do encontro de elementos da cultura local com informações globais. (NOVAES, 2006, p. 116).

MC Maná (17 anos), uma das organizadoras do evento que ocorre todas as terças-feiras, me explica que as Batalhas de *Rap* incluíram o quinto pilar – conhecimento – que, ao lado do Mestre de Cerimônia, do DJ, do *break* (dança de rua) e do grafite, compõe o movimento Hip Hop de Florianópolis. O horário avança, o número de jovens aumenta, chegam também algumas pessoas não tão jovens, o que Maná classifica como “a velha guarda do *Rap* de Floripa”. Rever não chegou, a jovem avisa-me que terá que conduzir a batalha nesta noite.

5.2 AS BATALHAS DE *RAP*

Dani Black, um dos jovens que acompanhei na escola durante o percurso etnográfico realizado em 2018, que naquela noite aguardava ansiosamente o início do evento, me explica que as batalhas têm como prelúdio os duelos [jogos] de rimas que acontecia nos guetos. Enquanto aguardava na fila do SINE¹⁰⁶, “a galera colava na rima improvisada, [fazendo] uma reflexão sobre o drama vivido diariamente”.

Sobre o formato atual que acontece nos espaços públicos de Florianópolis, o adolescente me informa que o evento nasceu pela resistência, uma forma de protesto diante da inexistência de cultura aberta [pública] para a juventude na cidade. Neste sentido, Dani Black vê as batalhas como o principal difusor cultural para juventude pobre: “as poesias e as rimas passam muito pela contestação política e o descaso com o povo da quebrada, sabe!”.

Com a ausência de Rever, Maná toma a liderança da organização e faz a lista dos MCs dispostos ao confronto de rimas na noite de hoje. As Batalhas de *Rap* são divididas em três grandes momentos: batalha de conhecimento, momento de declamação de poesias e batalha

¹⁰⁶ Agência do Sistema Nacional de Empregos.

de sangue. Entre a sequência de duelos, também é comum rolar alguma apresentação de *beatbox*, *freestyle* ou *break*.

Nas batalhas de conhecimento, os temas são escolhidos pelo público presente. Aprovada a temática que deve conduzir o jogo de rimas, os dois MCs têm 40 segundos para preparar seus versos. Dani me explica que um MC precisa pensar em muitas linhas de fuga. Revelou-me também que, em casa, ele esquematiza um tema em sua mente, na sequência ensaia várias possibilidades de improviso em frente ao espelho. Às vezes treina com seus amigos internautas fazendo uma espécie de aquecimento pelo *Skype*, só depois ele encara a batalha em praça pública. Ao ser questionado se iria enfrentar o duelo esta noite, disparou: “Mano, cantar *rap* nunca foi pra homem fraco. Saber a hora é pra homem sábio”. Por meio de um trecho da música ‘Sucrilhos’, do *Rapper* paulista Criolo, o jovem me revelara que hoje estava ali só para observar.

O confronto entre dois MCs participantes ocorre em uma sequência de três *rounds* de 30 segundos. Após o confronto de versos e rimas, o público presente escolhe o participante que desenvolveu melhor a ideia e fez a melhor performance. Dependendo do número de inscritos, pode haver oitavas, quartas e semifinal antes do grande ápice da noite – o confronto final.

Nas batalhas de sangue o tema é livre, um MC inicia a declamação das estrofes, que pode ser acompanhada por um DJ ou sequência de *beatbox*. O oponente precisa responder ou dar continuidade ao conteúdo abordado pelo colega que iniciou o duelo. Muitas vezes, na tentativa de chocar ou denunciar a opressão que o povo negro vive nas ‘quebradas’, palavras entram nas estrofes, o que é proibido nas batalhas de conhecimento.

O *rap* cultiva uma sensibilidade justiceira, ao denunciar situações de injustiça, para anunciar outros futuros. As palavras soletadas são recuperadas de uma semiótica de rua, transgressiva por natureza, palavras encavalitadas em palavras para melhor insultar, atingir, provocar. Palavras que são voz de consciência, que se vestem de queixumes, que se revestem de revolta. Voz singular (a de vocalista) que contagia, que se transforma num coletivo (nós, os do movimento) que se insurge contra eles (que não nos entendem). (PAIS, 2006, p. 13).

“Ser *Rapper* é uma responsabilidade social”, o movimento é a voz da periferia. Por meio do ritmo e poesia, o cantor/compositor transmite as suas vivências. A partir desta definição, Kaká considera inusitado o interesse dos ‘playboys do asfalto’ em aderir ao movimento. “Qual é a vivência que esses caras têm? Dormir todas as noites na sua confortável cama box?” Para o MC, há diferenças significativas entre o jovem preto que mora

nas quebradas e o jovem branco de classe média que mora no asfalto, este não é perseguido pela polícia por conta da sua cor, ou pela localização do seu domicílio.

“Mano, eu sou um ser político quando eu acordo e percebo que ainda estou vivo nesta cidade, saca? Onde a polícia tem permissão para caçar e exterminar o preto. Quando eu chego na praia, ‘bixu’[irmão], eu sou um ser político”. Neste sentido, Kaká acredita que a batalha é um importante espaço de reflexão e formação política; é também um ambiente de sociabilização que consegue reunir os jovens das quebradas, a pessoa em situação de rua, o estudante de classe média e também o playboy branco, “afinal, não há como delimitar quem pode participar das batalhas sacou?”.

Acredita que, mesmo que a sociedade permaneça calada diante das atrocidades colocadas em curso pelo atual governo, consegue vislumbrar uma revolução silenciosa em movimento ganhando fôlego. “Semana passada deram 80 tiros no carro do músico lá no Rio [Evaldo Rosa. Na ação protagonizada pelo Exército, o catador de recicláveis, Luciano Macedo, também morreu]. Ontem [a Polícia Militar] matou dois [jovens] na Costeira”¹⁰⁷. Embora não consiga enxergar quais vivências o ‘playboy branco’ poderia transformar em letra de *Rap*, avalia como positivas as diferentes tribos que circulam pelas Batalhas. Afirma que mesmo o jovem morador do metro quadrado mais caro de Florianópolis não tem perspectiva de emprego, de universidade pública, já que o atual governo declarou guerra ao conhecimento e à ciência. Ressalta ainda que o jovem, independentemente da classe, está condenado a um futuro de incertezas; direitos como habitação e aposentadoria serão lembranças de um passado nostálgico: “a hora que todos tiverem clareza da sua condição precária nessa sociedade, o levante popular entrará em ação, ‘bixu’, e o *Rap* dará a tônica da revolução”.

5.3 “O HIP HOP É ISSO, É EMPODERAMENTO, É ATITUDE!”

A hora estava bastante avançada – passava das 23:00 – quando Rever chegou à praça, o perfil de quem circulava no local tinha alterado significativamente desde que cheguei ao local. Os adolescentes menores de idade tinham retornado quase todos às suas residências, enquanto outros jovens “de diferentes tribos” surgiam, muitos carregando garrafas de bebidas alcoólicas. A Batalha de *Rap* saía de cena para dar lugar a algo que pode ser descrito como uma grande discoteca a céu aberto.

¹⁰⁷ Comunidade erguida sob a encosta do bairro Carianos.

Rever me cumprimenta e se desculpa pelo furo. Com os olhos cheios de lágrimas, informou-me que passou por um imprevisto atípico em casa; sua mãe sofrera um acidente de trabalho. Percebi que ele não queria dar detalhes do acontecido, informou ainda que só aparecera porque havia combinado antecipadamente comigo.

Ao observar um grande número de jovens – com mais de 18 anos – circulando no local, bebendo e compartilhando bebida alcoólica, desabafou: “tem muita gente que está aqui pela zoeira e curtidão, não tem compromisso algum com as causas do movimento”. Explicou-me que o *rap* entrou na sua vida quando ainda era criança, aos 11 anos de idade [hoje tem 20], entrou no movimento por meio do *break* (dança de rua), considera que foi uma porta de entrada para muito conhecimento e sabedoria.

A partir disso começou a ouvir *rap*, buscar os grupos nacionais e o primeiro que o impactou foi o Grupo Facção Central. Relembra que, nessa época, a música “Eu Não Pedi Pra Nascer” [Facção Central] tocava em todos os cantos do seu bairro. Enquanto ouvia as estrofes, refletia a similaridade da letra com o que observava nas ‘ruelas’ da sua comunidade. Sentado ao meu lado em um banco, tentou cantar parte da letra:

*Minha mão pequena bate no vidro do carro
no braço se destacam as queimaduras de cigarro
A chuva forte ensopa a camisa, o short
qualquer dia a pneumonia me faz tossir até a morte
Uma moeda, um passe me livram do inferno
me faz chegar em casa e não apanhar de fio de ferro.
(DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 09/04/2019).*

Trago à tona a frase que escreveu no aplicativo de conversa em mensagem enviada ao meu celular no início da tarde [a que abre este capítulo, ver página 139]. Afirma que hoje em dia, as “pessoas têm um pensamento muito igual, saca? Muito maquinizado!”. Acredita que o Hip Hop instiga as pessoas a refletirem para além da bolha. “Então, o Hip Hop é isso, é empoderamento, é atitude!”

Começou a frequentar as Batalhas de *Rap* quando estudava no centro da cidade, no Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina, período em que iniciou a Batalha da Alfândega – primeiro movimento de *rap* na ilha. “Comecei a colar ali e fiquei fascinado” Tenta colocar em suas letras tudo que sente, faz questão de ressaltar que “antes de MC, antes de *Rapper*, eu sou acima de tudo poeta!”.

Questiono ao jovem qual a diferença entre MC e *Rapper*. Rever me esclarece que é a forma, bem como a atitude de como o cantor se apresenta: “o MC [Mestre de Cerimônia] é o

agitador, apresentador do evento; já o *Rapper* se preocupa mais com as composições, mandar bem nas rimas”. Ressalta que todo MC pode ser *Rapper*, mas nem todo *Rapper* é MC, “o Mestre de Cerimônia é o organizador da parada, saca? Ele pode cantar, pode eventualmente compor, mas sua função principal é fazer o evento bombar”.

Relembra que quando os jovens começaram a descer o Maciço do Morro da Cruz [conjunto de comunidades em situação de vulnerabilidade na região central da ilha] para ocupar o Largo da Alfândega, o MC surgiu na cena do Hip Hop como “o mestre que regia o evento enquanto o DJ tocava o som”. Avalia que, na contemporaneidade, existem muitos *Rappers*, mas poucos MCs: “são realmente poucos os que conseguem orquestrar na batida sincronizada, junto com o DJ”.

Com relação ao preconceito que parte da sociedade tem em relação ao movimento, afirma que já presenciou diversas represálias protagonizadas pela PM. “Chegavam lá pedindo o alvará da prefeitura”. Foi quando o movimento atentou para o Art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988). “Agora chegam lá [Batalha da Alfândega] reclamando que tem menor bebendo.”

Cara, é um movimento cultural livre, de pessoas que se reúnem em uma praça, como é que eu vou falar para um jovem, você é menor de idade, você não pode beber, você não pode estar aqui? O problema de quem bebe não é nosso, é do Estado. Então eles colocam esses problemas nas nossas costas e geralmente quem é o organizador não aguenta muito tempo por conta da pressão, então acaba tendo uma rotatividade muito grande dos MCs organizadores [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 09/04/2019).

Relata que uma semana após a eleição de 2018 a Polícia Militar apareceu novamente na Batalha da Alfandega [evento que ocorre toda quinta- feira] e tinha uns caras que estavam bêbados; estes acabaram jogando garrafas de bebida nos policiais. Diante de tal panorama, Rever aponta dois problemas: “por um lado, tem um povo que cola e que não se conscientiza, outra parte vem para batalha apenas por conta do ‘auê’, esquecendo dos elementos básicos que compõem a cultura Hip Hop”.

Um debate que eu tenho procurado estabelecer é o seguinte, se você vem na batalha apenas pela diversão, tudo bem, mas fica tranquilo no seu canto, sacou? Não fica usando drogas ilícitas em público, por que a polícia pode vir por conta do seu cheiro. Às vezes tá passando um senhor por ali, e ele pode não gostar do cheiro. Então não cola, bebe em outro local, vai em

outra praça! Situações como essa acabam com o movimento [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 04/04/2019).

Enquanto caminhávamos para uma das lanchonetes próxima à praça, pergunto sobre o futuro. Afirma que seu maior sonho é produzir um filme em escala nacional, que retrate a realidade do povo oprimido das ‘quebradas’, mas não imagina algo como “Cidade de Deus”, produção cinematográfica que considera maquiada e distante da realidade. Sua inspiração é Glauber Rocha. A afirmação que acabara de ouvir me deixara estupefato [as alegorias do cineasta foram objeto de reflexão na seção anterior, conferir página 113].

Trago ao debate *Terra em Transe* [clássico lançado em 1967]. O jovem relaciona muitos elementos do filme com a atualidade, sobretudo com o cenário político, bem como a polarização instaurada na sociedade entre direita e esquerda. Nas alegorias que pretende roteirizar para retratar as contradições da sociedade atual, acredita que os algoritmos poderiam substituir o Jornal de Júlio Fuentes [uma das críticas de *Terra em Transe*]. Ressalta que é preciso muito estudo para entender as assimetrias de poder na contemporaneidade.

Enquanto lanchávamos, relembra uma situação vivenciada no ônibus duas semanas antes. Passando por uma das vias do centro da cidade, comentou com seu colega que sentava ao lado, sobre uma roupa que viu na vitrine de uma loja, ficaram discutindo o quanto era maneira, descolada. “Cara, quando eu cheguei em casa e acessei o *Facebook*, a publicidade daquela roupa estava lá”.

Ao perceber meu interesse pela temática vigilância nas redes, revela-me que é um dos organizadores da “CripTainha”, um festival que vem sendo planejado e acontecerá na cidade, possivelmente no primeiro sábado de julho, inspirado nas “CriptoFestas”. Trata-se de um evento que mistura cultura, discussão sobre os dilemas éticos da rede, bem como formação de “mídia-ativistas” independentes.

As CriptoFestas surgiram inicialmente na Austrália em 2011 em protesto contra o autoritarismo do governo, que conseguiu aprovar no parlamento um projeto polêmico que colocou em xeque a privacidade dos internautas¹⁰⁸. Isso se difundiu pelo mundo todo, no Brasil são eventos abertos e independentes onde a tecnologia é debatida como algo indissociável da política. Nas CriptoFestas debatemos política e fazemos tecnologia, e também fazemos tecnologia e debatemos política, tudo ao mesmo tempo, na prática. São temas comuns nestes eventos a proteção contra a vigilância, software e hardware livres, questões de gênero na tecnologia, mídia alternativa, formas holísticas de se pensar a nossa segurança, enfim... Com

¹⁰⁸ Uma excelente reflexão sobre os bastidores, bem como os desdobramentos da emenda constitucional que o Governo Australiano conseguiu aprovar no parlamento, é referenciada na série produzida pela Netflix ‘Secret City’.

a Criptainha queremos construir um encontro aberto e divertido para a troca de experiências sobre estes assuntos. Nosso interesse é montar uma rede de resistência para os tempos difíceis que se aproximam [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 04/04/2019).

Ao me mostrar a prévia da programação, o caráter acadêmico do evento foi o que mais me impressionou. Na programação havia palestras com objetivo de discutir as últimas publicações de Fernanda Bruno¹⁰⁹ (UFRJ) e Shoshana Zuboff¹¹⁰ (Harvard), mas também oficinas práticas de Mídia-Ativismo, defesa pessoal, técnicas de como reagir à truculência policial, além de rodas de capoeira e Hip Hop. Rever, assim como outros jovens que venho acompanhando nas Batalhas de *Rap*, faz múltiplas coisas ao mesmo tempo, se envolve na causa de vários coletivos, tem vários ‘bicos’ para complementação da renda. A forma como se apresenta em sua página do *Facebook* nos fornece um panorama da relação que os jovens estabelecem com o mundo do trabalho na era da ubiquidade. Na descrição aparece: MC, improvisador, produtor audiovisual, fotógrafo, *doodleartista*, poeta, *beatmaker*, *rapper* e pichador. Está estudando para o vestibular, pretende ingressar no curso de cinema da UFSC. É conhecido na cena Hip Hop da cidade, consegue ganhar algum dinheiro com shows e eventos, mas precisa esporadicamente trabalhar como ‘motoboy’ entregando lanches para complementar a renda.

Ainda sobre o cenário político no Brasil, comenta que, ao ouvir o relato de pessoas mais velhas de como era o país na década de 90 do século XX, acredita que a sociedade brasileira “está em marcha ré. As pessoas estão voltando a ter medo de andar à noite, as mulheres voltaram a se sentir inseguras, porque agora o playboy pode andar armado”. Todavia, “o que mais assusta é a violência nas comunidades, protagonizada por policiais desde que o resultado das eleições presidenciais de 2018 foi proclamado”.

Como já identificado em diversas pesquisas empíricas lideradas por Gilberto Velho, a violência urbana é na contemporaneidade um dos maiores desafios às políticas públicas no Brasil. Sendo a Antropologia Urbana um campo de reflexão que sempre acompanhou as minorias despossuídas e dominadas em todos os sentidos – pobres, favelados, desviantes, pessoas em situação de rua – torna-se interessante acompanhar como a juventude reage diante deste fenômeno complexo.

¹⁰⁹ Livro *Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da margem* (BRUNO, 2018).

¹¹⁰ Artigo “Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação” (ZUBOFF, 2018).

A vida nas grandes cidades vem sendo marcada por um assustador aumento da violência intra e interclasses. Sem dúvida, esse é um dos problemas mais graves que atingem a sociedade brasileira, associado à desigualdade e à dificuldade de comunicação e diálogo entre diferentes seguimentos sociais. Trata-se de uma crise social cultural. Por isso mesmo é importante acompanhar situações e casos de interação social construtiva e pacífica, com todas as suas ambiguidades e contradições, para pensarmos nos rumos e nas perspectivas dessa sociedade. As juventudes, com sua heterogeneidade e dinamismo, com novos tipos de projetos e trajetórias devem ser acompanhadas com cuidado e atenção. Essas combinações e sincretismos, de algum modo originais, certamente podem nos ajudar a pensar melhor sobre os problemas teóricos e concretos da vida social. (VELHO, 2006, p. 199-200).

Em nível de América Latina, estudo realizado pelos pesquisadores Humberto Soto e Daniela Trucco apontam que os índices de violência na região superam os dos países do Oriente Médio que estão envolvidos em conflitos de guerra civil. Observa-se nos países latinos “una violencia extrema em la sociedad civil, al punto de convertirse en la zona con la mayor tasa de homicídios del mundo. La violencia es la principal causa de muerte entre los jóvenes” (2015, p. 116).

Na cidade de Florianópolis, de fato, desde o início de 2019, os meios de comunicação de massa têm repercutido intensamente as mortes decorridas das operações policiais nas ‘quebradas’ da área central do município, em especial nas comunidades: Morro da Mariquinha, Morro Da Queimada e Mont Serrat. Diante da truculência instaurada nestas áreas, consideradas pelas autoridades como em situação de vulnerabilidade social e risco, as lideranças comunitárias colocaram em curso uma série de atos para denunciar o racismo institucional da Polícia Militar de Santa Catarina.

A morte de Vitor Henrique Xavier Silva Santos, jovem negro de 19 anos, sem antecedentes criminais – executado com cinco tiros dentro da sua casa pela PM em 18 de abril de 2019 – inflamou ainda mais o debate que já vinha ocorrendo nestas regiões. Os moradores se mobilizaram e desceram o morro para uma grande “Marcha contra a violência policial, em defesa dos direitos e pela democracia”, o primeiro de uma sequência de grandes atos que a cidade de Florianópolis vivenciou nos três meses subsequentes.

5.4 TRÊS MESES ATÍPICOS DE INTENSAS MOBILIZAÇÕES, NARRATIVAS EM DISPUTA SOBRE OS DIREITOS, GREVES E O PERCURSO ETNOGRÁFICO SEGUE NAS RUAS...

Desde a proclamação do resultado das eleições presidenciais de 2018, a comunidade educacional tem assistido, perplexa, às declarações do novo mandatário brasileiro no que se refere ao futuro das políticas públicas relacionadas à educação. Propostas como ‘Escola Sem Partido’, ensino domiciliar, combate a um suposto marxismo cultural, bem como uma suposta

ditadura intelectual de esquerda predominante nas universidades federais, têm sido propagadas pelo agora Presidente da República – Jair Messias Bolsonaro – e seus assessores nas redes sociais digitais, bem como em algumas entrevistas veiculadas na mídia tradicional.

O estopim da tensão gestada nos primeiros meses do novo Governo ocorre dia 29 de abril, quando Abraham Weintraub – segundo Ministro da Educação do governo Bolsonaro – afirmou, em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo¹¹¹, que cortaria 30% das dotações orçamentárias anuais de três universidades – UnB, UFF e UFBA – por estarem promovendo balbúrdia em ambientes educacionais. Como exemplo de situações inapropriadas para uma instituição universitária, o Ministro apontou ‘Sem Terras’ e ‘pessoas peladas’ correndo pelo campus universitário.

Algumas universidades ficaram sabendo do bloqueio orçamentário pela imprensa. Quando alguns parlamentares ameaçaram denunciar o Ministro por improbidade administrativa, este estendeu o contingenciamento a todas as instituições federais de ensino. Em Santa Catarina, a medida colocou em risco o funcionamento da Universidade Federal de Santa Catarina, que teve 35% das despesas discricionárias – utilizadas, por exemplo, para pagar água e luz – bloqueadas. No Instituto Federal de Santa Catarina, o corte atingiu R\$ 23 milhões dos 78 milhões previstos no orçamento anual. Já no Instituto Federal Catarinense o orçamento sofreu um contingenciamento de 30%.

Na cidade de Florianópolis, o anúncio do bloqueio orçamentário nas três instituições de ensino federal – UFSC, IFSC e IFC – ocorre concomitante ao envio de um Projeto de Lei de autoria do Governo Estadual à Assembleia Legislativa, que pretendia reduzir em 10% o repasse de recursos via duodécimo à Universidade do Estado de Santa Catarina¹¹². Tais fatos colocaram em curso uma série de atos protagonizados por jovens estudantes, na tentativa de mostrar à sociedade a ‘verdadeira balbúrdia’ que estava sendo produzida nestas instituições – produção científica e tecnológica de vanguarda, ações extensionistas em comunidades vulneráveis, além das atividades de ensino reconhecidas internacionalmente por sua qualidade.

A fala do Ministro da Educação veio a público quatro dias após a grande marcha organizada por moradores de áreas em situação de vulnerabilidade social que tomaram as ruas

¹¹¹ A versão digital da reportagem pode ser conferida em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 22 maio 2019.

¹¹² A UDESC recebe 2,49% da receita líquida do Estado. Trata-se de um repasse mensal previsto em lei, o que garante a autonomia didática, administrativa e financeira da universidade. Este percentual é definido durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Atualmente, no Brasil, somente em Santa Catarina e São Paulo o governo estadual repassa os valores neste formato às universidades estaduais.

do centro da capital, exigindo o fim da política de extermínio do povo negro protagonizada pela Polícia Militar catarinense. Antes deste grande ato, uma série de mobilizações já havia ocorrido nestas comunidades, inclusive com ampla repercussão nos meios de comunicação de massa.

Registro da Marcha contra a violência policial



Foto: Luna Mariah Zunino

Zero - Jornal Laboratório do curso de jornalismo da UFSC. Ano 38, n. 01.

Tais ações ganharam novas ‘linhas de fuga’ quando os estudantes entraram em cena, inicialmente motivados pelos cortes anunciados pelo MEC e Governo do Estado de Santa Catarina. Mas é digno de registro que parte destes jovens já estava envolvida nas mobilizações que estavam ocorrendo nas ‘quebradas’ de Florianópolis, bem como na organização da marcha ocorrida em 25/04 em frente à Catedral. Neste sentido, o movimento estudantil institucionalizado apostou na tática de juntar forças, tendo em vista que uma parte da população já estava nas ruas protestando contra o descaso das autoridades estaduais.

No momento que houve acordo de todas as partes – lideranças comunitárias, movimento estudantil, movimento sindical, sociedade civil organizada – para construção de um grande ato unificado em defesa das políticas públicas, programado para acontecer em 15/05, as entidades estudantis solicitaram uma reunião com todas as categorias envolvidas para debater e aprovar em assembleia como a manifestação ocorreria. Isso devido a algumas experiências traumáticas vivenciadas ao longo de 2016 – especialmente o conflito entre estudantes e movimento sindical durante o Ocupa MinC¹¹³.

¹¹³ Ocupação em Defesa do Ministério da Cultura.

Após uma ampla discussão ocorrida na sede do SINTE¹¹⁴ no dia 07/05/2019, registrou-se, em ata, cada passo que seria colocado em curso no grande protesto que aconteceria em 15/05. Os estudantes enfatizaram a problemática em torno dos trios elétricos das centrais sindicais “com os discursos intermináveis, totalmente distantes da realidade, protagonizados pelos sindicalistas de carreira”, defenderam outras táticas, “o diálogo simples e direto com a população” do chão, em pé de igualdade.

Como as lideranças comunitárias acompanharam os estudantes em praticamente todos os pontos de votação, algo inédito emergia na cidade: “o povo das quebradas desceria até o asfalto” para uma manifestação que seria comandada pelos estudantes, o movimento sindical participaria, mas do chão, sem “ditar as regras” – como me revelou uma liderança do movimento estudantil.

Diante da ata redigida e aprovada, a semana seguiu com as partes envolvidas na organização tentando mobilizar suas categorias. No Instituto Federal de Santa Catarina (REGISTRO 01) os estudantes, reunidos em assembleia, consideraram essencial estabelecer um diálogo transparente com a sociedade. Se em 2016, parte daqueles estudantes havia deliberado por ocupar a instituição de ensino em protesto às medidas autoritárias do poder executivo federal, a conjuntura atual exigia colocar a escola na rua: “enquanto o bloqueio orçamentário não for resolvido, uma vez por semana, vamos caminhar até a escadaria da Catedral Metropolitana de Florianópolis e vamos oferecer à população uma aula pública”. Este foi o principal consenso estabelecido entre os estudantes que lotavam o Ginásio de Esportes.

Registro 01 - Assembleia estudantil do IFSC – Campus Florianópolis – discute os cortes no orçamento



Acervo do autor – Florianópolis – 10/05/2019.

Além de traçar estratégias em longo prazo para tentar reverter os ataques ao orçamento anunciados pelo Governo Federal, estudantes consideraram essencial aderir ao ato unificado, programado para ocorrer na cidade – 15/05/2019 –, que aconteceria na semana seguinte:

¹¹⁴ Sindicato dos Trabalhadores Estaduais da Educação. O local escolhido foi por conta do amplo auditório.

Ao invés de fechar a instituição, vamos colocá-la a disposição da sociedade, vamos receber a comunidade externa com eventos culturais, vamos organizar uma amostra dos projetos de extensão e pesquisas que são desenvolvidos aqui. Neste momento, torna-se urgente mostrar a relevância desta escola para a cidade [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Estudante de Ensino Médio, 17 ANOS).

Precisamos trazer professores e técnicos para essa luta, que é a manutenção do direito à educação. Acho essencial que uma vez por semana, ocorra uma grande aula pública na praça. O Professor bate o ponto, mas vai ministrar a aula lá na frente da escola [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Estudante de Especialização Tecnológica, 23 ANOS).

Gente, a mídia vive dizendo que, o que foi contingenciado é uma verba que o Reitor pode gastar como ele bem entender. Mas na verdade trata-se de coisas básicas como pagamento de água, luz e terceirizados que garante a limpeza da escola. Pergunto a vocês: É possível uma escola deste tamanho, com mais de 14.000 alunos funcionar sem água e luz? A sociedade precisa ser esclarecida do que está acontecendo [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Líder do Grêmio Estudantil, 18 ANOS).

Estamos em uma instituição de educação profissional, as aulas práticas sempre foram o diferencial. É isso que faz os IFs serem reconhecido na sociedade. Esse bloqueio está inviabilizando os insumos necessários para as aulas práticas. A rede vai voltar a ter apenas aulas teóricas? Em uma escola de ensino profissionalizante? [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Estudante de Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia, 25 ANOS).

Na UDESC, além do polêmico projeto de lei enviado ao legislativo estadual para reduzir os recursos que o Governo repassava à universidade, juntava-se o fato de que a FAPESC¹¹⁵, desde janeiro, vinha atrasando o pagamento das bolsas de Mestrado e Doutorado. Junto a essa tensão, a CAPES¹¹⁶ anunciou o bloqueio de bolsas ociosas – quando um estudante defende a tese ou dissertação e o programa espera outro candidato ser aprovado em processo seletivo – em alguns programas de Pós-Graduação. Com o fato inédito, pós-graduandos recém-aprovados nas primeiras colocações, e que haviam largado o emprego para se dedicar integralmente ao doutorado, ficaram sem bolsa.

Defesa da autonomia universitária, pelo fortalecimento da pós-graduação e do desenvolvimento científico e tecnológico foram as principais bandeiras que os estudantes levaram para a rua (REGISTRO 02). Neste dia, de acordo com as estatísticas oficiais¹¹⁷, ao menos 30.000 pessoas saíram às ruas de Florianópolis em defesa da educação e das políticas públicas.

¹¹⁵ Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina.

¹¹⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹¹⁷ Polícia Militar de Santa Catarina.

Nas três principais instituições de ensino da cidade – IFSC, UFSC e UDESC –, o dia iniciou com palestras e oficinas (REGISTRO 03) sobre políticas públicas, bem como a finalidade do orçamento público. A partir das 13:00 os estudantes iniciaram a marcha que seguiria até a Catedral Metropolitana de Florianópolis, onde estava programada uma aula pública sobre o direito à educação.

Registro 02 - Estudantes da UDESC protestam contra o Projeto de Lei enviado a Assembleia Legislativa que reduz em 10% o orçamento da Universidade



Acervo fotográfico do Jornalista Rubens Lopes – 15/05/2019 – cedido ao pesquisador para fins acadêmicos.

Registro 03 - Estudantes do Centro de Ciências da Saúde e usuários do Hospital Universitário da UFSC se manifestam contra o bloqueio anunciado pelo Governo Federal



Acervo fotográfico de Rodrigo Otávio Moretti Pires – 15/05/2019 – cedido ao pesquisador para fins acadêmicos.

Até a chegada dos estudantes no Largo da Catedral, tudo seguia conforme o planejamento aprovado na reunião de 07/05. Os estudantes da UFSC se somaram aos da UDESC na altura do Shopping Iguatemi e seguiram em caminhada por mais cinco quilômetros na Avenida Beira-Mar Norte. Quando a multidão chegou à Avenida Mauro Ramos, se juntaram à passeata os estudantes do IFSC, bem como os moradores das comunidades: Morro da Queimada, Mont Serrat e Morro da Mariquinha.

Nas escadarias da Catedral, já estavam aguardando os estudantes da UNISUL¹¹⁸ e outros discentes do Instituto Estadual de Educação. O planejamento previa uma atividade pedagógica. Na sequência, a passeata seguiria percorrendo as principais ruas da região central, finalizando em frente ao Terminal de Integração de Florianópolis, a fim de que os estudantes pudessem retornar em segurança para suas residências, tendo em vista a participação massiva de estudantes menores de idade no ato.

¹¹⁸ Universidade do Sul de Santa Catarina.

A aula pública já estava em curso quando o movimento sindical chegou ao Largo da Catedral, sob o comando de um trio elétrico, desrespeitando o que estava registrado em ata na reunião preparatória. Os principais sindicatos da cidade haviam se concentrado primeiramente na Praça Tancredo Neves, para discutir a Greve Geral programada para ocorrer em 14/06. Ao se depararem com a multidão (REGISTRO 04), resolveram mudar o percurso da passeata, “vamos à Assembleia Legislativa de Santa Catarina dar um recado ao Governador Carlos Moisés”, gritava um dos oradores. Neste momento iniciou um confronto intenso via aplicativo de conversas entre as lideranças envolvidas na organização do ato. Representantes da UNE¹¹⁹ e UBES¹²⁰ consideravam uma total falta de sensibilidade dos sindicalistas aquelas palavras de ordem sendo proferidas enquanto a população presente acompanhava a aula ministrada nas escadarias da Catedral.

O confronto de acusação seguia via redes sociais, enquanto, na praça, uma docente do Instituto Federal de Santa Catarina ministrava a aula pública que tinha como tema “educação, um direito constitucional”. Afirmava a profissional que “o capítulo III da Carta Magna de 1988 destinou nove artigos para tratar do assunto” – Art. 205: direito à educação; Art. 206: os princípios do ensino; Art. 207: autonomia universitária; Art. 208: a responsabilidade do Estado em prover a educação; Art. 210: os conteúdos mínimos do currículo de cada etapa do percurso educacional; Art. 211: a corresponsabilidade da gestão do ensino entre União, Estados e Municípios; Art. 212: percentuais orçamentários mínimos a serem investidos na educação; Art. 213: gestão dos recursos públicos; Art. 214: diretrizes gerais a serem observadas nas elaborações dos Planos Nacionais de Educação – cada um desses artigos fora objeto de reflexão na exposição da docente. Como muito bem analisa o pesquisador Daniel Cara, o direito à educação é constitutivo da condição humana, é a educação que permite o indivíduo apropriar-se da cultura.

A educação se concretiza por meio de processos educativos, sistematizados ou não, que se dão em diferentes espaços da vida cotidiana. A escola é a instituição criada com o objetivo de socializar saberes e conhecimentos historicamente acumulados, mas também de construir outros. Assim, ela tem o papel de criar condições para os (as) estudantes se apropriarem da cultura, até mesmo reinventando-a. Nesse sentido, o aprendizado é a apropriação individual da cultura ensinada, ao passo que o ensino é o trabalho das educadoras e dos educadores para facilitar a aprendizagem dos (as) estudantes. (CARA, 2019, p. 26).

¹¹⁹ União Nacional dos Estudantes.

¹²⁰ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Na reta final da aula pública, a exposição da docente ficou comprometida diante das palavras de ordem intensificadas no trio elétrico dos sindicalistas. Em um determinado momento, o orador do carro de som convocou os presentes para seguirem rumo à ALESC. Neste momento ficou evidente o racha das categorias. Análise realizada da Polícia Militar que monitorava os acontecimentos mostrou que aproximadamente 3.000 pessoas seguiram rumo ao parlamento estadual e cerca de 27.000 permaneceram no local aguardando a finalização da atividade pedagógica. Em seguida, continuariam pelo lado oposto: adentraram a Rua Felipe Schmidt rumo à área comercial da cidade, onde circula um grande número de pessoas.

Registro 04 - População de Florianópolis acompanhando aula pública sobre o direito à educação



Acervo do Jornalista Gabriel Luís Rosa – 15/05/2019 – cedido ao pesquisador para fins acadêmicos.

Ao final do ato, os estudantes convocaram uma nova manifestação para o dia 30/05, e aumentou ainda mais a tensão instaurada entre os líderes que estavam à frente da mobilização. O movimento sindical defendia reunir todas as forças para Greve Geral (14/06), que já vinha sendo debatida há alguns meses, uma estratégia para se posicionar contra a Reforma da Previdência em curso no Congresso Nacional. A discussão seguia acalorada nas redes sociais e os principais sindicatos vieram a se manifestar publicamente a favor da nova convocação estudantil, três dias antes da manifestação.

Mas antes – 26/05 – o Largo da Catedral foi palco de outro protesto. A chamada era no mínimo espantosa: a favor da Reforma da Previdência, a favor do Pacote Anticrime, em defesa do Presidente da República. Os fatos inéditos forçaram-me a ir até o centro da cidade e observar a tônica dos discursos.

Era um domingo ensolarado e temperatura relativamente agradável para um outono catarinense. Por volta das 16:00, aproximadamente 120 pessoas portando a bandeira nacional,

a maioria vestindo camisas da CBF, circulavam pela área. Uma superestrutura com três trios elétricos demonstrava uma expectativa de grande público por parte das organizações.

Circulando pelo largo, converso com Maria Cláudia, aposentada de 66 anos. Pergunto as razões que a motivaram a sair da sua casa e se juntar aos manifestantes. A idosa afirmou estar ali “pela reforma da previdência, defendo esta e todas as outras propostas do Presidente”. Pergunto se ela é aposentada, a mesma afirma positivamente. Diante da minha cara de espanto, tentou justificar a lógica do seu raciocínio: “veja, hoje um trabalhador normal trabalha a vida toda para se aposentar com aproximadamente R\$ 800,00. Qualquer bandido que é preso, o Estado paga a família cerca de R\$ 1.500,00, então não dá, tem que mudar isso”. Questiono a fonte das informações, me mostra seu *smartphone*, abre o aplicativo *WhatsApp* e recupera alguma notícias “que a Globo não mostra, pois esses comunistas querem derrubar nosso presidente” sintetizou.

Uma aglomeração de pessoas se forma na praça, no trio elétrico, palavras de ordem contra alguns partidos fisiológicos – chamados popularmente de “centrão” – e STF¹²¹ dão a tônica das narrativas. Converso com Jefferson (37 anos), professor de ensino básico e tecnológico da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Estava na manifestação com suas filhas, dois e seis anos, além da esposa – enfermeira e coordenadora de um Posto de Saúde do município. Afirmou estar na manifestação para defender a família e o conservadorismo: “defendo uma visão mais à direita, mais conservadora sabe, algo que a gente tenta passar a elas, a maneira que a gente vê o mundo”.

Jefferson vestia uma camiseta preta com a foto do presidente da república, sua esposa uma camiseta amarela trazendo letras em destaque “LOVE” intercalado com uma estampa de uma metralhadora. Já as duas filhas estavam vestidas com camisas da CBF e a mais velha (seis anos) carregava um cartaz com os seguintes dizeres “MP 870 Nominal”¹²².

Questiono ao docente qual sua posição referente aos protestos contra os cortes da educação, realizados em várias cidades recentemente. Afirma que todos têm o direito de se

¹²¹ Supremo Tribunal Federal.

¹²² Medida Provisória que reestruturava a esplanada dos Ministérios. Na proposta redigida pelo Governo e enviada ao parlamento, a redação estabelecia o COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, sob o comando do Ministério da Justiça. Os parlamentares, todavia, realocaram o órgão no Ministério da Economia. Ter o COAF sob o comando do Ministro da Justiça foi uma das condições que o então juiz Sérgio Moro impôs para largar a magistratura e aceitar o convite de Jair Bolsonaro para participar do governo. No dia 20 de agosto de 2019, por meio de uma medida provisória, o Presidente da República transforma o órgão em Unidade de Inteligência Financeira sob o comando do Banco Central. A desvinculação do COAF da Receita Federal ocorreu no momento que auditores fiscais se debruçavam sobre transações suspeitas realizadas em 2018 nas contas do Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

manifestar, “mas acho que eles deveriam protestar no domingo, assim não prejudicavam os trabalhadores”.

Insisto na temática questionando se sua prática profissional não foi afetada, tendo em vista que ele trabalha em uma instituição de ensino federal e foi amplamente noticiado que todas as instituições tiveram ao menos 30% do orçamento comprometido. Afirmou que “é uma questão de matemática básica: se a arrecadação diminuiu, o gestor precisa fazer algo. Mas particularmente, acho que o Ministro foi desastrado na comunicação”.

Já Paulo, 22 anos, avalia que o Congresso Nacional está “tentando emparedar o Presidente” e julga essenciais atos como o de hoje, “para mostrar que a direita não está dormindo”. Considera que nas eleições o então candidato Bolsonaro apresentou uma proposta de governo e, no confronto de ideias, a população democraticamente “elegeu esta proposta conservadora, agora é preciso tirar do papel”. O jovem não vê problemas caso o Presidente recorra a alternativas radicais – fechamento do congresso e STF –, tendo em vista que “é para um bem maior, entende?”.

De acordo com a Polícia Militar de Santa Catarina, que monitorou o protesto, no auge da manifestação estima-se que o ato conseguiu reunir 9.000 manifestantes. Organizadores culpavam o *Ironman* – competição esportiva internacional que acontecia na cidade – pela baixa adesão. Para eles, a população não conseguiu se deslocar até o largo, diante das complicações no trânsito que o evento desportivo provocara em diversos pontos da Ilha. Para além de números e estatísticas, o grande acontecimento do dia era o fato de pessoas irem às ruas, manifestando-se positivamente pela redução de direitos sociais. Na história recente brasileira, era a primeira vez que um Presidente da República conseguia um fato desta natureza.

Quadro 2 – Linha do tempo dos acontecimentos

Datas	Ações
25/04	Marcha contra a violência policial, em defesa de direitos e pela democracia acontece no centro.
29/04	Ministro da Educação anuncia o bloqueio orçamentário de 30% por conta de uma suposta balbúrdia que estaria acontecendo nos espaços universitários.
03/05	Uma série de reuniões estudantis ocorre nos diversos Centros da UFSC com o objetivo de analisar as consequências do contingenciamento.
06/05	Estudantes da UDESC se reúnem para discutir o Projeto de Lei de autoria do Governo do Estado que reduz em 10% o orçamento da Universidade.
07/05	Diversos coletivos juvenis se reúnem com lideranças das comunidades atingidas pela truculência militar no centro de Florianópolis para discutir estratégias, bem como o percurso de um grande ato unificado dia 15/05.
08/05	Assembleia estudantil da UDESC.
09/05	Assembleia estudantil da UFSC.
10/05	Assembleia estudantil do IFSC.

15/05	30.000 pessoas participam do ato unificado. Manifestação tem boa receptividade da população em geral.
20/05	Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realiza audiência pública em Florianópolis para discutir o bloqueio orçamentário das instituições UFSC, IFSC e IFC.
23/05	Assembleia Legislativa de Santa Catarina realiza audiência pública para discutir o orçamento da UDESC.
24/05	Diversos coletivos juvenis se reúnem no centro de Florianópolis para discutir a realização de um novo ato unificado dia 30/05.
26/05	O coletivo juvenil 'Nas Ruas' e integrantes do PSL-SC realizam ato em frente à Catedral Metropolitana de Florianópolis em defesa do Presidente da República, da Reforma da Previdência e do Pacote Anticrime. Na manifestação, houve falas extremistas contra o Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.
30/05	Novo ato unificado contra os cortes na educação. Neste dia, muita chuva caiu sobre os três Estados da região sul do Brasil. Só na cidade de Florianópolis choveu 85 milímetros, o esperado para todo o mês de maio. Autoridades estimaram em 11.000 o número de manifestantes.
03/06	Assassinato de Kerby Tinguê, imigrante haitiano, trabalhador e estudante do IFSC. O jovem negro (24 anos) estava no país como refugiado há dois anos.
04/06	Lideranças comunitárias do Morro da Queimada se reúnem para discutir os últimos casos de violência: 1) Agressão a uma <i>Rapper</i> que desmaiou ao receber um "mata-leão" de um policial militar nas proximidades da UFSC. O fato ocorreu após a artista questionar o profissional, que estava à paisana, a razão de ele circular armado no Campus Universitário; 2) Agressão contra um trabalhador senegalês negro, detido com violência na região central de Florianópolis pela Guarda Municipal.
11/06	Projeto do Governador que pretendia reduzir o orçamento da UDESC é rejeitado no plenário da ALESC por 33 votos a 7. A votação aconteceu sob intensa mobilização dos professores, técnicos e estudantes.
11/06	Servidores da Prefeitura Municipal de Florianópolis entram em greve por tempo indeterminado. Na pauta de reivindicação havia 42 itens, na escola em que parte do percurso etnográfico aconteceu, houve adesão de 100% ao movimento paritário. Nesta data, as observações na escola ainda estavam em curso. Diante do exposto, passei a acompanhar as assembleias do sindicato que aconteciam quase que diariamente na Praça Tancredo Neves.
12/06	Lideranças comunitárias, coletivos juvenis, movimento estudantil e sindical se reúnem no centro para discutir a Greve Geral dia 14/06.
13/06	Estudantes do IFSC acampam no campus central de Florianópolis (ocupação de 24 horas).
14/06	Greve Geral, dia amanhece sem transporte coletivo. Praticamente todas as instituições de ensino, públicas e privadas, aderem ao movimento. No período vespertino, manifestação percorreu a Avenida Beira-Mar Norte. A adesão, todavia, foi menor que os atos realizados em maio. Estimativas da Polícia Militar avaliaram em 12.000 o número de manifestantes.
25/06	Ato em frente à Catedral Metropolitana de Florianópolis em memória de Kerby Tinguê, pelos direitos dos refugiados, contra a truculência policial.
22 a 30/06	Semana de conscientização do migrante. Uma série de debates ocorreu em diversas regiões do município para debater os direitos dos refugiados.
30/06	Coletivo Nas Ruas, MBL, Vem Pra Rua e PSL-SC organizam ato em apoio ao Ministro Sérgio Moro, Operação Lava-Jato, Reforma Política e Reforma da Previdência. Passeata saiu do Trapiche da Beira-Mar Norte e seguiu até a sede da superintendência da Polícia Federal. A Polícia Militar estimou em 25.000 o número de manifestantes. Nos três trios elétricos que ajudaram a organizar a passeata houve falas agudas contra as instituições STF, Câmara e Senado. Ministros da Suprema Corte, parlamentares e imprensa foram caracterizados como os 'inimigos da nação que não deixam o Presidente governar'.
03/07	Estudantes se reúnem para discutir os bloqueios orçamentários, bem como as próximas táticas de mobilizações. A reunião no auditório central do IFSC Florianópolis contou com delegações de Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí, Garopaba e Tubarão. No período vespertino, a atividade foi restrita aos estudantes, a maioria dos presentes era alunos da rede federal, mas havia também discentes da rede estadual. Por volta das 19:00, uma nova reunião ocorreu no local, esta aberta a professores, sindicalistas e demais interessados em debater os cortes anunciados pelo Ministério da Educação.
06/07	'CripTainha' acontece no centro da cidade. Trata-se de um festival cultural inspirado nas 'criptofestas'. Em oito mesas de debate que circulei, os temas abordados foram: Política

	digital; Anonimato na web; Resistência ao capitalismo da vigilância; Inteligência artificial; Panorama da repressão no Brasil; Guia básico para segurança pessoal de um ativista; Bitcoin; O futuro da sociedade na era da ubiquidade. Nos pontos de cultura, os ritmos <i>rap</i> , samba e rock predominaram. Por se tratar de um evento que abordou táticas de segurança de ativistas e militantes, as notas etnográficas das observações realizadas no evento não serão exploradas ao longo deste trabalho. Mas é digno de registro que, além dos <i>rappers</i> da Batalha da Central, encontrei no evento Aninha e Kleber. Estes me revelaram que, lá em 2018, quando a docente de língua portuguesa começou a discutir a temática privacidade nas redes, parte da turma, inclusive eles, considerava ‘papo de lunático, de ficção científica’. Mas depois do escândalo da ‘Vaza Jato’ ficou comprovado que: “na web, não há lugar para se esconder, gente será que tem Nudes do Moro?” ¹²³ [a indagação de Aninha provoca risos generalizados]. O evento contou com uma intensa programação das 10:00 às 23:00.
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Nos grupos de *WhatsApp* o confronto entre estudantes e sindicalistas persiste. Ao analisar as inúmeras mensagens trocadas, consta-se que o movimento sindical tentava levar para as ruas as bandeiras que eles consideram abrangentes – luta contra o imperialismo, as novas dinâmicas do mundo do trabalho, o confronto de classe –, deixando em segundo plano as questões identitárias.

Já os jovens demonstram disposição para discutir tudo ao mesmo tempo. Neste sentido, é inadmissível não falar em racismo, feminismo, bem como o combate à homofobia, mesmo que seja uma abordagem meramente retórica, uma vez que a sociedade brasileira continua racista, machista e homofóbica. Mas esses temas, para os estudantes que venho observando, é tão importante quanto luta de classe, bem como a violência militar que vivenciam diariamente nas quebradas. “É preciso falar sobre tudo que é emergente”, sintetizou uma das lideranças juvenil, enquanto discutíamos a crise instaurada nas redes sociais. “Eles tentam jogar essas pautas para debaixo do tapete, mas não vamos aceitar. O sindicato, o pastor e a esquerda têm que nos aceitar do jeito que somos”.

Outro ponto nevrálgico é a estética das manifestações. O *modus operandi* do movimento sindical – carro de som, lista das “autoridades” que irão discursar, palavras de ordem – é completamente refutado pelos jovens, que buscam na performance artística e na ironia elementos para desconcertar, provocar o indivíduo que assiste ou transita pelo espaço urbano.

¹²³ No dia da ‘Criptofesta’, a Revista Veja trouxe uma longa reportagem expondo os bastidores da Operação Lava Jato. Conversas trocadas pelo aplicativo *Telegram* entre o então juiz da operação, hoje Ministro da Justiça e Procuradores do Ministério Público Federal, evidenciam a quebra de conduta do Código de Ética da Magistratura, bem como falta de imparcialidade. Os episódios, que ficaram conhecidos como ‘Vaza Jato’, tratam-se de uma séria de reportagem que o site The Intercept Brasil trouxe à tona a partir de um documento que a redação obteve de uma fonte anônima. No material constam mais de um milhão de mensagens trocadas entre o juiz, procuradores e servidores do autocomando da Polícia Federal. Para mais informações, conferir: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

“A revolução será crespa, e não na TV/A revolução será crespa, doa a quem doer/ A revolução será crespa, e você pode crer/Não podem conter, não podem conter” Recorrendo a trechos do *rap* ‘Ouça-me’, da MC paulista Tássia Reis, Maná tentava me mostrar a lógica que conduzia as atitudes dos estudantes. Uma revolução crespa, que subverta a lógica dos valores impostos na atual sociedade racista, ação que eles [sindicalistas] tentam desqualificar. “Precisamos nos levantar e desvendar as máscaras sociais, só irão nos respeitar quando partirmos ‘pro’ frente. E o *rap* é o combustível ‘pro’ levante ir adiante”

5.5 CRISE GENERALIZADA NAS REDES SOCIAIS: A TENSÃO CHEGA AOS GRUPOS QUE ORGANIZAM O MOVIMENTO HIP HOP NA ILHA

Uma discussão iniciada por L’Marx, em um dos grupos de *WhatsApp* criados para discutir a organização da Batalha da Central, traz à tona o consumo de drogas. Para o jovem, se o Hip Hop de Floripa incluiu o quinto elemento – conhecimento – como um dos pilares do movimento cultural, sobretudo nas batalhas de conhecimento esse assunto precisava ser abordado, tendo em vista o grande número de adolescentes participantes.

L’Marx propôs uma reflexão, antes do evento da próxima semana iniciar. Dudu, em tom jocoso, sugeriu um nome para fazer a abordagem com os adolescentes: ‘Ministra Damares’¹²⁴. Em tom ríspido, enfatizou não entender um moralismo de tal magnitude, sobretudo em um movimento cultural que “pretende ser a tônica da revolução social”.

Grande parte do Grupo demonstrava simpatia pela ideia de L’Marx, tendo em vista que parte da sociedade maldosamente os acusava de ‘maconheiros’ e a Polícia Militar diversas vezes tentou acabar com a Batalha da Alfândega, sob a justificativa de consumo de drogas, bem como a presença de adolescentes menores de idade no evento.

Dudu seguia afiadíssimo nos seus argumentos. Lembrou que durante as batalhas de conhecimento – período em que os adolescentes permanecem no evento – nunca presenciou alguém utilizando algo ilícito. “Se isso acontece, é pela madrugada, quando o espaço vira uma balada no parque”. Enfatizou preocupação com o viés moralista que o movimento está tomando: “lá no centro, as Minas e as Monas¹²⁵ romperam com ~~xxxx~~¹²⁶ e lançaram um movimento só de mulheres por conta de um suposto machismo enraizado no *rap*, acho que esse tipo de divisão não ajuda em nada”.

¹²⁴ Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Governo Jair Bolsonaro.

¹²⁵ MCs Transexuais.

¹²⁶ Informação suprimida para proteger a identidade do citado. Trata-se de um *Rapper* famoso no meio musical.

Passaram alguns minutos e ninguém se posicionou. Dudu segue com sua reflexão: “será que daqui a pouco, parte dos *rappers* e MCs que participam da Batalha da Central também irão abandoná-la para lançar a ‘Batalha do Senhor?’”. O comentário do jovem era uma indireta a Mano Intruso, integrante do movimento e evangélico.

Maná se posicionou demonstrando perplexidade aos apontamentos do colega. Com relação à Batalha das Minas, considera que o movimento iniciado há dois anos no centro da cidade foi um divisor de águas no movimento Hip Hop da Ilha. A partir de tal iniciativa, todos os *rappers* passaram a repensar a estrutura de seus versos, bem como excluir trechos que poderiam ser caracterizados como misóginos.

Já em relação aos comentários irônicos que Dudu escrevera sobre os evangélicos, Maná pedia reflexão; será que o colega não estava sendo conservador ao tentar ridicularizar integrantes do movimento por conta de uma determinada religião? A jovem apontava positividade na diversidade de ‘reinos’ que circulavam pela Batalha da Central, via como uma oportunidade de aprendizado, trocas e muito crescimento cultural.

Após dois dias de intenso embate nas conversas via aplicativo, a maioria dos integrantes acompanhou L’Marx na ideia de promover uma atividade reflexiva, que abordasse a temática das drogas. A princípio houve consenso para discutir dois eixos: 1) as implicações da dependência química para a saúde; 2) as Batalhas de *Rap* têm muito espaço para disseminação de cultura e conhecimento, mas não para as drogas.

Por volta das 19:00 da terça-feira da semana seguinte, o jovem estava no centro da praça acompanhado por dois MCs conhecidos no cenário do *rap* catarinense – Z2 e SB –, mais um DJ. A atividade combinada via rede social iniciou com uma performance artística, cuja letra de *rap* havia sido composta pelo próprio L’Marx. Na nota etnográfica abaixo, procuro descrever a sequência performática, junto com os versos cantados sob a melodia de um *jazz* acompanhado por batidas sincronizadas orquestradas pelo DJ:

[L’Marx]
*Mais um ano começa,
 Com os mesmos problemas de antes
 Papos de mudança, promessa,
 Uma nova remeça de governantes
 Que governam para o povo padecer
 Cada vez mais ignorante*

*Já é habitual,
 [Z2] Eles querem nos foder pelo poder do capital
 [L’Marx] Proteja sua mente do programa de controle racional
 Já fazem anos, que nos compram conforme compramos*

[Z2]
*Pelos humanos um eterno luto
 Eu nunca disputo,
 Nesse sistema um jogo fajuto
 Luto, desfruto
 Colho certo que planto
 Então é certo que curto*

*Há muito tempo me questionando,
 sempre a mando, no comando
 De quem esta comandando
 E mandando nos nossos custos,
 susto... [Batidas sincronizadas pelo DJ intensificam]*

*Alarme desperta [Z2 canta, enquanto L'Marx e SB realizam coreografias
 acrobáticas típicas do break]
 Pra variar não adiaram o click
 Não nasci pra bater ponto entre o sac e sic
 Se meu rap é um rack o ataque da bic*

*100 conto na conta,
 Não compra nem pão com ovo,
 De novo, aumento de imposto é proposto
 E o desconto é só na biqueira*

*E o que gira o mundo é o dinheiro gerado
 Pelo piri-paque do crack,
 Ataque de enfeite combate à droga é besteira
 Isso é questão da gestão de saúde pública
 E não de prender dentro da cadeia*

*Por que ninguém socorre o mano do corre
 Que corre da viatura e também o mano que morre
 Quando tá tomando porre e da pura ele cheira*

[L'Marx] *Cena real, já se tornou normal*

[Z2] *ver o ser humano jogado, tratado como um animal
 Procurando se alimentar com Aaal-go, na lixeira...*

[REFRÃO – L'Marx canta, enquanto os outros dois MCs dançam
 movimentos sincronizados]
*Corte de investimentos em saúde e educação
 Mas cadê o corte na raiz da corrupção?
 Legalizada escravidão,
 População castigada, história em repetição (2 x)*

[SB]
*Hááááá-apoio do governo é o cacete
 Único apoio que eles dão é aumentar o preço do leite
 Vivem se aproveitando, o que é que eu vou falar?
 Eles pegam pra nos vender tudo que a terra nos dá*

E o motivo de no trabalho não dar conta

*É por que o estomago tá vazio e barriga ronca
Brasil, pais da fome, o que falar?
Onde trabalham pra comer, mas não comem pra trabalhar*

*E como é que o povo vai ter vida boa
Se a cesta básica, basicamente só alimenta uma pessoa?
E sem a comida não vai ter final feliz
sem nada pra comer, menor vai comer com o nariz*

*Trabalhando na boca para alimentar a casa
Vai conhecer o cifrão depois só comida não basta
Viciado no dinheiro vai ir atrás de mais
E a fome tirou do bom caminho mais um bom rapaz*

*Um rapaz que nunca ligou pra tirar foto
E sim pra barriga que tremia igual terremoto
De moto, ele tentou ir assaltar o mercado
Que pena, não deu certo, agora ficou trancado*

*E perdeu a oportunidade a sua volta
Tudo por que a fome veio e gerou mais revolta
E de sua família, e de seus pais tiraram a paz
Foi alimentar o ego e agora não come mais...*

[L'Marx acompanhado sob batidas intensas do DJ]

*Sobre governo, eu mesmo me governo
todo dia, o tempo inteiro
sem precisar de um ladrão representante de terno
Falando que governa com esmero*

*[L'Marx segue declamando seus versos e o DJ acompanha
tocando um ritmo próximo a um 'jazz gospel']
Em prol da nação, comandando como clero
Na idade média, amaldiçoando a população
Estratégia de manipulação
Morte de cidadãos em vão vira comédia
Na mídia onde a morte de artista é tramada como tragédia...*

[Z2] E essas fita, como é que fica?

*[SB] Sendo que mesmo sem ter culpa, vários dedos te indica, parceiro
[os três MCs juntos] A culpa é do governo ou de nós mesmos?!*

[REFRÃO – L'Marx]

*Corte de investimentos em saúde e educação
Mas cadê o corte na raiz da corrupção?
Legalizada escravidão,
População castigada, história em repetição...(4X).
(DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 25/06/2019).*

Encerrando a performance com movimentos acrobáticos sincronizados do *break*, os três MCs levaram os 150 jovens que estavam na praça ao delírio. L'Marx tomou a palavra informando aos presentes que uma das finalidades do *rap* é instigar os ouvintes a refletirem

sobre a realidade dura vivenciada nas ‘quebradas’. Por isso escolheu iniciar o evento de hoje com a letra que acabara de declamar, sendo que alguns trechos foram escritos a partir de alguns acontecimentos que assistiu ao longo da sua adolescência, na comunidade onde mora¹²⁷.

Ressaltou que nos últimos dias vinha sendo acusado injustamente de conservador nas redes sociais, por tentar colocar em debate um problema social que ronda a juventude e que, como a própria letra que todos os presentes tinham ouvido, afirma, “é questão de saúde pública”. Longe de moralismo, mas em um movimento cultural “onde um dos pilares é o conhecimento, é preciso refletir sobre as condições sociais que arrastam determinadas pessoas ao tráfico”.

“A quem interessa a desigualdade que por décadas se perpetua nas quebradas desta ‘ilha da mentira’ onde o próprio nome desta cidade é uma aberração histórica?” indagava o jovem. Afirmou ainda que a Batalha da Central é um movimento de pessoas interessadas em *rap*, que se reúnem livremente todas as terças para trocar ideias e fortalecer a cultura Hip Hop. Não cabe a ele, enquanto um dos organizadores do evento, dizer o que os jovens devem ou não fazer. Todavia, fazia questão de ressaltar as causas do movimento. Neste sentido, o consumo de drogas ilícitas passa longe dos ideais da “revolução”.

Colocou que cada integrante precisa ter responsabilidade com o movimento, e que se alguém ali presente conhece algum familiar ou amigo que está passando por algum problema, está consumindo algo e deseja largar, o posto de saúde que fica ao lado da praça tem uma equipe multidisciplinar “maneira que faz um trabalho ‘da hora’, é só chegar e conversar”. Ao final da exposição, grande parte do público aplaudiu L’Marx.

A noite segue e os organizadores fazem a lista dos MCs que irão participar da batalha. Enquanto circulo pela praça, encontro Aninha, uma das estudantes que acompanhei no percurso etnográfico de 2018. Após me cumprimentar, indaga “que treta nervosa rolou no zap essa semana, né? Me fez lembrar as aulas que você e a professora ministravam ano passado sobre os dilemas da web”.

Aproveito o gancho da jovem e trago à tona a pesquisa que eles tinham realizado com 210 estudantes das turmas do sexto, sétimo e oitavo anos. Enquete em que 84% dos

¹²⁷ Areias, uma comunidade considerada pelas autoridades como em situação de vulnerabilidade social e risco, faz parte da planície do Campeche, importante bairro turístico do sul da ilha por conta da praia. A área próxima ao balneário é habitada majoritariamente por moradores de alto poder aquisitivo. Já a ‘quebrada das Areias’ foi se formando, ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX, por famílias que vinham do sudeste, norte e nordeste do Brasil, em busca de melhores condições de vida.

entrevistados afirmavam já ter compartilhado nudes [conferir página 137]. Questionei o que ela pensava sobre esse dado constatado.

“Achei baixo, acho que muitos ficaram com vergonha de responder, todo mundo compartilha nudes”. Ao perceber minha cara de espanto, continuou: “ou você não acessava pornografia na adolescência?”. A indagação de Aninha fez vários colegas que acompanhavam o papo caírem na risada.

Kleber [estudante que também acompanhei no ano anterior] resgata que durante a minha adolescência não existia internet, “lembra que ele falou na sala?” [o jovem se referia a um momento bastante descontraído, onde uma estudante relatou que as minhas preocupações com a privacidade eram por conta de eu ter nascido no milênio passado]. Todos caem no riso, um outro adolescente de aproximadamente 17 anos, que também acompanhava a conversa, rebateu, “então, detetive [forma como L’Marx me chamava – o termo acabou pegando], a parada é a seguinte: lá no ‘milênio passado’ certamente vocês recorriam a revista, filme pornô em ... como é nome do troço mesmo?... fita cassete [gargalhadas generalizadas] aqui a gente recorre a aplicativo mesmo... a gente simplifica, tá ligado?”.

Tento levar a conversa adiante questionando se nunca houve ‘vazamento de nudes’ dos colegas. Aninha me explica que há um jogo muito comum aplicado em diversos grupos que dificulta o vazamento, “todos participam da brincadeira, então se alguém quebrar o pacto... haverá consequências, será exposto também, entende?”. Aninha ressalta ainda que conhece poucos casos de fotos íntimas vazadas. Nos dois casos envolvendo pessoas próximas de seu círculo de amizades, a exposição foi consequência do término do relacionamento, uma espécie de vingança do ex-namorado (a).

O relato dos jovens interlocutores desta pesquisa está em consonância com o estudo realizado por Gabriela Goulart Mora e Janara Sousa (2019) que identificaram profundas mudanças nas sociabilidades juvenis, diante da imersão nas tecnologias ubíquas. No questionário aplicado com 14.000 adolescentes de 13 a 18 anos, 70% afirmaram já ter compartilhado nudes.

A batalha de conhecimento inicia. Enquanto os jovens adolescentes duelam na rima, L’Marx me apresenta um *rapper* que ele considera da velha guarda, Latino (27 anos). O jovem foi o fundador da Batalha da Alfândega, o primeiro movimento de *rap* organizado na Ilha. O músico me explica que, antes das reuniões em praça pública, havia produção desse gênero musical na cidade, “mas era uma produção mais caseira, que ficava restrita nas quebradas, não chegava ao asfalto”.

Em suas redes sociais, Latino se apresenta como *rapper*, produtor, *bboy* e pichador. Entre os *rappers* que venho acompanhando é o que produz em menor intensidade, em média, lança uma música por ano. Afirma que já ganhou algum dinheiro com *Rap*, mas este não vem da produção musical e sim dos shows que realiza.

Latino também tem um estúdio, já lançou vários MCs e *rappers* na cena musical catarinense, a exemplo de MC Rever, que em vários momentos das conversas que teve comigo fez menção ao fundador da Batalha da Alfândega. O produtor me informou também que o retorno financeiro da produção musical em plataformas como *spotify* ou venda de CD é muito pequeno. No seu caso, os shows e as coleções de roupas foram o que permitiram a ele seguir adiante. “No movimento Hip Hop se você ‘cola’ bem, você consegue inaugurar uma tendência, um estilo, uma forma de se vestir, sacou?” O jovem já teve a sua imagem associada a algumas campanhas publicitárias de marcas catarinenses, especialmente indústrias têxteis interessadas em atingir a população juvenil.

Essa visão mercadológica, empreendedora em alguns aspectos, não é bem vista por parte dos integrantes do movimento, que o acusam de ‘vendido para o sistema’. Dandara me sugeriu que observasse com atenção as letras dele, “tudo chapa-branca, tenta imitar os MCs do eixo Rio-São Paulo que venderam a alma para a grande mídia, não irás encontrar uma reflexão sobre o drama diário que vivenciamos aqui no gueto”. A observação da jovem tem fundamento. Em 15 músicas analisadas, os temas que predominam em suas letras são relacionamentos amorosos, bem como as sociabilidades construídas através dos círculos de amizade e redes sociais digitais. Desta forma, Latino – em certa mediada – se distancia dos demais *rappers* integrantes do movimento Hip Hop da Ilha, que têm como uma das características centrais a contestação política.

Embora venha trabalhando com produção cultural há mais de uma década, Latino é *rapper* aos finais de semana, produtor as terças, quartas e quintas no período noturno. Nos demais dias da semana, precisa atuar como motorista de Uber para complementar a renda. Sobre as batalhas, afirma que os eventos que ocorrem pelo interior da Ilha deram um novo impulso ao Hip Hop.

Antes das batalhas, o movimento ficava muito dependente dos grupos nacionais como Racionais, Emicida, Facção Central. Mas esses coletivos demoravam muito a lançar um novo CD. Os Racionais, por exemplo, lançavam um novo álbum a cada 8 ou 10 anos. Então durante esse intervalo o movimento ficava no vácuo, entende? [sic] (DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 25/06/2019).

Mesmo reconhecendo que as Batalhas de *Rap* revolucionaram o Hip Hop na cidade de Florianópolis, Latino se junta há um pequeno grupo que demonstra preocupações com os rumos que o movimento está tomando. Este é um dos motivos que o levou a se afastar das Batalhas, especialmente a que fundou no centro da cidade. Hoje comparece esporadicamente, apenas “para curtir o duelo e trocar umas ideias com os Manos”.

Afirmou ainda que, “quando iniciamos lá na Alfândega, era muito diferente, não havia essa burocracia cultural que domina hoje”. Ressalta que o movimento começou com poucas pessoas, “houve semanas de comparecer só eu e mais dois amigos, mas quando o evento começou a ‘bombar’ com 300, 400 pessoas, começaram a impor os modismos comportamentais”.

Latino segue na sua exposição, ressalta que a decisão de incorporar o quinto elemento no Hip Hop [conhecimento] é muito recente, “antes era mais livre, você podia declamar o que bem entendesse, podia colocar para fora aquilo que te incomodava. Hoje ficou complicado”. Se o *rap* sempre serviu para quebrar paradigmas, o jovem não vê sentido, no que considera um patrulhamento ideológico que alguns líderes colocaram em curso; “cabe ao público julgar a qualidade do verso composto. Impor que, na Batalha de Conhecimento, determinado assunto não pode ser abordado, é um absurdo. E a liberdade de expressão?”.

Nesse sentido, Latino admira a postura de Mano Intruso, sabe que o colega é gay e evangélico, considera o jovem autêntico:

E qual é o problema se ele começar a produzir um rap gospel? O mundo vai acabar? Então eu vejo que a esquerda é tão ‘bitolada’ e preconceituosa quanto a direita, a única diferença é que um grupo está no poder e o outro faz de tudo para tentar voltar... Tenho muitas ressalvas com as contestações políticas que são feitas aqui, eu particularmente não me posiciono e acho que o movimento não deveria se posicionar. Ninguém é obrigado a concordar comigo, mas se em um movimento de rap as pessoas não tem a liberdade de expressar o seu pensamento, então talvez seja a hora de voltar para gueto, voltar a compor e declamar apenas para o povo da quebrada [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 25/06/2019).

A nota etnográfica acima deixa explícito que, na visão de Latino, quando o movimento era restrito à periferia, era mais livre, discutia-se os mais variados assuntos. A partir do momento que o movimento começa a ocupar os espaços urbanos da cidade, se aproxima do movimento estudantil organizado e outras entidades de proteção às minorias, a forma como determinado assunto é abordado passa a sofrer questionamentos. Esta temática é problematizada à luz dos estudos de gênero pela pesquisadora Heloísa Petry (2017), que

analisou a Batalha das Minas, bem como as razões que levaram as MCs mulheres e transexuais a romperem com os *rappers* da Batalha da Alfândega.

As desigualdades por elas vivenciadas em outras batalhas de rap hegemonicamente masculinas e heteronormativas foram ponto de partida para criação da Batalha das Minas, visando construir um espaço mais acolhedor em que pudessem desenvolver suas rimas e fortalecer lutas em comum, sem se sentirem discriminadas, alvos de zombaria ou intimidações. Os efeitos desta disputa pelas jovens mulheres por voz e vez com a criação da batalha produziram acusações tais como a segregação do movimento bem como a desqualificação de suas produções artísticas, como possível estratégia de manutenção da monovocalidade masculina. (p. 180).

Por fim, outro elemento essencial que contribuiu para que o Hip Hop se disseminasse entre os jovens na visão de Latino foram as redes sociais digitais, em especial o *YouTube*. “Hoje se a internet acabar, Mano, o planeta para”, se na sua adolescência o grande sonho dos jovens MCs era gravar um CD, hoje, a perspectiva é produzir um clipe ‘irado’ para disponibilizar na plataforma de vídeos.

A abundância de material disponível no YouTube é muito importante para essa nova ‘safra’ de rappers e MCs. Com apenas um clique, você observa o que está surgindo na Costa Rica, na África ou na Islândia. Reflete sobre o trap ou o beat que o DJ encaixou na melodia, o quanto essa sonoridade é harmônica com os versos declamados. A partir de um som irado que foi lançado na Etiópia, que para mim é de onde está surgindo os melhores rappers da atualidade, um jovem MC aqui da ilha pode pensar no scratches, na mixagem da batida, no uso ou não do samplers [sic]. (DIÁRIO DE CAMPO – Batalha da Central, 25/06/2019).

Essas notas etnográficas construídas a partir das observações e diálogos com vários jovens, moradores das ‘quebradas’ de Florianópolis, coadunam o que a pesquisadora argentina Valentina Carranza Weihmuller (2019) vem constatando em suas pesquisas etnográficas realizadas no complexo de Favelas de Manguinhos (Rio de Janeiro). Embora o *Rap* não possa ser caracterizado como um movimento orgânico, tendo em vista as várias correntes que disputam a hegemonia dentro da cultura Hip Hop, é possível afirmar que, na contemporaneidade, os versos e as batidas orquestradas através do ritmo e poesia vêm se constituindo uma linguagem universal dos jovens oriundos dos centros urbanos das grandes cidades, na medida em que cada *rapper* ou MC explicita a sua posição sobre determinado assunto. Narrativas estas transformadas em versos e melodias, que contêm, ao mesmo tempo, elementos da cultura do seu bairro e informações globais acessadas através das redes sociais digitais. Tal perspectiva, em certa medida, também é corroborada em algumas análises

proferidas pelo Professor da Faculdade de Educação da UFMG Juarez Dayrell, a partir das etnografias realizadas nas periferias de Belo Horizonte.

Muitos criticam o rap pelo fato de a temática se repetir. Se isso acontece, porém, é porque a vida se repete: a violência, as drogas, o crime, a falta de perspectivas, quando “sobreviver é o fio da navalha”. Mas cantam também a amizade, o espaço onde moram, o desejo de um “mundo perfeito”, a paz. O discurso poético busca a dimensão subjetiva a partir da experiência comum vivida na periferia. E abordando temas que evidenciam o caráter conflitivo da condição humana, tais como a vida e a morte, as escolhas, o sistema de condutas, valores como amizade e honra, reintroduzem a dimensão humana presente entre os pobres da periferia, que, no discurso dominante, aparece como desumanizado. (DAYRELL, 2005, p. 105).

Já passava das 23:30 quando me deparei sentado no banco da praça, lendo as anotações registradas em meu bloco de folhas. Enquanto refletia sobre as notas escritas naquela noite chuvosa e fria, me dei conta de que, estranhamente, não havia encontrado Mano Intruso. Desde que comecei a frequentar a Batalha da Central, todas as terças conversávamos longamente. Resolvi escrever uma mensagem. Passados alguns minutos, me informou que estava com alguns colegas da igreja em uma ação solidária – neste dia, distribuíam sopa para os moradores em situação de rua no centro da cidade.

Enquanto lia a mensagem que acabara de receber, recordei-me de um comentário que o jovem fizera na semana anterior: “não sou um crente de templo, estou mais para um ‘Evangélico Raimundo’, com um pé no templo e outro no mundo”. Refletindo sobre tudo que havia observado e vivenciado nos últimos meses, minha mente trouxe à tona o conceito ‘linha de fuga’ formulado por Gilles Deleuze (1998).

Para o filósofo, a fuga é uma ação que desemboca em um novo modo de vida. Trata-se de uma ação de força e coragem que leva ao rompimento com as diretrizes estabelecidas socialmente. Fiquei a refletir o quanto esse conceito era apropriado para analisar as sociabilidades juvenis, bem como a efervescência cultural produzida nas ‘quebradas’ da Ilha de Santa Catarina.

Dani Black me revelou no primeiro dia que cheguei à Batalha da Central que as ‘linhas de fuga’, na sua visão, dizem respeito a um elemento indispensável para que os jovens possam improvisar e encaixar as rimas criadas, diante da temática que o público escolhe minutos antes de iniciar a batalha do conhecimento. L’Marx transformou em versos cenas dramáticas que viu acontecer em sua comunidade. Através do ritmo e poesia, convoca os adolescentes a refletirem sobre as contradições da sociedade. O grito contestatório que aparece em um dos seus versos “*A culpa é do governo ou de nós mesmos?!*” convida os adolescentes frequentadores da Batalha de Conhecimento a se movimentarem, refletirem para

além da bolha social em que estão imersos, em outro trecho da letra “*proteja sua mente do programa de controle racional. Já fazem anos, que nos compram conforme compramos*” aponta para necessidade de reflexão sobre a avalanche de informações que nos chega instantaneamente por meio dos aplicativos digitais.

Tais linhas de fuga serão suficientes para colocar em curso a revolução que Kaká, Maná, L’Marx e tantos outros *rappers* citaram em diversas notas etnográficas que o leitor teve a oportunidade de ler ao longo desta seção? Enquanto voltava para a casa, me questionava que revolução seria esta, que os jovens tanto mencionam nas conversas, bem como nos versos declamados. Ao leitor que me acompanhou até aqui, informo que fornecerei algumas pistas na próxima seção. Por hora, nesta noite congelante onde o termômetro registra quatro graus, concluo este artigo ressaltando a importância de as instituições estarem atentas às movimentações dos jovens. Estes têm muito a nos dizer sobre o drama que vivenciam diariamente diante do encolhimento do Estado na esfera pública. É preciso ouvi-los! Mais do que nunca, se faz necessário refletir para além do Estatuto da Juventude. Reconhecê-los como sujeito de direito foi um passo importante, mas a percepção dos jovens sujeitos desta pesquisa é que, no Brasil, existe um hiato imenso entre a legislação aprovada e o que os agentes públicos executam na prática.

A literatura acadêmica latino-americana nos mostra que, na história recente, as insurreições juvenis sempre tiveram início a partir da articulação e movimentação dos jovens das periferias dos centros urbanos. Foram os jovens inseridos nas famílias mais pobres que deram o primeiro passo, estes em situação de vulnerabilidade social, foram, portanto, os primeiros a sentir o peso das medidas de austeridade que os governos neoliberais colocaram em curso.

O aprofundado estudo realizado pelo sociólogo Carlos Maldonado Valera (2015) mostra que as ondas de mobilizações dos estudantes secundaristas que sacudiram o Chile em 2006, 2008 e 2011 tiveram como prelúdio as ocupações em escolas localizadas próximo às periferias de Santiago. Tais estudantes tinham clareza do quão nefasta era a proposta de transferir para a iniciativa privada a oferta de educação básica. Decorridos meses de mobilizações, outros setores – estudantes universitários, professores, sindicalistas – também se envolveram com a causa.

Já o estudo de Guillermo Sunkel (2015) identificou que o movimento Hip Hop, insurgido nas periferias de Bogotá em meados de 2011, acabou se constituindo no principal movimento juvenil social organizado da Colômbia. A partir de uma estrutura organizativa com capilaridade em todo o território nacional, este movimento passou a dialogar com as

autoridades colombianas representando os interesses dos jovens. Tais conversas resultaram no planejamento e execução de várias políticas públicas na área de cultura, educação e segurança pública.

No artigo introdutório desta tese, o leitor teve a oportunidade de conferir algumas notas etnográficas, construídas a partir de observações e diálogos com jovens moradores da periferia de Buenos Aires. Conclamo os leitores deste trabalho a observarem com atenção as estratégias que os jovens portenhos colocaram em curso. Estabelecendo uma ampla articulação com movimentos sociais organizados – professores, camponeses, ferroviários, caminhoneiros, artistas – conseguiram barrar no parlamento a proposta do Presidente Macri, que, se aprovada, colocaria em risco a execução da *Ley Nacional de Educación*. Na madrugada gélida em que concluo este texto, recebo informações pelas redes sociais digitais, bem como pela imprensa argentina, de que a juventude segue mobilizada nas ruas, reivindicando que o parlamento derrube as medidas de austeridade que o FMI impôs no referido país. Será preciso acompanhar e verificar se as mobilizações juvenis terão êxito para sensibilizar mais uma vez o parlamento argentino. Ressalta-se que o Partido Peronista tem a maioria no Senado e na Câmara Federal.

No dia de 11 de agosto de 2019, a população argentina foi às urnas para votação das primárias presidenciais. Contrariando todas as pesquisas de intenção de voto, bem como análises de cientistas políticos, a chapa peronista liderada por Alberto Fernández (Chefe de Gabinete do ex-presidente Nestor Kirchner) e Cristina Fernández Kirchner (atualmente Senadora e candidata à vice-presidenta) abriram mais de 15 pontos de vantagem em relação à chapa liderada por Maurício Macri, que buscava a reeleição.

Passados três dias, contrariando sua política econômica de austeridade, o presidente Macri anunciou o congelamento do preço dos combustíveis por 90 dias e aumentou o salário mínimo em 25%. Já as bolsas de pesquisa e extensão destinadas a estudantes de graduação e pós-graduação foram reajustadas em 40%, mesmo percentual anunciado para o aumento das bolsas assistenciais (destinadas à população em situação de vulnerabilidade social e risco, criadas durante o kirchnerismo). Tais medidas, todavia, não foram suficientes para barrar a vitória da chapa peronista em primeiro turno, fato ocorrido em 27/10/2019.

No momento que escrevo estas páginas, o coletivo juvenil La Cámpora¹²⁸ se apresenta como um dos principais pilares de oposição ao Governo Macri. Embora não se constitua uma

¹²⁸ O nome é uma referência ao ex-presidente Héctor Cámpora (1909-1980), referenciado na memória peronista como o companheiro mais leal de Juan Domingo Perón. No período em que Perón esteve exilado na Europa, Cámpora, seguindo as instruções de seu mentor, conseguiu unificar as diferentes correntes dentro do partido,

corrente organizada dentro do Partido Peronista, o movimento La Cámpora é uma articulação de jovens de esquerda que, nas últimas eleições, conseguiu eleger muitos Senadores e Deputados Federais, foi essencial para que o Peronismo mantivesse maioria nas duas casas legislativas.

Integram o Coletivo La Cámpora: Jovens Feministas da Argentina, Ação Kolina, Movimiento Evita, Juventud Peronista Revolucionária, Unidos y Organizados, Frente Transversal Trabalhadora e Martín Fierro. Ficaram conhecidos na imprensa latino-americana pelas grandes manifestações que organizam todas as quintas-feiras em frente à Casa Rosada. Os hits irônicos compostos pelos jovens – rotulados equivocadamente pela imprensa comercial argentina como ‘canções kirchneristas’ – retratando a realidade social dos portenhos é outra característica a ser ressaltada no movimento. As composições misturam elementos melancólicos do tango, batucada, toques de candombe e chamamé. A mistura desses elementos tão diferentes da cultura argentina constitui a base do ritmo e poesia portenho, um *RAP* único, que só é possível ouvir e assistir nas ruas de Buenos Aires, Rosário e Córdoba.

Outro elemento que demanda etnografias específicas – talvez um pós-doc – é a grande capilaridade deste movimento nas periferias dos grandes centros urbanos da Argentina. O trabalho de base inclui: aulas públicas de história em praças e centros comunitários – sempre exaltando o legado de Eva e Perón; articulação com sindicatos e outras instituições da sociedade civil organizada para promover ações solidárias, cujo objetivo é assistir as pessoas em situação de vulnerabilidade social; profundo diálogo e atuação conjunta com outros movimentos sociais organizados do país, como, por exemplo, as Mães de Maio¹²⁹.

Uma hipótese que venho aprimorando desde que retornei de Buenos Aires, é que o Movimento La Cámpora, em termos de atuação, capilaridade e influência nas periferias argentinas, se equipara à atuação do movimento religioso neopentecostal em territórios vulneráveis aqui no Brasil. Fatos que demandam mais pesquisas empíricas e teorização sobre esses fenômenos contemporâneos tão complexos.

ganhou apoio de todos os sindicatos da Argentina e venceu a eleição presidencial. Assim que Perón retornou do exílio, Cámpora renuncia e convoca novas eleições gerais. Perón candidata-se para a presidência, sendo eleito para um novo mandato.

¹²⁹ Mães que tiveram filhos assassinados pela Ditadura Militar.

6 O QUE OS DADOS ETNOGRÁFICOS EVIDENCIAM SOBRE A JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE?

O percurso etnográfico desta pesquisa, ao sair da escola e acompanhar também as sociabilidades juvenis nos espaços urbanos da cidade de Florianópolis, traz elementos sociológicos mais amplos para debater a juventude em tempos conturbados, onde assistimos ao encolhimento do Estado na esfera pública em nível de Brasil e América Latina, bem como à desregulamentação dos direitos sociais e à intensificação da exploração da classe trabalhadora em nível mundial.

Como evidenciado na seção anterior, entre os jovens que participam do movimento Hip Hop na Ilha de Santa Catarina, existe um dilema intenso. Parte dos integrantes atua para transformar o movimento cultural que nasceu nas quebradas em um levante popular organizado. Ou seja, uma ferramenta onde a população que habita os territórios periféricos da cidade possa participar da vida política da cidade e reivindicar melhorias para a sua comunidade junto às autoridades. Por outro lado, uma minoria entre os jovens observados, menos politizados, acha que o movimento deveria continuar estritamente cultural, teme que essa efervescência dialógica gestada em praça pública seja cooptada pela burocracia dos partidos políticos ou pelos ‘sindicalistas de carreira’, que não conseguem compreender as demandas da juventude, sobretudo os que habitam as ‘quebradas’.

Esta seção se debruça sobre a potência dos movimentos sociais contemporâneos, o quanto essa organização popular poderá se transformar em uma ferramenta poderosa para enfrentar o período obscurantista que estamos vivenciando em termos políticos no Brasil, entendendo por obscuro, ação do Estado, “que destrói o indivíduo em nome da ordem, de uma comunidade de interesses ou até mesmo da razão” (TOURAINÉ, 2011, p. 192). Todavia, devo advertir aos leitores que, diante da intensificação do neoliberalismo pós-industrial, reestruturação produtiva do capital e hegemonia financeira, essa articulação gestada no âmbito dos coletivos juvenis e movimentos sociais organizados terão maior efetividade caso estas organizações tenham capacidade de colocar em curso processos de mobilizações mais amplos. E para isso é preciso dialogar, bem como atuar conjuntamente com o movimento sindical e, em certa medida, com os partidos políticos progressistas para barrar retrocessos em curso no parlamento.

No âmbito acadêmico é consenso que os sindicatos estão completamente distantes de suas bases e os partidos políticos vivem uma profunda crise ética, especialmente no Brasil¹³⁰. Mas qualquer alternativa para conter a devastação social em curso exigirá necessariamente articulação e diálogo desses três importantes pilares da sociedade – movimentos sociais, sindicatos, partidos. É preciso ressaltar que quando advogo aproximação dessas três esferas, estou defendendo atuação conjunta e não que uma determinada organização seja cooptada por outra. Alain Touraine enfatiza que na história da América Latina é recorrente a tática dos governos extremistas de incorporarem as organizações populares nos aparelhos estatais ou na burocracia dos partidos, “o caso clássico é o PRI mexicano, partido-Estado há meio século, que comanda diretamente os sindicatos operários e camponeses, assim como organizações urbanas” (1996, p. 135). O peronismo na Argentina é outro exemplo elucidativo, ao longo da história, em diversos momentos o partido cooptou centrais sindicais e movimentos sociais organizados para se manter no poder.

Uma pergunta emerge a partir da leitura das notas etnográficas estruturadas na seção anterior: é possível caracterizar o movimento Hip Hop de Florianópolis como um movimento social organizado? Segundo a teorização da socióloga Maria da Glória Gohn, retomo o conceito de movimento social, já discutido na seção dois:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilização, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.) até pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 335).

A partir de tal definição, fundamentada na perspectiva teórica de Touraine (1996) e Castells (2013a), é possível afirmar que as Batalhas de *Rap* observadas no percurso etnográfico desta pesquisa vão muito além de uma simples articulação de jovens que se reúnem semanalmente para discutir um gênero musical. Há uma pauta política clara e objetiva, que é discutida diariamente nos grupos que emergem nas redes sociais digitais, no encontro semanal em praça pública, bem como nos versos declamados através do ritmo e poesia.

Ao longo da pesquisa, observei várias reuniões onde *rappers*, MCs e líderes do movimento estudantil organizado discutiam estratégias de mobilização contra os cortes anunciados pelo Ministério da Educação. Presenciei também uma articulação intensa junto às

¹³⁰ Conferir análise de Ricardo Antunes (2018) e Virgínia Fontes (2012).

associações de bairro e conselhos comunitários, para construir conjuntamente táticas de enfrentamento à violência policial intensificada nos territórios periféricos.

Todavia, dentro do Hip Hop existem dissensos e contradições. Há quem defenda que o movimento deveria se preocupar especificamente com produção musical e deixar as questões políticas para os políticos de carreira. Essa posição minoritária de alguns jovens tem provocado divisões e muita discussão. Mas para além desses dilemas, comum em qualquer grupo social, a maior relevância das Batalhas de *Rap* está na capacidade de os participantes diagnosticarem a realidade social das ‘quebradas’, denúncia trazida à tona através do ritmo e poesia.

Diante de tal panorama, é possível afirmar que o movimento Hip Hop observado nesta pesquisa se aproxima do que Gohn (2011) classifica como novos movimentos sociais autônomos contemporâneos. “Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (p. 336).

Ao longo das inúmeras conversas que tive com os participantes das Batalhas de *Rap* na Ilha de Santa Catarina, a palavra ‘revolução’ foi recorrente. Esclareço aos leitores que o termo utilizado com frequência nas narrativas juvenis é mais metafórico do que sociológico. Não estão no horizonte imaginário dos jovens observados ações que reivindiquem uma mudança brusca na estrutura econômica e política do Estado brasileiro. Os *rappers* não buscam um Estado comunista totalitário. A maioria desses jovens jamais ouviu falar em Karl Marx. Em tempos de teorias conspiratórias, devaneios propagados através de redes sociais e um suposto ‘marxismo cultural’, é importante que fique claro que o uso da expressão ‘revolução’, em sua maioria, foi empregado nas crônicas, versos e narrativas de forma irônica e/ou sarcástica. As ‘linhas de fuga’ registradas na seção cinco apontam para a tentativa de construção de uma sociedade menos excludente, que respeite as mulheres, os LGBTs, os negros, bem como a liberdade religiosa. Esta é revolução que almejam, uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Ou como sintetizou Kaká em uma das conversas informais que teve comigo, “que o povo da quebrada tenha a possibilidade de acessar os direitos garantidos na constituição, mas historicamente negados a nós”.

Etimologicamente, do latim, revolução pode significar: ato de revolver, giro, passagem sucessiva (de um corpo a outro), rolar para trás, enrolar. Mas revolução pode também estar associada à transformação que, no caso do *rap*, aconteceria pela intenção de informar, de comunicar o que sente e o que vive no cotidiano da periferia, para inverter o olhar do senso comum para aquela realidade social ou para colocar os sujeitos que vivem a situação de opressão, preconceito e discriminação diante do espelho. Os sentidos de revolver e de passagem sucessiva, combinados com o sentido de transformação, podem traduzir as intenções das palavras comunicadas no *rap* e, de modo reflexivo, provocar o giro e rolar para trás, através do reflexo que se projeta ao se olhar no espelho. (ESTECANELA, 2010, p. 284).

Alain Touraine afirma que “um movimento social é sempre um protesto moral; coloca-se por cima da sociedade para julgá-la ou transformá-la, e não no centro para manejá-la e orientá-la no sentido que exige a razão ou a história” (1997, p. 79). As narrativas dos jovens que frequentam a Batalha da Central convergem em sua maioria para um discurso igualitário, republicano, algo que se aproxima de uma utopia libertária e antiautoritária. Propostas extremistas, seja à direita ou à esquerda, são completamente refutadas pelos jovens observados nesta pesquisa.

É este enfrentamento entre os determinismos e os poderes sociais, de um lado, e, de outro, a reivindicação dos direitos e do *direito de ter direitos* que a sociologia deve considerar como sendo o objeto central de suas análises e de suas observações. As lutas conduzidas pelos movimentos de libertação de todas as ordens tornaram possível essa inversão do pensamento social. Mas, no passado, é geralmente uma evolução inversa que se produziu, transformando os movimentos de libertação em poderes autoritários. Pois, se as dominações jamais são completas, ou totais, elas também nunca deixaram de existir. As ciências sociais não podem contentar-se em criticar os sistemas autoritários e todas as formas de dominação. Elas devem igualmente convencer que jamais um ator é reduzido à impotência e à falsa consciência, e que em toda a parte existem vozes que falam de ações possíveis. (TOURAINÉ, 2011, p. 193).

Direito ao emprego (com proteção social), à universidade, à cultura é o que impulsiona o movimento Hip Hop da Ilha. Reivindicam também o direito à dignidade enquanto pessoa humana. Mesmo morando em um barraco na ‘quebrada’, gritam para que as autoridades os respeitem como cidadãos.

Nos últimos encontros que tive com os jovens interlocutores desta pesquisa em 2019, fui informado das grandes mudanças que aconteceriam nos meses seguintes. Muitos conseguiram acessar o banco universitário. Mc Rever alcançou a primeira etapa do seu grande sonho: passou no vestibular para o curso de Cinema da Universidade Federal de Santa Catarina. Na última conversa que teve comigo, bastante emocionado e com os olhos lacrimejando, me revelou “o governo do PT permitiu que o favelado pudesse chegar à universidade, mas não previu o quanto é difícil para o pobre da quebrada se manter neste espaço”. Pela primeira vez, não sabia o que dizer para aquele jovem.

L’Marx se prepara para mudar para Foz do Iguaçu. Através do SISU, passou no processo de seleção da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), conquistou uma vaga na graduação em Letras – Artes e mediação cultural latino-americana. Está ansioso para conhecer o movimento Hip Hop da tríplice fronteira, efervescência cultural consolidada no município paranaense, que envolve jovens da Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina).

Dudu também foi aprovado no vestibular da UFSC, ingressou no curso de Jornalismo. Como não consegue sobreviver com a renda dos shows que realiza, de segunda a sexta no período da noite, trabalha como garçom em um restaurante no bairro Campeche. Considera sua rotina exaustiva, mas tem grande expectativa com o futuro.

Kaká se aproximou do Coletivo Vamos, uma corrente dentro do Psol (Partido Socialismo e Liberdade) que nasceu a partir das discussões promovidas pela Frente Povo Sem Medo, agremiação que congrega a pauta de vários movimentos sociais – LGBTQIA+, Negro, Ambientais, Indígenas, Sem Teto. Avalia a possibilidade de ocupar a política institucional, se candidatando a vereador nas eleições de 2020. Se analisarmos a geografia do voto das últimas eleições municipais de Florianópolis, os dados do TRE/SC nos mostram que, em 2016, por exemplo, o candidato a prefeito pelo Psol foi o mais votado nos bairros Lagoa da Conceição, Porto da Lagoa e na Comunidade das Areias (onde mora a maioria dos jovens sujeitos desta pesquisa). São dados reveladores, considerando que o então candidato destoava bastante dos políticos tradicionais. Trata-se de um acadêmico, professor de urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com relação à votação para vereador em 2016, os dados do TRE/SC nos mostram que os três vereadores mais votados nos bairros citados são do Psol; dois desses parlamentares destoam completamente do que os jovens sujeitos desta pesquisa classificam como ‘políticos de carreira’¹³¹. Uma análise da apuração dos votos das seções eleitorais da Comunidade das Areias nos revela que, um candidato do Psol, jovem e bastante articulado com os coletivos juvenis, foi o mais votado em todas as urnas. Em nível municipal, este candidato, que era estreante na política, consagrou-se como o segundo parlamentar mais votado no município.

É digno de registro que a região da planície do Campeche tem uma tradição histórica de mobilização. Na década de 80 do século XX, quando se intensificou os movimentos migratórios na região da Grande Florianópolis – pessoas do sudeste e nordeste que chegavam à cidade em busca de oportunidades – os moradores do Campeche colocaram em curso um amplo debate sobre a ocupação da cidade, forçando a prefeitura municipal a iniciar a discussão sobre o plano diretor do município¹³². A partir desta intensa mobilização comunitária em defesa das questões ambientais, bem como uma ocupação territorial organizada, a população local fundou veículos de imprensa comunitários – jornal impresso e rádio FM – para confrontar as narrativas da mídia comercial já existente na cidade. Decorridas

¹³¹ Político que visita a periferia próximo do período eleitoral promove alguma ação solidária e depois da eleição esquece a comunidade.

¹³² Leitores interessados na temática participação social na cidade de Florianópolis, conferir análise de Pereira (2015; 2017).

três décadas, esses veículos ainda têm grande capilaridade na região, sendo referência no Estado de Santa Catarina no campo da mídia comunitária¹³³.

A título de ilustração do quanto esta comunidade tem disposição para discutir a participação social comunitária, faço referência a uma reunião ordinária do Conselho de Saúde Local, que havia incluído na pauta de discussões a ‘violência policial nas quebradas’. Ao chegar na reunião juntamente com os jovens da Batalha da Central, a primeira coisa que me impressionou foi o número de participantes da reunião: excluindo os jovens e os servidores do Posto de Saúde, contei 33 pessoas presentes. Em tempos de popularização do acesso a internet, onde parte dos internautas reduz a participação social, as ‘discussões políticas de *Facebook*’, a tradição de organização popular da região do Sul da Ilha constituem um elemento importante a ser ressaltado. Quando a Polícia Militar tentou acabar com a Batalha da Central por conta do barulho na praça após as 22:00, a atuação do Conselho de Saúde e da Associação dos Moradores do Campeche foi essencial para sensibilizar os policiais e demonstrar que se tratava de uma reunião de jovens que discutiam e produziam arte a céu aberto.

Ainda sobre os interlocutores desta pesquisa com que mais interagi durante os dois anos de percurso etnográfico, Aninha, ao concluir o ensino fundamental na escola municipal do Ribeirão da Ilha, ingressou no Ensino Médio do IFSC. Acha a instituição muito diferente, mas está conseguindo ir adiante, não foi reprovada em nenhuma matéria, mas teve dificuldades nas disciplinas de cálculo e geometria. A maior diferença que sente em relação à escola anterior é o método de avaliação; considera a instituição federal mais criteriosa e que os professores cobram muito.

Kleber ingressou no Ensino Médio de uma escola estadual no bairro Rio Tavares. Sobre o futuro, almeja ingressar em curso técnico ou graduação tecnológica do IFSC. Não definiu a escolha, mas imagina algo próximo da área de edificações ou eletrônica. Também demonstra simpatia pelo campo da informática.

Dani Black ingressou no Instituto Estadual de Educação. Demonstra grande apreço pelo universo das artes. Uma das possibilidades que avalia após a conclusão do Ensino Médio é tentar o vestibular em música ou teatro na UDESC. Mas ainda está analisando as múltiplas possibilidades. Sua grande meta para 2019 é ‘passar de ano’.

¹³³ Conferir documentário realizado pelos Jornalistas Elaine Tavares e Rubens Lopes que recupera a memória das lutas sociais travadas na década de 80 do século XX, bem como a criação das mídias alternativas no sul da Ilha de Santa Catarina (TAVARES; LOPES, 2019).

6.1 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A JUVENTUDE

Um dos maiores desafios com que a juventude está se deparando neste período de recessão econômica e desregulamentação dos direitos sociais é a questão do acesso ao mercado de trabalho. Uma análise minuciosa dos dados do IBGE entre 2012 e 2018 nos mostra que somente entre os jovens, neste período houve uma redução de quase dois milhões dos postos de trabalho destinados para esse seguimento populacional (LIMA, 2019).

Ao jovem escolarizado, sobretudo aqueles que conquistaram o diploma universitário, tem restado a informalidade, o trabalho intermitente ou trabalho como PJ (contrato onde o jovem presta serviços para uma determinada empresa como pessoa jurídica). Excelente diagnóstico é realizado pelo sociólogo Ricardo Antunes (2018), onde analisa os jovens advogados que perambulam pelos escritórios de advocacia da cidade de São Paulo em busca de uma causa para advogar. Quando conseguem, precisam pagar altas taxas ao escritório que cedeu a demanda processual.

Para o pesquisador, o trabalho intermitente, ou seja, contrato onde o trabalhador é chamado quando há demanda, está gerando uma ‘massa de empregados’ sem trabalho. Não é difícil de imaginar as consequências para a aposentadoria de um jovem que trabalha apenas seis ou oito horas semanais.

Os dados do IBGE no primeiro semestre de 2019 evidenciam ainda que, além dos 14 milhões de desempregados, no país há cinco milhões de pessoas que pararam de procurar emprego. Trata-se do que as autoridades classificam de ‘desalentados’. Um debate que tenho procurado tecer pelos espaços dialógicos que circulo é: quem defende os interesses dos trabalhadores desempregados neste país? A esta indagação, as lideranças sindicais de Florianópolis não se cansam de repetir, que a era do ‘sindicato assistencialista’ ficou lá na década de 80 do século passado. E qual seria a função do sindicato na contemporaneidade? Quais as questões emergentes do nosso tempo? O sociólogo Ricardo Antunes tem a resposta na ponta da língua:

Os sindicatos devem se abrir para os jovens trabalhadores, homens e mulheres que não têm encontrado eco às suas aspirações junto aos organismos sindicais. E a eles devem se juntar os trabalhadores de distintas raças e etnias (índios, negros, imigrantes), aos quais são destinados geralmente os trabalhos mais precarizados. Para que a ação tenha concretude é imprescindível e inadiável a eliminação de qualquer resquício de tendências xenófobas, ultranacionalistas, de apelo ao racismo e de convivência com as ações discriminatórias de qualquer ordem, incluído as sexistas e homofóbicas. (2018, p. 295).

Na Europa, as chamadas ‘associações do precariado’ foram a forma que os jovens desempregados, que vivem na informalidade, encontraram para resistir à crise financeira, bem como a total desregulamentação das relações de trabalho colocadas em curso nos principais países daquele continente. Diante da potência dessa mobilização, a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* – CGIL, na Itália, criou um setor específico para dialogar com os jovens desempregados e/ou que atuam na lógica da ‘uberização’, ou seja, trabalham conforme demanda do aplicativo tecnológico, sem qualquer proteção social.

O leitor que acompanhou as notas etnográficas da seção anterior observou que Latino é *rapper* aos finais de semana, produtor as terças, quartas e quintas no período noturno, e motorista de aplicativo nos demais dias. O jovem me relatou que a empresa UBER retém um percentual que varia entre 25 a 30% de todo valor arrecadado com as viagens realizadas, restando para o motorista 70 a 75%; deste, é preciso pagar o combustível, a manutenção do carro e o almoço.

Outro dado curioso é que o carro que Latino dirige não é próprio. Não é qualquer veículo que a empresa aceita no processo de filiação dos motoristas, então o jovem aluga um Nissan Sentra 2018 junto à empresa ‘Localiza’. Ressaltou que às vezes ele precisa fazer um grande deslocamento para pegar o passageiro e esse custo fica por sua responsabilidade; se recusar uma viagem não lucrativa que o sistema programou, é penalizado com multa. Vários dias na semana precisa efetuar uma jornada de trabalho que varia entre 12 e 14 horas para tirar uma média mensal de R\$ 2.800,00, valor líquido após o desconto da taxa do aplicativo, o aluguel do carro, bem como as despesas do combustível.

Eventual seguro do veículo fica por sua conta, a empresa UBER não tem qualquer responsabilidade caso seus motoristas fiquem doentes. Caso se envolva em um acidente e a oficina demore cinco dias para o concerto do veículo, será uma semana que o jovem ficará sem trabalho, portanto, sem remuneração. A precarização das condições de trabalho da juventude é um tema emergente que precisa ir além dos círculos acadêmicos, precisa adentrar a agenda sindical, bem como o debate que devemos estabelecer com a sociedade civil organizada.

Diagnóstico realizado pelo Fórum Econômico de Davos – a voz do capitalismo – aponta que nos próximos dez anos, 40% das profissões irão desaparecer. Como resposta aos grandes conflitos sociais que irão insurgir na próxima década ao redor do globo, os economistas começaram a discutir a viabilidade de instituir uma ‘renda básica universal’. Nas discussões realizadas em 2018, não houve consenso de como essa proposta seria aplicada nas diferentes regiões do mundo. Todavia, é curioso a forma com que os homens e as mulheres

que detêm o poder global estão se organizando para enfrentar o próximo ciclo de crises. Diante de tal panorama, qual será o projeto do campo progressista para responder a devastação social em curso?

Os capitalistas que argumentaram em favor de uma ‘renda básica universal’ ressaltam que, no ano de 2016, as três maiores empresas do Vale do Silício tiveram uma receita de U\$\$ 300 bilhões de dólares, com apenas 140 mil funcionários. No mercado financeiro as ações destas três corporações movimentaram mais de um trilhão de dólares. Em contraste, na década de 90 do século XX, as três principais montadoras de Detroit produziram juntas U\$\$ 250 bilhões de dólares em recita, porém essas empresas empregavam um milhão e duzentos mil funcionários. No ano de 1994, as referidas empresas movimentaram no mercado de ações U\$\$ 38 bilhões. São dados impactantes que mostram com nitidez o quanto os processos de automação e informatização estão eliminando postos de trabalho (FINN, 2017; KAUFMAN, 2017; 2019).

Outro elemento em que o campo progressista tem demonstrado extrema dificuldade de compreender é a atuação das igrejas nas comunidades em situação de vulnerabilidade social e risco. Kaká, um dos jovens mais politizados da pesquisa, que avalia a possibilidade de participar do processo eleitoral de 2020 como candidato a vereador, definiu a atuação das igrejas evangélicas como “fonte de alienação da sociedade”, demonstrou perplexidade ao fato de a Batalha da Central ter um *rapper* evangélico.

Diante das condições sociais adversas nos territórios periféricos, encolhimento do Estado e ausência de políticas públicas, as ações que as instituições religiosas realizam nestes espaços, embora limitadas do ponto de vista social e intelectual, são muito importantes para aqueles moradores, seja na elevação da autoestima, ou na ação solidária que irá garantir um prato de comida na mesa. Mano Intruso desde criança tinha interesse pelo campo da música; sua família, todavia, não dispunha de condições financeiras para pagar a mensalidade em uma das escolas de música existente na cidade. A oportunidade de frequentar a escola musical da igreja foi muito importante; ali fez amigos, aprendeu técnicas de canto, por algumas horas estava protegido da violência dura e cruel das ‘quebradas’, “estar com a bíblia debaixo do braço, significa receber um tratamento diferenciado da polícia”. O medo de ser morto pelo Estado – policiais – é uma das maiores preocupações dos jovens com que interagi nestes dois anos de percurso etnográfico.

Ainda sobre as igrejas, parte dos jovens observados nesta pesquisa afirma frequentar mais do que uma religião. Dandara afirmou frequentar o terreiro de candomblé no Ribeirão da Ilha às quintas-feiras, mas esporadicamente acompanha suas amigas evangélicas à igreja

Assembleia de Deus, alguns domingos também acompanha suas tias à missa da Igreja Católica. A ‘experimentação’ é uma característica marcante da juventude contemporânea.

Tais elementos evidenciam a necessidade de pesquisas específicas no âmbito das ciências sociais que problematizem a atuação e a expansão das igrejas evangélicas nas periferias dos grandes centros urbanos, bem como a estreita relação dos dirigentes destas igrejas com os governantes do Estado. Um fenômeno que não é exclusividade do Brasil e do período que estamos vivendo.

Impor sua religião, em múltiplas versões sectárias, é o valor mais essencial para inúmeras teocracias ou supostas teocracias em todo mundo. A glória de Deus e o servir a Deus são os valores preponderantes para bilhões de seres humanos do planeta. A acumulação de capital é apenas um meio para ampliar e aprofundar o reino de Deus; caso contrário, o Estado é uma instituição herege que se pretende superior à lei de Deus. (BANET-WEISTER; CASTELLS, 2019, p. 16-17).

Os sociólogos Sarah Banet-Weiser e Manuel Castells formularam tal análise a partir de pesquisas empíricas realizadas no oriente médio, mas levaram em consideração, também, a colonização que países da Europa realizaram na América Latina, onde a Igreja Católica teve forte atuação ao lado dos reinados, em ‘batalhas’ que visavam à conversão das almas dos povos originários que habitavam as regiões dos trópicos.

Pesquisa etnográfica realizada em municípios da Baixada Fluminense por Magalhães (2016) ressalta que, na última década, nenhum candidato a prefeito da região conseguiu se eleger sem ‘as bênçãos’ dos pastores neopentecostais. Estudo recente, também realizado no Estado do Rio de Janeiro, aponta a articulação das igrejas evangélicas, sua forte atuação via programas televisivos e radiofônicos em horário nobre e a capilaridade junto aos territórios periféricos como elementos centrais na constituição da ‘hegemonia neoconservadora’ (FREIRE, MURAD, SILVA, 2019). Para as pesquisadoras, a atuação conjunta dessas instituições religiosas foi decisiva tanto no pleito estadual, como nacional de 2018. Evidências que corroboram a necessidade de mais teorização sobre o assunto.

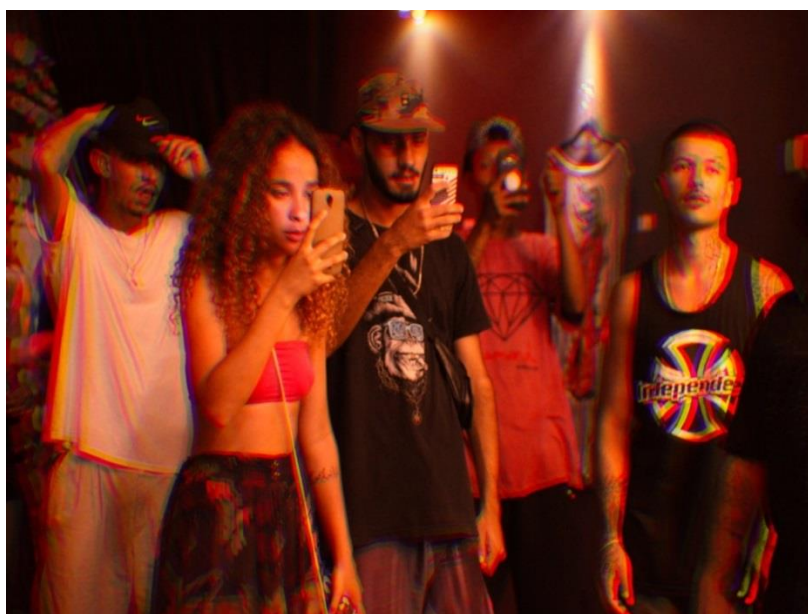
Na era da ubiquidade tecnológica, outros elementos sociológicos começam a entrar em cena no Brasil, como as empresas de inteligência artificial: ‘Kuzma’ e ‘Igreja Mobile’, que desenvolveram um software específico de reconhecimento facial, adaptado as demandas das igrejas neopentecostais brasileiras. Prática cada vez mais comum nos templos evangélicos do eixo Rio-São Paulo, a partir do que a câmera capta nas filmagens, a sofisticação tecnológica cruza as informações que o fiel disponibilizou nas redes sociais. A partir disso, relatórios individuais são gerados com as seguintes métricas: estado emocional, sexo, idade, horário de

chegada e de saída no templo, possíveis motivos de atraso, necessidade de uma intervenção (conversa) pastoral (RUDNITZKI, 2019). No atual estágio do desenvolvimento tecnológico, não apenas divindades eclesiais estão interessadas a nos conduzir ao ‘paraíso’. Algoritmos e robôs demonstram muita eficiência na vigilância em nome de Deus.

Por fim, um debate que precisa entrar na agenda do campo progressista é o combate à corrupção. Atualmente este tema é exclusivo dos discursos políticos do campo à direita. A esquerda, de uma forma geral, tem demonstrando grandes dificuldades de discutir esta pauta. Os jovens sujeitos desta pesquisa não demonstram simpatia por nenhum partido político, preferem os ‘coletivos’, acham que estas ‘novas formas de organização social’ estão mais conectadas com as demandas da periferia. Não por acaso os candidatos pelos quais os jovens desta pesquisa demonstram apreço e simpatia destoam consideravelmente do que pode ser classificado como ‘políticos tradicionais de carreira’.

Com relação aos treze anos dos governos centro-esquerda, reconhecem avanços significativos como, por exemplo, a expansão das universidades. Todavia a corrupção, bem como a ausência de uma autocrítica dos vários erros cometidos durante a década que esteve no poder, faz com esses jovens refutem a burocracia partidária e vislumbrem a organização via coletivos como forma de tentar alterar o quadro político atual brasileiro.

6.2 A BATALHA DE RAP EM IMAGENS



Jovens transmitem em suas redes sociais digitais o duelo de MCs que ocorre durante a Batalha de Sangue. Fonte dos registros: Acervo do pesquisador¹³⁴.

¹³⁴ O pesquisador fez uma opção de excluir do seu acervo etnográfico todas as imagens com jovens menores de 18 anos. Para utilizar os registros desses adolescentes, seria necessária a autorização de pais ou responsáveis, uma burocracia acadêmica imposta pelo comitê de ética bastante complexa de ser executada.



Um dos principais informantes do etnógrafo, responsável pela inserção do pesquisador no interior da Comunidade das Areias.



Uma característica muito peculiar do *Rap* de Florianópolis é a inclusão de instrumentos musicais como violão, saxofone e violino. Entre os *rappers* mais experientes, constata-se uma mixagem entre alguns elementos do samba, funk e *reggae*.



Grupo de *Break* posa para foto logo após ter realizado a performance artística.



Outro informante estratégico no percurso etnográfico urbano da ilha. Na foto, o jovem busca o melhor ângulo para registrar a performance protagonizada pelo MC.



Jovens e adolescentes que participam das Batalhas fazem muitos registros audiovisuais. Muitos são transmitidos em tempo real em suas redes sociais digitais, outros viram pequenos vídeos que vão sendo editados e publicados ao longo da semana.



Duelo entre duas participantes na Batalha de Sangue da Central.



Momento em que a Batalha sai de cena e o espaço se aproxima de uma 'balada' a céu aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentando compreender as novas sociabilidades juvenis mediadas por tecnologias ubíquas, bem como as oportunidades e tensões que estas interações proporcionam aos jovens infonautas, esta pesquisa iniciou seu percurso em uma escola de educação básica acompanhando uma professora de língua portuguesa que estava desenvolvendo um projeto interdisciplinar com as turmas de nono ano (Ensino Fundamental). Um dos objetivos pedagógicos da docente era instigar entre os estudantes uma reflexão crítica quanto aos usos da rede mundial de computadores e das tecnologias ubíquas. Ao longo do processo investigativo, o etnógrafo passou a observar também as Batalhas de *Rap*, uma reunião de jovens que acontece semanalmente em uma praça, próxima à escola.

Muito além de representar o drama diário dos territórios ‘periféricos’ de Florianópolis, os jovens observados nas reuniões culturais, por meio do ritmo e poesia, estruturam crônicas e poesias criativas que instigam os demais integrantes do movimento Hip Hop a refletirem sobre a condição social do ‘sujeito da quebrada’. Ao analisar as narrativas dos diversos interlocutores desta pesquisa – estudantes, MCs, *rappers*, DJs, grafiteiros, dançarinos, pichadores – constata-se que a expressão ‘quebrada’ não é utilizada como um estigma para referenciar a violência sistêmica da comunidade, o tráfico da ‘boca de fumo’, tampouco a negligência do Estado na execução de políticas públicas. Ao contrário, a expressão evidencia um espaço territorial pujante de efervescência cultural e formação política. A radicalidade de algumas narrativas, tentando colocar em curso um levante popular organizado, traz à tona algumas práticas genocidas protagonizadas pela Polícia Militar, bem como a necessidade de uma organização social ampla para enfrentar o autoritarismo institucional que ainda persiste no país¹³⁵.

Esta investigação interagiu com grupos ecléticos com relação à faixa etária, na turma de nono ano observada durante o ano letivo de 2018 – os estudantes tinham entre 14 e 15 anos. Nas Batalhas de *Rap*, além de alguns estudantes da escola, tornaram-se interlocutores do percurso etnográfico outros jovens atuantes no movimento Hip Hop – com idade entre 16 a 22 anos – e, também, outros sujeitos, que os organizadores da reunião cultural classificavam como ‘velha guarda do *Rap* de Floripa’, ou seja, *rappers* consagrados na cena musical com idade entre 24 a 27 anos.

¹³⁵ Etnografia realizada pela Antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019) nas periferias de Porto Alegre, também constatou que os coletivos juvenis insurgidos nos ‘morros’ e ‘vilas’ para discutir a violência policial, está se constituindo em um importante pilar de resistência ao autoritarismo institucional crescente no país.

Algumas notas etnográficas evidenciam que, à medida que o jovem passa a ter uma experiência mais intensa com as tecnologias ubíquas, alguns sujeitos começam a interrogar algumas contradições presentes na cultura digital. A organização de uma ‘CriptoFesta’ é muito elucidativa, jovens da “quebrada” organizaram um festival cultural, convidaram pesquisadores acadêmicos para discutir temas emergentes como: vigilância, cidadania digital, além das novas assimetrias de poder no neoliberalismo ‘pós-industrial’.

Este trabalho acadêmico defende a tese de que, **diante das transformações profundas que as tecnologias ubíquas vêm provocando nos modos de comunicar, produzir e receber informações, educar para a cidadania é um elemento essencial para que o jovem infonauta possa desenvolver habilidades de interrogar e desafiar as representações preconceituosas, extremistas, bem como as violências simbólicas tecidas nas redes sociais digitais. Sobretudo na educação básica, é preciso desenvolver processos formativos éticos, capazes de conduzir o educando à reflexão do conjunto de hábitos que forma os valores necessários ao convívio social.**

Análises de agências multilaterais econômicas consideram que, em uma sociedade interconectada por redes, estar incluído digitalmente é essencial para a garantia do bem-estar social, um elemento indispensável para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades regionais (BANCO MUNDIAL, 2016). Um dos resultados que esta etnografia traz à tona é que, diante das assimetrias de poder embutidas nas tecnologias digitais, se um usuário não consegue refletir a dimensão ética, estética e política das interações que tece nos ambientes virtuais, este internauta acaba se tornando um simples consumidor do capitalismo mundial integrado pós-industrial. Uma nota etnográfica na seção quatro, onde os estudantes expressam apreensão com a possibilidade de um “hacker comunista” alterar o resultado da eleição presidencial de 2018, evidencia o desafio em lidar com a desinformação na era da ubiquidade.

Na seção cinco, onde o pesquisador acompanha as interações juvenis fora da escola, MC Rever [um dos interlocutores da pesquisa] traz à tona uma situação inusitada, vivenciada dias antes da conversa com o etnógrafo, percorrendo uma das vias no centro da cidade de ônibus: observou uma roupa “irada” na vitrine de uma loja. Na sequência ficou discutindo com seu colega o quanto seria “maneiro” utilizar aquele traje no próximo show em que se apresentaria. Ao chegar em casa e acessar seu perfil na rede social *Facebook*, a publicidade da referida roupa saltava aos seus olhos. A inteligência artificial está alterando significativamente a relação que tecemos com as tecnologias; ela é a base para a ‘revolução

ubíqua’ a partir da convergência de várias plataformas digitais: internet das coisas, *blockchain*, robótica avançada, impressão 3D¹³⁶.

Com o fim do regime militar na década de 80 do século XX, o Brasil, juntamente com os demais países da América Latina, seguindo as prescrições dos organismos multilaterais, tem investido na ampliação do acesso às tecnologias da informação e comunicação. Em um país de dimensões continentais que se sobressaem, não podemos deixar de levar em consideração as diferenças regionais e culturais.

Estudos elaborados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br – apontam que, em 2018, 70% dos brasileiros utilizaram a rede de alguma forma – trabalho, escola, *lanhouse*, telecentro, casa de parentes. Ao aumentar o zoom sob as faixas etárias, a pesquisa revela dados ainda mais curiosos. Entre os adolescentes e jovens de até 29 anos, 92% declararam ser usuários da rede, sendo que 79% a acessam todos os dias ou quase todos os dias.

Quando questionados onde esses jovens acessam a internet, os últimos monitoramentos da CGI.br (2014; 2015; 2016; 2017; 2018) apontam uma tendência crescente do jovem a procurar a rua – praças e locais públicos que disponibilizam *wi-fi* gratuitamente – para se conectarem à rede por meio dos dispositivos móveis. Ao serem questionados sobre o que fazem na rede, as respostas mais citadas por 90% dos entrevistados na última pesquisa foram: envio de mensagens instantâneas e uso das redes sociais para se informarem ‘do que está rolando’ na sociedade.

Os estudos realizados pela CGI.br na última década evidenciam mudanças no perfil juvenil com a popularização do acesso às tecnologias ubíquas. Diante do acesso às redes digitais na palma da mão, nos últimos dez anos, jovens têm frequentado menos bibliotecas, museus, *cybercafés* e telecentros.

Em síntese, os principais indicadores apontados nos relatórios da CGI.br (2017; 2018) são: I) enormes disparidades entre regiões geográficas do país e classes sociais em relação ao acesso e uso proficiente da rede; II) o celular enquanto principal dispositivo que os brasileiros utilizam para interagir na internet; III) a maioria absoluta da população economicamente menos favorecida, bem como a população que mora na área rural, acessa somente a web pelo celular; IV) o uso proficiente da rede está restrito aos brasileiros com graduação completa e renda superior a cinco salários mínimos.

Em uma perspectiva sociológica, é possível interrogar o que o Comitê Gestor da Internet no Brasil está classificando como ‘uso proficiente da rede’. A forma como os

¹³⁶ Um excelente diagnóstico sobre o atual estágio da Inteligência Artificial pode ser conferido no livro de Dora Kaufman (2019).

pesquisadores descrevem alguns indicadores nos oferece algumas pistas: ter capacidade de analisar a informação acessada, refletir sobre narrativas injustas ou extremistas. Trata-se de um aspecto instrumental do uso da tecnologia, evidenciando a necessidade de um aprofundamento no debate acadêmico que leve em consideração também a dimensão ética e estética das redes.

Os dados coletados pelo CGI.br (2017; 2018) demonstram ainda que, embora a expansão em números absolutos de usuários da rede no Brasil tenha ocorrido de forma significativa nos últimos sete anos, este crescimento se restringe aos grandes centros urbanos, sendo que o país ainda tem desafios complexos a superar no que se refere às diferenças geográficas, bem como às classes sociais – A, B, C, D, E. Outro fator que merece reflexão é o fato de o celular ter despontado como o principal artefato que os brasileiros utilizaram para se conectar à internet. De acordo com os dados, 97% dos internautas recorreram ao dispositivo móvel para acessar a rede. Entre a população em situação de vulnerabilidade social, esse dispositivo é o único meio utilizado para interagir na web.

Os dados da CGI.br revelam que o aumento do número de internautas no Brasil não significa que esses usuários utilizem com efetividade os aplicativos digitais. Sobretudo nas classes – C, D, E –, foi identificado um uso instrumental de acesso à internet. Postagem de fotos nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, uso do aplicativo *WhatsApp* para efetuar ligação por meio de vídeo e se informar do que está acontecendo na sociedade foram as atividades mais citadas pelos entrevistados. O uso da internet para monitorar as ações dos governos e instituições públicas, acessar sites relacionados à saúde, educação ou cultura, acessar jornais e publicações científicas está restrito aos brasileiros que possuem graduação e renda igual ou superior a cinco salários mínimos. A publicação demonstra ainda que, entre os internautas menos escolarizados, a principal forma de buscar informações ocorre por meio dos grupos em que o entrevistado interagia nas redes sociais digitais. Nesta parcela populacional, são em menor número os que demonstraram o hábito de checar a veracidade das informações recebidas em seu artefato móvel, bem como confrontar a informação com as análises tecidas em outros meios de comunicação de massa: rádio, TV, jornal.

Dados da União Internacional das Telecomunicações, agência ligada à ONU que monitora o acesso da rede mundial de computadores no mundo, apontam que, em 2017, 140 milhões de pessoas estavam conectadas à internet no Brasil. Trata-se do quarto maior país do mundo em números de internautas, ficando atrás apenas da China, Índia e Estados Unidos da América (RAIS, 2018). O relatório da ONU aponta ainda que, no referido ano, o Brasil tinha

122 milhões de usuários filiados a alguma rede social digital, sendo que mais de 50% desse público permaneciam conectados via celular em média 8 horas e 56 minutos diariamente.

Considerando que crianças e adolescentes representam um terço dos usuários da internet no mundo (BYRNE; KARDEFELT-WINTHER; LIVINGSTONE; STOILOVA, 2016) e no Brasil, oito em cada dez jovens utilizam com intensidade as redes sociais digitais (CGI.br, 2017b); Tendo por base que a escola é uma das instituições sociais responsável por socializar conhecimentos historicamente construídos, permitindo que o discente se aproprie da cultura; Referenciando a Carta Magna de 1988 que no artigo 205 estabelece que: “a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). E, analisando a competência geral cinco da Base Nacional Comum Curricular – BNCC¹³⁷ – documento que elenca as diretrizes gerais para aprendizagem no percurso da educação básica:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 9).

Torna-se indispensável que a educação básica problematize com os adolescentes toda complexidade que envolve o labirinto das redes digitais. Diante de tal panorama, os currículos educacionais precisam superar a abordagem instrumental sobre o uso das tecnologias digitais e avançar em uma abordagem pedagógica em sala de aula, que privilegie a reflexão de valores como a empatia, privacidade, diálogo e respeito às diferenças.

Nesse sentido, o projeto interdisciplinar acompanhado na seção quatro trata-se de uma experiência pedagógica exitosa que deve ser discutida, aprimorada e ampliada de forma que contemple todos os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Não pode se restringir a uma iniciativa isolada de docentes que demonstram familiaridade com a temática.

Ao longo deste trabalho, a expressão ‘dimensão ética das redes’ foi utilizada algumas vezes. À luz dos estudos da infoética, discuti, na seção três, alguns estudos formulados na Europa que analisaram a privacidade como um valor, bem como os abusos cometidos no campo da vigilância por governos e conglomerados econômicos. O debate sobre estas ambivalências – transparência X privacidade – é um tema emergente na contemporaneidade, que precisa adentrar os currículos da educação básica.

¹³⁷ Documento construído de forma contraditória, desrespeitando a tradição democrática pós-constituição de 1988, na elaboração da proposta curricular. Por já escrito sobre essa especificidade, não irei retomar essa discussão neste trabalho, mas leitores interessados podem conferir o artigo “Educação pública em risco: discontinuidades, golpes e resistência” (REIS; SARTORI, 2018).

Esta pesquisa identificou cinco grandes instituições socializadoras, onde os jovens observados, interagindo no processo de socialização, constroem as sociabilidades: escola, Batalhas de *Rap*, tecnologias ubíquas, família e religião. Essas duas últimas não foram objeto de análise desta etnografia, embora alguns interlocutores por diversas vezes tenham trazido à tona aspectos da religiosidade.

O etnógrafo, seguindo as “luzes antropológicas” (PINHEIRO-MACHADO, 2016), apenas registrou as notas e transcreveu para a tese exatamente o que ouviu dos jovens. Tal situação evidencia a necessidade de pesquisas específicas que analisem a expansão das igrejas neopentecostais nas comunidades em situação de vulnerabilidade social e risco, ao mesmo tempo que constatamos o encolhimento da atuação do Estado, seja na formulação e aplicação de políticas públicas, bem como na destruição da rede de proteção social garantida na Carta Magna de 1988.

Com relação às Batalhas de *Rap*, estas foram examinadas na seção cinco como um produto da sociabilidade juvenil, ou seja, uma forma peculiar de como os jovens pobres e da ‘quebrada’ se apropriam do espaço urbano da cidade neoliberal, por meio de processos de socialização vivenciados na praça pública e nos aplicativos digitais, conseguem formar uma ação coletiva, mobilizando internautas e jovens moradores de áreas em situação de vulnerabilidade social em torno de uma identidade comum.

Sobre a escola – instituição socializadora analisada na seção quatro –, as notas etnográficas evidenciam que ela cumpre um papel importante na vida dos jovens e adolescentes, em especial dos sujeitos oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social e risco. É durante o percurso escolar que os jovens convivem um longo período com pessoas da mesma geração. A partir desta interação constroem laços afetivos, constituem sua identidade, formam redes de interação que se expandem para além da instituição escolar.

No momento que concluo este trabalho e me preparo para retornar às minhas atividades no Instituto Federal de Santa Catarina, fico a refletir o quanto uma pesquisa longitudinal, que continuasse a acompanhar os jovens interlocutores desta etnografia a longo prazo, poderia revelar elementos sociológicos ainda mais consistentes para discutirmos a juventude na contemporaneidade. Uma das primeiras ações após a defesa será a apresentação de uma proposta à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica para criação de um Observatório da Juventude. É meu interesse continuar observando a trajetória estudantil, profissional e social dos sujeitos desta pesquisa.

Por fim, este trabalho também oferece uma contribuição ao campo dos estudos etnográficos em educação. Pesquisadores interessados nesta perspectiva teórico-metodológica

encontrarão boas pistas de como desenvolver pesquisas etnográficas, bem como a importância da colaboração entre o professor da educação básica e do pesquisador da universidade para o avanço do campo epistemológico:

A abordagem etnográfica por sua natureza descritiva da realidade, rigorosa quanto ao entendimento do significado das ações sociais para o outro, quando associada a uma visão crítica da justiça social enquanto abordagem teórica, não pode deixar de reivindicar a parceria do professor para a análise dos processos interativos de sala de aula. Fazer etnografia crítica de sala de aula sem o professor é continuar a falar sobre a realidade do professor sem que o professor possa sequer opinar sobre o significado de sua prática. (MATTOS, 2011c, p. 87).

Na seção quatro, o leitor pode conferir a longa descrição sobre o projeto interdisciplinar executado pela Professora Alexandra. O planejamento executado junto com o pesquisador, as situações adversas que levaram o etnógrafo a assumir a sala de aula foram interações muito importantes para o percurso da pesquisa, mas também para os profissionais da escola que aceitaram ser coautores neste processo de investigação.

No momento em que o pesquisador resolveu sair da escola e interagir com os jovens em espaços urbanos da cidade de Florianópolis, esta etnografia tornou-se ainda mais desafiadora. Ao longo do texto, especialmente na seção cinco, procurei dar voz a uma juventude invisibilizada e marginalizada por alguns setores da sociedade. O mosaico construído a partir de observações, conversas informais, entrevistas e anotações em meu diário de campo resulta neste texto escrito em primeira pessoa, direcionado em especial para pessoas que não conseguiram chegar aos bancos universitários.

Pela forma como a academia está estruturada em nosso país, os dados etnográficos construídos nesta tese continuarão a ser debatidos e problematizados em artigos que serão publicados em periódicos especializados. Todavia, mais importante nesse processo de produção de conhecimento é que os jovens da Comunidade Das Areias, que também são coautores deste trabalho, possam ter acesso a esses dados sistematizados, bem como refletir sobre os próximos passos da “revolução” que colocaram em curso. Leitor assíduo de Gilka Girardello (2012, p. 299), concordo que “a autoria não reside apenas na equação original de conceitos e cruzamentos de dados inédito, mas também na possibilidade de comunicar esse material”.

Ciência aberta, a favor da população pobre, oprimida e marginalizada, é um dever básico de todos os pesquisadores vinculados às instituições públicas. A melhor ciência é aquela à qual toda a população tem acesso! No momento em que a pesquisa científica brasileira encontra-se sob intenso ataque por parte dos nossos governantes, é chegado o

momento de sairmos de nossos laboratórios e ocuparmos ruas e praças, dialogarmos de maneira clara e objetiva com quem financia nossas pesquisas – o povo, por meio do pagamento de seus impostos. Devemos nos inspirar nos *Rappers* interlocutores desta pesquisa e nos rebelarmos contra o obscurantismo instaurado nesse país. O trecho do *Rap* composto por L' Marx é um convite à reflexão:

*Mais um ano começa,
Com os mesmos problemas de antes
Papos de mudança, promessa,
Uma nova remeça de governantes
Que governam para o povo padecer
Cada vez mais ignorante*

*Corte de investimentos em saúde e educação
Mas cadê o corte na raiz da corrupção?
Legalizada escravidão,
População castigada, história em repetição*

[Trechos da composição “Raiz da Corrupção”]

No momento que escrevo esta última página, chega as minhas mãos os primeiros dados da etnografia realizada por Manuel Castells (2019b) em Santiago, com o objetivo de compreender a convulsão social que abalou o Chile no segundo semestre deste ano. Um dos dados mais significativos constatado pelo sociólogo é que os incêndios e saques ocorridos nos principais centros comerciais do referido país, vem sendo protagonizado por narcotraficantes e financiados pela extrema direita. Os jovens continuam diariamente nas ruas, protestam de forma pacífica, reivindicam uma nova constituição, questionam um modelo econômico que até quatro meses atrás, era celebrado pelos neoliberais de Chicago como exitoso.

A constatação do sociólogo evidencia a capacidade do neoliberalismo se reconfigurar diante das crises, nos mostra também que qualquer ação de resistência diante da devastação social em curso, precisa ser gestada no diálogo com todos os setores progressistas da sociedade. Ações individuais, além pouca efetividade, poderão ser utilizadas como justificativa para implementação de práticas institucionais autoritárias. A exemplo do massacre protagonizado por Floriano Peixoto, que resultou no atual nome desta ilha.

Praia de Canasvieiras, Ilha de Santa Catarina, 20 de dezembro de 2019.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita, 1994.
- ADORNO, Theodor. **The Authoritarian Personality: Studies in Prejudice Series**. Nova York: Harper & Row, 1950.
- ALVAREZ, Klaudia; GALLEGO, Pablo; GANDARA, Fabio. **Nosotros, Los indignados: las voces comprometidas del 15-M**. Barcelona: Destinos, 2011.
- ALVES, Giovanni. **Occupy: Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.
- ANDRADE, Carla Coelho de; SILVA, Eneide Rocha Andrade da. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. 303p.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AQUINO, Maria Aparecida. Brasil: 1964-2014 – Uma comemoração possível. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.
- ARQUILLA, John; RONDFELD, David. Cyberwar is coming!. **Comparative Strategy**, v. 12, n. 2, p. 145-165, 1993.
- ARRUDA, Gisele Regina Paes de. **Movimentos sociais no ciberespaço: uma investigação sobre o ciberativismo**. 2011 Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ASSANGE, Julian. **When Google Met WikiLeaks**. New York: OR Books, 2014.
- AZAOLA, Elena. **La institución correccional en México: Una mirada extraviada**. Ciudad de México: CIESAS, 1990.
- BALARDINI, Sergio. **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

BALARDINI, Sergio. Jóvenes, tecnología, participación y consumo. **Revista de Estudios sobre Juventud**, Ciudad de México, v. 7, n. 19, 2002.

BALARDINI, Sergio. “Qué hay de nuevo viejo? Una mirada sobre los cambios en la participación política juvenil”. **Revista de Estudios sobre Juventud**, Ciudad de México, v8, n. 20, 2003.

BALARDINI, Sergio. **Jóvenes, tecnología participación y consumo**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BANCO MUNDIAL. **World development report 2016: Digital dividends**. Washington: Banco Mundial, 2016.

BANET-WEISER, Sarah; CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. *In*: CASTELLS, Manuel. **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D’Água, 2006.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BECKER, Kyene. Manuela D’Ávila veste camiseta com a frase “Jesus é Travesti” em foto. Política. **Boatos.org**, 03 out. 2018. Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/manuela-davila-jesus-travesti.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BENTHAM, Jeremy. O panóptico. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O panóptico/Jeremy Bentham**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BISPO, Raphael. Heterotopias emo: notas etnográficas sobre os desvios e inversões da juventude emcore no Rio de Janeiro. *In*: VELHO, Gilberto; DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Juventude contemporânea: culturas, gostos e carreiras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

BYRNE, Jasmira; KARDEFELT-WINTHER, Daniel; LIVINGSTONE, Sonia; STOILOVA, Mariya. **Global Kids Online research synthesis (2015-2016)**. Unicef Office of Research – Innocenti and London School of Economics and Political Science. Recuperado em 9 outubro, 2017, de http://globalkidsonline.net/wp-content/uploads/2016/11/Synthesis-report_07-Nov-2016.pdf.

BORGES, Maria de Lourdes; DALL’AGNOL, Darlei; DUTRA, Delemar Volpato. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BORGES, Scarlett Giovana. **A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

BOYD, Dana; CRAWFORD, Kate. Six provocations for big data. *Paper* apresentado em **A Decade in Internet Time**. SYMPOSIUM ON THE DYNAMICS OF THE INTERNET AND

SOCIETY. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1926431> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1926431>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. *In*: MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (Orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Estado de Sítio)

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia, subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (Orgs.). **Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 05 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.965**, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 664**, de 30 de dezembro de 2014. Altera as Leis no 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Mpv/mpv664.htm>.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.679**, de 14 de junho de 2018. Altera as Leis nºs 12.304, de 2 de agosto de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e dispõe sobre a política de comercialização de

petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13679-14-junho-2018-786860-norma-pl.html>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.096**, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. **Terceira Conferência Nacional da Juventude**: Relatório Final. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 193/2016**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o programa Escola sem Partido. Brasília: Mesa diretora do Senado, 2016a. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição 241**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, 2016b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=10B30F462FB063D36231BAF0BF131D08.proposicoesWebExterno2?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Medida provisória nº 746**, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2016c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição 55**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília: Mesa Diretora do Senado, 2016d. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASLAWSKY, Cecília. **Juventud y sociedade en la Argentina**. Santiago: CEPAL, 1985.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos**: das manifestações de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUCCI, Eugênio. Pós-Política e corrosão da verdade. **Revista USP**, n. 116, 2018. (Dossiê Pós-Verdade e Jornalismo) Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146574/140220>>.

- CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CALVO, Enrique Gil. La deslocalización de la protesta juvenil. **Revista de Estudios de Juventud**, n. 76, p. 147-162, mar. 2007.
- CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Baderna: Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.
- CAPURRO, Rafael. Ética intercultural de la información. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Orgs.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 43-64. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/popup/a_etica.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.
- CARA, Daniel. **O que é o Projeto de Lei Escola Sem Partido?** Entrevista concedida ao canal GNT em 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HPjuU2SRqKE>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. *In*: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-33.
- CARDOSO, Bruno. Estado, tecnologias de segurança, e normatividade neoliberal. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta. **Tecnologias da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 91-106.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: SENAC, 2003.
- CARNEIRO, Sílvio. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. **Comunicações**, Piracicaba, v. 24, n. 2, p. 137-150, 2017.
- CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: Desafios à autonomia e à convivência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 07-22, set./dez. 2011.
- CARRANO, Paulo; DAYRELL, Juarez. Jovenes de Brasil: dificultades de finales del siglo y promesas de un mundo diferente. **Jovenes: Revista de Estudios sobre Juventud**. México: Nueva Época, año 6, n. 17, jul./dic. 2002.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. **João Santana – Um Marqueteiro no poder: perfil biográfico**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2012.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In*: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Tinta Vermelha)
- CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Cambridge: MIT, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede – a era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. I. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **The rise of network society**. Oxford e Malden: Blackwell, 1996.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity**. Oxford e Malden: Blackwell, 1997.

CASTELLS, Manuel. **End of millennium**. Oxford e Malden: Blackwell, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 8. ed. Traduzido por Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2013a. (A era da informação: economia, sociedade e cultura – v. 2)

CASTELLS, Manuel. **The City and the Grassroots: A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements**. Berkeley: University of California Press, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Traduzido por Joana Angélica D’Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Outra economia é possível**: cultura e economia em tempos de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2019a.

CASTELLS, Manuel. “Principal da crise chilena é questionar modelo que se dizia de sucesso, diz Manuel Castells” Entrevista concedida a Sylvia Colombo. Buenos Aires: **Jornal Folha de São Paulo**, 2019b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/principal-aspecto-da-crise-chilena-e-questionar-modelo-que-se-apresentava-como-de-sucesso-diz-manuel-castells.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CASTRO, Leandro Nunes de. Computação e desinformação: tecnologias de detecção de desinformação on-line. In: RAIS, Diogo (Org.). **Fake News**: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters do Brasil, 2018. p. 61-73.

CATTANI, Antonio David. **Escolas Ocupadas**. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

CHAVES, Amanda Pires; GOERGEN, Pedro Laudinor. Ética e estética na formação humana. **Revista Exitus**, Santarém, v. 7, n. 2, p. 331-349, mai.-ago. 2017.

CIPINIUK, Tania Arnaud. Etnografia em escola pública e seus desafios: um olhar sobre métodos aplicados no itinerário do trabalho de campo. **Educere et Educare**, v. 9, n. 17, p. 83-91, 2014.

CLARKE, John; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony; ROBERTS, Brian. Subcultures, Cultures and Class: A theoretical overview. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). **Resistance Through Rituals**: Youth subcultures in post-war Britain. Birmingham: Routledge, 1975.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2014.

COSTA, Caio Túlio. Verdades e mentiras no ecossistema digital. **Revista USP**, n. 116, 2018. (Dossiê Pós-Verdade e Jornalismo) Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146572/140218>>.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: domicílios brasileiros 2016. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2017a.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: domicílios brasileiros 2018. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2019.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: domicílios brasileiros 2017. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2018.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**: TIC KIDS On-Line. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2017b.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: domicílios brasileiros 2015. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2016a.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**: TIC KIDS On-Line. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2016b.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil**: domicílios brasileiros 2014. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2015.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**: domicílios brasileiros 2013. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2014.

CORTINA, Adela. **O fazer ético**: guia para educação moral. São Paulo: Moderna, 2003.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emílio. **Ética**. 5. ed. Tradução de Silvana Cabucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

CORROCHANO, Maria Carla. Desemprego entre jovens de um programa público na cidade de São Paulo: diversidade de experiências e de percepções. *In*: OLIVEIRA, Dijaci David de; FREITAS, Revalino Antonio de; TOSTA, Tania Ludmila Dias (Orgs.). **Infância e juventude**: direitos e perspectivas. Goiânia: EdUFG/Funape, 2010. p. 165-192.

COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio (Orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2018.

CUNHA, Juliana; NEJM, Rodrigo. Contato com conteúdos sensíveis de suicídio: lições aprendidas com os casos Baleia Azul e Momo. *In*: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC KIDS On-Line 2018**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2019.

DALLASTA DEL GROSSI, Viviane Ceolin. Proteção de dados na era tecnológica: rumos da regulamentação, privacidade e impactos sociais. *In*: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: domicílios brasileiros 2018**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2019.

DAUSTER, Tania. An interdisciplinary experience in anthropology and education: memory, academic project and political background. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 12, n. 2, p. 454-96, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-43412015v12n2p451>>.

DAYRELL, Juarez. A escola faz juventudes? Reflexões sobre a socialização juvenil. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1111, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. Juventud, grupos culturales y sociabilidad. **Jovenes: Revista de Estudios sobre Juventud**, México, n. 22, p. 128-147, 2005.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005. (Coleção Humanitas)

DAYRELL, Juarez. Cultura e identidades juvenis. Última década. **Vina Del Mar**, Chile, año 11, n. 18, p. 69-92, abr. 2003.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola? *In*: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Traduzido por Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DI-FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas: Papyrus, 2017.

Di MARCO, Graziela; PALOMINO, Héctor. **Reflexiones sobre los movimientos sociales en la Argentina**. Buenos Aires: UNANSAM, 2004.

DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (Orgs.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

DUQUE, José Roberto; MUÑOZ, Boris. **La ley de la calle**: Testimonios de jóvenes protagonistas de la violencia en Caracas. Caracas: Fundarte, 1995.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano**: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul: Educus, 2010.

FEIXA, Carlos. **De jóvenes, bandas e tribus**. Barcelona: Ariel, 1998.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. Belo Horizonte: Autonomia Literária, 2019.

FERNÁNDEZ, Paloma Aguillar. **Políticas de la memoria y memoria de la política**: el caso español en perspectiva comparada. Madrid: Alianza Editorias, 2008.

FERREIRA, Sofia Rodrigues. **Jovens secundaristas, educação, cultura e política**: O fenômeno das Ocupações de 2016 em Porto Alegre/RS. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (Orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Estado de Sítio)

FINN, Ed. **What algorithms want**: imagination in the age of computing. Cambridge: MIT Press, 2017.

FLORIDI, Luciano. Ética de la información: su naturaleza y alcance. **Isegoría**, Madrid, n. 34, p. 19-46, jun. 2006.

FLORIDI, Luciano. Information ethics: On the philosophical foundation of computer ethics. **Ethics and Information Technology**, v. 1, n. 1, p. 33-52, mar. 1999.

FONTES, Virginia Maria. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EdUFRJ, 2012.

FREIRE, Silene de Moraes; MURAD, Larissa Costa; SILVA, Leticia Tavares da Silva e. Segurança pública, mídia e neoconservadorismo: a naturalização da barbarização das relações sociais. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 23, n. 1, p. 212-231, 2019.

FRIAS FILHO, Otavio. O que é falso sobre fake news. **Revista USP**, n. 116, 2018. (Dossiê Pós-Verdade e Jornalismo) Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146576/140222>>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A contradição aparente entre a falta e a sobra de jovens trabalhadores qualificados no Brasil. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Novas e antigas faces do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 145-162.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projetos societários em disputa no Brasil e a juventude com vida provisória. *In*: RUMMERT, Sonia Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal**. Niterói: Ed UFF, 2009. p. 109-128.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FUGAZZA, Grace Quaresma; SALDANHA, Gustavo Silva. Privacidade, ética e informação: uma reflexão filosófica sobre os dilemas no contexto das redes sociais. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n. 50, p. 91-101, set./dez. 2017.

GALENO, Sabrina. **Uma escola de luta**: análise dos significados da educação em um estudo de drama social. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Tinta Vermelha)

GARCIA DE LEON, Antonio. **Resistencia y utopía**: memorial de agravios y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia. v. 2. México: Ediciones Era, 1985.

GARCIA, Tania Braga. **Origens e questões da etnografia educacional no Brasil**: um balanço de teses e dissertações (1981-1998). 2001. 308f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GARRIDO, Maria; HALAVAIS, Alexander. Mapping networks of support for the Zapatista movement: Applying social network analysis to study contemporary social movements – Online activism in theory and practice. *In*: McCAUCHEY, Martha; AYRES, Michael. (Orgs.). **Cyberactivism**: Online activism in theory and practice. New York: Routledge, 2003.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Tradução de Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GIARRACA, Norma. De las fincas y las casas a las rutas y plazas: las protestas y las organizaciones sociales em Argentina de los mundos rururbanos. Uma mirada desde América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 250-283, 2003.

GIRARDELLO, Gilka. “A escrita antes do texto: de cozinhas, teares e ateliês. *In*: BIANCHETTI, Lucídio; MEKESENAS, Paulo. **A trama do conhecimento**: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. 2. Ed. Campinas: Papirus, 2012.

GIRARDELLO, Gilka; LAPA, Andrea Brandão. Mídia-educação na ‘primavera secundarista’: um estudo de caso no ensino de pós-graduação. **Educação em Foco**, v. 23, p. 39-60, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDSTEIN, Ariel. **A ascensão da extrema direita e o uso das redes sociais no brasil**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, Facultad de Ciencias Sociales, 2019.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2014.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 14, mar. 2017.

GUEDES, Simoni Lahud; CIPINIUK, Tania Arnaud (Orgs.). **Abordagens etnográficas sobre educação**: adentrando os muros das escolas. Niterói: Alternativa, 2014.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 22, n. 2, p. 621-640, 2018.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos. **Linhas Críticas**, v. 21, n. 44, p. 19-37, 2015.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). **Resistance Through Rituals**: Youth subcultures in post-war Britain. Birmingham: Routledge, 1975.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017a.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017b.

HAN, Byung-Chul. **Sobre o poder**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2017c.

HAN, Byung-Chul. **No exame**: reflexões sobre o digital. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2016a.

HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2016b.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: Neoliberalismo e novas técnicas de poder. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2015.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Bom entretenimento**: uma desconstrução da história da paixão ocidental. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2019.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. *In*: ALVES, Giovanni. **Occupy**: Movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

HERNANDEZ-NAVARRO, Luis. **Chiapas**: la guerra y la paz. México: ADN Editores, 1995.

HAYASHI, Marcelo Innocentini; FERREIRA-JÚNIOR, Amarílio; INNOCENTINI-HAYASHI, Maria Cristina Piumbato. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, n. 4, p. 68-88, jan.- abr., 2017.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004.

HOWELL, Louris. **Digital wildfires in a hyperconnected world**. Genebra: WEF Report, 2013.

HUR, Domenico Uhg; COUTO, Maria Luiza Bitencourt Silva. Ocupações na cidade: políticas da multidão na produção do comum. **Rev. psicol. polít.**, v. 19, n. 45, p. 261-274, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **De Professor a Réu**: Marcos Cardoso Filho e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2014.

KALIL, Isabela Oliveira. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro?** Relatório final de pesquisa. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2019.

KALLEL, Myriam Achour. Os ROLLS-ROYCE e o fusca: controvérsias da escrita ou a importância política das escritas no facebook. *In*: DI-FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papyrus, 2017.

KAUFMAN, Dora. **A inteligência artificial irá suplantará a inteligência humana?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

KAUFMAN, Dora. **O despertar de Gulliver:** os desafios das empresas nas redes digitais. Lisboa: Media XXI, 2017.

KEEN, Andrew. **#VertigemDigital:** por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KIRCHNER, Cristina Fernández. **Sinceramente.** 5. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019.

KLEINMAN, Arthur; YAN, Yunxiang; JUN, Jing; LEE, Sing; ZHANG, Everett; PAN, Tianshu; WU, Fei; GUO, Junhua. **Deep China.** Berkeley: University of California Press, 2011.

KUENZER, Acácia. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

KEYES, Ralph. **A era da Pós-Verdade:** Desonestidade e enganação na vida contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2004.

KERCKHOVE, Derrick. **A pele da cultura:** investigando a nova realidade eletrônica. São Paulo: Annablume, 2009.

KERCKHOVE, Derrick. Ética de transparência na era do Big Data. *In:* LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação, cultura e mídias sociais.** São Paulo: ECA/USP, 2016. p. 5-23.

LATOUR, Bruno. On recalling ANT. *In:* LAW, John. **Actor network theory and after.** London: Blackwell, 2004.

LEAL, Maiara Raquel Campos. **Net-ativismo e o discurso anticorrupção no Brasil entre duas controvérsias: #VEM PRA RUA e #NÃO VAI TER GOLPE.** 2018. 152f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

LEITE, Miriam; ARAÚJO, Nayara Cristina. No tempo livre das escolas ocupadas: subversões do presenteísmo pelo ativismo jovem. **Em Aberto**, Brasília, v. 31, n. 101, p. 93-105, 2018.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **Historia de los jóvenes I. De la antigüedad a la edad moderna.** Madrid: Taurus, 1996a.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **Historia de los jóvenes II. La edad contemporánea.** Madrid: Taurus, 1996b.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINARES, Alexandre; BEZERRA, José Eudes Baima. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. *In*: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-141.

LIBERATO, Leo Vinicius. **A Guerra da tarifa**. São Paulo: Faísca, 2005.

LIMA, Flávia. Empresas fecham 1,9 milhão de vagas com carteira para jovem. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/empresas-fecham-19-milhao-de-vagas-com-carteira-para-jovens.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **Le crepuscule du devoir**. Paris: PUF, 1992.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.

LÓPEZ, Miguel Martínez. El movimiento de Okupaciones: contracultura urbana y dinámicas alter-globalización. **Revista de Estudios de Juventud**, n. 76, p. 225-244, mar. 2007.

MACEDO, Fernanda Beatriz Ferreira de. **‘Falando a gente encontra a solução’**: Estudo de caso sobre a percepção dos alunos e alunas participantes do Projeto Crimes Virtuais. 2018. 135f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MACIEL, Kátia; PARENTE, André (Orgs.). **Redes sensoriais: Arte, ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

MAGALHÃES, Alexander. **Amigo da fé**: estudo sobre religião e amizade entre jovens assembleianos na Baixada Fluminense. 2016. 304f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MAGGIE, Yvonne; PRADO, Prado. O que muda e o que permanece o mesmo nas escolas cariocas: culturas de gestão e as representações dos estudantes. *In*: GUEDES, Simoni Lahud; CIPINIUK, Tatiana Arnaud (Orgs.). **Abordagens etnográficas sobre educação**: adentrando os muros das escolas. Niterói: Alternativa, 2014. p. 69-81.

MAIA, Bóris. ‘Matéria no caderno’: jocosidade e evitação nas aulas de ensino religioso em uma escola pública. *In*: GUEDES, Simoni Lahud; CIPINIUK, Tatiana Arnaud (Orgs.). **Abordagens etnográficas sobre educação**: adentrando os muros das escolas. Niterói: Alternativa, 2014. p. 69-81.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua**: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance desta pesquisa. *In*: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 39-61.

MALINOWSKI, Bronislaw. Tema, método e objetivo desta pesquisa. *In*: MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1976. p. 17-34.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MANS, Matheus. A era da pós-verdade: onda de notícias falsas muda comportamento de pessoas e de empresas de tecnologia. **Revista Br**, v. 09, n. 14, p. 07-14, 2018. (Publicação do Comitê Gestor da Internet no Brasil)

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. *In*: Margulis, Mario (Org.). **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1996. (Estudios sociales)

MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. Juventude, escola e sociabilidade. *In*: PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MARTÍNEZ, José Alberto Sánches. Evocações do Zapatismo: Internet, Ativismo e Política. *In*: DI-FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas: Papirus, 2017.

MARTINS, Marcos Francisco *et al.* Entrevista: As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 227-260, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa**: Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Marcus Mazzari. São Paulo: Hedra, 2011.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EdUEPB, 2011b. p. 49-83.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. *In*: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EdUEPB, 2011a. p. 25-48.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A pesquisa em colaboração com o professor: vivências de campo em etnografia crítica de sala de aula. *In*: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EdUEPB, 2011c. p. 85-100.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MATIAS, Maria Claudia Souza. **O desafio ético-estético-político do SUS: uma análise do Programa Mais Médicos**. 2017. 192f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências de Ciências de Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MAYER-SCHONBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big Data: a revolution that will transform how we live, work, and think**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MEIRA, Denise Araujo. **Rompendo silêncios: a trajetória do professor Franklin Cascaes na Escola Industrial de Florianópolis (1941-1970)**. 2009. 125p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://tede.udesc.br/bitstream/handle/1041/1/Denise.pdf>>.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDOZA, Juan. Redes, virtualidad y internet: Hackers vs las web del gobierno mexicano. *In*: CÓRDOVA, Nery (Org.). **La cultura del espectáculo y el escándalo: Los media en la sociedad actual**. Mazatlán: Universidad Autónoma de Sinaloa, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: Secretaria de Educação básica, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_versaofinal.pdf>. Acesso em 10 nov. 2019.

MORA, Gabriela Goulart; SOUSA, Janara. Vazou, e agora? Discutindo o vazamento de imagens íntimas sem consentimento: uma análise do projeto caretas *In*: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC KIDS On-Line 2018**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2019.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, 2016. (Dossiê 2) Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01079.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MORAIS, Heloísa Maria Mendonça *et al.* Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 01, p. 01-13, 2018.

MORENO TOSCANO, Alejandra. **Turbulencia política: causas y razones del 94**. México: Oceano, 1996.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. **Culturas Jovens**: Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-122.

NOVAES, Regina. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. **Intersecções**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 351-368, 2018.

NOVAES, Regina. **Juventudes, política e religião**: desafios e perspectivas. Palestra proferida na Unisinos, São Leopoldo/RS, 2019.

OLIVEIRA, Amurabi. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação? **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 69-82, 2013.

OLIVEIRA, Amurabi; BOIN, Felipe; BÚRIGO, Beatriz Demboski. Quem tem medo de etnografia? **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 10-30, 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado; DIAS JUNIOR, Antonio Carlos; MONTEIRO, Alexandrina. (Des)ocupar é resistir? Editorial. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8648456/15213>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu**, v. 11, p. 169-180, 2016.

PAIERO, Denise; SANTORO, André; SANTOS, Rafael. As *Fake News* e os paradigmas do relato jornalístico. *In*: RAIS, Diogo (Org.). **Fake News**: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters do Brasil, 2018. p. 51-59.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. Lisboa: Ambar, 2003.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. **Culturas Jovens**: Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 7-24.

PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PARISIÉR, Eli. **The filter bubble**: what the internet is hiding from you. London: Viking, 2011.

PASQUALE, Frank. **The black box society**: the secret algorithms that control money and information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PELÚCIO, Larissa. O amor em tempos de aplicativos: Notas afetivas e metodológicas sobre pesquisas com mídias digitais. *In*: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloisa; SABATINE, Thiago (Orgs). **No emaranhado da rede**: Gênero, sexualidade e mídia – desafios teóricos e metodológicos do presente. São Paulo: Annablume: 2015.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa de uma ‘escola sem partido’. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Tinta Vermelha)

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, n. 5/6, p. 15-24, 1997.

PEREIRA, Elson Manoel. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 19, n. 2, p. 235, abr. 2017. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5380>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PEREIRA, Elson Manoel. **A alegoria da participação**: planos diretores participativos pós-estatuto da cidade. Florianópolis: Insular, 2015.

PETRY, Heloísa. **Batalha das Mina**: O *Rap* como território de lutas em Florianópolis. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonaroismo. **Cadernos IHU Idéias**, Unisinos, v. 16, p. 3-15, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 8, n. 2, p. 21-28, jul./dez. 2016.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2016.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. *Fake News* como instrumento de estratégia militar. *In*: RAIS, Diogo (Org.). **Fake News**: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters do Brasil, 2018. p. 131-152.

PEREIRA, Marcelo Ricardo (Org.). **Os sintomas na educação de hoje**: que fazemos com isso? Belo Horizonte: Scriptum, 2017.

PINI, Mónica; AMARÉ, Mónica; CERDEIRO, Clarissa; TERZIAN, Claudia. “Mundo escolar y mundo juvenil. La escuela frente al desafío de derribar muros. In. PINI, Mónica; LANDAU, Mariana. VALENTE, Elena (org.). **Tecnologías em el aula**: Análisis y propuestas pedagógicas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2017. p. 17-44. (Política y educación)

POCHMANN, Marcio. **Desemprego é a grande ameaça ao jovem entre 15 e 24 anos**: Depoimento, 29 jun. 2000. Portal Educacional. Entrevista concedida a Vitor Casimiro. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

RABIN, Marcela Lorenzoni da Rocha; BACICH, Lilian. O protagonismo juvenil na era digital. **RJPP**, Brasília, núm. esp., p. 40-53, 2018.

RAIS, Diogo. **Fake News**: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters do Brasil, 2018.

RASCOVAN, Sergio. Entre adolescentes, jóvenes y adultos. In: KORINFELD, Daniel; LEVY, Daniel; RASCOVAN, Sergio. **Entre adolescentes y adultos en la escuela**: puntuaciones de época. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013. p. 25-50.

REGUILLO, Rossana. **Culturas Juveniles**: Formas políticas del desencanto. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

REIS, Valdeci. **Jovens professores conectados**: os desafios da docência na era digital. 2016. 177f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

REIS, Valdeci. ‘#Ocupar e resistir’: estudantes catarinenses em defesa da escola pública. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, n. 5, p. 235-258, 2017. Disponível em: <<http://ojs.univas.edu.br/index.php?journal=argumentosproeducacao&page=article&op=view&path%5B%5D=196>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REIS, Valdeci. Da batida contestatória do *RAP* à indignação política: a potência da etnografia para compreender as sociabilidades juvenis. In: LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça; PLETSCHE, Márcia Denise; HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Educação especial e/na educação básica**: entre especificidades e indissociabilidades. Araraquara: Junqueira & Marin, 2019a. p. 526-543.

REIS, Valdeci. “Narrativas sobre o direito à educação em disputa: luzes antropológicas para compreender as mobilizações juvenis” **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 2, p. 586-604, jul./dez. 2019b.

REIS, Valdeci; GELSLEICHTER, Meimilany. Jovens na cena metropolitana de Florianópolis: encantos e desencantos na ‘Ilha da Magia’. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 253-279, jan./abr. 2019.

REIS, Valdeci; MOLINA, Leandro Ribeiro; GELSLEICHTER, Meimilany. Avanço da agenda neoliberal: confrontos e resistência na implantação das Organizações Sociais em Florianópolis-SC. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 2, p. 641-664, jul./dez. 2018.

REIS, Valdeci; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça. O registro do etnógrafo: reflexões sobre a prática etnográfica educacional. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 164-183, jan./abr. 2018.

REIS, Valdeci; LINO, Fernanda Silva; SARTORI, Ademilde Silveira. Expressões e formas de resistência juvenil diante do avanço do conservadorismo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 54-76, jul.-dez. 2018.

REIS, Valdeci; SARTORI, Ademilde Silveira. Educação pública em risco: descontinuidade, golpes e resistência. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n.1, p. 59-70, 2018.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil – as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 45, p. 286-300, ago. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2019.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

RESNICK, Brian. **This psychologist’s “gaydar” research makes us uncomfortable**. That’s the point. Vox.com. 2018. Disponível em: < <https://www.vox.com/science-and-health/2018/1/29/16571684/> >. Acesso em: 26 nov. 2019.

Revista Educação & Sociedade. **Dossiê Políticas Educacionais e a Resistência Estudantil**, v.37, n.137, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020160004&lng=en&nrm=iso Acesso em: 25 fev. 2020.

Revista ETD - Educação Temática Digital. **Dossiê (Des)ocupar é resistir?**, v. 19, n. 01, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1331> Acesso em: 25 fev. 2020.

Revista USP. **Dossiê Pós-Verdade e Jornalismo**, n. 116, 2018. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663> Acesso em: 25 fev. 2020.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi; RIBEIRO, Tatiani. Sobre educação formal, não formal e participação da comunidade escolar durante o período das ocupações das escolas estaduais paulistas em 2015. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, ano XIX, n. 38, p. 133-153, 2017.

ROJAS, Angelina Accetta; MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre; RANGEL, Mary. “#OCUPAIEPIC”: representações culturais da juventude na ocupação de uma escola estadual em Niterói-RJ. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 19-39, 2017.

ROJAS, Rosa. **Chiapas**: la paz violenta. México: Ediciones La Jornada, 1995.

ROSISTOLATO, Rodrigo; PRADO, Ana Pires. Etnografia em pesquisas educacionais: o treinamento do olhar. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, p. 57-75, 2015.

ROSISTOLATO, Rodrigo. A liberdade dos etnógrafos em educação e seu mosaico interpretativo. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 1-9, 2018.

ROSISTOLATO, Rodrigo. ‘Você sabe como é, eles não estão acostumados com antropólogos!’: uma análise etnográfica da formação de professores. **Pró-Posições**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 41-54, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200004>>.

RYDLEWSKY, Carlos. Como funciona o mundo perigoso da ‘dark web’. **Jornal Valor Econômico**, 2019. Disponível em < <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2019/11/29/como-funciona-o-mundo-perigoso-da-dark-web.ghtml> >. Acesso em: 01 dez. 2019.

RUDNITZKI, Ethel. Empresas lançam serviço de reconhecimento facial para igrejas no Brasil: Tecnologia permite identificar assiduidade e até emoção dos fiéis durante cultos sem consentimento expresso. **El País Brasil**, 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/politica/1573777188_331462.html >. Acesso em: 28 nov. 2019.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175-208, 2008.

SALAZAR, Alonso. **No nacimos pa’semilla**. Bogotá: CINEP, 1990.

SANCHO, Guiomar Rovira. Multidões conectadas e movimentos sociais: dos zapatistas e do hacktivismo à tomada das ruas e das redes. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Estado de Sítio)

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: representações na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTAELLA, Lúcia. **Temas e dilemas do pós-digital**: a voz da política. São Paulo: Paulus, 2016a.

SANTAELLA, Lúcia. A cultura digital na berlinda. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação, cultura e mídias sociais**. São Paulo: ECA/USP, 2016b. p. 93-101.

SANTAELLA, Lúcia. Política nas redes e nas ruas. *In*: DI-FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick. **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papyrus, 2017.

SANTAELLA, Lúcia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no Ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. **Desafios humanos no contemporâneo**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e Ética no processo de construção de cidadania. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; GEORGEN, Pedro. **Ética e educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**: Por que ter valores políticos, éticos e estéticos na formação profissional é importante? São Paulo: Cartago Editorial, 2017.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contrapontos, 2016.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. *In*: SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 59-82.

SNOWDEN, Eduard. **Eterna Vigilância**. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta, 2019.

SILVA, Bárbara Virgínia Goff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. “Uma pá de ocupação”: Ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 50, 2017.

SILVA, Luiza Cristina; SALES, Shirlei Rezende. ‘Aquele tesão repentino por si mesma’: currículo da nudez autoexposta na produção da sexualidade e gênero na sociedade contemporânea interconectada. *In*: PARAÍSO, Marlucy Aalves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018. p. 23-52.

SILVA, Mariléia Maria da. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. **Educ. Soc.** (Impresso), v. 110, p. 85-105, 2010.

SILVA, Edivania Vieira da Silva; CARLOS, Luana Marques; SOUZA, Antônio Fábio Macedo de. O movimento estudantil secundarista: um estudo sobre a ocupação do Liceo Lastarria na cidade de Santiago no Chile. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 52-55, 2018.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOTO, Humberto; TRUCCO, Daniela. Inclusión y contextos de violencia. *In*: TRUCCO, Daniela; ULLMANN, Heidi. **Juventud**: realidades y retos para un desarrollo con igualdad. Santiago: CEPAL, 2015. p. 115-170.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social. Revista Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 161-178, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 33, p. 83-98, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, n. 24, p. 16-39, 2003. ISSN 1413-2478

SIMON, Anita; BOYER, Gil E. (Orgs.). Mirrors for behavior. *In: Research for Better Schools*, Filadélfia, 1968.

SIMON, Anita; BOYER, Gil E. (Orgs.). Mirrors for behavior II. *In: Research for Better Schools*, Filadélfia, 1970.

SOARES, Felipe; RECUERO, Raquel. A argumentação dos deputados na votação do processo de Impeachment de Dilma Rousseff. **Estudos em Comunicação**, v. 17, p. 1-20, 2018.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. Juventude, contestação e política de pernas para o ar: O Movimento Passe Livre em Florianópolis. *In: XXIV CONGRESSO DA ALAS – ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA. Anais...* ALAS: Porto Alegre, 2005.

SOUSA, Janice Tirelli Pontes de. Por onde passa a política para jovens contestadores espanhóis – pistas através da história. *In: SOUSA, Janice Tirelli Pontes de; GROppo, Luís Antonio. Dilemas e contestações da juventude no Brasil e no mundo.* Florianópolis: Editora ED, 2011, p. 301-327.

SOUZA, Angela Maria de. **O movimento do Rap em Florianópolis**: a Ilha da Magia é só da ponte pra lá! 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 1998.

SOUZA, Angela Maria de. Deslocamentos na cidade: o movimento Hip Hop nos/dos bairros de Florianópolis. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 2, p. 549-562, 2009a.

SOUZA, Angela Maria de. **“A caminhada é longa... e o chão tá liso”**: O Movimento hip hop em Florianópolis e Lisboa. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2009b.

SOUZA, Angela Maria de. Rap na fronteira: Narrativas poéticas do Movimento hip hop. **Tomo (UFS)**, v. 25, p. 9-26, 2014.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 3. ed. São Paulo: Contracorrente, 2018.

SOUZA E SILVA, Adriana. Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos. *In: ARAÚJO, Denize Correa de. Imagem (Ir)realidade. Comunicação e cibernídia.* Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 21-51.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano**: Trânsito pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul: Educs, 2010.

SUNKEL, Guillermo. El acceso de los jóvenes a la cultura en la era digital en América Latina. *In*: TRUCCO, Daniela; ULLMANN, Heidi. **Juventud**: realidades y retos para un desarrollo con igualdad. Santiago: CEPAL, 2015. p. 171-204.

TELLO DIAZ, Carlos. **La rebelión de las cañadas**. México: Cal y Arena, 1995.

TEZZA, Cristovão. **Literatura à margem**. São Paulo: Dublinense, 2018.

TOSTA, Sandra Pereira; MOREIRA, Heloisa; BUONINCONTRO, Renata. Os usos da etnografia na pesquisa educacional. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro, BA. **Anais...** Porto Seguro, BA: Associação Brasileira de Antropologia, 2008. p. 1-14.

TOURAINÉ, Alain. Los movimientos sociales. **Revista Colombiana de Sociología**, n. 27, p. 255-278, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Quést-ce la démocratie**. Paris: Seuil, 1994.

UNITED NATIONS. **The Universal Declaration of Human Rights**. Paris, 10/12/1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

VALENZUELA, José Manuel. **Vida de barro duro**: cultura popular juvenil y graffiti. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 1987.

VALENZUELA, José Manuel. **A la brava esse!** Ciudad de México: El Colegio de la Frontera Norte, 1988.

VALERA, Carlos Maldonado. Participación política, apego a la democracia y temas prioritarios de la personas jóvenes en América Latina, 2000-2013. *In*: TRUCCO, Daniela; ULLMANN, Heidi. **Juventud**: realidades y retos para un desarrollo con igualdad. Santiago: CEPAL, 2015. p. 207-260.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **MANA**, v. 17, n. 1, p. 161-185, 2011.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporâneas. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. **Culturas Jovens**: Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 192-201.

VERDÚ, Jaime Pastor. El movimiento antiglobalización y sus particularidades en caso español. **Revista de Estudios de Juventud**, n. 76, p. 29-54, mar. 2007.

ZIBAS, Dagmar. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Rev. Bras. Educ.**, v. 13, n. 38, p. 199-220, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000200002>>. ISSN 1413-2478

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. *In*: ALVES, Giovanni. **Occupy**: Movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no paraíso. *In*: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 101-109. (Tinta Vermelha)

ZUBOFF, Shoshana. *Big Other*: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas. **Tecnopolíticas da Vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. (Coleção Estado de Sítio)

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.

WEIHMULLER, Valentina Carranza. “De los movimientos-red globales a las rodas culturais y slams en Brasil: un mapa teórico-metodológico para el abordaje de procesos de subjetivación en tiempos de crisis civilizatoria”. *In*: 39ª Reunión Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Educação pública e pesquisa**: Ataques, lutas e resistência. Niterói/RJ, 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2018**. 13. ed. Genebra, 2018.

YONNET, Paul. **Juegos, modas y masas**. Barcelona: Gedisa, 1988.

Filmografia

20 ANOS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA. Direção: Elaine Tavares, Rubens Lopes. Florianópolis, 2019, ARCCA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-YRCubvI3kc> Acesso em: 12 nov. 2019.

A REVOLTA DO BUZU. Direção: Carlos Pronzato. Brasil, 2003, DVD (1h 06min).

BLACK MIRROR. Direção: Bryn Higgins, Carl Tibbetts, Owen Harris. Roteiro: Charlie Brooker. Reino Unido, 2016, Netflix. (segunda temporada)

BLACK MIRROR. Direção: Dan Trachtenberg, Jakob Verbruggen, James Hawes, James Watkins, Joe Wright, Owen Harris. Roteiro: Charlie Brooker. Reino Unido, 2016, Netflix. (terceira temporada)

KISS ME FIRST. Direção: Bryan Elsley. Reino Unido, 2018, Netflix. (primeira temporada)

1983. Direção: Joshua Long, Maciej Musiał. Roteiro: Frank Marshall, Robert Zlotnowski. Polônia, 2018, Netflix. (primeira temporada)

HISTÓRIA RECONTADA: Professor Marcos Cardoso Filho e a Ditadura na Escola Técnica. Florianópolis, 2014, IFSC TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd_NHjI>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SECRET CITY. Direção: Emma Freeman. Austrália, 2018, Netflix. (primeira temporada)

THE MATRIX. Direção: Lilly Wachowski, Lana Wachowski. Austrália/EUA, 1999, DVD (2h 16min).

TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Brasil, 1967, DVD (1h 48min).

Musicografia

CRIOLO. **Sucrilhos**. São Paulo: Álbum Nó na orelha, 2014.

FACÇÃO CENTRAL. **Eu não pedi para nascer**. São Paulo: Álbum Direto do Campo de Extermínio, 2003.

MARX, Elias Oliveira. **Raiz da Corrupção**. Florianópolis, 2017. (Produção Estúdio Bahls) Música Independente.

REIS, Tássia. **Ouça-me**. São Paulo: Álbum Outra Esfera, 2016. (Produção ONErpn)